

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política

Diego Prata Melo

**TERCEIRA ONDA DE AUTOCRATIZAÇÃO NA AMÉRICA LATINA:
retrocessos e colapsos democráticos no Brasil e na Venezuela em perspectiva comparada**

Belo Horizonte

2024

Diego Prata Melo

**TERCEIRA ONDA DE AUTOCRATIZAÇÃO NA AMÉRICA LATINA:
retrocessos e colapsos democráticos no Brasil e na Venezuela em perspectiva comparada**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Linha de pesquisa: Participação, Movimentos Sociais e Inovações Democráticas

Orientador: Prof. Dr. Leonardo Avritzer.

Belo Horizonte

2024

320

M528t

2024

Melo, Diego Prata.

Terceira onda de autocratização na América Latina
[manuscrito] : retrocessos e colapsos democráticos no Brasil e na
Venezuela em perspectiva comparada / Diego Prata Melo. - 2024.

197 f.

Orientador: Leonardo Avritzer.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas
Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

Inclui bibliografia.

1. Ciência política – Teses. 2. Despotismo – Teses.
3. Democracia - Teses. 4. América Latina. - Teses . I. Avritzer,
Leonardo . II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade
de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

ATA 03ª/2024 DA DEFESA DA DISSERTAÇÃO DO ALUNO DIEGO PRATA MELO

Realizou-se, no dia 27 de fevereiro de 2024, às 14:30 horas, na sala 2094, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal de Minas Gerais, a defesa da dissertação, intitulada “Terceira onda de autocratização na América Latina: retrocessos e colapsos democráticos no Brasil e na Venezuela em perspectiva comparada”, elaborada e apresentada por DIEGO PRATA MELO - número de registro 2021660537, graduado no curso de HISTÓRIA/NOTURNO. A defesa é requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em CIÊNCIA POLÍTICA, e foi submetida e analisada pela seguinte Comissão Examinadora: Prof. Leonardo Avritzer - Orientador (DCP/UFMG), Prof. Lucio Remuzat Rennó Junior (UnB), Prof. Eduardo Moreira da Silva (DCP/UFMG). A Comissão considerou a dissertação APROVADA. Finalizados os trabalhos, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, vai assinada eletronicamente pelos membros da Comissão. Belo Horizonte, 27 de fevereiro de 2024.



Documento assinado eletronicamente por **Lucio Remuzat Rennó Junior, Usuário Externo**, em 27/02/2024, às 15:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Eduardo Moreira da Silva, Professor do Magistério Superior**, em 27/02/2024, às 16:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Leonardo Avritzer, Professor do Magistério Superior**, em 04/03/2024, às 10:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3053767** e o código CRC **8344C13B**.

AGRADECIMENTOS

O caminho que resultou nesta dissertação foi longo, muito longo! A conclusão dela foi precedida por uma caminhada cheia de indecisões, ponderações, temores, inseguranças, estímulos, experiências, aprendizados, perdas, ganhos e emoções. Família, namorada e amigos (novos e velhos) fizeram parte dessa jornada; graças ao apoio que me deram, cada um à sua maneira, com a sua colaboração, consegui chegar aqui e concluir mais uma etapa na minha vida.

Para começar, agradeço à minha família, meu tesouro: meus pais, Beth e Carlos, e meus irmãos, Diane, Danielle e Daniel. Tudo o que sou hoje devo a vocês. Muito obrigado pelo amor, companheirismo, incentivo, carinho, ensinamentos, amparo e bom humor. Agradeço também à minha namorada, Greicy, pelo amor, pela compreensão e por me acompanhar inclusive nas fases mais difíceis da dissertação. Também sou grato aos meus cunhados – Flávio, Diego e Pedro – e à minha sogra, dona Dirce, que também foram fundamentais nessa minha trajetória. Claro que não poderia deixar de agradecer aos meus queridos sobrinhos Ana Clara e Flavinho por me melhorarem como ser humano ao me transformarem num titio babão. E não posso me esquecer do João, o meu sobrinho que já está para chegar... Também agradeço aos meus avós, tias, tios, primos e primas por todo o carinho de sempre.

Ainda expressando minha gratidão, jamais poderia me esquecer dos meus velhos e novos amigos e amigas que conheci na escola, no curso de História, na academia e em outros cantos da vida; pessoas maravilhosas que compartilharam, compartilham e (espero) compartilharão comigo risadas, sabedoria, conhecimento, incentivos e amparo nesta aventura. Muitos, inclusive, me orientaram e me convenceram a ingressar no mestrado. A vocês, meus queridos amigos e amigas, o meu mais profundo agradecimento!

Sou grato também aos amigos, amigas e colegas que fiz no decorrer da minha vida profissional. Acompanhando-me na aventura do mestrado, estavam os companheiros e companheiras do Instituto Educacional Missão Paz, que se movimentaram para ajustar meus horários escolares às demandas do meu mestrado; da Escola Municipal Prefeito Aminthas de Barros, por me acolherem tão bem, tornando a rotina escolar mais leve; e do Saber Mais, que sempre estiveram comigo nesta e em outras jornadas com as quais lidei. Claro, não poderia deixar de agradecer a todos os meus alunos, que, de forma geral, sempre me acolheram muito bem; torço para que cada um tenha uma jornada repleta de prosperidade e felicidade.

Não poderia faltar os agradecimentos aos meus colegas de mestrado, que suportaram comigo os desafios de uma pós-graduação feita no auge da pandemia. Agradeço também aos

camaradas do doutorado que, mesmo na labuta com suas teses, me deram uma mão em várias ocasiões (o João Alípio, coitado, me acudiu em incontáveis pedidos desesperados de socorro). Agradeço ainda ao professor Jorge Alexandre, que igualmente se prontificou a me ajudar em diversos momentos.

Agradeço também ao meu orientador, Leonardo Avritzer, por todas as recomendações e ensinamentos, além de ter aceitado embarcar comigo nesta jornada, e aos professores Lúcio Rennó e Eduardo Moreira, por aceitarem compor a banca examinadora e me fornecerem conselhos importantes que foram inseridos na versão final deste trabalho.

Por fim – e nunca menos importante – agradeço às instituições gratuitas e públicas que são fundamentais na vida de todos nós. Agradeço à UFMG por me melhorar enquanto ser humano desde a minha graduação, dando-me uma formação sólida não só no âmbito profissional, mas também na cidadania. Agradeço ao SUS por fornecer as vacinas contra a COVID-19 e amortecer – mesmo em um contexto de negacionismos e boicotes – os impactos negativos da pandemia.

Assim, termino essa jornada por aqui (sabendo, claro, de várias outras que me aguardam). Dedico essa minha vitória a todos vocês. Obrigado por andarem comigo!

RESUMO

Vem sendo consenso entre cientistas políticos de que a “morte da democracia” não constituiria um fenômeno decorrente apenas de eventos súbitos, como golpes militares e fechamento do Congresso. Nesta nova conjuntura, chamada de “terceira onda de autocratização” (1994-2023), a reversão da democracia ocorre de forma gradual e por meio de vias legais (LÜHRMANN; LINDBERG, 2019). Na América Latina, tal processo acontece com intensidades e dinâmicas próprias, pois as crises econômicas, os constantes problemas no âmbito socioeconômico, a força e a frequente interferência de atores “pretorianos” na arena política e o frágil compromisso das elites com as instituições democráticas (formais e informais) continuariam a ser empecilhos à institucionalização da soberania popular. Essas condições causais típicas da região chegaram a receber conjuntamente a alcunha de *latinoamericanização* (LEVINE, 1994). Dessa maneira, a “terceira onda” que se manifesta na América Latina possui agravantes próprios que potencialmente podem colocar a democracia sob risco. Dito isto, a questão que norteou a pesquisa foi: como os fatores políticos, socioeconômicos e culturais contribuem para inserir a América Latina na terceira onda de autocratização? Com vistas a responder a essa questão, foram delimitados, como objeto de pesquisa, os eventos que enfraqueceram as democracias do Brasil e da Venezuela, segundo os *scores* de democratização registrados no Projeto Variedades da Democracia (V-Dem). A hipótese é de que a combinação de mau desempenho socioeconômico, fraco apoio dos cidadãos à democracia e coalizões radicais e desleais formaria uma condição suficiente para explicar o fenômeno de interesse. Por meio da Abordagem Qualitativa-Comparativa (QCA), chegou-se à conclusão de que coalizões políticas antidemocráticas constituem condição suficiente para explicar o revés democrático.

Palavras-chave: autocratização; democracia; crise econômica; cultura política; coalizões políticas.

ABSTRACT

There has been a consensus among political scientists that the “death of democracy” would not be a phenomenon resulting only from sudden events, such as military coups and the closure of Congress. In this new situation, called the “third wave of autocratization (1994-2023), the reversal of democracy occurs gradually and through legal channels (LÜHRMANN & LINDBERG, 2019). In Latin America, this process occurs with its own intensities and dynamics, since economic crises, constant socioeconomic problems, the strength and frequent interference of “praetorian” actors in the political arena and the fragile commitment of elites to (formal and informal) democratic institutions would continue to be an obstacle to the institutionalization of popular sovereignty. These typical causal conditions of the region came to be collectively called *latinamericanización* (LEVINE, 1994). Therefore, the “third wave” that is manifesting itself in Latin America has its own aggravating factors that could potentially put democracy at risk. That said, the question that guided the research was: how do political, socioeconomic and cultural factors contribute to inserting Latin America into the third wave of autocratization? In order to answer this question, the research object was defined as the events that weakened the democracies of Brazil and Venezuela, according to the democratization scores recorded by the Varieties of Democracy Project (V-Dem). The hypothesis was that the combination of poor socioeconomic performance, weak citizen support for democracy and radical and disloyal coalitions would form a sufficient condition to explain the phenomenon of interest. Through the Qualitative-Comparative Approach (QCA), it was concluded that anti-democratic political coalitions constitute a sufficient condition to explain the democratic setback.

Keywords: autocratization; democracy; economic crisis; political culture; political coalitions.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
Democratizações e Autocratizações Contemporâneas no Brasil e na Venezuela	15
<i>Contextualização: as ondas de democratização</i>	<i>15</i>
<i>Venezuela: do Pacto de Punto Fijo ao desmoronamento da democracia representativa</i>	<i>16</i>
<i>Brasil: da Constituição de 1988 à ascensão bolsonarista</i>	<i>20</i>
Marco Teórico e Hipótese	25
Metodologia	31
Estrutura da dissertação	36
1 HISTÓRICO DOS REGIMES POLÍTICOS DA AMÉRICA LATINA.....	38
1.1 América Latina: contextualização e legado histórico.....	40
1.2 Primeira Onda de Democratização.....	42
<i>1.2.1 A dominação oligárquica</i>	<i>42</i>
<i>1.2.2 A semidemocracia no Chile.....</i>	<i>44</i>
<i>1.2.3 Avanços democráticos na Argentina e no Uruguai.....</i>	<i>47</i>
1.3 Primeira Onda de Autocratização	51
<i>1.3.1 Onda reversa no Chile.....</i>	<i>52</i>
<i>1.3.2 Onda reversa na Argentina e no Uruguai.....</i>	<i>54</i>
<i>1.3.3 Os casos desviantes: Chile e Costa Rica.....</i>	<i>56</i>
<i>1.3.4 O “Estado de Compromisso”</i>	<i>57</i>
1.4 Segunda Onda de Democratização.....	57
<i>1.4.1 A democracia avançada no Chile.....</i>	<i>59</i>
<i>1.4.2 A estabilidade de Costa Rica e Venezuela</i>	<i>60</i>
<i>1.4.3 Colômbia e “La Violencia”</i>	<i>62</i>
1.5 Segunda Onda de Autocratização	68
<i>1.5.1 Uruguai e Chile</i>	<i>69</i>
1.6 Terceira Onda de Democratização.....	72
<i>1.6.1 El Salvador, Paraguai e o novo padrão de instabilidade latino-americano</i>	<i>73</i>
<i>1.6.2 Heranças autoritárias de Chile e Brasil</i>	<i>75</i>
<i>1.6.3 A transição bem-sucedida da Argentina</i>	<i>77</i>
<i>1.6.4 A matriz neoliberal</i>	<i>78</i>
1.7 “Fim da História”?	80
2 REGIMES POLÍTICOS NO BRASIL E NA VENEZUELA	85
2.1 A consolidação do Estado pelas vias autoritárias e oligárquicas	85

2.2 As mudanças da década de 1930	89
2.3 A segunda onda de democratização alcança Brasil e Venezuela	94
2.3.1 <i>Brasil: a inédita e instável experiência democrática</i>	94
2.3.2 <i>Venezuela: do “triênio” fracassado à estabilidade política do Pacto de Punto Fijo</i>	101
2.4 A segunda onda de autocratização alcança o Brasil: o golpe de 1964	106
2.5 Brasil e a Terceira Onda de Democratização	110
2.6 O fim do “excepcionalismo” venezuelano	117
2.7 As controvérsias da democracia brasileira	121
2.8 Terceira Onda de Autocratização	123
2.9 Conclusão	124
3 AS UNIDADES DE ANÁLISE: BRASIL E VENEZUELA DURANTE AS TERCEIRAS ONDAS DE DEMOCRATIZAÇÃO E AUTOCRATIZAÇÃO	126
3.1 Casos do Brasil	127
3.1.1 <i>Brasil (1990 a 1994) – Transição concluída, consolidação em curso</i>	127
3.1.2 <i>Brasil (1994 a 2014) – Consolidação e estabilidade democráticas</i>	130
3.1.3 <i>Brasil (2015 a 2017) – Degradação institucional</i>	133
3.1.4 <i>Brasil (2018 a 2021) – Ascensão do bolsonarismo</i>	140
3.2 Casos da Venezuela	147
3.2.1 <i>Venezuela (1990 a 1992) – Democracia sob teste e reformas</i>	147
3.2.2 <i>Venezuela (1993 a 1997) – Impeachment e colapso do sistema partidário</i>	149
3.2.3 <i>Venezuela (1998 a 2000) – A ascensão do chavismo</i>	152
3.2.4 <i>Venezuela (2001 a 2004) – Radicalização</i>	158
3.2.5 <i>Venezuela (2005 a 2013) – O Socialismo do Século XXI</i>	161
3.2.6 <i>Venezuela (2014 a 2017) – Autocracia eleitoral</i>	164
4 APLICAÇÃO DA ABORDAGEM QUALITATIVA-COMPARATIVA (QCA)	166
4.1. Operacionalização das condições causais	167
4.1.1. <i>Situação socioeconômica</i>	167
4.1.2. <i>Apoio dos cidadãos à democracia</i>	168
4.1.3 <i>Coalizões vencedoras</i>	170
4.2. Condições de necessidade e suficiência	179
5. CONCLUSÃO	183
REFERÊNCIAS	186

INTRODUÇÃO

“A terceira onda de autocratização está aqui” – assim se inicia o artigo de Anna Lührmann e Staffan I. Lindberg, ambos pesquisadores do Projeto Variedades da Democracia (V-Dem), instituto que visa medir a qualidade das democracias no mundo. O título não deixa dúvidas: o mundo se tornou palco de uma nova febre autoritária. Viktor Orbán (Hungria), Recep Tayyip Erdoğan (Turquia), Andrzej Duda (Polônia), Donald Trump (Estados Unidos) e Jair Bolsonaro (Brasil) são alguns dos protagonistas nesse cenário e vêm despertando a atenção – e preocupação – em parte da plateia mundial.

O contexto de inquietação fez com que especialistas políticos se debruçassem firmemente sobre o tema. Obras literárias se tornaram campeãs de venda ao alertarem para a crise da democracia no século XXI, como foi o caso de *Como as Democracias Morrem*, de Steven Levitsky e Daniel Ziblatt. Escrito em 2018 sob a preocupação com a vitória eleitoral do *outsider* Donald Trump para a presidência dos Estados Unidos, o *best-seller* traz o argumento de que a “morte da democracia” não seria um fenômeno decorrente apenas de eventos súbitos, como golpes militares e fechamento do Congresso, tão comuns no século XX. Na verdade, os diversos regimes democráticos contemporâneos estariam sofrendo ameaças no interior de seus próprios campos institucionais: políticos autoritários seriam eleitos pelos cidadãos e, ao ocuparem postos de poder, gradualmente desgastariam as grades de proteção da democracia até o ocaso de suas instituições.

Esse novo momento de reversão em diversos regimes políticos do mundo, marcado por erosões, ou seja, declínios graduais nos atributos democráticos, foi denominado por Lührmann e Lindberg (2019) de “terceira onda de autocratização”. Com base nos dados do Projeto Variedades da Democracia (V-Dem), os autores definem a “autocratização” como o “oposto de democratização, descrevendo assim ‘qualquer afastamento da democracia [plena]’” (LÜHRMANN; LINDBERG, 2019, p. 5, *tradução nossa*). A terceira onda teria começado em 1994 e perdura até o momento em que este projeto foi concluído (2023). Ela se contrapõe à primeira onda (ocorrida no período entreguerras com a ascensão do nazifascismo) e à segunda onda (predominante na América Latina nas décadas de 1960 e 1970), ambas dominadas por táticas clássicas de autocratização, como golpes militares, invasões estrangeiras ou autogolpes de chefes do Executivo autoritários (*ibid.*, p. 10).

Haveria motivos para pânico diante deste cenário de declínio democrático? Por um lado, Lührmann e Lindberg (2019) concordam com a preocupação de Levitsky e Ziblatt (2018) e demais autores, pois a terceira onda de autocratização 1) envolve processos autocratizantes mais discretos e, portanto, mais difíceis de serem identificados e remediados e 2) tem atingido um número sem precedentes de regimes políticos, inclusive as democracias consolidadas. No entanto, por outro lado, os autores amenizam o pânico gerado em torno da nova tendência antidemocrática, visto que os declínios são de magnitude reduzida em comparação às ondas precedentes, marcadas por rupturas bruscas. Desse modo, “os países afetados permanecem mais democráticos [na terceira onda de autocratização] do que seus equivalentes atingidos por ondas anteriores de autocratização” (LÜHRMANN; LINDBERG, 2019, p. 2, *tradução nossa*).

Em geral, as explicações para esse processo de erosão democrática contemporânea pertencem à família teórica da agência (WALDNER; LUST, 2018) ao darem relevância a ações de personalidades populistas¹ e autoritárias, que, ao ocuparem principalmente o Poder Executivo via eleições populares, gradualmente e discretamente desgastariam as “grades de proteção” da democracia até a sua derrocada (BERMEO, 2016; LEVITSKY; ZIBLATT, 2018; LÜHRMANN; LINDBERG, 2019). Desde então, abriu-se um intenso debate entre especialistas sobre a eficácia dos arranjos institucionais da democracia liberal em frear as investidas autoritárias desses *outsiders* populistas eleitos. No Brasil, por exemplo, os mais otimistas apostam que as instituições – estruturas que se materializam em práticas e regras que condicionam comportamentos na arena política (COUTO, 2018, p. 480-481) – conseguiriam constranger os excessos do presidente Jair Bolsonaro que poderiam pôr em risco o jogo democrático. Em contrapartida, os mais pessimistas creem que o presidente, ao visar impor sua agenda governamental a qualquer custo, inevitavelmente desgastaria os mecanismos institucionais com constantes ataques às grades de proteção da democracia (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018, p. 103-112).

Este projeto lida especificamente com os desafios da ordem liberal-democrática na América Latina à luz do conceito de “terceira onda de autocratização”. As particularidades da reversão democrática em seus países merecem um olhar aprofundado.

¹ Embora seja um conceito bastante controverso, podemos entender o populismo como uma mobilização estratégica cuja retórica “consiste em exaltar as virtudes ‘naturais’ do povo em oposição às da elite”, de forma a afrontar “as massas contra ‘o sistema’” (TRAVERSO, 2019, p. 22). No entanto, os alvos não são tanto as elites econômicas, mas aqueles que possuem poder de decisão coletiva: os agentes políticos. Os populistas, assim, direcionam sua hostilidade ao *establishment* político de forma geral, ou seja, “o que quer que seja colocado entre ‘nós’ (o povo de fora) e o Estado (aparelhos internos dos tomadores de decisão, eleitos ou nomeados)” (URBINATI, 2019, p. 40, *tradução nossa*).

Afinal, os processos antidemocráticos da segunda e terceira ondas parecem possuir muitos elementos em comum no universo latino-americano. Ainda que, de fato, tenham se tornado menos frequentes, os golpes de Estado, frustrados ou não, bem como outras formas de ruptura institucional continuam a assombrar a política desta região (CHARLEAUX, 2019) mesmo que convivam com casos de (e sejam precedidos por) declínios mais lentos de traços democráticos. Isso porque, além dos excessos individuais de lideranças autoritárias no Poder Executivo, ainda estariam presentes outros fatores autocratizadores da onda anterior na América Latina contemporânea. Os constantes problemas no âmbito socioeconômico, a existência de elementos antidemocráticos na própria configuração institucional (AVRITZER, 2019), a força e até mesmo a frequente interferência de atores “pretorianos” na arena política (como os militares ou “bacharéis”) (HUNTINGTON, 1972; AVRITZER; MARONA, 2017; AVRITZER, 2019; VICTOR, 2022) e o frágil compromisso das elites com as instituições democráticas (formais e informais) (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018; AVRITZER, 2019) continuariam a ser empecilhos à institucionalização da soberania popular. São condições causais típicas da região que chegaram a receber conjuntamente a alcunha de *latinoamericanização* (LEVINE, 1994). Em outras palavras, em vez de reduzir o tema da crise da democracia moderna na América Latina a um simples confronto maniqueísta entre governantes autoritários e instituições, é recomendável alguma análise que considere como causas tanto as ações extremadas que desrespeitam compromissos democráticos quanto os fatores históricos de autocratização que não foram resolvidos nesses países durante a fase anterior: a da terceira onda de democratização.

Dessa maneira, a “terceira onda” que se manifesta na América Latina possui agravantes próprios que potencialmente podem colocar a democracia sob risco. Dito isto, a questão que norteou a pesquisa foi: **como os fatores socioeconômicos, culturais e políticos contribuem para inserir a América Latina na terceira onda de autocratização?** Com vistas a responder a essa questão, foram delimitados, como objeto de pesquisa, os eventos que enfraqueceram as democracias do Brasil e da Venezuela, segundo os *scores* de democratização registrados pelo já mencionado V-Dem.

Por que foram escolhidos Brasil e Venezuela? O primeiro motivo que levou à escolha de ambos se justifica pelo fato de esses países já terem sido diagnosticados pela longevidade e/ou estabilidade de suas democracias (LEVINE, 1994; ELLNER; SALAS, 2005; AVRITZER, 2016; LEVITSKY; ZIBLATT, 2018). Segundo, as instituições brasileiras e venezuelanas, outrora avaliadas como garantidoras de estabilidade,

revelaram-se frágeis e foram testadas até o limite em situações de crise. A instabilidade, inclusive, lançava luz sobre algumas vulnerabilidades presentes no interior do sistema político de cada uma (LEVINE, 1994; MCCOY; MYERS, 2004; AVRITZER, 2019).

A terceira razão se explica pelo fato de esses Estados passarem por fortes processos de retrocesso democrático, o que os tornou casos notáveis de autocratização contemporânea. A Venezuela foi um dos primeiros casos de erosão gradual típico da terceira onda, embora tivesse sofrido uma ruptura institucional carregada de elementos comuns da segunda onda (envolvendo crise econômica, mobilização de militares e tentativas de golpe). O Brasil, por sua vez, chegou a ser o 4º país que mais se afastou da democracia plena, conforme apontou o relatório do V-Dem de 2021, ficando atrás somente de Polônia, Hungria e Turquia.

O quarto motivo que levou à escolha de Brasil e Venezuela tem a ver com a representatividade dos casos: ambos os países passaram por experiências que representam a realidade da América Latina durante as últimas ondas tanto de democratização quanto de autoritarismo, a saber: 1) fase de otimismo democrático; 2) momentos de instabilidade; 3) erosão democrática; 4) colapso democrático.

Se os motivos anteriores permitem a definição de uma área de homogeneidade para realizar a comparação, o quarto motivo surge do objetivo de fazer uma contraposição entre os dois casos: enquanto o Brasil passou por uma erosão que não resultou em um *breakdown* (além de haver uma forte possibilidade de ter o processo interrompido no momento em que este trabalho foi concluído), o declínio venezuelano resultou em uma ruptura para uma autocracia eleitoral. Pode-se dizer que o caso brasileiro é típico da terceira onda de autocratização (não obstante a presença de elementos também existentes na segunda onda latino-americana), enquanto o colapso democrático na Venezuela faz com que o país se caracterize como uma espécie de segunda onda tardia (ainda que tenha sofrido uma erosão mais demorada, típica da terceira onda).

A história política recente dos dois países se divide em 10 períodos-países que exibem variação no *outcome* de interesse. Em outras palavras, a trajetória histórica de Brasil e Venezuela contempla unidades de análise em que a autocratização ocorre e também casos em que ela não acontece. Assim, o presente trabalho tem o objetivo de analisar e avaliar comparativamente os eventos que provocaram processos de autocratização no Brasil e na Venezuela. Ademais, os objetivos específicos são: 1) identificar os fatores que contribuem para o processo autocratizante em ambos os países; 2) relacionar a operacionalização desses fatores com os índices do V-Dem; 3) construir

uma análise *within-case* de Brasil e Venezuela, conforme informações da bibliografia pertinente; 4) estabelecer inferências causais por meio da Abordagem Qualitativa-Comparativa (QCA) a respeito do fenômeno em questão.

Democratizações e Autocratizações Contemporâneas no Brasil e na Venezuela

Este tópico visa apresentar, de forma sucinta, as experiências democratizantes de Brasil e Venezuela e suas respectivas inserções no fenômeno da terceira onda de autocratização. Entretanto, é importante primeiro apresentar brevemente a teoria das ondas de democratização e de suas respectivas reversões para fins de contextualização.

Contextualização: as ondas de democratização

Huntington (1994) foi o primeiro a abordar as transições de regime agrupadas em ondas históricas. “Ondas” seriam tendências que uma parcela significativa do globo se inclinaria a seguir em um determinado período do tempo. Com base na literatura utilizada para este trabalho, a história contemporânea teria vivenciado “ondas” tanto de democratização quanto de reversão.

Uma onda de democratização, segundo Huntington (1994), seria “um grupo de transições de regimes não-democráticos para democráticos, que ocorrem dentro de um período de tempo específico e que significativamente são mais numerosas do que as transições na direção oposta durante tal período” (HUNTINGTON, 1994, p. 23). As ondas reversas, ao contrário, constituíram os momentos em que retrocessos e colapsos democráticos seriam os eventos predominantes no mundo.

Na década de 1990, Huntington identificou, em sua teoria, três ondas de democratização e duas de reversão. A primeira inclinação mundial para a democracia teria se iniciado no século XIX – com a conquista do sufrágio pela população masculina nos EUA – e vigorado até o Período Entreguerras (1918-1939). Segundo a teoria huntingtoniana, essa onda foi superada por uma primeira “onda reversa”, cujo ponto de partida foi a ascensão de Mussolini na década de 1920, sendo dominante até os momentos finais da Segunda Guerra Mundial. Terminado o conflito mundial, o planeta experimentaria uma segunda onda democrática, seguida, porém, por mais uma onda reversa, sendo esta predominante a partir da década de 1960 e estendendo-se até a década de 1970. Por fim, a terceira onda de democratização, que é a atual, teria como ponto de

partida a década de 1970, marcada pela Revolução dos Cravos, em Portugal, além das democratizações na Ásia, na América Latina e no Leste Europeu.

Na década de 1990 e início do século XXI, a terceira onda de democratização era vista como uma tendência de alcance e profundidade sem precedentes na história. O número de democracias ultrapassava o das ondas anteriores e parecia avançar cada vez mais sobre as mais variadas localidades do globo terrestre. Isso explica a euforia e o otimismo generalizados que se encontravam presentes nas análises e nas teorias de especialistas interessados em assuntos políticos daquela época. É célebre, por exemplo, o veredito de Francis Fukuyama (2019), segundo o qual a democracia liberal representaria o “fim da história” (FUKUYAMA, 2019). A democracia seria o destino inevitável de toda a humanidade.

No entanto, Lührmann e Lindberg (2019) argumentam que uma “terceira onda de autocratização” vem provando que o otimismo em relação à terceira onda de democratização contemporânea era prematuro. Embora alguns autores já percebessem sinais de inclinações autoritárias ainda no final do século XX, foi no início dos anos 2000 que o espectro do autoritarismo passou a rondar as democracias liberais de forma mais evidente. Recentemente, lideranças políticas autocráticas têm vencido eleições e promovido tensões com as instituições que garantem a existência de um regime competitivo. Países como Hungria, Índia, Rússia, Turquia, Brasil, Venezuela e até mesmo os Estados Unidos passaram por declínios substanciais em índices de democracia medidos por institutos como Freedom House e V-Dem.

Venezuela: do Pacto de Punto Fijo ao desmoronamento da democracia representativa

A origem da democracia venezuelana teve como marco o *Pacto de Punto Fijo* de 1958, após dez anos de ditadura militar. Tratou-se de um acordo entre as elites políticas dos três principais partidos do país – a Ação Democrática Nacional (AD), o Comitê de Organização Política Eleitoral Independente (COPEI) e, em menor medida, a União Republicana Democrática (URD) –, que se preocuparam em superar suas diferenças e abandonar posturas radicais, que, no passado, provocaram instabilidade política. No processo de conciliação, elaborou-se também uma ampla política distributiva capaz de acomodar os interesses heterogêneos e minimizar possíveis tensões (REY, 1991; MYERS, 2004; VILLA, 2005); para isso, contou-se com os vultosos recursos advindos

do petróleo explorado e exportado pelo Estado. O resultado desses esforços foi o firmamento da Venezuela como uma das democracias mais estáveis e duradouras da América do Sul no século XX, atravessando as décadas de 1960 e 1970 com riqueza acumulada, moeda valorizada, partidos políticos fortes e subordinação institucionalizada das Forças Armadas aos civis, enquanto seus vizinhos eram engolidos por crises econômicas, instabilidade política, golpes militares e ditaduras. O “excepcionalismo venezuelano” parecia sobreviver à “latinoamericanização” (LEVINE, 1994).

Entretanto, as controvérsias do sistema político implantado pelo Pacto de Punto Fijo ficaram mais evidentes a partir da crise econômica de 1983, conhecida como Black Friday; os fatores que garantiam estabilidade acabaram se revelando grandes produtores de instabilidade. Para começar, com o intuito de manter a “ilusão de harmonia”, as elites políticas dos partidos dominantes (AD e COPEI) valeram-se dos recursos do petróleo para promover uma política notoriamente clientelista, formando um cartel para distribuir as verbas principalmente entre si. Como o passar do tempo, especialmente após a Black Friday, a renda do Estado foi declinando, e a luta pelos recursos petrolíferos tornava-se mais caótica entre os atores políticos e os empresários dependentes desses recursos. Assim, devido às fragilidades dos mecanismos de responsabilização, proliferavam os casos de corrupção e a incapacidade do governo em fornecer políticas públicas básicas.

Havia também uma questão que não fora plenamente resolvida na democracia de Punto Fijo: o papel dos militares. É inegável que houve avanços na institucionalização do controle civil sobre as Forças Armadas e na limitação de sua autoridade a assuntos de defesa externa. Entretanto, segundo Trinkunas (2004), havia disfuncionalidades. As compras de equipamentos para a defesa eram frequentemente marcadas por irregularidades e corrupção que envolviam políticos civis e oficiais de alto escalão. Ademais, a promoção para postos de coronel ou general era baseada não no mérito, mas no alinhamento com os dois partidos principais.

É importante ressaltar também que a supervisão civil sobre as Forças Armadas era muito reduzida, pois a proximidade com o alto comando fez com que os civis ficassem negligentes em relação a essa tarefa. Dessa forma, prestou-se pouca atenção à ruptura geracional que ocorreu entre os militares mais velhos e uma nova geração de oficiais subalternos que se graduavam na década de 1970, época em que as academias militares vivenciaram reformas educacionais significativas. Segundo Trinkunas (2004), essa nova geração não se tornou apenas altamente treinada, mas desenvolveu um forte senso de disciplina, honra, autossacrifício, nacionalismo e liderança, além de uma perspectiva

utilitária e populista de democracia. Essa visão de mundo opunha os jovens oficiais aos vícios do alto comando e dos políticos e minou sua confiança no regime de Punto Fijo. O distanciamento que crescia entre, de um lado, os generais e almirantes e, do outro, seus subordinados minou a capacidade de os políticos conseguirem detectar a agitação militar (TRINKUNAS, 2004, p. 63).

Quanto aos efeitos da Black Friday na década de 1980, à medida que a recessão deteriorava as condições de vida da população, tomava conta do país um clima crescente de frustração e desconfiança em relação às instituições políticas. Representantes e partidos eram vistos como incompetentes e envolvidos em escândalos de corrupção. Esse cenário de desolação engatilhou uma série de eventos que aceleraram a passagem do “excepcionalismo venezuelano” para a “latinoamericanização” (LEVINE, 1994). Em primeiro lugar, no dia 27 de fevereiro de 1989, após seis anos sob efeitos amargos da Black Friday e apenas três semanas depois da volta do popular Carlos Andrés Pérez à presidência, explodiram sangrentas revoltas urbanas como uma resposta ao pacote de medidas neoliberais anunciadas pelo governo; tais manifestações ficaram conhecidas como *Caracazo*. Na esteira dos protestos e do clima de frustração geral, os militares, especialmente os oficiais subalternos, emplacaram duas tentativas de golpes de Estado em 1992: uma no dia 4 de fevereiro, liderada pelo tenente-coronel Hugo Frías Chávez, e outra no dia 27 de fevereiro, comandada por oficiais da alta hierarquia. Os abalos seguintes foram produzidos pela controversa remoção de Carlos Andrés Pérez em maio de 1993 e pela eleição, em dezembro do mesmo ano, do ex-presidente Rafael Caldera, que, percebendo a crise pela qual passava os partidos venezuelanos, abandonou o COPEI, partido que ele próprio havia fundado, e promoveu uma campanha eleitoral personalista e antipartidária, marcando a primeira derrota de AD e COPEI nas urnas.

Durante esse processo, ganhava popularidade a figura de Hugo Chávez. O levante militar liderado por ele tinha sido derrotado, mas o tenente-coronel acabou se tornando uma espécie de herói popular por surfar na onda de insatisfação geral e desafiar o desacreditado sistema partidário vigente. Ganhou mais credibilidade quando Caldera – com o propósito de capitalizar a base antissistema de Chávez – prometeu tirar-lhe da prisão. Desta forma, as ações políticas de Caldera representaram não apenas um golpe mortal no sistema bipartidário venezuelano, mas também a derrocada do acordo de Punto Fijo ao anistiar os revoltosos de 1992 e, assim, ferir o princípio de inibir posturas radicalizadas. Chávez não perdeu a oportunidade e, sabendo do prestígio que tinha perante a opinião pública, aproveitou o caminho pavimentado por Caldera para concorrer

às eleições presidenciais em 1998. Em sua candidatura, atraiu o apoio das massas ao 1) explorar a figura de Simón Bolívar, de forma a se mostrar herdeiro do projeto libertador do herói da independência; 2) ao atacar as elites políticas e 3) ao prometer uma democracia mais “autêntica”, voltada para a melhoria da vida dos mais pobres (CANACHE, 2004; VILLA, 2005; LEVITSKY; ZIBLATT, 2018). Essa campanha resultou na vitória do tenente-coronel com 56% dos votos.

Desde a posse de Chávez, a Venezuela testemunhou uma constante luta radicalizada e marcada pelo escasso compromisso com os princípios democráticos entre o governo e a oposição. De um lado, o presidente bolivariano não media esforços para demonizar adversários, concentrar poderes no Executivo, erodir os mecanismos de *checks and balances* e fragilizar o controle civil sobre os militares; do outro, a oposição apostava em ações extrainstitucionais para expulsar o governo bolivariano. Esse cenário de radicalização e de aversão ao pluralismo fez com que o Índice de Democracia Eleitoral (EDI) do V-Dem apontasse o ano da eleição de Chávez (1998) como o ponto de partida da queda vertiginosa da poliarquia venezuelana rumo ao autoritarismo.

Uma vez empossado presidente, Chávez cumpriu sua promessa de mudar o sistema e convocou eleições para uma Assembleia Constituinte em 1999. Seus aliados obtiveram esmagadora maioria para escrever a Constituição basicamente sozinhos. A Carta fora promulgada no mesmo ano e dividia opiniões: para alguns, ela expandia em excesso os poderes do Executivo e desinstitucionalizava o controle civil sobre os militares, ao mesmo tempo que ampliava as atribuições destes para assuntos domésticos (TRINKUNAS, 2004); para outros, ela significou um avanço na qualidade da democracia ao aperfeiçoar os mecanismos de participação popular.

Por razões constitucionais, novas eleições foram realizadas em 2000, e Chávez e seus aliados conseguiram novas vitórias expressivas. Em um contexto no qual o presidente acumulava mais poderes e desagradava ainda mais seus adversários, “surge uma radicalização no discurso chavista e no discurso da oposição, gerando-se um quadro de polarização de campos políticos de ‘nós e os outros’” (VILLA, 2005, p. 163). A radicalização, porém, não ficou restrita ao plano discursivo. Em abril de 2002, um golpe liderado por militares opositores derrubou o presidente. No entanto, o governo provisório não conseguiu força suficiente para se manter; isso possibilitou a volta de Chávez ao cargo em menos de 48 horas. Enquanto a oposição perdia legitimidade por suas ações extrainstitucionais (GAMBOA, 2016), o tenente-coronel ganhava mais credibilidade e, com isso, dava passos largos rumo a uma postura mais autoritária. Nos

anos que se seguiram após 2003, o regime chavista tornou-se mais repressivo e antidemocrático ao manipular regras, perseguir opositores, cooptar o Judiciário, concentrar recursos eleitorais e impedir a livre circulação de informação (quando, por exemplo, fechou uma importante emissora de televisão. A instituição da disputa eleitoral continuava funcionando, mas não era mais justa: “o chavismo controlava grande parte da mídia e desdobrou a vasta máquina do governo em seu favor” (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018, p. 16). A Venezuela se convertia definitivamente em um autoritarismo competitivo (LEVITSKY; WAY, 2002) ou autocracia eleitoral (LÜHRMANN *et al*, 2018).

Com a morte de Chávez, seu sucessor, Nicolás Maduro, assumiu a presidência por meio de eleição controversa em 2013 e prosseguiu com o regime chavista e com o aprofundamento da autocratização no país. A oposição ainda consegue aproveitar arenas de contestação e até mesmo impor derrotas ao chavismo, mas o governo continua possuindo os recursos do Estado e os aparelhos repressivos para manter sua supremacia. Sob a liderança de Maduro, o autoritarismo competitivo se consolida na Venezuela.

Brasil: da Constituição de 1988 à ascensão bolsonarista

O Brasil também ficou conhecido pelo êxito na implementação e na consolidação de seu regime democrático, mas acabou se tornando um caso típico da terceira onda de autocratização. Desde 2015, o país passou por um declínio significativo no EDI do V-Dem. Em contraposição ao caso venezuelano, porém, o Brasil não vivenciou um colapso democrático.

A “Nova República” brasileira (1985 -) se inicia após vinte anos de regime civil-militar. Seu momento fundacional foi a Assembleia Constituinte, que promulgou a Constituição de 1988, cujo teor fortemente social e democrático rendeu-lhe a alcunha de “Constituição Cidadã”. A prevalência de grupos progressistas em diversos temas nos trabalhos constituintes permitiu que direitos importantes fossem incluídos na Carta, “a começar pela universalização da saúde, pela transformação da assistência social em direito e pela abertura de incentivos para processos de participação social” (AVRITZER, 2016, p. 20).

A nova democracia ainda passaria por um período conturbado marcado pela hiperinflação (herdada pelo regime autoritário), por demonstrações do poder *de facto* dos militares durante o processo constituinte – que se valeram de ameaças e *lobby* para manter sua autonomia perante os civis (LINZ; STEPAN, 1999) – e pelo *impeachment* do

presidente Fernando Collor de Mello em 1992. No entanto, a partir de 1994, parecia que o sistema político brasileiro conseguiria se estabilizar. Em primeiro lugar, o presidencialismo de coalizão (sistema político em que o partido do presidente não alcança maioria no Congresso, o que o obriga a costurar alianças com outras agremiações partidárias) foi reimplantado, mas modificado pelos constituintes de modo a impedir a paralisia decisória, desafio não resolvido no sistema democrático de 1946 (LIMONGI; FIGUEIREDO, 2007). Em segundo lugar, as coalizões políticas lideradas pelo Partido dos Trabalhadores (PT) e pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) protagonizaram e estabilizaram a disputa política (MELO; CÂMARA, 2012) dentro dos limites das “grades de proteção” da democracia (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018).

Do ponto de vista das instituições contramajoritárias, a democracia brasileira parecia também ter sido exitosa. O Judiciário foi fortalecido enquanto instituição de vigilância constitucional, firmando-se como recurso de última instância – papel que costumava ser exercido pelos militares no período democrático anterior, devido exatamente à fragilidade do Supremo Tribunal Federal (STF) tão comum nos desenhos institucionais das constituições anteriores à de 1988 (ABRANCHES, 2018, p. 83). No auge da Nova República, as decisões do Poder Judiciário, especialmente as do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e as do Supremo Tribunal Federal (STF), não eram contrariadas pelos participantes do jogo político. Ademais, até pelo menos a primeira década de 2000, o protagonismo do Poder Judiciário e do Ministério Público na concretização dos direitos sociais, difusos e coletivos contribuiu para o aprofundamento da democracia.

Assim, tal organização institucional entregava estabilidade e resultados positivos: a qualidade de vida melhorava no país, com a estabilização da economia e a redução significativa da pobreza. Nesse período, segundo a classificação do V-Dem, o Brasil possuía uma democracia liberal, a categoria mais elevada do instituto. Assim, tudo indicava que o Brasil, no fim do século XX e início do século XXI, estaria se inserindo no rol das democracias consolidadas e endossava o otimismo dos analistas a respeito do alcance da terceira onda de democratização.

Todavia, o sistema político brasileiro revelou-se um produtor de instabilidade. Se, por um lado, a nova estrutura institucional conseguiu garantir a governabilidade – no sentido de se aprovar decisões –, do outro, as práticas envolvidas eram vistas pela opinião pública como ilegítimas e produtoras de resultados controversos. Isso porque os custos para a articulação política se mostraram crescentes no decorrer da Nova República tanto devido a situações de maior distância ideológica entre o presidente e o Congresso

Nacional (AVRITZER, 2016; CHAISTY *et al*, 2018) quanto à progressiva fragmentação partidária (AVRITZER, 2016; MELO, 2019). Os custos crescentes incentivaram as negociações clientelistas que colocavam os cargos ministeriais e o orçamento à disposição de propósitos meramente paroquialistas em vez de aderir esses recursos efetivamente a um projeto de governo ou a um planejamento setorial de políticas públicas. A corrupção também era estimulada devido à institucionalização dos financiamentos empresariais para as campanhas, o que levou à incidência de casos de caixa dois e até mesmo de caixa três. O resultado dessa soma de fatores foi a entrega de uma infraestrutura precária e a má qualidade de políticas públicas essenciais (AVRITZER, 2016).

O ápice dessa perda de legitimidade veio com os protestos sociais de junho de 2013, que expuseram as fragilidades do modelo representativo brasileiro. O que começou com uma luta contra o aumento nas tarifas de transporte na cidade de São Paulo tornou-se uma onda gigantesca de manifestações que engoliu doze capitais do país. Não havia homogeneidade nos protestos; as pautas eram difusas (envolviam críticas à corrupção, ao baixo salário dos professores, à má qualidade das políticas públicas etc.) e até mesmo antagônicas (iam da exigência pelo aperfeiçoamento da democracia até a reivindicação da intervenção militar por uma nova direita que ascendia). A presidente Dilma Rousseff (PT), que governava naquele momento, demorou quase um mês para apresentar alguma resposta, que ainda assim veio com uma pauta bastante abstrata e de execução complexa – e boa parte dela não fora realizada (SCHWARCZ; STARLING, 2017).

Em 2014, Dilma foi reeleita, mas os impasses não foram resolvidos pelo sistema representativo brasileiro. A situação se mostrou ainda mais delicada devido a uma profunda crise econômica que se devia tanto à conjuntura internacional quanto às decisões erráticas da presidente (CARVALHO, 2018; SINGER, 2018). Os impasses foram se agudizando até ganharem o *status* de crise. Fatores aprofundaram o mal-estar político e até mesmo promoveram declínios democráticos no país: segundo o V-Dem, os eventos que se sucederam a partir de 2015 provocaram quedas no Índice de Democracia Eleitoral (EDI) do Brasil.

Para começar, houve um rompimento da oposição com as “grades de proteção” da democracia em duas ocasiões: ao deslegitimar o resultado eleitoral de 2014 e ao promover o *impeachment* de Dilma Rousseff em 2016 por meio de uma movimentação controversa. Essas ações promoveram a ascensão de um governo sem aval da soberania popular, governo este que, devido, por um lado, justamente à sua impopularidade e, por outro, ao “escudo parlamentar” contra qualquer chance de derrubá-lo (PÉREZ-LIÑAN,

2014), “autorizava Temer a fazer o que bem entendesse, sem pruridos morais ou de satisfação à opinião pública” (LYNCH, 2022, p. 47).

Paralelamente, houve uma politização e partidarização do Poder Judiciário, especialmente com o advento da Operação Lava-Jato². É inegável que STF, Ministério Público e demais órgãos judiciais contribuíram para a estabilidade democrática até 2014. No entanto, o fato de tais entidades possuírem enormes prerrogativas e um padrão de funcionamento alheio à estrutura de pesos e contrapesos típicos da democracia liberal trouxe problemas quanto ao princípio da soberania popular e ao funcionamento adequado do Estado de Direito. Apesar de as inovações institucionais no sistema judicial durante a Nova República terem sido realizadas para reforçar a *accountability* horizontal (sobretudo durante os dois mandatos presidenciais de Luís Inácio Lula da Silva, do PT), Avritzer e Marona (2017, p. 363) argumentam que tais inovações permitiram a formação de um novo padrão de atuação do Judiciário e do Ministério Público na década de 2010, que seria nos moldes de um *pretorianismo judicial*. Essa adaptação de um termo usado por Huntington (1972) serve aos autores para se referirem aos abusos inconstitucionais da Operação Lava Jato. Trata-se de uma situação em que “o pretorianismo, isso é, a pressão sobre o sistema político, é exercido por alguns atores do sistema de justiça e das instituições judiciárias que se utilizam da mídia para a ampliação das suas posições” (AVRITZER; MARONA, 2017, p. 368). Isso ficou evidente com a “gramática política” que orientou os protagonistas da operação: o juiz de primeira instância de Curitiba, Sergio Moro, e o procurador federal que liderava a força-tarefa do Ministério Público, Deltan Dallagnol (AVRITZER; MARONA, 2017; SÁ E SILVA, 2020). A série de ações desses atores ao arpejo da lei culminaram na prisão do ex-presidente Lula em 2018, o primeiro colocado nas pesquisas da eleição daquele ano, retirando-o da disputa.

As Forças Armadas também têm ganhado espaço nos assuntos domésticos do país. Apesar de avanços no que tange à sua acomodação na democratização brasileira, o poder militar ainda goza de privilégios herdados do regime civil-militar, como a manutenção dos tribunais militares voltados para o julgamento de seus membros. Mas o mais

² A Operação Lava Jato começou com uma investigação sobre uma rede de postos de combustíveis e lava a jato de automóveis na cidade de Curitiba – capital do estado do Paraná – para movimentar recursos ilícitos obtidos por organizações criminosas. O Ministério Público Federal posteriormente chamou o caso de esquema para desviar recursos da Petrobras, empresa estatal de capital aberto atuante nos setores de petróleo, gás natural e energia. O caso envolvia funcionários da empresa, operadores financeiros, empreiteiros e políticos do PT, PMDB e PP. A operação teve como condições de possibilidade as mudanças institucionais pelas quais passaram os órgãos de responsabilização horizontal no decorrer da Nova República, especialmente nos governos petistas.

preocupante foram as recentes possibilidades de intervenção no jogo político, algo incompatível com a democracia liberal. O tuíte controverso do General Villas Boas momentos antes do julgamento do *habeas corpus* impetrado por Luís Inácio Lula da Silva trouxe à tona essa questão, pois claramente pressionava o STF a negar o pedido do ex-presidente³.

Por fim, a ascensão de uma “nova direita”, que passou a protagonizar protestos de rua com reivindicações antidemocráticas, como a intervenção militar, culminou na vitória eleitoral de Jair Messias Bolsonaro em 2018, um candidato ultradireitista conhecido por declarações polêmicas que vão dos elogios saudosistas à ditadura civil-militar até ataques às “minorias” sociais. Desde que assumiu a presidência, Bolsonaro já mostrou sua aversão à “negociação e construção de coalizões, política democrática ou instituições contramajoritárias” (AVRITZER; RENNÓ, 2021, p. 6, *tradução nossa*). Suas nomeações ministeriais pretendiam assegurar a lealdade de alguns grupos (militares, políticos próximos e eleitores fiéis) e ao mesmo tempo aniquilar políticas públicas, especialmente nas áreas da Educação, Meio Ambiente e Mulher, Família e Direitos Humanos sob o pretexto de que elas seriam “de esquerda”. Ademais, o tensionamento com o STF e o Congresso Nacional parecia ser a prioridade na agenda do presidente, gerando o que Couto (2021) chama “governo-movimento”:

Essa priorização da produção constante do conflito a partir do próprio governo denomino governo-movimento. Trata-se de um modo de funcionamento que foca no enfrentamento de outros atores políticos e na agitação contínua da base mais apaixonada do chefe. Mais que resultados práticos, o que o mobiliza é essa produção de ruído que ativa seus simpatizantes, a criação constante de inimigos e a deslegitimação de instituições, atores e políticas (COUTO, 2021, p. 41-42).

Assim, sob a liderança de Bolsonaro, o EDI do Brasil sofreu novas quedas, acelerando a autocratização no país que havia começado em 2015. Em 2014, o EDI brasileiro era de 0,88; em 2021, o índice já era de 0,67. Conforme a classificação do V-Dem, o Brasil perdia o *status* de democracia liberal e tornava-se uma democracia eleitoral. Em outras palavras, embora o Brasil não tivesse se tornado um regime autoritário, ficou evidente o contínuo processo de erosão pela qual passava sua poliarquia.

³ O post em questão foi: “Asseguro à nação que o Exército brasileiro julga compartilhar o anseio de todos os cidadãos de bem de repúdio à impunidade e de respeito à Constituição, à paz social e à democracia, bem como se mantém atento às suas missões institucionais”. Disponível em: <<https://bit.ly/4cLrTom>>. Acesso em: 02 fev. 2022

Marco Teórico e Hipótese

O Projeto Variedades da Democracia (V-Dem) construiu o Índice de Democracia Eleitoral (EDI) para operacionalizar e captar em que medida estão presentes todos os elementos do conceito de democracia desenvolvido por Dahl (2005). Segundo este, pode-se definir a democracia como “um sistema político que tenha como uma de suas características o fato de ser inteiramente, ou quase inteiramente responsivo a todos os seus cidadãos” (DAHL, 2005, p. 25-26). Tal sistema teria que possuir cinco critérios: a) participação efetiva; b) igualdade de voto; c) aquisição de entendimento esclarecido; d) controle definitivo do planejamento; e) inclusão cidadã (DAHL, 2001, p. 50). Como as democracias modernas (em sua forma de Estado-nação) dificilmente conseguem cumprir esses critérios, Dahl (2001) as denominou de “poliarquias”, as quais devem possuir as seguintes garantias institucionais: 1) liberdade de expressão, 2) de associação e 3) de acesso às várias fontes de informação; 4) eleições livres, justas e frequentes; e 5) controle de decisões governamentais atribuída a 6) funcionários eleitos (DAHL, 2001, p. 99-100). Essas garantias constituem duas dimensões de democratização: extensão da participação política e ampliação da competição política (DAHL, 2005, p. 29).

Seguindo a proposta de Lührmann e Lindberg (2019), a autocratização, por sua vez, foi definida como qualquer afastamento dessa definição de democracia/poliarquia, ou seja, trata-se de um processo representado por qualquer queda substancial na pontuação do Índice de Democracia Eleitoral (EDI), medido pelo já mencionado V-Dem. Isso significa que o conceito de autocratização não se limita a contemplar somente os episódios súbitos de colapso democrático; ele também engloba os casos de decadência gradual que podem resultar ou não na mudança de regime. Mais precisamente, Lührmann e Lindberg (2019) definem a autocratização como um conceito “guarda-chuva”, que abrange *recessões democráticas* (para se referir a perdas significativas dentro da própria democracia, sem necessariamente levar a uma ruptura), *colapsos democráticos* (que captura os casos em que o regime se torna autoritário) e *consolidação autocrática* (que se refere ao aprofundamento do declínio democrático em países já autoritários) (LÜHRMANN; LINDBERG, 2019, p. 5-6). Os autores argumentam que os colapsos democráticos foram predominantes nas duas primeiras ondas antidemocráticas, enquanto, na terceira onda, tendem a prevalecer as recessões.

Waldner e Lust (2018) resumiram as seis famílias teóricas encontradas na literatura que pretendem explicar a nova tendência de retrocesso democrático. São elas:

agência política; cultura política; instituições políticas; economia política; estrutura social e coalizões políticas; e atores internacionais. As hipóteses que orientam este trabalho se baseiam nas seguintes dimensões: 1) economia política – mais precisamente os níveis de bem-estar socioeconômico, 2) cultura política – no caso, o apoio dos cidadãos à democracia – e 3) coalizões políticas – as articulações e a correlação de forças envolvidas.

No tocante à condição causal “bem-estar socioeconômico”, a precarização da qualidade de vida, provocada seja por crises econômicas, seja pelas imposições e contradições do capitalismo financeirizado (MERKEL, 2014; FRASER, 2015; FERNANDES, 2019), contribuiria para acentuar a descrença no sistema político vigente, inclusive se for democrático. Fraser (2015) argumenta que o capitalismo possui uma contradição que se aloja na fronteira entre economia e política, definida por uma relação simultânea de separação e dependência. Se, por um lado, a esfera econômica possui uma dinâmica própria, privatizada, e é orientada pelo capital e pela acumulação ilimitada, por outro, ela precisa de poderes públicos que forneçam uma estrutura legal a qual garanta o direito à propriedade privada, o cumprimento de contratos e o julgamento de disputas; mantenha a ordem por meio da “força legítima”; e forneça a nacionalização e o afiançamento do dinheiro (FRASER, 2015, p. 161).

Essa relação de separação-dependência entre economia e política, própria do capitalismo, costuma ser vista como um diferencial do capitalismo que lhe permite maior dinamismo e adaptabilidade. Vale ressaltar, no entanto, que ela também é uma fonte de instabilidade. A lógica do mercado (dominado pelo crescimento, pela eficiência e pelas liberdades individuais) e a da política (marcada pelo interesse público, pela cidadania e pela democracia) são diferentes e podem entrar em conflito. Há um momento em que a busca desenfreada pela acumulação de capital atropela a política, comprometendo toda a institucionalidade que garante a sobrevivência do *status quo*. Nas palavras de Fraser (2015):

Essa tendência se torna aguda, em qualquer caso, quando o impulso do capital em direção à acumulação ilimitada se desprende do controle político e se volta contra suas próprias condições de possibilidade. Nesse caso, a economia atropela a política, corroendo o poder público e desestabilizando as próprias agências políticas das quais o capital depende. O que fica comprometido são as capacidades públicas, tanto nacionais como transnacionais, necessárias para sustentar a acumulação a longo prazo. Destruindo suas próprias condições políticas de possibilidade, a dinâmica de acumulação do capital efetivamente come seu próprio rabo (FRASER, 2015, p. 164).

A instabilidade provoca o que a autora chama de *crise administrativa*. Trata-se de uma situação em que os poderes públicos não conseguem força suficiente para governar

com eficácia e solucionar crises, pois são ultrapassados pelo poder incontrolável das grandes corporações preocupadas em acumular capital de forma ilimitada e a curtíssimo prazo. Assim, ocorre não apenas uma precarização da qualidade de vida, como também uma falta de confiança nas instituições políticas, tidas como incapazes e corruptas.

Assim, considerou-se também, na análise, a confiança na democracia por parte dos cidadãos. A queda desse sentimento seria um passo fundamental para a degradação institucional, pois “gera, simultaneamente, cidadãos menos propensos a respeitar as regras informais e as normas legais da democracia” (FERNANDES, 2019, p. 11-12). Trata-se de um contexto que Foa e Mounk (2017) chamam de *desconsolidação democrática*. Linz e Stepan (1999) argumentam que uma democracia se consolida quando, entre outros fatores,

“uma grande maioria da opinião pública mantém a crença de que os procedimentos e as instituições democráticas são a forma mais adequada para o governo da vida coletiva em uma sociedade como a deles, e quando o apoio a alternativas contrárias ao sistema é bastante pequeno, ou mais ou menos isolado das forças pró-democráticas” (STEPAN; LINZ, 1999, p. 24).

Assim, a premissa é a de que, “para que uma democracia se tornasse ‘o único jogo da cidade’, uma grande maioria de seus cidadãos precisava ter um forte apego ao seu sistema político” (FOA; MOUNK, 2017, p. 3, *tradução nossa*). Entretanto, baseando-se nos dados da World Values Survey e nos demais levantamentos de opinião pública, Foa e Mounk (2017) alertam para o recente “declínio da confiança nas elites políticas, especialistas e na mídia como um sinal de que o apoio às principais instituições da democracia representativa está se erodindo” (*ibid.*). Na direção oposta – e isso seria o mais preocupante –, a preferência por alternativas autoritárias vem aumentando.

A desconsolidação democrática pode se combinar com a fragilização dos compromissos firmados entre as elites políticas para a sustentação da poliarquia. Entende-se “elite política” como atores fundamentais da política nacional, como as organizações e seus líderes (presidente, partidos políticos, parlamentares, militares etc.). Mainwaring e Pérez-Liñan (2013) argumentam que o grau de radicalização desses atores políticos relevantes e suas preferências normativas seriam as variáveis explicativas decisivas para a emergência, a sobrevivência e a queda dos regimes políticos na América Latina. Posturas radicalizadas não fazem menção a uma posição no espectro ideológico, mas sim o quanto as elites políticas e as organizações estão dispostas a recorrer a quaisquer meios para alcançar seus objetivos políticos e conseguir vantagens permanentes, a ponto de provocar e intensificar a polarização. Atores com posturas radicais costumam não possuir

uma preferência normativa pela democracia consistente, uma vez que, em nome dos seus anseios e interesses, não se preocupam em fragilizar ou até mesmo derrubar o regime democrático. São forças políticas sem lealdade em relação à democracia, ou seja, atacam o sistema político, difamam os oponentes e os partidos do sistema, obstruem constantemente a agenda legislativa, apoiam iniciativas de outros atores desleais para fins desestabilizadores, combinam ações conjuntas para derrubar governos e tiram do horizonte a possibilidade de se construírem novas maiorias (LINZ, 1989, p. 62).

A radicalização e a deslealdade em relação à democracia redundam no problema do *constitutional hardball* (TUSHNET, 2004) ou no *pretorianismo* (HUNTINGTON, 1972). O primeiro conceito, traduzido no Brasil como “jogo duro constitucional”, refere-se a práticas políticas que estão dentro da legalidade prevista na Carta Magna, mas que estão em tensão com convenções e entendimentos não escritos fundamentais; essas práticas envolvem o uso de prerrogativas institucionais para vencer adversários e, se possível, derrubá-los do jogo político (TUSHNET, 2004; FISHKIN; POZEN, 2018; LEVITSKY; ZIBLATT, 2018). Obstruções, mudanças institucionais, recusa do resultado eleitoral e aprovação de *impeachments* com interpretações controversas são exemplos de práticas que envolvem o *constitutional hardball*.

Sobre o *impeachment*, especificamente, Pérez-Liñan (2007) argumenta que esta é uma ferramenta que veio como uma alternativa “legal” aos golpes militares para resolver as crises políticas em regimes presidencialistas. O *impeachment* é um importante mecanismo constitucional de *accountability* sobre a autoridade do Executivo em regimes presidencialistas. Mas Marsteintredet (2014) aponta que a remoção de um presidente por motivações políticas, com fundamentações controversas e com a oposição se comportando de maneira mais intolerante e antidemocrática do que o presidente, resulta em um processo cujos custos costumam ser altos e que, ao invés de resolver a crise, intensifica-a, algo que pode desestabilizar e erodir a democracia. Ao desenvolverem uma teoria que relaciona o mau uso do *impeachment* ao agravamento da crise política, Llanos e Marsteintredet (2023) chamam tal uso equivocado dessa ferramenta de Erro do Tipo I.

Ainda segundo Llanos e Marsteintredet (2023), haveria também o Erro do Tipo II. Trata-se do fracasso ou do esforço nulo em impedir um presidente com posturas ilegais e/ou antidemocráticas. Ocorre geralmente em situações de democracia delegativa nas quais os mecanismos de *accountability* horizontal são fracos e incapazes de enquadrar um presidente forte.

No caso do pretorianismo, predomina a “lei do mais forte” nas eventuais lutas políticas. Nessa condição, os atores sociais se valem de seu poder *de facto*, ou seja, “dos recursos de qualquer natureza de que disponham” (REIS, 2009, p. 362) para impor sua vontade aos outros. Assim, por exemplo, trabalhadores recorrem às greves; os mais ricos recorrem ao suborno; atores de instituições de controle julgam conforme suas preferências pessoais e partidárias e assim por diante. Vale notar que, nesse cenário de vale-tudo, os militares tendem a prevalecer, pois “contam com um recurso decisivo: os instrumentos de coerção física” (*ibid.*).

Agentes pretorianos costumam estar envolvidos em golpes de Estado. No entanto, Akkoyunlu e Lima (2022) apontam para outras formas de envolvimento e protagonismo desses atores, como na estratégia política que eles denominaram de “intervenção furtiva”. Ao estudar especificamente o caso brasileiro, os autores argumentam que as crises possibilitaram aos militares retornarem ao centro político e tentarem redesenhar a política de maneira incremental, mas sistemática, sem promover rupturas institucionais. Essa forma de intervenção é construída sobre prerrogativas tutelares dos militares não removidas pelas Constituições democráticas, impulsionada pela cosmovisão pretoriana que persiste no interior das Forças Armadas e realizada sob cooperação entre o Poder Executivo e os generais.

As elites políticas se articulam em coalizões para conseguir recursos com a finalidade de cumprir seus objetivos em meio à disputa na arena política. No caso das alianças radicais e desleais, elas poderiam agrupar tanto uma elite política de fraco compromisso com a democracia quanto atores não associados ao princípio da soberania popular, mas que acabam ganhando poder de veto no jogo político, como militares e/ou agentes de instituições de controle. Na arena política, essas coalizões buscam vencer seus adversários usando recursos destoantes ao bom funcionamento da democracia.

A terceira condição causal deste trabalho é, portanto, o perfil da coalizão vencedora articulada pelas elites políticas. Conforme lembram Waldner e Lust (2018), “a adesão a essa coalizão vencedora se estende além dos membros do aparato estatal, abrangendo também os cidadãos. Esses cidadãos fornecem uma gama de recursos valiosos, desde apoio financeiro a votos” (WALDNER; LUST, 2018, p. 203, *tradução nossa*). A predominância de coalizões leais ou desleais à democracia dependeria da dinâmica conflitiva que interfere nos equilíbrios de poder. Atores sem reserva institucional ou com inclinações pretorianas ingressariam em coalizões radicalizadas

“desleais” que, ao se fortalecerem em relação às forças democráticas, colocariam em risco o *status quo* político.

As outras três famílias teóricas – agência, instituições políticas e atores internacionais – não foram usadas para a análise comparativa, porque se conectam, de alguma maneira, com a condição causal das coalizões. As teorias da agência, por exemplo, têm ganhado notoriedade por focarem no papel dos políticos na preservação da democracia moderna, mostrando que seu comportamento pode fortalecê-la ou colocá-la em risco (LINZ, 1989; LEVITSKY; ZIBLATT, 2018, p. 32). Segundo Levitsky e Ziblatt (2018), um político de comportamento autoritário cumpriria os seguintes indicadores: a) rejeição às regras democráticas do jogo; b) negação da legitimidade de oponentes políticos; c) tolerância ou encorajamento à violência; d) propensão a restringir liberdades civis de oponentes, inclusive a mídia (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018, p. 32-33). *Outsiders* autoritários tenderiam a cumprir os quatro requisitos no teste do autoritarismo e, ao vencerem eleições e alcançarem postos de poder, minariam algumas regras informais conhecidas por serem “grades de proteção da democracia”, como a tolerância mútua (ou seja, o reconhecimento dos adversários como legítimos, em vez de tratá-los como inimigos) e a reserva institucional (autorrestrrição no uso da “letra seca da lei” para evitar violar seu espírito e comprometer o sistema).

Entretanto, esses *outsiders* não conseguiriam subverter a democracia sozinhos. Waldner e Lust (2018) salientam que “mesmo um ditador implacável precisa do apoio e da lealdade de, no mínimo, membros das forças de segurança e funcionários importantes do governo” (WALDNER; LUST, 2018). Ações autocratizantes, assim, devem ser contempladas à luz da força da coalizão antidemocrática que as endossa.

No que tange às instituições políticas, o presente trabalho defende o argumento de Avritzer (2019) de que existem elementos antidemocráticos na própria configuração institucional dos países latino-americanos. Tais elementos podem, inclusive, ser criados em momentos de expansão das estruturas democráticas e permanecer presentes em seu interior, a ponto de serem ativados em ocasiões posteriores específicas. No entanto, como a análise também é diacrônica, as instituições poderiam atravessar as unidades de análise de um país como uma constante ao serem acrescentadas no modelo.

Assim, para fins de operacionalização, partiu-se do pressuposto de que os mecanismos institucionais que empurram o “pêndulo” democrático em direção à antidemocracia são ativados e impulsionados por coalizões políticas. Na perspectiva de Mahoney e Thelen (2010), a conformidade em relação às instituições se torna uma

variável, e os arranjos institucionais não se autorreforçam em um sentido mecânico; sua estabilidade envolve uma dinâmica própria do universo político, cuja disputa ocorre em torno das imprecisões das próprias instituições que possibilitam várias interpretações sobre seu conteúdo. Os atores em interação interferem no equilíbrio de poder, promovendo a mudança ou a estabilidade institucional.

Por fim, quanto aos fatores internacionais, Waldner e Lust (2018) e Mainwaring e Pérez-Liñan (2013) salientam sua importância para o retrocesso democrático no mundo contemporâneo. No entanto, tais fatores desempenham um papel indireto, pois “é igualmente evidente que [...] [eles] atuam predominantemente por sua influência sobre os fatores domésticos abordados nas cinco primeiras famílias teóricas” (WALDNER; LUST, 2018, p. 106).

Assim esclarecido, formulou-se a hipótese nos seguintes termos: as crises econômicas e a desconfiança em relação à democracia seriam *condições necessárias* para o processo de autocratização na América Latina, mas, por si só, não seriam *suficientes*. Por sua vez, as coalizões políticas parecem ser condições promissoras para explicar retrocessos democráticos (WALDNER; LUST, 2018), pois elas costumam se articular especialmente em contextos de crises econômicas e de frágil confiança da população no regime vigente. Assim, as duas primeiras condições teriam que se combinar em uma coalizão antissistema forte e dotada de recursos para se constituírem como uma *condição suficiente* para o afastamento do EDI em relação ao ideal de democracia dahliano.

Metodologia

Desenvolveu-se uma metodologia que levou em consideração a coleta de dados, a sistematização e a operacionalização dos conceitos (ADCOCK; COLLIER, 2001), a definição dos casos e das condições causais e a adoção de técnicas *cross-case* e *within-case*. A coleta de dados baseou-se nas “variáveis” tratadas no presente estudo. No tocante ao bem-estar socioeconômico, utilizaram-se informações do Banco Mundial, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e de outras fontes para obter dados dos indicadores que tratam da desigualdade e da qualidade de vida: o Coeficiente de Gini⁴, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)⁵ e o recentemente

⁴ Disponível em: <<https://bit.ly/48WN05v>>. Acesso em: 02 fev. 2022.

⁵ Disponível em <<https://hdr.undp.org/>>. Acesso em: 02 fev. 2022.

elaborado Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado à Desigualdade (IDHAD)⁶. A preferência dos cidadãos pela democracia, por sua vez, foi verificada a partir dos dados do Latinobarómetro⁷, embora dados fornecidos pelo Centro de Estudos de Opinião Pública (CESOP) da Unicamp também tenham sido utilizados⁸. Finalmente, a condição causal “coalizões vencedoras” incentivou a coleta de fontes primárias e secundárias, sendo indispensáveis matérias jornalísticas, dispositivos normativos e bibliografia pertinente capazes de fornecer informações a respeito de decisões contra o *status quo* institucional por parte de atores políticos relevantes.

As condições causais deste trabalho dialogaram com os índices de democracia apresentados pelo V-Dem. O indicador analisado foi o de Democracia Eleitoral (EDI, *v2x_polyarchy*) do V-Dem. Trata-se de uma operacionalização do conceito de democracia formulado por Dahl, que possuiria, segundo Lührmann e Lindberg (2019), quatro vantagens principais:

Primeiro, os dados do V-Dem fornecem uma vasta cobertura temporal e geográfica com dados que remontam a 1900. Segundo, o EDI reflete o quão democrático um regime político é de fato além da mera presença *de jure* de instituições políticas. Além disso, tem uma forte base teórica nos atributos do regime que Dahl identificou como requisitos centrais para uma democracia eleitoral. Finalmente, como um índice contínuo dos níveis de fato da democracia, é sensível a processos de autocratização graduais e lentos (LÜHRMANN; LINDBERG, 2019, p. 6, *tradução nossa*).

A autocratização, por sua vez, foi definida como qualquer afastamento da democracia plena, seguindo ainda a proposta de Lührmann e Lindberg (2019). O conceito, assim, passa a ser entendido como uma questão de grau, não se limitando a se referir somente a eventos de colapso democrático; trata-se de um fenômeno presente tanto em democracias quanto em autocracias (LÜHRMANN; LINDBERG, 2019, p. 4). Em termos operacionais, a autocratização se traduz na queda de 0,1 (10%) ou mais no EDI, seja em um ano, seja durante determinado período contínuo. Nesse sentido, a queda mínima de 0,01 (1%) é vista como o início de um processo de autocratização somente se for seguida de uma queda constante, conforme exposto pelos autores:

Primeiro, um possível episódio de autocratização começa com um declínio no EDI (Índice de Democracia Eleitoral) de 0,01 ponto ou mais, de um ano para o outro. Escolhemos esse limite relativamente baixo para identificar o início de episódios de autocratização incremental. Em segundo lugar, acompanhamos o episódio potencial enquanto houver um declínio contínuo, permitindo até quatro anos de estagnação temporária (sem declínio adicional de 0,01 pontos

⁶ Disponível em <<https://hdr.undp.org/>>. Acesso em: 02 fev. 2022.

⁷ Disponível em: <<https://bit.ly/3SEz3Dt>>. Acesso em: 02 fev. 2022.

⁸ Disponível em: <<https://bit.ly/48TbNHZ>>. Acesso em: 02 fev. 2022.

no EDI) para refletir o conceito de processos lentos que podem se mover aos trancos e barrancos com um autocrata cuidadoso no comando. O período de autocratização potencial termina quando não houver mais quedas no EDI de 0,01 ou mais ao longo de quatro anos, ou se o EDI aumentar em 0,02 pontos ou mais durante um desses anos, pois o último indicaria um possível episódio de democratização (LÜHRMANN; LINDBERG, 2019, p. 7, *tradução nossa*).

Essas pontuações do V-Dem auxiliaram na escolha dos casos: foram explorados 10 “períodos-país” inseridos entre 1990 e 2021. Os cortes realizados entre os períodos foram baseados tanto no 1) espaço de tempo em que ocorreu a autocratização (ou seja, quando se completou uma queda de 0,1 pontos no EDI) quanto na 2) literatura concernente aos ciclos de estabilidade e instabilidade democrática dos países de interesse. Isso posto, as unidades de análise ficaram assim delimitadas: no tocante ao Brasil, os períodos de a) 1990 a 1993 e b) 1994 a 2014 corresponderiam aos momentos de democratização e/ou estabilidade democrática, enquanto c) 2015 a 2017 e d) 2018 a 2021 seriam as unidades referentes à autocratização. Quanto à Venezuela, as unidades que se referem à estabilidade democrática abrangeriam o período de e) 1990 a 1992 e f) 1993 a 1997, enquanto g) 1998 a 2000, h) 2001 a 2004, i) 2005 a 2013 e j) 2014 a 2017 seriam períodos-país de queda no EDI. O período entre 2018 a 2021 da Venezuela não será incluído na análise, pois, nessa fase de autocracia eleitoral, o EDI passa por oscilações que não permitem uma clareza a respeito do processo de autocratização.

Quadro 1. Elaboração das unidades de análise

País	Unidade de análise	Status	Justificativa
Brasil	BRA(1990-1993)	Democracia Liberal	Período de conclusão da transição democrática, conforme literatura.
	BRA(1994-2014)	Democracia Liberal	Período de estabilidade, conforme literatura. (LINZ; STEPAN, 1999)
	BRA(2015-2017)	Democracia Liberal	Queda de 0,1 no EDI.

	BRA(2018-2021)	Democracia Liberal / Democracia Eleitoral	Queda de 0,1 no EDI.
Venezuela	VEN(1990-1992)	Democracia Liberal (-)	Democracia sob teste, com recuos e avanços.
	VEN(1993-1997)	Democracia Liberal (-)	Democracia sob teste com ruína do sistema partidário
	VEN(1998-2000)	Democracia Eleitoral (+) / Democracia Eleitoral	Queda de 0,17 no EDI.
	VEN(2001-2004)	Democracia Eleitoral / Autocracia eleitoral (+)	Queda de 0,1 no EDI.
	VEN(2005-2013)	Autocracia eleitoral (+) / Autocracia eleitoral	Queda de 0,15 no EDI.
	VEN(2014-2017)	Autocracia eleitoral	Queda de 0,1 no EDI.

Fonte: Síntese elaborada pelo autor.

Assim, as unidades de análise contemplam períodos de democracia liberal, democracia eleitoral, autocracia eleitoral e as transições entre esses regimes. Os sinais (+) ou (-) são usados pelo V-Dem para indicar “casos que estão próximos dos limites entre categorias, aqueles que são classificados de forma ambígua” (LÜHRMANN *et al*, 2018, p. 65, *tradução nossa*), podendo o país pertencer à categoria superior ou inferior. A ruptura democrática é considerada definitiva quando a unidade de análise não estiver mais na “zona cinza” entre a democracia eleitoral e a autocracia eleitoral.

O ano inicial da pesquisa é 1990, pois foi naquele contexto que a transição da democracia brasileira foi concluída, com a eleição de Fernando Collor (LINZ; STEPAN, 1999)⁹, e passou a coexistir com a democracia venezuelana já em vigor. Além disso, a opção daquele ano como ponto de partida e a conversão dos períodos-país em unidades de análise permitiram 1) incluir, na comparação, tanto os períodos-caso de bem-estar democrático quanto a conjuntura que compreende a terceira onda de autocratização vividos por ambos os países e 2) maximizar a comparabilidade ao analisar um mesmo país diacronicamente (LIJPHART, 1971, p. 689), juntamente com a comparação entre países.

A disposição de 10 unidades de análise possibilitou uma comparação via Abordagem Qualitativa-Comparativa (QCA). Tal método, desenvolvido por Ragin (1987), é operável sob o pressuposto determinístico de necessidade e suficiência (N&S) e busca encontrar as diferentes condições causais que, de forma isolada ou combinada, geram um determinado resultado. A pertinência do QCA para esta pesquisa se deve ao fato de essa abordagem “apresentar uma estrutura para o projeto e estudo de comparações de N pequeno e médio” (TOSHKOV, 2016, p. 269) e, justamente por isso, permite um olhar mais aprofundado, possibilitando ao analista capturar melhor as nuances de cada caso tratado, o que dificilmente seria possível em um método quantitativo (RAGIN, 1987). Ao mesmo tempo, o QCA permite que sejam feitas generalizações moderadas, ou seja, com alcance mais limitado em relação às análises quantitativas, mas ainda assim bem superiores às possibilitadas por outros métodos qualitativos (RAGIN, 1987; BERG-SCHLOSSER *et al*, 2009).

Apesar de ter sido criado com o intuito de unir as vantagens de técnicas qualitativas e quantitativas, o QCA é um método qualitativo por excelência; por isso, a concepção de causalidade desenvolvida pela abordagem abre espaço para a complexidade. Essa forma de lidar com condições causais é denominada “causação conjuntural múltipla”, que considera dois pontos: 1) as condições causais relevantes muitas vezes geram um dado resultado em combinação com outras condições; 2) constelações distintas de fatores podem levar a um mesmo resultado (o que convencionou-se chamar de *equifinalidade*) (BERG-SCHLOSSER *et al*, 2009, p. 8).

⁹ Segundo Linz e Stepan (1999), uma transição completa possui três componentes: 1) governo deve ser composto por alguém escolhido por eleições livres; 2) esse mesmo governo deve ser dotado de autoridade para realizar políticas; 3) os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário não podem compartilhar poder *de jure* com outras entidades (LINZ; STEPAN, 1999, p. 244-245).

Dessa forma, a pesquisa verificou, sob os fundamentos da causalidade complexa, os diferentes “caminhos” por meio dos quais as condições causais hipotéticas, isoladamente ou combinadas, provocam episódios de autocratização na América Latina. Foi construída uma tabela-verdade (*truth table*) cujo propósito foi o de listar, “para cada combinação teoricamente possível de variáveis (condições), a ocorrência de cada um dos resultados possíveis” (TOSHKOV, 2016, p. 272, *tradução nossa*).

Ademais, recorreu-se à modalidade *crisp-set* do QCA (csQCA), por meio da qual a calibração das condições e do resultado assume a lógica binária (0 ou 1)¹⁰. Optou-se por essa variante da abordagem devido ao uso de uma amostra do tipo *small-N*¹¹. O objetivo era promover uma análise que verificasse *se e como* as condições causais propostas provocariam a autocratização (1) ou não (0).

Após o trabalho comparativo, a etapa final da dissertação desenvolveu uma análise *within-case* sobre os casos brasileiro e venezuelano. Reuniram-se as unidades de análise de cada país em um sentido temporal, com a finalidade de construir uma narrativa histórica a respeito das experiências autocratizantes de ambos. A análise se orientou pelos resultados do csQCA em diálogo com a literatura pertinente a respeito da democratização e da autocratização no Brasil, na Venezuela e na América Latina.

Estrutura da dissertação

A dissertação foi dividida em quatro capítulos, além desta introdução. O primeiro apresentará, mediante revisão da literatura, um panorama geral e histórico dos regimes políticos na América Latina. Na linha de Mainwaring e Pérez-Liñan (2013), contemplou-se a evolução das democracias e dos regimes autoritários da região, considerando emergências, sobrevivências e quedas.

O capítulo seguinte se preocupará em construir um levantamento histórico *within-case* de Brasil e Venezuela. Os objetivos seriam tanto mostrar as suas experiências nas

¹⁰ “Como se sabe, QCA é um termo guarda-chuva que abriga três abordagens que se diferenciam a partir do tipo de *data-set* utilizado: na variante *crisp-set* (csQCA), os dados precisam assumir a lógica binária (0 ou 1), pertence ou não pertence; a variante *multi-value* (mvQCA), por sua vez, comporta dados categóricos multivariados para as condições, mas não para a variável de resultado; por fim, na variante *fuzzy-set* (fsQCA), tanto condições quanto *outputs* podem assumir qualquer valor entre 0 e 1. Em função dessas características, ao escolher entre essas abordagens, o pesquisador precisa considerar duas dimensões: o tamanho da amostra e a necessidade de preservar informação” (PERISSINOTO; NUNES, 2020).

¹¹ Convém observar que é controversa a premissa de que *crisp-set*, *crisp-set* e *fuzzy-set* sejam apropriados exclusivamente para N pequeno, médio e grande respectivamente. Schneider e Wagemann (2012) defendem que a escolha por uma dessas abordagens deve se basear unicamente nas características dos conceitos subjacentes.

ondas de democratização e autocratização no contexto latino-americano quanto lançar luz sobre algumas variáveis de controle, contribuindo para endossar a proposta de comparabilidade sugerida neste trabalho. O terceiro capítulo, por sua vez, apresentará as unidades de análise a serem comparadas por meio de uma narrativa que as conecta. A literatura pertinente e as informações encontradas no portal Latin American Weekly Report (disponível em: <<https://www.latinnews.com/>>), que oferece notícias semanais minuciosas a respeito dos eventos políticos latino-americanos, contribuíram para este fim.

Por fim, com o propósito de responder à pergunta de pesquisa, o último capítulo (excetuando-se a conclusão) se valeu da Abordagem Qualitativa-Comparativa (QCA). A face determinística do método envolve modelar condições que são necessárias e suficientes para a ocorrência de um determinado resultado. Para cumprir esse objetivo, foram contemplados: a) a apresentação das condições causais, bem como o motivo da escolha de cada uma; b) o procedimento de calibragem conforme a técnica *crisp-set*; e, por fim, c) a elaboração da *truth table* e a consequente interpretação dos resultados.

A importância de trazer à tona o tema da autocratização contemporânea tem relação tanto com a notável ascensão de políticos antissistema no mundo quanto com os demais fatores históricos autocratizadores não resolvidos em países de democratização frágil e/ou recente. Este trabalho, que coaduna com este contexto de inquietação, busca provocar reflexões sobre os possíveis perigos a que a democracia moderna está sujeita, especialmente na América Latina. Academicamente, pretende-se contribuir para o debate sobre a força e o papel dos atores políticos e das instituições como sustentáculos ou empecilhos para o funcionamento do jogo político democrático.

1 HISTÓRICO DOS REGIMES POLÍTICOS DA AMÉRICA LATINA

Na década de 1990, Samuel Huntington identificou três ondas de democratização no mundo e duas ondas reversas. Ondas de democratização seriam períodos de tempo específicos em que as transições de regimes não democráticos para democráticos ocorrem de tal maneira que superam significativamente as transições na direção oposta (HUNTINGTON, 1994, p. 23). As ondas reversas, ao contrário, designariam os momentos em que retrocessos e colapsos democráticos, bem como as consolidações de regimes autoritários, seriam os eventos predominantes no mundo.

Regime político pode ser definido como “um conjunto de normas que regulam as formas pelas quais os indivíduos acessam os altos cargos de liderança no estado e as prerrogativas e limitações que eles têm no processo de formulação de políticas” (MAINWARING; PÉREZ-LIÑAN, 2013, p. 64-65, *tradução nossa*). As regras formais e informais lidam com

(1) quem seleciona os funcionários do governo (presidente ou primeiro-ministro, membros da legislatura, se houver legislatura); (2) quais recursos (votos, poder militar, etc.) e procedimentos (ou seja, eleições, herança, golpe, etc.) os indivíduos usam para acessar esses cargos; (3) quais as restrições institucionais e jurídicas que os governantes enfrentam no exercício do poder e na implementação de políticas públicas (ou seja, os direitos dos seus cidadãos ou súditos, os poderes dos tribunais e das legislaturas); e (4) até que ponto a autoridade dos principais líderes pode ser limitada por outros intervenientes informais com poder de veto. (MAINWARING; PÉREZ-LIÑAN, 2013, p. 65. Tradução nossa).

Com base nessa definição, nos dados e na escala do Polity IV, Mainwaring e Pérez-Liñan (2013) dividiram os regimes políticos em (1) democráticos, (2) semidemocráticos e (3) autoritários, sendo os dois primeiros de natureza competitiva. Uma democracia deveria cumprir quatro requisitos: 1) o chefe de governo e os legisladores devem ser eleitos por meio de eleições justas e abertas; 2) a cidadania deve incluir a maioria da população adulta; 3) direitos civis e políticos, como a liberdade de expressão, de associação e de informação, devem ser garantidos aos cidadãos; 4) as autoridades eleitas não podem ser constrangidas ou ofuscadas por figuras não eleitas, como militares. Os regimes autoritários violariam um ou mais desses requisitos; e as semidemocracias, por sua vez, cumpririam esses princípios, mas parcialmente.

Este capítulo abordará as ondas de democratização e autocratização na América Latina com base na divisão feita por Huntington (1994) e Mainwaring e Pérez-Liñan (2013). Cada tópico explorará uma onda, especificamente, de forma a apresentar, de

maneira breve, as características gerais do fenômeno e, depois, enquadrá-lo no contexto latino-americano. Em seguida, cada tópico trará exemplos emblemáticos de democratização e autocratização. Os casos de Brasil e Venezuela, objetos de estudo desta dissertação, serão tratados pormenorizadamente no próximo capítulo.

No tocante à escolha dos exemplos, pode ocorrer discordâncias quanto às definições dos regimes políticos apresentadas pelos diferentes institutos que avaliam a qualidade da democracia. Assim, o presente capítulo se apoiará na classificação feita por Mainwaring e Pérez-Liñan, (2013) dos regimes políticos com o respaldo encontrado na literatura.

Quanto aos fatores, Huntington (1994) argumenta que as causas que provocam as mudanças de regime são muitas e variam sob muitos aspectos. No entanto, em relação à América Latina e em consonância com o presente trabalho, este capítulo endossa o argumento de Mainwaring e Pérez-Liñan (2013), a saber: a queda, a emergência e a sobrevivência das democracias e dos autoritarismos latino-americanos dependem basicamente das preferências de atores políticos relevantes envolvidos em coalizões.

De acordo com os autores, haveria três variáveis independentes que seriam fundamentais para as democratizações e suas subsequentes reversões na América Latina no final do século XX e início do XXI, sendo que as duas primeiras dizem respeito ao comportamento dos atores políticos relevantes. A primeira seria o grau de radicalização/moderação, ou seja, o quanto as elites políticas e as organizações estão dispostas a enfraquecer e até mesmo sacrificar a democracia para atingir seus objetivos políticos. Note-se que aqui não se trata necessariamente de uma radicalização no espectro ideológico, mas sim do quanto as preferências por políticas públicas estão distantes das defendidas por outros atores a ponto de intensificar a polarização e do quanto os atores são intransigentes e impacientes para implantar uma *policy* desejada.

A segunda variável – associada à primeira – seria a predominância da preferência normativa pela democracia. A questão é se os atores políticos notáveis zelam prioritariamente pela manutenção desse regime político, a ponto de os fazer aceitar certas derrotas no jogo e tolerar decisões de políticas públicas que não lhes agradam. Pode-se notar que essas duas primeiras variáveis explicativas focam nas preferências dos agentes políticos, e a sobrevivência da democracia dependeria da força da coalizão política que lhes fosse favorável.

Por fim, o terceiro fator apresentado por Mainwaring e Pérez-Liñan (2013) é o ambiente internacional. O regime político adotado por países vizinhos ou pressões e

interferências indiretas feitas por países poderosos, como os Estados Unidos, influenciariam o posicionamento dos atores domésticos. A mudança de regime também poderia ocorrer por imposição de alguma potência.

Assim, o grau de radicalização, as preferências normativas e a influência internacional seriam as variáveis explicativas decisivas para a emergência, a sobrevivência e a queda dos regimes políticos na América Latina. O presente capítulo dará maior ênfase a essas variáveis, embora também aborde, para dialogar com as condições causais desta dissertação, aspectos econômicos e (em períodos mais recentes) a confiança da população nas instituições políticas.

1.1 América Latina: contextualização e legado histórico

Antes de abordar as ondas de democratização e autocratização pelas quais passou a América Latina, faz-se necessário considerar, em primeiro lugar, o processo de formação e consolidação dos Estados latino-americanos. O legado deixado pelas escolhas realizadas na ocasião da emancipação política influenciou na forma como se manifestaram as ondas de democratização e reversão na região, que envolveram atores e instituições bastante próprios.

Sob uma perspectiva de *longue durée*, Sanahuja *et al* (2023) jogam luz sobre o legado autoritário que marcou a história da América Latina desde a independência de seus países no século XIX. A América Espanhola se fragmentou em várias repúblicas, as quais passaram por uma forte instabilidade política e até mesmo guerras civis. Os desequilíbrios tinham como pano de fundo propostas conflitantes a respeito do futuro de seus países, por exemplo, na questão da organização unitária ou federalista do Estado (PRADO; PELLEGRINO, 2022). O Brasil, por sua vez, tornou-se um império centralizado, a única monarquia das Américas, instituído pela liderança de um membro da família real portuguesa apoiado por uma elite política homogênea tanto ideologicamente quanto em questão de treinamento (CARVALHO, 2008). Apesar das diferenças, ambos os processos de construção do Estado foram conduzidos pelas elites proprietárias, que se organizaram em oligarquias e priorizaram a manutenção da ordem em detrimento de valores como o pluralismo e a cidadania, vistos como estimuladores da “anarquia”. Assim, a soberania conquistada pelas ex-colônias redundou em regimes políticos excludentes no que tange aos direitos civis e políticos.

Além disso, a emancipação política e/ou a fundação das repúblicas na América Latina tiveram como base um grande acordo envolvendo os grandes proprietários rurais, a Igreja e as Forças Armadas. Em termos de dependência da trajetória, a aliança entre esses três atores transcendeu aos momentos fundacionais dos Estados latino-americanos e tendeu a prevalecer em momentos históricos posteriores, tornando-se “uma chave para uma compreensão aprofundada da região, particularmente das suas tendências conservadoras e autoritárias” (SANAHUJA *et al*, 2023, p. 116).

Segundo Dahl (2012), “se as organizações militares e policiais existirem, como é certo que existirão, elas deverão estar sujeitas ao controle civil” para que um Estado seja governado democraticamente (DAHL, 2012, p. 384)¹². Institucionalizar esse controle significa impedir que o jogo político fique à mercê das armas, o poder *de facto* dos militares. Salvo exceções, esse desafio, no entanto, permeou toda a história de grande parte dos países da América Latina, onde os militares ainda continuam a ser atores relevantes, senão decisivos, do jogo político. Dotadas ainda de uma cosmovisão pretoriana, as Forças Armadas latino-americanas receberam, em vários casos, prerrogativas constitucionais que lhes conferiram autonomia para atuar como garantidoras das instituições, como se fossem “tutoras” com direito a vetar até mesmo decisões de autoridades eleitas (CARVALHO, 2019; AKKOYUNLU; LIMA, 2022; SANAHUJA *et al*, 2023).

Não foi incomum, porém, a aliança dos militares com os civis na trajetória histórica latino-americana, especialmente em momentos de tensão e instabilidade. O recurso às Forças Armadas tanto como solução dos problemas quanto como meio para alcançar interesses mais imediatos coloca em questão a solidez do compromisso normativo das elites políticas em relação à democracia.

Assim, a existência de elementos antidemocráticos na própria configuração institucional, a força e até mesmo a frequente interferência de atores “pretorianos” na arena política e o frágil compromisso das elites com as instituições democráticas, somados aos constantes problemas de âmbito socioeconômico, continuariam a ser um empecilho à institucionalização da soberania popular na América Latina. Isso fez com

¹² O autor reconhecia os casos em que militares foram controlados por civis, mas também vivenciou regimes não democráticos sob lideranças civis. Desta maneira, o controle civil sobre os militares é condição necessária, porém não suficiente para que o Estado seja democrático. Assim, “os civis que controlam os militares e a polícia devem estar, eles próprios, sujeitos ao processo democrático” (DAHL, 2012, p. 384).

que as ondas de democratização e reversão na região tivessem intensidades e colorações próprias.

1.2 Primeira Onda de Democratização

Huntington (1994) nomeou como Primeira Onda de Democratização o período cujo ponto de partida seria a década de 1820, “com a ampliação do sufrágio para uma grande proporção da população masculina nos Estados Unidos, e continuou por quase um século até 1926, dando origem a cerca de 29 democracias” (HUNTINGTON, 1991, p. 12, *tradução nossa*). Apesar de ser um fenômeno do século XIX e do início do século XX, as raízes de tal onda remontam às revoluções liberais do século XVIII, mais precisamente à Independência dos Estados Unidos e à Revolução Francesa. Ao proporem uma periodização mais precisa das ondas de democratização, Mainwaring e Pérez-Liñan (2013) sugerem que essa primeira tendência generalizada em direção à democracia se dividiu em dois ciclos – 1847 a 1883 (com o aumento dos regimes competitivos em 24% em 37 anos) e 1901 a 1922 (com o aumento de 19% em 22 anos).

Segundo Huntington (1994), “os fatores primários responsáveis pela primeira onda de democratização parecem ter sido o desenvolvimento econômico e social, o ambiente econômico e social das colônias de povoamento britânicas, e a vitória dos Aliados na Primeira Guerra Mundial e a resultante ruptura dos principais impérios continentais” (HUNTINGTON, 1994, p. 49).

1.2.1 A dominação oligárquica

Enquanto os Estados Unidos ampliavam o sufrágio na década de 1820, a América Latina era tomada por lutas de emancipação política em relação às metrópoles europeias. Os processos de independência foram liderados por elites predominantemente rurais que acabaram se organizando em oligarquias, cuja consolidação variou de acordo com a experiência colonial precedente (SANAHUJA *et al*, 2023, p. 116). Salvo exceções, tal forma de dominação e matriz sociopolítica¹³ vigorou na região do final do século XIX até 1930, embora, em alguns casos, como a Argentina e o México, ela tivesse durado até a

¹³ Esse conceito é desenvolvido por Cavarozzi *et al* e se refere às interrelações entre os seguintes elementos: o Estado, uma estrutura de representação, uma base socioeconômica, as orientações culturais dos atores sociais e um regime político (CAVAROZZI *et al*, 2022, p. 10).

década de 1910, enquanto em outros, como Bolívia, Chile, Peru, Guatemala e Colômbia, tivesse durado por mais tempo (ANSALDI; GIORDANO, 2012, p. 468). No Brasil, a Proclamação da República de 1889 pôs fim ao Império e abriu caminho para a consolidação do regime oligárquico no país.

Ansaldi e Giordano (2012) definem a oligarquia “como uma forma histórica de exercício da dominação política de classe, caracterizada pela concentração de poder em uma minoria e a exclusão da maioria da sociedade dos mecanismos de decisão política” (*ibid.*, p. 465-466, *tradução nossa*). No contexto latino-americano, o poder oligárquico era exercido por classes sociais dominantes ou frações dessas classes, como grandes proprietários de terras (capitalistas ou não) e burgueses. A maioria sujeita à dominação, por sua vez, era constituída pelas classes populares – encaradas como potencialmente subversivas – e por setores da burguesia defensores da democracia.

A dominação oligárquica na América Latina se desenvolveu no período em que se implementava o modelo agroexportador, cujo crescimento estava subordinado às demandas das economias industrializadas do capitalismo industrial. As sociedades eram estruturalmente agrárias, com predomínio do latifúndio, e fortemente estratificadas, em que a população carente era enredada em laços de clientelismo, ficando dependente dos serviços e dos benefícios personalizados dos grupos oligárquicos, mais precisamente do *patron* local (NUNES, 2003)¹⁴. No lugar de políticas públicas baseadas na impessoalidade, a dominação oligárquica se baseava em práticas paternalistas “por meio das quais a dominação central se transmitiu até os espaços administrativamente menores, [de modo que] o autoritarismo estatal diminuiu e os poderes nacionais e locais alcançaram um certo equilíbrio” (ANSALDI; GIORDANO, 2012, p. 469, *tradução nossa*).

Em um mesmo país, conviviam e até mesmo conflitavam grupos oligárquicos locais, redundando em uma tensão a respeito do tema centralização/descentralização política na formulação institucional. A construção de um único poder sob a forma oligárquica precisou de uma engenharia que articulasse o poder central aos poderes locais. Assim, construiu-se uma base piramidal de redes familiares e clientelistas “na qual cada nível dispunha de capacidade de domínio altamente concentrado e de alcance limitado e

¹⁴ Apresentada como uma das gramáticas institucionais que marcam a vida política brasileira, Nunes (2003) define clientelismo como um tipo de relação social marcada pelo contato pessoal e pela relação assimétrica entre *patrons* (chefes locais, chefes de máquinas públicas urbanas etc.) e os clientes (geralmente pessoas em situação de penúria, como camponeses). Stokes (2013) delimita melhor o conceito de forma a diferenciá-lo da corrupção, do *pork barrel* e das políticas de redistribuição. Nas palavras da autora, “*the proffering of material goods in return for electoral support, where the criterion of distribution that the patron uses is simply: did you (will you) support me?*” (STOKES, 2013, p. 649).

variável segundo a posição que ocupava em tal pirâmide” (*ibid.*). De uma situação de domínios oligárquicos exclusivos ou predominantemente regionais, passou-se para uma cenário de confluência em uma única estrutura oligárquica, expandida e reconhecida, por todo o território nacional de cada país, de maneira a amenizar as lutas interoligárquicas, que deram lugar a um conflito intraoligárquico¹⁵.

Por fim, Ansaldi e Giordano (2012) argumentam que, na era das oligarquias, a democracia representativa, mais do que negada, foi uma “ficção”. Apesar de seguir o princípio da divisão de poderes, a cidadania política era fortemente restrita (embora nem sempre de maneira formal). Ou o sufrágio era encarado como um dever, e não como um direito, ou era encarado como um direito, mas limitado a um seletos grupos de homens. No século XIX, o Estado se constituiu expressando uma contradição entre uma *forma democrática* e um *conteúdo oligárquico* que evidenciava a dificuldade das elites em conciliar uma base social latifundiária tradicional e sua concepção hierárquica de ordem com a inserção dos países latino-americanos na divisão do trabalho capitalista mundial e o liberalismo (*ibid.*). Assim, no campo político,

a contradição indicada afetou a relação cidadania/representação e pôs a nu o núcleo duro da dominação oligárquica enquanto ficção da democracia: maioria de dominados ou subordinados sem cidadania, portanto excluídos, minoria de dominantes (masculinos) com qualidade de cidadãos, portanto, incluídos ou integrados (*ibid.*).

1.2.2 A semidemocracia no Chile

A América Latina presencia uma primeira onda de democratização entre 1902 e 1926. No começo da onda, apenas o Chile tinha um regime competitivo (ainda que semidemocrático). Além de vivenciar uma estabilidade constitucional bastante incomum na América Latina (BLAKEMORE, 1992), o país, na maior parte do século XIX, experimentou avanços liberais e democráticos importantes, como a mudança do Código Eleitoral de 1874 (ampliando o sufrágio masculino com o fim do voto censitário) e uma

¹⁵ Ansaldi e Giordano (2012) reconhecem que cada país teve sua própria situação de dominação oligárquica a partir da resolução da tensão centralização/descentralização. As distintas experiências poderiam se encaixar em cinco categorias: a) primazia precoce e excepcional do poder central e oligárquico (Chile); b) enfraquecimento dos poderes provinciais e locais e fortalecimento do poder central, num esquema formalmente federal (México e Argentina); c) fortalecimento gradual do poder central devido ao (e apesar do) reforço dos poderes locais (Brasil); d) grande descentralização, com forte peso dos poderes locais e regionais como principais centros de poder (Colômbia, Equador, Peru e Bolívia); e) centralização do poder com Estado e economias pouco diversificadas (Guatemala e El Salvador) (ANSALDI; GIORDANO, 2012, p. 470-471).

série de reformas secularizadoras, como a liberdade de imprensa, a instalação de cemitérios laicos e o casamento civil (ANSALDI; GIORDANO, 2012). Segundo Valenzuela (1985), “os cargos governamentais e parlamentares, cuja importância na determinação das políticas do Estado era inquestionável, já eram adquiridos através de eleições realizadas com uma periodicidade rigorosamente respeitada” (VALENZUELA, 1985, p. 35). O voto era o único caminho para se chegar ao poder, sendo vetada qualquer tentativa de ação armada.

Mas o regime não era plenamente democrático. A reforma eleitoral, por exemplo, ainda excluía mulheres e analfabetos do jogo político (*ibid.*). Além disso, mesmo com as reformas, ainda vigorava um arranjo político desenvolvido por Diego Portales (1793-1837), “apoiado por uma aristocracia fundiária extraordinariamente homogênea e baseado na Constituição autoritária e centralista de 1833” (BLAKEMORE, 1992, p. 158, *tradução nossa*). A grande propriedade rural ainda era a base do poder político destes latifundiários, que o exerceram por meio de um Estado centralizado, autoritário e oligárquico (ANSALDI; GIORDANO, 2012, p. 483-484). Tanto que, diante do surgimento de novos grupos sociais (como a classe média e os trabalhadores assalariados), reflexo de um Chile que experimentava amplo processo de mudança marcado pelo desenvolvimento econômico e pela urbanização, os atores políticos oligárquicos não lhes forneceram canais institucionais por meio dos quais pudessem expressar suas demandas. Pelo contrário, a repressão foi a tônica que marcou o trato com esses grupos, especialmente com as classes trabalhadoras, que, sem representação, buscavam outros meios para se manifestarem, como os protestos.

Havia também problemas no que tange ao equilíbrio entre os poderes. Eram constantes as interferências presidenciais nas eleições parlamentares, cujo propósito evidente era garantir uma maioria pró-governo no Congresso. Tais práticas provocaram um tensionamento entre Executivo e Legislativo, que chegou ao ápice no governo de José Manuel Balmaceda (1886-1891), desencadeando uma guerra civil em 1891. O conflito terminou com a vitória das forças parlamentares, que contavam como apoio das oligarquias locais, da Marinha, da Igreja, da burguesia ligada à lucrativa atividade salitreira e de potências imperialistas. A “república parlamentar” (1891-1920) surgiu sob o acordo entre as elites de eliminar a intervenção direta do governo nas eleições, de forma que os presidentes teriam que contar com alianças e coligações em um Congresso multipartidário no lugar das maiorias automáticas de outrora. A formação do gabinete

ministerial do Poder Executivo teria que ter o aval dos parlamentares, o que confirmava o controle dos segundos sobre o primeiro.

Nesse cenário de domínio do Legislativo sobre o Executivo, podia-se ver a evolução do sistema multipartidário chileno. Este revelava-se um verdadeiro mosaico: a polarização era protagonizada por duas forças ideológicas: de um lado, os Conservadores, partido que era a espinha dorsal de um bloco denominado Coligação, e, do outro, os Radicais, que lideravam a Aliança Liberal. O antagonismo entre ambos basicamente se resumia a temas relacionados à religião, sendo o primeiro um representante dos interesses da Igreja Católica, enquanto o segundo era declaradamente anticlerical. Entre esses dois grupos, havia uma massa amorfa de liberais que eram caracterizados pela falta de coesão ideológica e que costumavam ser guiados pelo oportunismo (BLAKEMORE, 1992, p. 180, *tradução nossa*). O governo “tornou-se vítima de alianças momentâneas e mutáveis. Os resultados inevitáveis foram um governo indeciso e compromissos vacilantes” (*ibid.*, p. 179, *tradução nossa*).

Nas palavras de Blakemore (1992), “a estrutura política e constitucional do Chile permitiu à oligarquia jogar um jogo político em que diferentes grupos abriram caminho em busca de poder e influência, num contexto de mudança econômica e social que não se refletiu na representação política” (*ibid.*, p. 180, *tradução nossa*). Sem canais políticos-institucionais disponíveis para absorverem suas queixas, a classe média e o proletariado ligado ao setor de mineração, surgidos durante a república parlamentar, protagonizaram as tensões sociais que cresciam nas primeiras décadas do século XX. A situação piorou com a recessão econômica provocada pelo fim da Primeira Guerra Mundial¹⁶, que degradou a qualidade de vida da população e acentuou ainda mais a agitação social na década de 1920. A “questão social” alcançava seu clímax, e as classes dominantes não conseguiam lidar com ela sem o recurso da repressão. Surgia uma nova fase política, marcada pela crise do parlamentarismo e pela deterioração da dominação oligárquica chilena.

¹⁶ Vencendo a Guerra do Pacífico (1879-1883) contra Peru e Bolívia, o Chile obteve de ambos alguns territórios, entre eles a região de Antofagasta, estreita faixa de terra no litoral do Oceano Pacífico rica em salitre. Assim, os chilenos se tornaram os maiores produtores desse nitrato, que servia tanto para produzir fertilizantes quanto explosivos. No entanto, a crise do pós-guerra teve um efeito devastador para o Chile pelos seguintes motivos: o fim do conflito fez a demanda por salitre declinar; os países consumidores conseguiram acumular grandes reservas desse produto; e a Alemanha deu impulso para a produção sintética durante a guerra.

1.2.3 Avanços democráticos na Argentina e no Uruguai

Após 1902, o estabelecimento de eleições em outros países fez com que a proporção de regimes competitivos na América Latina aumentasse para 40% (MAINWARING; PÉREZ-LIÑAN, 2013) em 1926. Entre esses países, apenas a Argentina (1916) e o Uruguai (1919) alcançaram um *status* de democracia completa. Ambos estavam “à frente de outras nações latino-americanas na criação do sistema político e das instituições políticas mais características das sociedades ocidentais avançadas nos primeiros anos do século XX” (ROCK, 1992, p. 96, *tradução nossa*). A adoção de instituições democráticas

significou uma mudança radical nas regras do jogo que até então regia a política e implicou a introdução de novos meios de intervenção e de novos intervenientes e a emergência das massas. A partir de agora, os recursos para o sucesso político não serão mais as relações ou influências pessoais tradicionais, mas a capacidade de persuadir, organizar e mobilizar as massas (REY, 1991, p. 539, *tradução nossa*).

A Argentina vivenciou a primeira onda de democratização a partir de 1916. Até então o país ainda era um regime oligárquico dominado por distintos setores conservadores e marcado por eleições fraudulentas. A situação muda de rumo quando, em 1912, o presidente conservador Roque Sáenz Peña resolve promover uma reforma eleitoral que expandiria o direito de voto a toda a população masculina do país e colocaria fim às fraudes eleitorais. O objetivo era neutralizar os avanços das forças radicais que ameaçavam a estabilidade de seu governo, especialmente dos anarquistas (ROCK, 1992).

A Lei Sáenz Peña agradou a União Cívica Radical (UCR), partido surgido em 1890 que lutava pela democratização do sistema político e contava com forte apoio das classes médias urbanas e rurais e experimentava um crescimento considerável em todo o país. A coalizão pró-democracia também contava com o Partido Socialista e os sindicatos. Por outro lado, os conservadores estavam em decadência, uma vez que não conseguiam resolver nem a crise econômica nem a fragmentação pela qual passavam; assim, ficaram impossibilitados de realizar alguma manobra política que prejudicasse o processo. Desse modo, as eleições de 1916, que ocorreram de forma justa e sob as novas regras, deram a vitória ao candidato da UCR, Hipólito Yrigoyen.

O jovem e promissor regime competitivo argentino durou de 1922 até 1930, período que contempla os governos de membros da UCR: Hipólito Yrigoyen (1916-1922), Marcelo T. de Alvear (1922-1928) e novamente Hipólito Yrigoyen (1928-1930).

Embora ambos fossem do mesmo partido, Yrigoyen e Alvear eram de alas distintas: o primeiro liderava os Personalistas, e o segundo, os Antipersonalistas; estes últimos “compartilhavam os ideais democráticos de Yrigoyen, mas nas políticas sociais e econômicas eram mais conservadores e tradicionais” (MAINWARING; PÉREZ-LIÑAN, 2013, p. 129).

A democratização da Argentina contava com aspectos políticos e socioeconômicos favoráveis. A rápida expansão do eleitorado; a alternância pacífica dos conservadores para os radicais em 1916, de uma facção dos radicais para outra em 1922 e, novamente, em 1928; a moderação política e o compromisso normativo pela democracia de Yrigoyen e de seu sucessor; a opção de Yrigoyen em não usar a repressão contra as greves dos trabalhadores (na verdade, ele mostrava-se simpático a elas); e a proteção sólida das liberdades de expressão e de associação foram os elementos políticos colaboradores para o avanço democrático. As condições socioeconômicas, por sua vez, também eram, de forma geral, positivas, pois esse período “apresentou um forte crescimento econômico (4,5% ao ano entre 1900 e 1930); a mobilização social foi pronunciada e havia uma classe média significativa” (POTTER, 1981 p. 85, *tradução nossa*).

No entanto, o processo também contou com percalços. Em primeiro lugar, a preferência normativa pela democracia de Yrigoyen mostrava-se vacilante em alguns momentos. Diante da predominância dos conservadores no Congresso e nos governos das províncias, o presidente realizou um jogo duro constitucional ao recorrer à sua prerrogativa de intervir nessas províncias e minar a oposição, inclusive para manipular os resultados eleitorais a favor dos radicais. Em segundo lugar, os conservadores mostraram ter uma lealdade ainda mais frágil aos princípios da democracia. Suas intermináveis derrotas eleitorais para a UCR os fizeram retirar sua confiança na Lei Sáenz Peña. Durante as constantes greves que tomaram o país, enquanto o governo parecia estar mais próximo dos trabalhadores, a oposição crescia e conseguiu acolher as principais associações de interesses especiais, como a Sociedade Rural Argentina, representante dos latifundiários.

Os massacres de trabalhadores nos anos de 1919 e 1922, durante o primeiro mandato de Yrigoyen, revelaram outras fragilidades da democracia argentina. A greve dos metalúrgicos em dezembro de 1918 em Buenos Aires provocou uma escalada de violência entre trabalhadores e policiais que perdurou até o ano seguinte. O governo hesitou em reagir, mas o Exército tomou a iniciativa e interveio com forte violência. Ficava evidente que os militares vinham se tornando cada vez mais independentes, isentos

de qualquer controle civil, e firmavam-se também como um foco de autoridade contra o governo. Insatisfeitos tanto com a forma como o presidente promovia os oficiais (beneficiando os aliados dos radicais) quanto com o constante uso do Exército para as intervenções federais (ROCK, 1992), os militares gradualmente tornavam-se não apenas opositores ao governo, como também receptivos a ideologias autoritárias e críticos da democracia.

Além disso, enquanto Yrigoyen estava imobilizado, gangues de vigilantes civis, após um breve treinamento e exercícios de tiro (todos promovidos pelo Exército), foram soltas nas ruas para se vingarem dos tumultos. O principal alvo foi a comunidade russo-judaica de Buenos Aires, acusada caluniosamente de pretender reproduzir a revolução bolchevique na Argentina. Segundo Rock (1992), “a xenofobia, junto com os sentimentos contra os trabalhadores, os comunistas e os judeus, foi o instrumento usado pelos conservadores para superar o isolamento e a falta de unidade que lhes custaram as eleições de 1916” (*ibid.*, p. 103). Surgia a Liga Patriótica Argentina, “uma organização paramilitar de direita próxima aos conservadores, [que] era um ator abertamente autoritário que defendia ideais xenófobos, antissemitas e nacionalistas e adotou o uso da violência para obtê-los” (MAINWARING; PÉREZ-LIÑAN, 2013, p. 130, *tradução nossa*).

Assim, “o governo se viu preso a uma reação conservadora empenhada em se vingar dos recentes tumultos” (ROCK, 1992, p. 103, *tradução nossa*). Em 1919, já havia membros das Forças Armadas dispostos a derrubar Yrigoyen. Nem a vitória eleitoral de Alvear, um membro da UCR que, no entanto, era de uma ala rival a Yrigoyen e pertencente a uma das famílias mais tradicionais e ricas da Argentina, conseguiu eliminar por completo os anseios golpistas, embora tivesse acalmado, de alguma maneira, as apreensões da classe alta em relação à democracia. A situação ficou mais delicada com a possibilidade de retorno de Yrigoyen ao poder em 1928, e a ideia de executar um golpe de Estado ganhava impulso pela ala conservadora.

O Uruguai, por sua vez, “não consolidou uma situação de competição política até 1903, foi uma democracia restrita desde então até 1919, e a partir dali pode-se considerar uma democracia plena” (MOREIRA, 2000, p. 19). Segundo a literatura, o país conseguiu instituir o regime democrático mais avançado da América Latina durante a primeira onda.

Trata-se de um país que vivenciara, na segunda metade do século XIX, um processo histórico que curiosamente combinava fortes turbulências políticas com prosperidade econômica. Por um lado, as forças produtivas do capitalismo chegavam ao campo, a produção rural se diversificava, as cidades se desenvolviam com as manufaturas

e investimentos britânicos em serviços públicos, as políticas educacionais expandiam os setores médios da sociedade, e a capital do país, Montevideu, passava por reformas significativas e atraía grandes contingentes migratórios (compostos especialmente por italianos e espanhóis) (ODDONE, 1992; PRADO; PELLEGRINO, 2022). Por outro lado, a instabilidade política era uma constante em uma época em que se alternavam guerras civis, golpes de Estado, renúncias de presidentes e ditaduras repressoras (ODDONE, 1992). Os conflitos armados eram estimulados ora pelas rebeliões provocadas pelas lideranças caudilhas-latifundiárias locais frente à frágil autoridade presidencial, ora pela intensa polarização entre as oligarquias do Partido Colorado e do Partido Blanco (também chamado de Nacional).

O cenário começa a se alterar com a vitória do colorado José Batlle y Ordóñez nas eleições presidenciais em 1903. O novo presidente sufocou militarmente a última resistência caudilha promovida pelo também colorado Aparício Saravia, o que lhe permitiu tanto assumir a liderança do partido quanto garantir a unidade política e administrativa do Uruguai. Obteve êxito em inserir um conteúdo doutrinário no Partido Colorado, ao qual pertencia, e consolidou sua autoridade devido à sua habilidade em conciliar os interesses da burguesia modernizadora e as reivindicações das camadas populares (*ibid.*). Com base nessa cooperação e pacificação da sociedade, juntamente com a expansão dos setores médios da sociedade com o avanço das políticas públicas educacionais (ODDONE, 1992; PRADO; PELLEGRINO, 2022), Batlle empreendeu uma ousada política de reformas que abrangia saneamento básico, expansão da educação e leis trabalhistas.

Batlle tinha uma posição reformista que se baseava “fundamentalmente em uma concepção especial do papel do Estado como catalisador das mudanças exigidas pela dinâmica social de seu país” (ODDONE, 1992, p. 129, *tradução nossa*). Por outro lado, era forte opositor da ideia de uma presidência poderosa, concentrada em uma só pessoa, pois acreditava que a instabilidade política do século XIX se devia a esse fator. Assim, em 1913, o presidente propôs uma reforma constitucional que envolvia a criação de um sistema executivo colegiado que remetia ao modelo suíço. O projeto consistia em neutralizar potenciais abusos do presidente mediante um colegiado de nove integrantes do partido majoritário. Vale ressaltar que, embora esse projeto possuísse, em tese, valores democráticos, havia nele uma tentativa de manter a facção batllista no poder indefinidamente, pois propunha que o Partido Colorado teria que perder cinco eleições consecutivas para ser removido do Poder Executivo (ODDONE, 1992; SOUZA, 2006).

Por esse motivo – e também devido às inclinações supostamente socialistas de Batlle –, o projeto encontrou forte oposição dos rivais *blancos* e dos adeptos do Riverismo, bloco conservador que havia se separado do Partido Colorado em 1913 devido à hegemonia progressista do batllismo na organização (ODDONE, 1992).

Após o fim do mandato de Batlle, em 1915, a Assembleia Constituinte foi eleita no ano seguinte, ficando composta majoritariamente pela oposição; a Câmara e o Senado, por sua vez, tinham maioria batllista (SOUZA, 2006). O sucessor de Batlle, Feliciano Viera, pertencia ao núcleo partidário do antecessor, mas, influenciado pelos resultados das eleições da Constituinte, resolveu conter o ritmo das reformas do governo anterior (ODDONE, 1992; SOUZA, 2006). A solução foi um pacto de coparticipação governamental que foi incorporado na própria Constituição promulgada em 1919, na qual se inseriam propostas tanto batllistas (como o sistema de colegiado) como de seus adversários políticos. A universalização do voto masculino foi o principal ganho democrático da nova Carta elaborada por uma coalizão democrática.

Vale ressaltar, no entanto, que a trégua entre colorados e *blancos*, na ocasião em que foi sancionada a Constituição colegiada de 1919, foi amparada por uma série de acordos políticos complexos em um sistema de coparticipação que tendia a agravar as divisões internas de ambos os partidos tradicionais. No caso do Partido Colorado, havia um forte fracionamento interno, mesmo dentro do núcleo batllista, que era compensado pela poderosa influência de Batlle. Mas, após sua morte, em 1929, qualquer possibilidade de unidade se tornou inviável; a ausência de uma liderança substituta e a luta pelo legado político do finado ex-presidente intensificaram ainda mais as tensões entre os colorados, que vinham governando o Uruguai ininterruptamente desde 1903. O resultado foi que a frágil estabilidade institucional, garantida pelos acordos intra e interpartidários, deu lugar a um clima de incerteza generalizada. Conforme aponta Oddone (1992), “as eleições presidenciais de 1930, vencidas por Gabriel Terra, revelaram até que ponto a coexistência de tendências opostas entre os batllistas havia dependido da ascendência pessoal de Batlle” (ODDONE, 1992, p. 134, *tradução nossa*).

1.3 Primeira Onda de Autocratização

O período Entreguerras foi marcado por uma “onda reversa” em relação à democracia. Segundo Hobsbawn (1995), “os 23 anos entre a chamada ‘Marcha sobre Roma’ de Mussolini e o auge do sucesso do Eixo na Segunda Guerra Mundial viram uma

retirada acelerada e cada vez mais catastrófica das instituições políticas liberais” (HOBSBAWN, 1995, p. 115). Tratou-se de uma época em que autoritários tradicionais, estatistas corporativistas e fascistas dominaram o cenário político internacional.

1.3.1 Onda reversa no Chile

Na América Latina, a década de 1930 foi marcada por forte crise que teve efeitos nos âmbitos econômico, social, político e de valores (ANSALDI; GIORDANO, 2012). Porém, conforme Ansaldi e Giordano (2012) argumentam, a Primeira Guerra Mundial já tinha sido o ponto de inflexão em relação ao *status quo* latino-americano. A ordem política oligárquica e o modelo primário-exportador sofreram abalos antes mesmo da década de 1930. A eleição de Arturo Alessandri de Palma no Chile em 1920 representa esse estado de coisas.

Eleito pela Aliança Liberal, Alessandri carregava consigo um conjunto de projetos de modernização das instituições políticas, além de uma legislação favorável aos excluídos da ordem oligárquica que eram protagonistas das tensões sociais no começo do século XX: a classe média e os trabalhadores. Diante de si, o presidente tinha um sistema político cujos atores tradicionais não sabiam lidar com essa “questão social” sem recorrer à repressão e não processavam a crise do salitre como um problema do modelo primário-exportador, que deveria ser substituído por outro tipo de desenvolvimento capitalista. Junto a isso, a fragmentação partidária e a fraca coesão ideológica dos partidos, que se orientavam mais pelo oportunismo e diluíam o poder presidencial, apresentavam-se como obstáculos adicionais para avançar nas políticas públicas (BLAKEMORE, 1992; ANSALDI; GIORDANO, 2012, p. 486).

Segundo Ansaldi e Giordano (2012), Alessandri governava em contextos desfavoráveis tanto no plano interno quanto externamente. A recessão econômica avançava e fustigava as camadas populares, que reagiam com protestos. Os salários dos funcionários públicos e das Forças Armadas estavam seis meses atrasados devido à escassez de recursos públicos. Na relação Executivo-Legislativo, o Senado, de maioria conservadora, adotava postura obstrucionista, atuando como oposição desleal. Foi nesse cenário de impasse que emergiu um agente social tão típico na América Latina, mas que não intervinha na política chilena desde a guerra civil de 1891: os militares.

O primeiro movimento militar ocorreu em uma sessão do Senado no dia 4 de setembro de 1924, quando jovens oficiais faziam barulhos (e, em alguns momentos,

batiam seus sabres) para pressionar os senadores a atenderem seus anseios. O episódio do “barulho dos sabres” iniciou um processo de consulta entre Alessandri e o Exército, em que o primeiro pediu aos militares que apresentassem uma lista com suas demandas mais importantes. A lista foi elaborada por Carlos Ibáñez, então surgindo como líder dos jovens oficiais, e foi aprovada pelos colegas. Era uma lista considerável de reivindicações que iam do veto ao projeto de subsídio aos parlamentares, passando pela participação dos militares na deliberação sobre o orçamento, até leis sociais e trabalhistas.

Entretanto, poucos dias depois, uma junta de comandantes do Exército e da Marinha, defensores da República Parlamentária, deram um golpe de Estado e destituíram Alessandri do cargo. Em janeiro de 1925, a junta dos jovens oficiais, liderada pelo próprio Ibáñez e por Marmaduke Grove, deu um contragolpe, e Alessandri, que naquela ocasião estava fora do Chile, foi convidado a reassumir a presidência. Em março, e em meio a cenas de grande aclamação, Alessandri retornou ao Chile.

Essa segunda ação militar “promoveu um reformismo que o presidente conseguiu capitalizar; conseguiu colocar, pela primeira vez, certo limite ao poder dos latifundiários, com uma lei previdenciária que, no entanto, não foi revisitada como obrigatória” (ANSALDI; GIORDANO, 2012, p. 488). Além disso, Alessandri conseguiu a promulgação da Constituição de 1925, que restabeleceu o forte sistema presidencialista de governo no Chile; regulamentou um sistema de eleições diretas (as quais, até então, eram indiretas); estendeu o mandato presidencial de cinco para seis anos; criou um tribunal permanente qualificado para supervisionar as eleições; e separou a Igreja e o Estado.

Entretanto, em constante atrito com Ibáñez, naquele momento seu Ministro da Guerra, e temendo as consequências de um confronto direto, Alessandri renunciou em outubro, cedendo a presidência interina ao seu adversário de 1920, o conservador Luis Barros Borgoño, substituído num acordo de partidos por Emiliano Figueroa Larraín, que também renunciou, em 1927, por desavenças com Ibáñez. Este acabou assumindo a presidência e governou de forma autocrática e repressiva.

Além do Chile, processos de autocratização – especialmente com participação militar – ocorreram também em outros regimes competitivos da região, como República Dominicana, Equador, Guatemala, Honduras, Nicarágua e Panamá. A proporção de regimes competitivos, que tinha aumentado para 40% na primeira onda de democratização, caiu para 20% em 1936 (MAINWARING; PÉREZ-LIÑAN, 2013). Na

conturbada década de 1930, também houve intervenção de militares na derrubada de regimes oligárquicos, como no Brasil.

1.3.2 Onda reversa na Argentina e no Uruguai

Nas conturbadas décadas de 1920 e 1930, as democracias mais avançadas no contexto latino-americano não ficaram incólumes a essa situação de crise. A Grande Depressão, provocada pela crise de superprodução em 1929, forneceu a condição antecedente que abalou os sistemas políticos do subcontinente. Era uma época em que tanto a América Latina quanto a Europa viviam a disseminação de ideologias autoritárias de extrema-direita.

Na década de 1920, a ascensão da extrema-direita na Europa forneceu a referência normativa e ideológica a atores políticos latino-americanos que lideraram ou participaram dos golpes de Estado. Na Argentina, como mencionado anteriormente, a coalizão pró-democrática foi se esvaziando no decorrer do tempo. Os conservadores, as classes proprietárias e os militares aderiram a uma coalizão antissistema autoritária, seja por não vencerem as eleições, seja por temores da desordem ou até mesmo de uma revolução socialista. Inspirada na ascensão fascista de Mussolini na Itália e na ditadura de Primo Rivera na Espanha, a direita argentina já questionava os limites da democracia liberal durante a década de 1920.

Reeleito em 1928, Yrigoyen voltou a promover o jogo duro constitucional do primeiro mandato, isto é, as intervenções federais nas províncias dominadas pelos conservadores. Também se valeu do clientelismo e da corrupção para beneficiar partidários. Segundo Mainwaring e Pérez-Liñan (2013), as “ações de Yrigoyen foram polarizadoras e criaram uma sensação na oposição de que o campo de jogo era injusto e seria injusto no futuro previsível” (*ibid.*, p. 131).

Não obstante, o começo do segundo mandato de Yrigoyen não passava por fortes abalos políticos, conhecendo até um relativo sucesso devido a decisões econômicas que lhe conferiram o apoio da Sociedade Rural (ROCK, 1992). O que converteu os relativos êxitos de seu governo em um fracasso completo – que conseqüentemente deslizou para o colapso democrático – foi a crise de 1929 (*ibid.*). Yrigoyen precisou realizar uma política de austeridade que significava cortar tanto as políticas de patronagem quanto as demandas por subsídios devido ao aumento do desemprego e à queda da renda (*ibid.*). Assim, a

Grande Depressão desestabilizou significativamente o partido e o apoio popular ao governo; os seguidores de Yrigoyen ficaram desmoralizados e o abandonaram.

A oposição aumentava sua ferocidade não apenas em relação ao governo, mas também ao regime político. O Partido Socialista Independiente, um ramo recém-formado do antigo Partido Socialista agora alinhado com os conservadores, e a ala antipersonalista da UCR aderiram à coalizão antidemocrática. No campo da direita, outras organizações civis simpáticas a ideologias autoritárias, como a Liga Republicana, juntaram-se à Liga Patriótica e ocupavam as ruas. De acordo com Mainwaring e Pérez-Liñan (2013), “a predominância de atores indiferentes ou hostis à democracia tornou o regime vulnerável ao colapso quando ocorreu a Grande Depressão” (MAINWARING; PÉREZ-LIÑAN, 2013, p. 131, *tradução nossa*).

Assim, “os adversários mais inveterados de Yrigoyen, muitos dos quais tinham algo contra ele por mais de uma década, tiveram a oportunidade de reunir as forças necessárias para derrubá-lo” (ROCK, 1992, p. 117). Bastou o aparecimento de um ator declaradamente autoritário para que o ato se consumasse. Em setembro de 1930, um golpe militar liderado pelo general José Félix de Urriburu – inimigo das políticas trabalhistas de Yrigoyen e ferrenho defensor do fascismo e do corporativismo – derrubou o presidente e encerrou a primeira experiência democrática argentina.

O colapso democrático no Uruguai, por sua vez, foi liderado por Gabriel Terra em 1933. Conforme Oddone (1992), o golpe foi “indissociável de um contexto em que as tensões políticas internas foram agravadas pelas repercussões da crise mundial” (ODDONE, 1992, p. 134, *tradução nossa*). A Grande Depressão aprofundou a instabilidade oriunda da fragmentação interna dos partidos Blanco e Colorado, acentuada pela morte de José Batlle y Ordoñez, o que impossibilitava a manutenção dos acordos.

Terra elegeu-se presidente do Uruguai em 1930 como candidato batllista, mas fez uma campanha contra o colegiado idealizado por Batlle, acusando o órgão executivo de não ser capaz de resolver a crise que avançava sobre o país. Na verdade, Terra possuía uma ambição de centralizar o poder em suas mãos e contou com o apoio das classes proprietárias, que sentiram os efeitos do colapso dos mercados internacionais e responsabilizavam a política de controle cambial dos batllistas na crise de exportação, uma vez que limitava a taxa de depreciação do peso (FINCH, 2018).

Assim, uma coalizão antidemocrática formada pelo presidente, pela maioria dos membros do Partido *Blanco*, pelas classes proprietárias e pela polícia (as Forças Armadas permaneceram passivas) derrubou a democracia uruguaia em 1933 e governou o país até

o *golpe bueno* de Alfredo Baldomir. Nesse período, Gabriel Terra perseguiu opositores, censurou a imprensa e suspendeu as reformas trabalhistas de Batlle.

1.3.3 Os casos desviantes: Chile e Costa Rica

Houve dois casos desviantes nessa primeira onda reversa. O primeiro foi o do próprio Chile, que se democratizou após somente quatro anos de governo autoritário de Carlos Ibañez. Se a Grande Depressão serviu de condição antecedente para a ruptura democrática na Argentina e no Uruguai, no Chile a crise prejudicou o governo autoritário. À medida que a recessão avançava, Ibañez se tornava cada vez mais duro e repressivo, ao passo que a população respondia com mais protestos. Sem saber solucionar a situação adversa, o militar renunciou ao cargo em 1931. No ano seguinte, o país instituiu uma democracia mais sólida.

Também contra a tendência hegemônica, Costa Rica instituiu sua democracia em 1928 e conseguiu, posteriormente, superar “em grande parte a prova dos efeitos sociais da depressão” (RIVAS, 2015, p. 206). Sua experiência democrática tinha raízes históricas profundas, pois os *caudillos* liberais do país, que dominavam o jogo político até 1936, eram tolerantes com a oposição. A partir desse ano, foram eleitos políticos de outra corrente política que assumiram a presidência de forma pacífica: León Cortés em 1936 e Rafael Ángel Calderón Guardia em 1940. O governo do último, eleito com 84% dos votos, implementou uma política social excepcional e realizou “importantes mudanças na Constituição que estabeleciam uma série de direitos civis claramente avançados para a época” (*ibid.*, p. 207). Sua política social teve prosseguimento com seu sucessor, Teodoro Picado, confirmando o avanço social e político do país.

No entanto, a instabilidade política, tão comum na América Latina, mas incomum no país, tornou-se uma realidade no contexto da eleição de 1948. A conciliação e a tolerância mútua, tão marcantes na política costarrriquenha, deram lugar à radicalização política entre governo e oposição. Diante da possibilidade de reeleição de Calderón Guardia, o governo de Picado cedeu o controle do Tribunal Eleitoral Nacional a uma das facções da oposição. O resultado da eleição foi divulgado vinte dias depois do pleito, dando a vitória ao concorrente de Calderón, Otilio Ulate. O Congresso Nacional, de maioria pró-Calderón, anulou as eleições, o que provocou a eclosão de uma guerra civil em 1948.

1.3.4 O “Estado de Compromisso”

A primeira onda de autocratização coincidiu com a crise da dominação oligárquica, na qual apenas um setor social exercia dominação sobre o restante da sociedade e se baseou na exportação de produtos primários. Um novo pacto de dominação surgia sob a forma de um “Estado de Compromisso”, que vigorou na América Latina até a década de 1980.

Essa forma de Estado latino-americano nasceu sob uma situação na qual “nenhuma classe ou fração dela foi capaz de exercer a hegemonia e levar adiante um projeto nacional com êxito duradouro” (ANSALDI; GIORDANO, 2012, p. 85). Dessa maneira, o Estado de Compromisso foi fundado sob arranjos e acomodações instáveis com a incorporação de diversos setores sociais, como frações distintas da burguesia, as classes médias e os elementos organizados da classe trabalhadora (ANSALDI; GIORDANO, 2012; CAVAROZZI *et al*, 2022).

O Estado de Compromisso era amparado sob uma nova matriz sociopolítica, que Cavarozzi *et al* (2022) classificou como *estatal-nacional-popular*. Embora tivesse incorporado reminiscências da fase oligárquica anterior, essa nova matriz continha um modelo próprio de desenvolvimento, que passou a se basear na industrialização por substituição de importações; teve como protagonistas atores sociais modernos, ligados à produção e ao setor de serviços; e se orientava pela referência de projetos nacionalistas, populistas e modernizadores, com identidades que gravitavam principalmente em torno do Estado nacional, das classes e da política (CAVAROZZI *et al*, 2022, p. 12, *tradução nossa*). A matriz estatal-nacional-popular, juntamente com seu Estado de Compromisso, sobreviveria ao contexto da primeira onda reversa e atravessaria a segunda onda de democratização.

1.4 Segunda Onda de Democratização

A segunda onda de democratização teve início na Segunda Guerra Mundial (1939-1945), especialmente com a vitória dos Aliados sobre as forças do Eixo (autoritários), o que disseminou um espírito pró-democrático pelo mundo. Nas palavras de Hobsbawm (1995), enquanto o fascismo desaparecia, juntamente com a crise mundial do Entreguerras que lhe permitira surgir, a coalizão de forças antifascistas, por outro lado,

por mais heterogênea e transitória que fosse sua mobilização, conseguiu unir uma extraordinária gama de forças. [...] Ideologicamente, baseava-se nos valores e aspirações partilhados do Iluminismo e da Era das Revoluções: progresso pela aplicação da razão e da ciência; educação e governo popular; sociedades voltadas mais para o futuro do que para o passado. Algumas dessas semelhanças existiam apenas no papel, embora não seja inteiramente sem importância o fato de entidades políticas distantes da democracia ocidental, e na verdade de qualquer democracia, como Etiópia de Mengitsu, a Somália antes da queda de Siad Bare, a Coreia do Norte de Kim Il Sung, a Argélia e a Alemanha Oriental preferirem atribuir-se o título oficial de República Democrática do Povo (ou Popular). É um título que regimes fascistas, autoritários ou mesmo conservadores tradicionais teriam rejeitado com desprezo no entreguerras (HOBSBAWM, 1995, p. 176).

Huntington (1994) argumenta que grande parte dos países que se moveram para uma direção democrática durante essa onda se encaixam em três categorias: (1) aqueles aos quais os Aliados impuseram a democracia; (2) os que transitaram para a democracia por influência do triunfo dos Aliados; (3) os novos Estados soberanos surgidos com a independência da África e da Ásia. Em suma, fatores políticos e militares foram fundamentais nessa segunda tendência democratizadora.

Na América Latina, os países, de uma forma geral, se encaixaram na segunda categoria. A vitória dos Aliados, cujos países-membros eram democráticos, exerceu influência nas preferências normativas de uma parcela considerável das elites políticas latino-americanas. Líderes autoritários foram encurralados por uma oposição que ansiava por eleições competitivas, como foi o caso do Brasil.

As democracias latino-americanas que surgiram nesse período ficaram conhecidas pela instabilidade. Em parte, isso pode ser explicado pela manutenção do Estado de Compromisso, firmado sobretudo na década de 1930, e da matriz estatal-nacional-popular. Como as acomodações entre os diversos atores envolvidos no pacto eram instáveis, “havia uma tensão permanente entre práticas e arranjos democráticos, semiautoritários e autoritários e, portanto, regimes políticos híbridos e/ou oscilantes, com politização estatista e com alta capacidade de mobilização dos atores sociais” (CAVAROZZI *et al*, 2022, p. 13, *tradução nossa*). A matriz sociopolítica dominante possuía fragilidades, como a predominância da política como cimento principal (o que gerava relações institucionais frágeis entre seus diferentes componentes), déficits fiscais, desequilíbrios comerciais, políticas públicas incoerentes que não promoviam a redistribuição, dependência do capital externo e polarização ideológica (*ibid.*).

No tocante à última fragilidade mencionada, ela se explica pelo fato de a segunda onda de democratização ter coincidido com o início da chamada Guerra Fria. Foi um período em que Estados Unidos (EUA) e União Soviética se envolveram em um conflito

de natureza político-ideológica; o primeiro liderava o bloco capitalista, e o segundo, o socialista. Na disputa pela hegemonia mundial, ambos não mediam esforços para expandir sua área de influência pelo globo terrestre, e a América Latina não ficou incólume a essas investidas. Se, de um lado, havia partidos comunistas nos diversos países da região que eram fiéis às orientações de Moscou e buscavam derrubar o *status quo* capitalista e a democracia liberal, de outro, os Estados Unidos conseguiam exercer maior influência sobre os governos e a maior parte dos atores relevantes para garantir seus interesses. Portanto, o caráter bipolar desse conflito também acabou por exercer influência no comportamento das elites políticas latino-americanas, estimulando a radicalização e, conseqüentemente, a instabilidade política em diversos momentos.

Devido a essa influência norte-americana, a segunda onda de democratização latino-americana ficou conhecida pela proibição dos partidos comunistas de atuarem no sistema político. A exceção a essa regra foi o Chile, onde se manteve uma democracia eleitoral com a participação relevante de partidos marxistas notórios. Havia percalços, “mas a democracia chilena sobreviveu e registrou muitas conquistas, apesar da persistente polarização do sistema partidário de 1932 a 1970” (MAINWARING; PÉREZ-LIÑAN, 2013, p. 38, *tradução nossa*). Os comunistas chilenos tinham preferências intensas, mas, em vez de partir para a luta armada, combinavam “objetivos de política de extrema esquerda de longo prazo e comportamento moderado de curto prazo” (*ibid.*). Assim, a regra informal da tolerância mútua era reforçada, o que contribuiu para a longa estabilidade política do país.

1.4.1 A democracia avançada no Chile

Segundo Aggio (2002), sob a Constituição de 1925 e após a fase de incertezas da república parlamentar (1891-1924), o Chile tinha uma estabilidade política comparável à dos países com democracia avançada. Em termos participativos, houve avanços significativos nesse período: o comparecimento eleitoral passou de 9,5% em 1932 para 36,2% em 1970. Em termos de regras eleitorais, o voto feminino foi introduzido para eleições municipais em 1934 e para todo o país em 1949, e a reformulação da lei eleitoral de 1957 garantiu eleições livres, justas e frequentes. De 1932 a 1973, sucederam-se sete presidentes dentro da normalidade democrática sob um sistema partidário institucionalizado e enraizado.

Ao contrário da maior parte dos países latino-americanos, o Chile expressava forte pluralismo político, sendo flexível com diversas forças políticas no que tange à possibilidade de governar. Foi o único país da região a eleger um governo de Frente Popular, em 1938, com a vitória de Aguirre Cerda. Tratou-se do produto de uma aliança dos comunistas e socialistas com o Partido Radical, algo nos moldes das frentes populares da França e da Espanha. Não foi, no entanto, um governo radical, uma vez que a esquerda, respeitosa às instituições democráticas, percebia os limites da tolerância da direita à mudança política. Era notável que a estabilidade do circunscrito sistema político do Chile exigia uma moderação extraordinária entre os adversários políticos.

A Frente Popular e, depois, uma coalizão similar chamada Aliança Democrática mantiveram-se no poder até 1947, tendo Pedro Aguirre Cerda, Juan Antonio Ríos e Gabriel González Videla como seus presidentes. Mas outras correntes políticas também venceram eleições após essa fase das frentes populares: houve uma experiência de “populismo” com a volta do general Carlos Ibañez entre 1952 e 1958; o retorno da direita com a vitória de Jorge Alessandri em 1958; a eleição de um presidente democrata-cristão, Eduardo Frei, em 1964, algo inédito na América Latina; e, em 1970, também pioneiramente, a vitória eleitoral dos socialistas com Salvador Allende (AGGIO, 2002, p. 17).

1.4.2 A estabilidade de Costa Rica e Venezuela

A segunda onda de democratização teve um alcance e uma profundidade maiores do que a primeira na América Latina. Foi comum nesse período a expansão do sufrágio às mulheres. Segundo Mainwaring e Pérez-Liñan (2013), a nova onda na região foi composta por dois ciclos. No primeiro, elevou-se a proporção de regimes competitivos de 20% em 1938 para 55% em 1947. Com o início da Guerra Fria, entretanto, esses ganhos democráticos foram perdidos e, em 1954, apenas cinco países (25%) passaram a ser democráticos ou semidemocráticos. Poucos anos depois, entretanto, iniciou-se um segundo ciclo, que catapultou a porcentagem de regimes competitivos de 25% em 1955 para 60% em 1961.

Panamá, Colômbia, Costa Rica e Venezuela vivenciaram esses dois ciclos durante a segunda onda de democratização. Apesar de experimentarem rupturas institucionais nesse período, os dois últimos não só conseguiram recuperar seus regimes competitivos durante a segunda onda de democratização, como também resistiram à segunda onda de

autocratização posterior. No caso costarricense, o regime democrático fora interrompido em 1948 por uma guerra civil provocada pela radicalização política que opunha as forças pró e contra Rafael Ángel Calderón Guardia. No entanto, ainda em 1948, já se iniciava um processo de redemocratização. Curiosamente, o governo interino de José Figueres e o eleito de Otilio Ulate continuaram as reformas de Calderón, a quem derrotaram no conflito, com o apoio da classe média e de partes da oligarquia do país. A Constituição promulgada em 1949 aboliu o Exército e o substituiu por uma força policial urbana e uma guarda nacional rural (RIVAS, 2015); e mulheres e analfabetos ganharam cidadania política (OLIVER, 1990). Em outubro de 1951, foi fundado o Partido de Liberación Nacional (PLN), de orientação socialdemocrata. Nas eleições de 1953, Figueres foi eleito como candidato do PLN e promoveu uma vigorosa política voltada “para o aperfeiçoamento de procedimentos estritamente eleitorais e para a definição de um novo papel para o Estado” (RIVAS, 2015, p. 210). As reformas avançaram, uma vez que os atores relevantes da política costarricense – tanto governo quanto oposição – tinham sólidas preferências normativas pela democracia. Mesmo possuindo uma renda *per capita* reduzida e baixos níveis de educação no momento da inauguração do regime competitivo em 1949, Costa Rica ainda apresenta “a democracia mais duradoura fora dos países que hoje fazem parte das democracias industriais avançadas” (MAINWARING; PÉREZ-LIÑAN, 2013, p. 278, *tradução nossa*).

Quanto à Venezuela, houve uma tentativa de democratização no país após a derrubada do Governo de Isaías Medina Angarita em outubro de 1945 por militares de uma corrente “modernizante” das Forças Armadas com o apoio da Ação Democrática (AD), principal partido de massa venezuelano¹⁷. O novo regime eleitoral expandiu o direito de voto aos analfabetos e às mulheres (ou seja, uma universalização verdadeira do sufrágio) e estabeleceu a eleição direta para o cargo de Presidente da República. Entretanto, a rejeição das elites tradicionais à democracia de 1945 (ressentidos pela perda de privilégios que detinham no regime oligárquico anterior) e a radicalização, que foi traduzida em tensões e enfrentamentos entre os partidos, fez com que essa tentativa de democratização fosse frustrada e, em 1948, apenas três anos após a democratização, o país mergulhou em ditadura. O fracassado “triênio” foi substituído por uma ditadura militar, que durou dez anos.

¹⁷ Vale ressaltar, segundo Rey (1991), que, diferentemente dos demais países latino-americanos, na Venezuela os partidos de massa modernos foram criados antes da universalização do sufrágio. A Ação Democrática (AD), antes de ser legalizada em 1941, chamava-se Partido Democrático Nacional (PDN).

A redemocratização venezuelana teve início em 1958 com o Pacto de Punto Fijo, um acordo firmado entre as elites políticas dos três principais partidos políticos do país. De forma a evitar os erros da experiência democrática anterior, as elites políticas que inauguraram o novo regime optaram por abandonar posturas radicais. O sistema implantado era beneficiado pelos vultosos recursos estatais advindos da exportação petrolífera, que eram convertidos em uma ampla política distributiva capaz de acomodar os interesses heterogêneos e evitar possíveis tensões (REY, 1991; COPPEDGE, 1992; MYERS, 2004). O acesso aos recursos era mediado pelos partidos políticos dominantes – AD e COPEI. Em suma, riqueza do petróleo, liderança excepcional e fortes organizações partidárias eram a chave para que o regime puntofujista prosperasse até o final do século XX (COPPEDGE, 1992).

1.4.3 Colômbia e “La Violencia”

No entanto, a estabilidade encontrada pelas poliarquias chilena, costarriquenha e venezuelana foi algo incomum nos demais países latino-americanos durante a segunda onda de democratização. A experiência de dois ciclos na Colômbia ocorreu em um contexto de cólera generalizado que ficou conhecido como “*La Violencia*”. O assassinato de Jorge Eliécer Gaitán, líder do Partido Liberal e defensor de propostas sociais reformistas, em abril de 1948, foi o gatilho que iniciou uma situação em que o apelo para a violência passou a ser a regra na sociedade colombiana.

Essa onda de violência teve como contexto uma sociedade predominantemente agrária, atrasada produtiva e comercialmente, que vivia uma tensão permanente entre, de um lado, os latifundiários – classe dominante que exercia o poder oligárquico sobre o país e defendia a preservação do *status quo* – e, do outro, as forças modernizadoras representadas pelas burguesias comercial e industrial emergentes e pelas novas demandas oriundas das transformações na estrutura de classes na sociedade colombiana (ANSALDI; GIORDANO, 2012; LEAL BUITRAGO, 1989).

O clima de animosidade se acentuou durante o segundo governo do liberal Alfonso López Pumarejo (1942-1945), conhecido pelo reformismo modernizador de seu primeiro mandato (1934-1938), que ganhou a alcunha de “Revolução em Marcha”. A possibilidade de novas reformas em seu segundo mandato alimentou as esperanças das camadas populares e uma forte oposição dos núcleos dominantes, muitos deles reunidos

no Partido Conservador, clássico rival dos liberais. A situação de impasse provocou a renúncia de Pumarejo em 1945, frustrando as expectativas reformistas.

Acompanhando a decepção das camadas populares pela forma como se encerrou a questão reformista, Jorge Gaitán lançou sua candidatura à presidência para as eleições de 1946 pelo Partido Liberal, o mesmo de Pumarejo. Orador habilidoso, ganhou inúmeros seguidores, o que o levou a ocupar diversos cargos políticos nos governos liberais. Mas seu discurso era mais radical e posicionado mais à esquerda: dizia que a Colômbia não era dividida entre liberais e conservadores – os dois principais partidos do país –, mas entre oligarquia e povo, parasitas e produtores. Nesse contexto, as forças mais conservadoras do partido lançaram a candidatura “oficial” de Gabriel Turbay. A divisão entre os liberais foi a oportunidade para que o conservador Mariano Ospina Pérez vencesse e, ao assumir a presidência, iniciasse uma política repressiva contra a oposição e os movimentos sociais (PRADO; PELLEGRINO, 2022).

As propostas reformistas de Gaitán ganhavam cada vez mais popularidade entre as camadas populares, a ponto de sua vitória ter sido dada como certa nas eleições que estavam agendadas para 1950. Seus opositores se radicalizaram. Foi nesse clima generalizado de hostilidade que Gaitán foi assassinado no dia 9 de abril. O acontecimento provocou uma convulsão social na capital do país, conhecida como *Bogotazo*, que se manifestou em forma de assaltos e incêndios. Em vários pontos do país, surgiram Juntas Revolucionárias, que agiam de forma descoordenada e agressiva. O Governo Ospina reagiu com a suspensão das garantias constitucionais e o fechamento do Congresso Nacional em 1949, mas suas medidas autoritárias não obtiveram êxito na repressão contra as insurreições e, portanto, na restauração da ordem. Diante da impotência do Estado, as elites tomaram a dianteira para resolver essa “questão social”. A situação de caos alcançou um nível exagerado de horror. Tinha início, assim, o período que recebeu o nome de *La Violencia*, que durou dez anos e levou milhares de colombianos à morte.

Embora também tivesse ocorrido em cidades, “a violência” foi um fenômeno predominantemente rural. A guerrilha liberal surgiu como resistência armada em 1949, enquanto os comunistas aderiram à luta em 1950. A mobilização camponesa, porém, foi extremamente desarticulada, de forma que houve conflitos não apenas entre as forças conservadoras e liberais, mas também entre os últimos e os comunistas.

A situação desesperadora levou os liberais e conservadores a darem um golpe de Estado em 1953 para retomar a antiga ordem oligárquica. O general Gustavo Rojas Pinilla assumiu o poder e ofereceu a paz em troca da rendição. Muitas lideranças guerrilheiras

aderiram, mas houve também resistências. Em junho de 1954, o general promulgou um decreto de anistia para todos aqueles considerados envolvidos em crimes políticos antes do ano do decreto, menos para os comunistas, contra os quais a repressão continuou. A Guerra Fria e a campanha anticomunista dos Estados Unidos na América estavam no auge, influenciando os atores políticos colombianos.

Liberais e conservadores passaram a se opor ao governo autoritário de Rojas Pinilla quando este tentou fundar uma terceira força política – o Movimento de Ação Popular (MAP), que tinha o propósito de unir trabalhadores, classe média, Igreja e Forças Armadas (ANSALDI; GIORDANO, 2012, p. 378). Assim, firmaram os pactos de Benidorm e Sitges entre os dois partidos tradicionalmente rivais, o que conseguiu atrair boa parcela da população (inclusive de grupos da coalizão que Rojas queria construir) e expulsar o general da presidência.

Os pactos eram, na verdade, “expressão de reconciliação entre os partidos tradicionais, com exclusão explícita de outras forças políticas” (*ibid.*). Ambos, liberais e conservadores, com o apoio das frações militares que se opunham a Rojas Pinilla, reuniram-se na Frente Nacional. O acordo deu origem a um regime semidemocrático, pois se, por um lado, ratificou o direito de cidadania política às mulheres, comprometeu-se a destinar 10% do orçamento nacional à educação e delegou ao Congresso o poder de avançar na reforma da Constituição, por outro, restringiu a alternância da presidência apenas aos dois partidos em um período de dezesseis anos (1958-1974), isto é, quatro mandatos presidenciais, sendo dois para cada partido. Na prática, neste período, conservadores e liberais apresentavam um único candidato apoiado por ambos, algo que coloca em questionamento o caráter competitivo do regime apesar da manutenção de uma estrutura bipartidária. Ademais, a Frente Nacional conferiu às Forças Armadas uma ampla autonomia e protagonismo no que tange ao controle social e na repressão dos conflitos internos (*ibid.*).

A Frente Nacional conseguiu conter as tensões entre liberais e conservadores, mas não eliminou a luta armada, cuja atuação continuaria a ser determinante na história contemporânea da Colômbia. Houve o surgimento de diversos grupos guerrilheiros, entre os quais se destacam as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), que nasceram em 1966 com um programa comunista, e o Exército de Libertação Nacional (ELN). Em reação, surgiram também milícias de extrema-direita. A deterioração desse tipo de luta armada fez com que, com o passar do tempo, as guerrilhas de esquerda se aproximassem dos grupos de narcotráfico.

Assim, a segunda onda de democratização Colômbia foi controversa, predominando os seguintes fatores decisivos:

1) o aparecimento de organizações político-militares revolucionárias de esquerda, uma delas com uma importante base social camponesa; 2) a outorga de poder político, com amplas margens de autonomia em matéria de segurança pública, às Forças Armadas, sem ruptura institucional da democracia formal. A virtual liberdade para as ações de contrainsurgência do Exército teve um componente adicional, não desprezível: a participação ativa de traficantes de drogas e paramilitares desempenhando a mesma função; 3) a constituição do que Carlos Vidales (1997)¹⁸ chamou de tráfico de drogas e máfias políticas; 4) a tentativa fracassada de estabelecer forças políticas alternativas; e 5) como corolário, a consagração e primazia da lógica da guerra sobre a lógica da política para a resolução dos conflitos sociais. (ANSALDI; GIORDANO, 2012, p. 380, *tradução nossa*).

1.4.4 A instabilidade de Argentina, Brasil e Uruguai

A presença das armas na resolução dos conflitos não foi algo exclusivo na Colômbia. Como mencionado anteriormente, os militares ainda exerciam papéis decisivos na vida política latino-americana, e isso não foi diferente no contexto da segunda onda de democratização. O contexto de bipolaridade característico da Guerra Fria (1945 a 1991) radicalizava as preferências dos atores políticos da América Latina, fragilizando os compromissos necessários para o funcionamento das instituições democráticas e colocando os países da região sob fortes riscos de pretorianismo.

Exemplo emblemático de instabilidade foi a que marcou a vida política argentina. Conforme apontam Mainwaring e Pérez-Liñan (2013), o país entrou em ciclos rápidos que alternavam entre democratização e autocratização. A Argentina teve quatro períodos competitivos de curta duração – 1946 a 1951, 1958 a 1962, 1963 a 1966 e 1973 a 1976 – , sendo cada um deles sucedidos por ditaduras mais repressivas. Esse período não contava com uma coalizão democrática sólida, pois “todas as forças políticas preferiram vencer o adversário no poder para salvaguardar as instituições” (ROUQUIÉ, 1982).

Um nome que marcou a história da Argentina surgiu nesse período: Juan Domingos Perón. Sua ascensão política começou no ano de 1943, quando foi um dos líderes do golpe que derrubou o regime antidemocrático que tinha se iniciado em 1932. No novo governo, sob liderança de E. J. Farrell, Perón acumulou os cargos de secretário do Trabalho e Previdência, vice-presidente e ministro da Guerra.

¹⁸ VIDALES, Carlos (1997): “La Violencia en Colombia”. Disponible en línea em < <http://www.hem.bredband.net/>>.

Na Secretaria do Trabalho, Perón, de forma inédita, “elegeu os trabalhadores como interlocutores políticos e começou a pôr em prática medidas concretas que os beneficiavam” (PRADO; PELLEGRINO, 2022, p. 144). Sua aproximação com os trabalhadores fê-lo ganhar prestígio entre as camadas populares – embora também o fizesse ganhar o descontentamento dos setores conservadores. Perón, então, resolveu se candidatar a presidente nas eleições de 1946 e criou o Partido Laborista para esse fim. Conseguiu vencer por uma margem muito pequena (56% a 44%).

Controverso, o seu governo, por um lado, forjou uma aliança duradoura com o movimento trabalhista, estabeleceu várias medidas de assistência social e expandiu os direitos sociais. Essas medidas carregavam consigo o propósito de contornar a luta de classes e impedir a revolução social. Por outro lado, a fim de criar um regime autoritário populista, desmantelou progressivamente instituições independentes e liberdades civis (MAINWARING; PÉREZ-LIÑAN, 2013, p. 136) em um processo que lembra bastante as erosões democráticas contemporâneas (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018). O presidente afastou quatro dos cinco ministros da Corte Suprema, perseguiu antiperonistas nas universidades e interviu nos meios de comunicação, tanto para silenciar opositores quanto para exaltar o peronismo.

Um clima de radicalização foi tomando conta da política argentina. As ações autoritárias de Perón em “minar os direitos civis e políticos, combinadas com políticas que impuseram custos elevados a alguns atores entre 1946 e 1955, inspiraram nos líderes da oposição a crença de que só poderiam vencer derrubando o seu governo” (MAINWARING; PÉREZ-LIÑAN, 2013, p. 138, *tradução nossa*). Um cenário de atores políticos sem compromisso normativo com a democracia tanto no governo (peronistas) quanto na oposição (conservadores) ganhava forma. Os principais líderes do Partido Radical (UCR), históricos defensores da democracia, desertaram para a oposição desleal e aderiram à defesa de um golpe, pois sofreram perseguições durante o governo peronista. Assim,

As características autoritárias do regime e a vontade da oposição de conspirar reforçaram-se mutuamente. Os regimes autoritários hegemônicos por vezes abortam a possibilidade do surgimento de opositores democráticos, e as oposições conspiratórias tendem a reforçar as tendências autoritárias de presidentes hostis à democracia (*ibid.*).

Os militares também aderiram à coalizão golpista e, em 1955, forçaram Perón a renunciar. Mesmo depois de sua queda e de sua morte, em 1974, seu nome ainda continua presente na política argentina. No contexto da segunda onda de autocratização, entretanto,

Perón contribuiu para o desgaste político do país. Após a fim de seu governo, ciclos rápidos que alternavam democratização e autocratização tomaram conta do país. O período de instabilidade que se seguiu na Argentina geralmente é explicado pela literatura em função de as duas grandes forças políticas do país (o peronismo e a UCR) não se reconhecerem como adversários políticos, mas se tratarem como inimigos. Ambos – e outros atores relevantes, como os militares – estavam envolvidos em um cenário em que todos suspeitavam de todos e tendiam a agir e reagir com animosidade. Assim, os movimentos com tendências hegemônicas do período impediam o avanço da democracia.

No Brasil, por exemplo, a democracia iniciada em 1946, com o ocaso do governo autoritário de Getúlio Vargas e a promulgação de uma nova Constituição, foi a experiência republicana mais instável da história do país, embora tal instabilidade não chegasse ao nível da experiência argentina. Naquela época, apenas dois presidentes eleitos completaram seus mandatos, sendo um civil. Tentativas de golpe, manifestações de rua, assassinatos, renúncia do cargo, jogo duro constitucional e o suicídio de um dos presidentes marcaram a primeira experiência democrática do país. Foi um período de fortes atritos entre o Executivo (geralmente ocupado por presidentes com projetos reformadores para o país) e o Legislativo (que representava majoritariamente as oligarquias tradicionais). O descompasso entre ambos, a baixa preferência normativa pela democracia, a radicalização polarizada entre as forças emergentes das mudanças socioeconômicas e os conservadores “ampliava[m] as possibilidades de conflito entre Legislativo e Executivo, motor de crises políticas que, na ausência de mecanismos institucionais de mediação, foram resolvidas pelo veto militar” (ABRANCHES, 2018, p. 82).

No caso uruguaio, a redemocratização ocorre após o *golpe bueno* de Alfredo Baldomir em 1942, que derrubou o regime imposto por Gabriel Terra e implantou uma poliarquia que durou até 1973. No início da nova onda, uma nova Constituição foi aprovada por plebiscito em 1942 e marcou o ressurgimento dos batllistas – bem como de suas facções e reformas sociais – e uma aliança implícita entre o capital industrial e urbano e as classes trabalhadoras (FINCH, 2018). Tratou-se de um período em que a preferência normativa pela democracia atravessava todo o espectro político do país, do governo à oposição.

No entanto, as adversidades começam a se acentuar a partir das décadas de 1950 e 1960. O pano de fundo era uma forte crise econômica e a crescente insatisfação popular. O regime de Executivo colegiado, projeto batllista retomado pela reforma constitucional

de 1951 e aprovado por um “plebiscito sem entusiasmo” (*ibid.*, p. 231), era responsabilizado por não conseguir resolver a recessão econômica, além de ser visto como corrupto. O descontentamento aumentou quando os *blancos* finalmente dominaram o colegiado nas eleições de 1958, após mais de 90 anos de domínio colorado, e recorreram aos empréstimos do Fundo Internacional Mundial (FMI) em troca de realizar reformas ortodoxas. As medidas impopulares constituíram “um fator para a radicalização da oposição no tocante às formas tradicionais de autoridade política” (*ibid.*, p. 235).

Quando o ex-pugilista colorado Jorge Pacheco Areco assumiu a presidência após a dissolução do regime colegiado em 1967, o jogo político do país passou a ser dominado por atores políticos de frágil lealdade ao regime democrático de 1968 a 1973, sendo “um período de conflitos sociais sem precedentes, visto por muitos como o fim do Uruguai batllista tradicional” (*ibid.*, p. 238). Por um lado, Pacheco apelava quase continuamente às medidas de segurança emergenciais para fechar jornais, prender líderes sindicais, impor jurisdição militar a trabalhadores e reprimir com violência as manifestações. Por outro, houve a intensificação das atividades promovidas pelo grupo guerrilheiro radical *Movimiento de Liberación Nacional – Tupamaros* (MLN-T) e a contestação do resultado eleitoral pela Frente Ampla, uma coligação que envolvia os partidos Socialista, Comunista e Democrata Cristão, que tinham em comum o fato de serem prejudicados pelas leis eleitorais uruguaias. Por sua vez, o presidente usava a suposta ameaça dos Tupamaros como justificativa para avançar nas medidas repressoras de emergência e no recurso permanente à tortura. Acionadas com frequência em um cenário de deterioração política, as Forças Armadas se fortaleciam e, em 1972, após a eleição de Juan María Bordaberry, passaram a intervir diretamente na política do país.

1.5 Segunda Onda de Autocratização

Conforme Mainwaring e Pérez-Liñan (2013), a segunda onda de democratização alcança seu ápice entre o final da década de 1950 e início da década de 1960. Os ganhos desse período, entretanto, foram engolidos por nova onda de reversão, graças principalmente ao contexto de Guerra Fria. A situação não foi diferente no cenário latino-americano: “em 1977, apenas três países tinham democracias (Costa Rica e Venezuela) ou semidemocracia (Colômbia). A região não via condições tão desfavoráveis para a democracia há mais de sete décadas” (MAINWARING; PÉREZ-LIÑAN, 2013, p. 73, *tradução nossa*).

Ainda segundo Mainwaring e Pérez-Liñan (2013),

Em toda a América Latina, a Guerra Fria teve um impacto pernicioso nas perspectivas de democracia. Ele alimentou a polarização à esquerda e à direita, elevou as apostas da política e fez os Estados Unidos suspeitarem de governos democráticos reformistas e de esquerda e dispostos a apoiar governos autoritários de direita. (*ibid.*, p. 119, *tradução nossa*).

A intervenção militar na América Latina, durante a segunda onda, mudou a sua dinâmica. Conforme Sanahuja *et al* (2023), enquanto no passado os militares geralmente se limitavam a interromper processos políticos, removendo certos atores do poder para, em seguida, devolver rapidamente o governo aos civis, os golpes realizados na época da Guerra Fria inauguraram uma nova forma de autocracia – regimes militares ou de “segurança nacional” – caracterizada pela presença permanente das Forças Armadas nas instituições de governo em acordo com as elites civis.

Foi o caso do golpe civil-militar de 1964 que derrubou a frágil e controversa democracia brasileira. A sequência de eventos envolvendo o governo de João Goulart, a oposição conservadora e os militares gerou um clima de incertezas. Segundo Abranches (2018), “o resultado foi a radicalização polarizada, que paralisou o Congresso e incendiou a sociedade, provocando a reação dos setores conservadores. Como a Primeira República, a de 1946 também terminou num golpe” (ABRANCHES, 2018, p. 43).

1.5.1 Uruguai e Chile

Até o início da década de 1970, o Uruguai possuía um diferencial em relação aos vizinhos sul-americanos: a ausência de militares intervencionistas. Mesmo no golpe de Gabriel Terra, em 1933, as Forças Armadas se mantiveram passivas, ficando a demonstração de força a cargo da polícia (FINCH, 2018, p. 223). Desde o final do século XIX, os militares consentiram em se submeter à autoridade civil devido tanto à aliança tácita com os colorados (que dominaram o jogo político por quase um século) quanto à pacificação entre os dois principais partidos uruguayos (ODDONE, 1992; FINCH, 2018). A lealdade aos civis “garantiu vantagens aos militares e ao mesmo tempo neutralizou qualquer possível aspiração destes a alguma forma mais direta de participação” (ODDONE, 1992, p. 122, *tradução nossa*); além disso, “permitiu aos militares desenvolver-se em linhas de cunho mais profissional e burocrático do que político” (FINCH, 2018, p. 243).

Contudo, o constante acionamento das Forças Armadas a partir da década de 1960 para suprimir a agitação social e trabalhista e a deterioração de um sistema político cada vez mais desacreditado reorientaram o posicionamento dos militares. A situação se agravou com a declaração de estado de guerra pelo presidente Jorge Pacheco Areco em 1972 para perseguir e reprimir os guerrilheiros Tupamaros. Mediante torturas e acordos, esse grupo radical transferiu informações sobre o sistema político uruguaio, com o qual mantinha contatos, às Forças Armadas. Conforme afirma Finch (2018), as evidências de corrupção “serviram para desacreditar o processo político e fortaleceram a posição dos oficiais que tentavam desalojar os políticos detentores do poder” (*ibid.*, p. 244).

Em 1972, o ruralista colorado Juan María Bordaberry foi eleito presidente. No entanto, os militares quase prontamente tomaram-lhe o poder de iniciativa política. O golpe de estado culminado em 1973 ocorreu gradualmente em um processo que envolveu retirada de decisões governamentais do presidente, fechamento do Congresso Nacional e uma severa repressão generalizada a figuras políticas da esquerda, ferindo violentamente os direitos humanos. Nesse regime “civil-militar”, Bordaberry manteve-se na presidência como figura decorativa das Forças Armadas até 1976, sendo sucedido por outros presidentes civis até 1981. O regime se encerraria somente em 1985.

O ano de 1973 testemunhou outro caso de ruptura institucional: Chile. Um dos países politicamente mais estáveis da América do Sul “terminou em banho de sangue e no sacrifício do aparentemente sólido regime democrático” (PRADO; PELLEGRINO, 2022, p. 160). O governo vigente era o do socialista Salvador Allende, eleito em 1970 pela Unidade Popular (UP) – uma coalizão de partidos de esquerda, como o Socialista, o Comunista, o Socialdemocrata, o Radical, a Ação Popular Independente (API) e o Movimento de Ação Popular Unitário (MAPU).

Allende buscava empreender a chamada “via chilena para o socialismo”, que consistia em uma “transição para o socialismo nos marcos da legalidade democrática” (*ibid.*, 2022, p. 159). O presidente acreditava que o Chile possuía condições favoráveis para essa experiência, pois “estabilidade e alternância política faziam com que a sociedade chilena parecesse ser capaz de viver mudanças políticas na esfera governamental sem sofrer profundos abalos” (AGGIO, 2002, p. 18). A via chilena, porém, encontraria obstáculos que se revelariam intransponíveis com o desenrolar das conjunturas políticas. Um conjunto de ações que alternava jogo duro constitucional e ações extraconstitucionais promovido pela direita – representada pelo Partido Nacional (PN) – pelos militares e pelos demais grupos conservadores, que não mediam esforços

para boicotar o governo; o comportamento vacilante da centrista Democracia Cristã (DC), que, do compromisso com Allende, foi se direcionando para o antagonismo no decorrer do tempo; a impaciência e a radicalização de grupos da esquerda, dentro e fora da UP, que desejavam a implementação imediata das reformas socialistas e manifestavam esse desejo em ações autônomas e extrainstitucionais (por exemplo, os focos de guerrilha), que fizeram o governo perder o controle sobre o compasso das mudanças; as crescentes reações (por vezes até mesmo violentas) dos grupos afetados pelo programa redistributivo e estatizante do governo, como latifundiários e empresários; e os assassinatos de autoridades (como a de um general e de um ex-ministro de Estado) em decorrência do extremismo fizeram com que o ambiente político estável e favorável do Chile se erodisse com o tempo, colocando o governo em uma situação de impasse e isolamento (AGGIO, 2002; ANGELL, 2015; PRADO; PELLEGRINO, 2022).

Os Estados Unidos também tiveram um papel crucial no processo de desestabilização política no Chile. Sua ação externa contínua visando, primeiro, impedir a posse de Allende e, depois, depô-lo foi fundamental para o fracasso da via socialista chilena. As medidas iam de suborno a parlamentares para que votassem no segundo colocado na corrida presidencial, Jorge Alessandri (PN)¹⁹, passando pelo financiamento, via CIA, da greve dos caminhoneiros que paralisou o país em outubro de 1972, até incentivos a militares para a realização de um golpe. Dessa maneira, “a ação dos EUA criou novos recursos para a coalizão autoritária emergente, privou a coalizão governante de recursos e, ao alimentar a crise econômica, reduziu os benefícios políticos (e aumentou os custos políticos) da democracia para os atores domésticos” (MAINWARING; PÉREZ-LIÑAN, 2013, p. 215, *tradução nossa*).

No dia 11 de setembro de 1973, o general e comandante-em-chefe do Exército, Augusto Pinochet, mobilizou as unidades militares do país para tomar o poder e ordenou o bombardeio do Palácio La Moneda, onde Allende acabou morrendo. O golpe militar, apoiado e organizado pelos Estados Unidos, não apenas introduziu “o Chile nos traços característicos dos regimes militares da década de 1970 – execuções ou massacres, oficiais ou paraoficiais, tortura sistemática de prisioneiros e o exílio em massa de

¹⁹ Vale ressaltar que, de acordo com a Constituição de 1925, se nenhum candidato obtivesse a maioria absoluta dos votos nas eleições presidenciais, o Congresso deveria escolher o presidente entre os dois candidatos mais votados. Foi o caso da eleição de 1970, em que Allende venceu o pleito com cerca de 36% dos votos.

adversários políticos” (HOBSBWAN, 1995, p. 429) –, como também influenciou no destino da América do Sul.

Augusto Pinochet Ugarte estava determinado a erradicar o contagioso vírus comunista, não somente no Chile, mas também fora dele. Por isso, foi um dos principais responsáveis pela montagem da chamada Operação Condor, valendo-se da metáfora do pássaro andino que se alimenta de carniça. Entre 1973 e 1980, a Operação Condor buscou estabelecer a cooperação entre os regimes ditatoriais na América do Sul, para investigar, informar e combater os focos de “subversão” (PRADO; PELLEGRINO, 2022, p. 180).

1.6 Terceira Onda de Democratização

A terceira onda de democratização se inicia na década de 1970, sendo a Revolução dos Cravos de Portugal sua principal referência. Ela apresentou um avanço sem precedentes na história mundial não apenas por alcançar um grande número de países, mas também por incluir países que nunca tiveram experiência com algum regime pluralista (HUNTINGTON, 1994, p. 53).

Seguindo a tendência mundial, a terceira onda de democratização na América Latina teve um alcance de proporções inéditas. A região, historicamente marcada por golpes de Estado e regimes autoritários, testemunhou um crescimento considerável de regimes competitivos entre 1978 e 1992 (MAINWARING; PÉREZ-LIÑAN, 2013). As ditaduras, tão frequentes no passado, tendiam a se tornar uma raridade. Ainda que muitos analistas desconfiassem do quanto a terceira onda de democratização seria sustentável no contexto latino-americano, justamente devido aos problemas históricos próprios da região, tudo indicava que as democracias da América Latina se estabilizariam, ainda que diante da pobreza, da desigualdade social, do mau desempenho econômico e de outras adversidades tanto estruturais quanto conjunturais.

Mainwaring e Pérez-Liñan (2013) apresentam uma teoria que busca explicar o sucesso dos regimes competitivos na América Latina na terceira onda de democratização. Segundo os autores, tal fenômeno se deveu a fatores que não têm a ver com desempenhos econômicos de médio prazo, teoria da modernização ou outras variáveis estruturais. Essas explicações não seriam adequadas para lidar com a realidade latino-americana especificamente. Mais precisamente, o que explicaria a democratização na América Latina seria justamente as três variáveis apresentadas no começo do capítulo: 1) o predomínio de posturas moderadas entre os atores políticos relevantes, isto é, o abandono de atitudes radicalizadas por parte de lideranças e organizações políticas e sociais

importantes da sociedade; 2) a predominância da preferência normativa pela democracia pelos atores políticos notáveis, que priorizariam a manutenção desse regime político ainda que às custas de derrotas pontuais; 3) o ambiente internacional favorável. Quanto à última, o aumento do envolvimento da Organização dos Estados Americanos (OEA) para evitar golpes de Estado e a criação do Mercosul em 1991 contribuíram para a democratização. Além disso, houve uma mudança de postura nos Estados Unidos, especialmente quando o presidente estadunidense Jimmy Carter promoveu uma política de direitos humanos, que repudiava a existência de regimes autoritários no continente americano.

1.6.1 El Salvador, Paraguai e o novo padrão de instabilidade latino-americano

A abrangência de proporções inéditas da terceira onda de democratização fez com que a nova tendência democrática alcançasse países sem qualquer tradição democrática. El Salvador, Haiti e Paraguai, que nunca tiveram um regime competitivo anteriormente, foram inseridos na terceira onda de democratização. El Salvador, por exemplo, possuía um regime autoritário extremamente rígido que durou de 1900 até 1984; sua surpreendente democratização esteve associada a uma violenta guerra civil que assolou o país. A enorme mortandade e os elevados custos, somados ao fato de que o conflito parecia estar longe de chegar ao fim, fez com que os atores relevantes do país abandonassem seu radicalismo e suas preferências normativas pelo autoritarismo e abrissem diálogos e negociações com o outro lado. Assim, a coalizão antidemocrática sofreu importantes defecções, como a ARENA (Aliança Republicana Nacionalista, que tinha nascido como um partido de extrema-direita), o empresariado e os militares; do lado da oposição, o grupo guerrilheiro de esquerda FMLN (Frente Farabundo Martí para la Liberación Nacional) também abandonou o radicalismo.

A transição do Paraguai, por sua vez, não teve uma guerra civil como causa, mas foi o produto das lutas intraelites pelo poder (NOLTE, 2010). A queda de Alfredo Stroessner, líder da ditadura mais longeva (1954-1989) e uma das mais repressoras da América do Sul, deu-se por um golpe urdido pelo general Andrés Rodríguez, chefe do Primeiro Corpo do Exército (LEWIS, 2018). O motivo de sua ação foi a insatisfação com a crescente desprofissionalização do Exército e sua oposição ao anseio dos “militantes” (a ala mais fiel a Stroessner do hegemônico e governista Partido Colorado) de promover o filho mais velho do ditador, o coronel da Força Aérea Gustavo Stroessner, para suceder o pai na presidência. Havia ainda uma forte recessão econômica como pano de fundo.

Nessa situação, Rodríguez mobilizou militares e a parcela majoritária do Partido Colorado – os “tradicionalistas” – para derrubar o stronismo no dia 3 de fevereiro de 1989. Assumindo a presidência interinamente, o general agendou eleições para o dia 1º de maio.

Note-se que as ações de Rodríguez não foram tanto por uma preferência normativa pela democracia, mas por uma tentativa de reaproximar os militares do Partido Colorado. Obteve êxito nesse sentido, tanto que acabou concorrendo à presidência junto aos colorados sob a promessa de não tentar a reeleição. De qualquer forma, Rodríguez garantiu que a disputa eleitoral ocorreria sem fraude na contagem dos votos (algo muito comum na época do stronismo), o que fez a oposição concordar em participar do pleito (embora reclamasse da data escolhida porque ela não permitia tempo suficiente para preparar-se). Além disso, a disputa se deu em um ambiente no qual “a imprensa de oposição pôde funcionar livremente, o rádio e a televisão se abriram a diferentes pontos de vista e os exilados políticos tiveram autorização para regressar” (LEWIS, 2018, p. 295).

Rodríguez venceu a corrida eleitoral e confirmou a continuidade colorada na política paraguaia. Vale ressaltar que “as eleições, apesar de longe de terem sido um modelo de democracia, sobretudo nos distritos rurais, constituíram, não obstante, um melhoramento em comparação com as conduzidas por Stroessner” (*ibid.*). O *status* de democracia plena só seria alcançado no Paraguai em 2008, com a vitória do ex-bispo Fernando Lugo, apoiado por uma coalizão de partidos de esquerda. A importância dessa eleição esteve tanto no fato de ela marcar a primeira derrota dos colorados após 61 anos no governo quanto na alternância pacífica no poder, algo inédito na história do Paraguai.

No entanto, em junho de 2012, houve um controverso processo de *impeachment* do presidente Fernando Lugo que surpreendeu observadores e especialistas políticos internacionais. O Congresso paraguaio conduziu todos os processos em menos de 48 horas, removendo o presidente do cargo por acusações vagas de *mal desempeño* no cargo. Esse evento se juntou a tantos outros semelhantes a ponto de constituírem um novo padrão de instabilidade que se tornaria bastante comum na América Latina. Se, nos períodos anteriores, predominavam os golpes de Estado, protagonizados pelas Forças Armadas, que colocavam fim aos regimes democráticos vigentes, na terceira onda, os atores políticos relevantes incorporaram mecanismos institucionais voltados para derrubar presidentes e preservar o regime político (PÉREZ-LIÑAN, 2007). O *impeachment* surge como um mecanismo constitucional de *accountability* e serve para remover presidentes

irresponsáveis que ameaçam a democracia, desrespeitam a lei, se envolvem em corrupção ou possuem comportamento imoral (LLANOS; MARSTEINTREDET, 2023). No entanto, como o *impeachment* é decidido por maiorias congressuais, a dinâmica possibilita um processo desprovido de imparcialidade, ou seja, em vez de afastar um mandatário mediante um julgamento com fundamentos legítimos de culpa ou inocência, os partidos no Congresso podem promover um jogo duro constitucional (TUSHNET, 2004) de forma a usar inadequadamente as ferramentas institucionais disponíveis para derrubar um governante impopular (PÉREZ-LIÑAN, 2018; LLANOS; MARSTEINTREDET, 2023).

1.6.2 Heranças autoritárias de Chile e Brasil

Outra ditadura longeva a se encerrar foi a do general Augusto Pinochet em 1988. A oportunidade para a abertura veio com a política de plebiscitos que Pinochet passou a adotar para consolidar a legitimidade da ditadura. Na consulta popular de 1980, os chilenos foram convidados a aprovar uma Constituição de contornos autoritários desenhada pelo presidente e seus seguidores. A Carta foi aprovada – ainda que mediante um processo eleitoral bastante duvidoso (LINZ; STEPAN, 1999; ANGELL, 2018) – e, por meio dela, um novo plebiscito foi agendado para 1988, desta vez para decidir sobre o primeiro presidente “eleito” sob a Constituição de 1980. Na ocasião, se o candidato indicado por unanimidade pela junta militar – no caso, o próprio Pinochet – conseguisse a maioria dos votos, ele governaria por mais oito anos. Os assessores do ditador confiavam que sua vitória era certa, devido aos recursos políticos de que dispunham para intimidar e persuadir os chilenos. Entretanto, não contaram com a capacidade de a oposição se unir, se organizar e se mobilizar para uma campanha convincente e profissional, financiada, inclusive, por investimentos europeus e estadunidenses. Além disso, observadores internacionais acompanharam o processo eleitoral para impedir que houvesse fraudes. No fim, 55% foram a favor do “não”, e 43% escolheram o “sim”. Nas eleições presidenciais, que ocorreram menos de um ano depois, o candidato Patricio Aylwin, que liderava uma coalizão de dezesseis partidos opositores de Pinochet (a “Concertación”), venceu com uma porcentagem semelhante.

Mesmo vencendo, porém, a coalizão democrática se deparou com uma situação desoladora: a transição democrática no Chile encarou graves enclaves autoritários. Em contraste com os conflitos internos nas Forças Armadas paraguaias, o Exército chileno,

leal a Pinochet, era bastante unido. Ademais, a alta burguesia e muitos outros setores da sociedade civil ainda apoiavam o ditador devido às suas políticas neoliberais e à repressão contra a esquerda (LINZ; STEPAN, 1999; ANGELL, 2018). Por fim, ainda no campo da sociedade civil, vale ressaltar que, apesar de sua derrota no plebiscito, “o governo não-democrático do Chile havia recebido uma das maiores votações já dadas a um ocupante do poder, em qualquer uma das transações ocorridas até então” (LINZ; STEPAN, 1999, p. 316).

Assim, dispondo de tal lastro, Pinochet e as elites que o acompanharam no regime autoritário anterior tiveram força o suficiente para determinar os termos da transição democrática, tornando o seu processo limitado e incompleto. Isso fez com que houvesse a continuidade de fortes elementos autoritários na política chilena – a Constituição de 1980 continuou em vigor e forçava o primeiro governo democrático a compartilhar o poder *de jure* com indivíduos e instituições da ditadura, como os militares, um Tribunal Constitucional com membros nomeados por Pinochet e senadores não eleitos (*ibid.*). Mais grave, a transição chilena ficou marcada pela dispersão das elites antidemocráticas no interior das arenas de formulação de políticas na democracia nascente (ALBERTUS; DEMING, 2020, p. 5-6), o que dificultou a melhoria da qualidade da democracia no país.

No entanto, apesar dos empecilhos, é inegável que houve avanços democráticos no Chile. Com o apoio de uma coalizão majoritária na Câmara Baixa e em constante negociação com parte da direita no Senado, o presidente Alwyn conseguiu implementar um conjunto coerente de programas, superando as possibilidades de veto que poderiam advir da Constituição autoritária e da direita pinochetiana. Segundo Linz e Stepan (1999), “quatro anos depois, o governo havia conseguido alterar a seu favor as relações de poder no Estado, na sociedade civil e na sociedade política (LINZ; STEPAN, 1999, p. 249).

Assim como no Chile, a democratização brasileira também enfrentou a resistência de elementos autoritários advindos da ditadura civil-militar que governava o Brasil desde 1964. Sua transição foi organizada e coordenada pelos próprios militares desde 1974. Mesmo nos trabalhos da Assembleia Constituinte de 1987, que inauguraria a democracia no país, houve constante atuação dos militares para garantir que o novo regime preservasse seus privilégios (LINZ; STEPAN, 1999; VICTOR, 2022). Por outro lado, a dinâmica social da década de 1980, impulsionada pelo ressurgimento dos movimentos sociais e da ampla mobilização da população, contribuiu para que a Constituição de 1988 fosse promulgada com um teor fortemente democrático e com importantes avanços em direitos civis, políticos e sociais.

1.6.3 A transição bem-sucedida da Argentina

Se as transições democráticas chilena e brasileira contaram com a permanência de elementos autoritários do regime precedente, o mesmo não foi visto no processo desenvolvido na Argentina. A ditadura militar, que dominou o país de 1976 a 1983, ficou manchada tanto pela violência (o regime argentino foi um dos mais violentos da América do Sul) quanto pela incompetência administrativa de seus dirigentes, que fizeram uma péssima gestão econômica e tomaram decisões equivocadas, como a de invadir as ilhas Malvinas (Falkland, para os ingleses) e, assim, entrar em guerra contra a Inglaterra em 1982 (MAINWARING; PÉREZ-LIÑAN, 2013).

A derrota argentina na Guerra das Malvinas danificou a coesão interna dos militares, implodiu a coalizão autoritária e selou a derrocada do regime militar. Segundo Linz e Stepan (1999),

quando os militares argentinos renderam-se aos britânicos nas Malvinas, em 4 de junho de 1982, eles deixaram de ser vistos como confiáveis ou competentes por qualquer dos setores importantes das sociedades civil e política argentinas e as dissensões, recriminações e a indisciplina nos meios militares atingiram níveis jamais vistos, a ponto de alguns oficiais temerem um conflito armado intramilitar e a dissolução das forças armadas com organização (LINZ; STEPAN, 1999, p. 228).

Nesse cenário, uma coalizão pró-democrática surgiu, e destacou-se a figura de Raúl Alfonsín. Representando uma renovada União Cívica Radical (UCR), Alfonsín congregava em torno de si universitários, intelectuais e militantes dos direitos humanos (PRADO; PELLEGRINO, 2022). Nas eleições presidenciais de 1983, venceu o candidato peronista com 52% dos votos em parte porque evidenciou, de forma mais convincente e explícita, seu compromisso pela democracia e seu repúdio pela violência, captando a aspiração coletiva do eleitorado, que era mais moderado em relação à década de 1970 e ansioso em superar os traumas do autoritarismo (MAINWARING; PÉREZ-LIÑAN, 2013; TORRE; RIZ, 2018).

A democratização na Argentina conviveu com uma profunda crise econômica e um cenário de pobreza e exclusão social desoladores. No entanto, o próprio regime conseguiu se manter, pois todos os principais partidos firmaram sua preferência normativa pela democracia. Na oposição, os peronistas (reunidos no Partido Justicialista) abandonaram qualquer radicalização e selaram seu compromisso pela sobrevivência do novo regime. Isso ficou evidente quando acataram o resultado das eleições de 1983,

apoiaram Alfonsín diante de um levante militar em 1987 e, ao conquistarem o controle do Congresso com as eleições de 1987, portaram-se como uma oposição leal, ou seja, não tentaram desestabilizar o regime mesmo diante da recessão econômica.

Os traumas da ditadura argentina reforçaram os vínculos normativos com a democracia nos demais setores da sociedade. A inflação, a baixa produtividade e o desemprego estimularam as mobilizações populares que tomaram o país em dezembro de 2001. Os protestos responsabilizavam e condenavam os partidos políticos e a classe política pela situação econômica, mas não se transformaram em atores antissistema ou antidemocráticos.

Por fim, a Comissão Nacional Para o Desaparecimento de Pessoas (CONADEP), criada em 1984 com o objetivo de desvendar os crimes da ditadura, abriram os arquivos secretos daquele regime. Militares e torturadores foram julgados e condenados. Assim, em nome da sobrevivência da corporação, as Forças Armadas, fragilizadas, abandonaram as ideologias de extrema-direita, expulsando, inclusive, os membros que insistiam em abraçá-las. Os poucos levantes militares que ocorreram após a transição foram efêmeros e se restringiram a uma parcela muito pequena da corporação. Tanto é que, apesar da profundidade da crise, “os militares recusaram-se a patrulhar as ruas (função proibida por lei) e mantiveram-se à margem, não tentados a fazer valer a sua voz e poder coercitivo na dinâmica política do regime” (MAINWARING; PÉREZ-LIÑAN, 2013, p. 163, *tradução nossa*).

1.6.4 A matriz neoliberal

A terceira onda de democratização coincidiu com a decomposição da matriz estatal-popular-nacional que vigorava na maior parte dos países latino-americanos. Essa decomposição se deu tanto por contradições internas, como as gestões econômicas irresponsáveis, quanto por fatores externos, como a globalização. Houve então, segundo Cavarozzi *et al* (2022), projetos de imposição da matriz neoliberal por parte dos tecnocratas e dirigentes do capitalismo como a única saída possível para se alcançar a prosperidade socioeconômica.

A premissa comum, nas várias correntes do neoliberalismo, é o entendimento de que o mercado é o princípio organizador da vida social. O Estado deveria se submeter à dinâmica econômica, limitando-se a “estabelecer pró-ativamente as instituições que produziram o adequado funcionamento dos mecanismos de preço de mercado”

(GUIMARÃES; CRUZ, 2021, p. 7). Os serviços sociais seriam oferecidos pelos agentes do mercado, devido à sua maior eficácia e qualidade, enquanto o Estado passaria a desempenhar, nesse quesito, um papel “mínimo”.

O neoliberalismo, assim, prevê a redução do leque de atividades confrontadas pelo regime político (CAVAROZZI *et al*, 2022). Segundo os teóricos dessa corrente, a esfera política, quando desvinculada da liberdade individual e de mercado, “seria um domínio perigosamente autoexpansivo [e, portanto,] [...] tinha de ser atado com firmeza e conformado aos propósitos neoliberais” (BROWN, 2019, p. 74-75). O Estado possuiria poderes arbitrários que ameaçariam as liberdades individuais e econômicas, e sua plataforma favoreceria “interesses que distorcem o mercado, sejam os do grande capital, das maiorias democráticas, dos pobres ou de quem promove noções de bem comum” (*ibid.*, p. 75). Percebe-se que “o principal adversário intelectual e político do neoliberalismo foi o que os primeiros neoliberais chamariam de ‘coletivismo’” (BIEBRICHER, 2018, p. 19, *tradução nossa*). Uma das referências teóricas do neoliberalismo, Friedrich Hayek enfatizava que “o que deve ser defendido contra coletivismos de todas as convicções é ‘uma civilização individualista’” (*ibid.*). Essa categoria denominada “coletivismo” poderia abrigar tanto uma democracia robusta ou o Estado de Bem-Estar Social quanto o fascismo e o totalitarismo (BIEBRICHER, 2018, p. 20; BROWN, 2019, p. 75).

Há heterogeneidade no posicionamento de autores neoliberais em relação à democracia. Entretanto, é quase consenso entre eles de que sua expansão vem acompanhada de empecilhos ao bom desenvolvimento do mercado. O poder de agenda sobre determinados assuntos deveria se concentrar em agentes do mercado, como os bancos centrais e as instituições financeiras globais (que não têm obrigações de responsabilidade perante os cidadãos), em vez de atores políticos eleitos, que ficariam à mercê dos ânimos do eleitorado (FRASER, 2015). Os atores econômicos privados e poderosos devem sofrer pouca supervisão e regulação em um ambiente de economia aberta, enquanto a população seria vista mais como um conjunto de consumidores do que de cidadãos (CAVAROZZI *et al*, 2022).

À exceção do Chile, a matriz sociopolítica neoliberal não conseguiu trazer os resultados econômicos desejáveis na América Latina. Além disso, acabou por aprofundar as desigualdades já existentes no subcontinente. O agravamento das condições socioeconômicas colocou em xeque, perante a opinião pública, as instituições da

democracia representativa e, muitas vezes, influenciou o comportamento das elites políticas em aderir a coalizões políticas “antissistema”.

1.7 “Fim da História”?

Este capítulo se preocupou em fazer um histórico dos regimes políticos na América Latina sob a perspectiva das ondas de democratização e reversão abordada por Samuel Huntington. O cientista político identificou, em sua teoria, três ondas de democratização e duas de reversão. Influenciada pelas revoluções liberais do século XVIII, a primeira onda teria se iniciado na década de 1820 – com a conquista do sufrágio pela população masculina nos EUA – e vigorado até o Período Entreguerras (1918-1939). Em seguida, ocorreu uma primeira “onda reversa”, cujo ponto de partida foi a ascensão de Mussolini na década de 1920. Ela se caracterizou pela queda de regimes competitivos e durou até os momentos finais da Segunda Guerra Mundial. Terminado o conflito mundial, com a vitória dos aliados, espalhou-se um espírito pró-democrático pelo mundo que Huntington chamou de segunda onda democrática. Esta alcança seu ápice entre o final da década de 1950 e início da década de 1960, mas teve seus avanços revertidos pela segunda onda de autocratização, graças principalmente ao contexto de bipolarização criado pela Guerra Fria. Por fim, a terceira onda de democratização teria como ponto de partida a década de 1970, marcada pela Revolução dos Cravos, em Portugal, além das democratizações na Ásia, na América Latina e no Leste Europeu.

A América Latina seguiu uma trajetória semelhante. Segundo Mainwaring e Pérez-Liñan (2013), a primeira onda de democratização na região ocorreu entre 1902 e 1926, cuja proporção de regimes competitivos aumentou para 40%. Na onda reversa que seguiu, essa proporção caiu para 20% em 1936. A segunda onda de democratização na região foi composta por dois ciclos, tendo o primeiro ocorrido de 1938 a 1947 e o segundo, de 1955 até 1961. Por fim, a terceira onda de democratização teve como ponto de partida o ano de 1977.

Na década de 1990 e início do século XXI, a terceira onda de democratização era vista como uma tendência de alcance e profundidade sem precedentes na história. O número de democracias ultrapassava o das ondas anteriores e parecia avançar cada vez mais sobre as mais variadas localidades do globo terrestre. Isso explica a euforia e o otimismo generalizados que se encontravam presentes nas análises e nas teorias de especialistas interessados em assuntos políticos daquela época. É célebre, por exemplo, o

veredito de Francis Fukuyama a respeito de um “fim da história” que combinaria democracia liberal com economia de mercado²⁰.

No entanto, o início do século XXI parece testemunhar uma nova reversão. Escrito sob a preocupação com a vitória eleitoral do *outsider* Donald Trump para a presidência dos Estados Unidos, a obra *Como as Democracias Morrem, best-seller* dos cientistas políticos Steven Levitsky e Daniel Ziblatt, possui a pretensão de alertar os agentes políticos e sociais sobre os riscos a que os regimes democráticos estão sujeitos na atualidade. A tese defendida pelos autores é a de que a “morte da democracia” não seria um fenômeno decorrente apenas de eventos súbitos, como golpes militares e fechamento do Congresso. Na verdade, ela poderia ocorrer no interior de seu próprio campo institucional por meio de políticos autoritários que, eleitos pelos cidadãos, ocupariam postos de poder e gradualmente desgastariam as grades de proteção da democracia até o seu ocaso (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018).

Esse novo momento de reversão em diversos regimes políticos do mundo, marcado por erosões, ou seja, declínios graduais nos atributos democráticos, no lugar de rupturas súbitas, como golpes militares, foi denominado por Lührmann e Lindberg (2019) de “terceira onda de autocratização”. Essa onda teria começado em 1994 e perdura até o momento em que este projeto foi concluído (2023).

Embora não haja consenso entre especialistas sobre o alcance e até mesmo a existência dessa onda antidemocrática, vale a pena associar a teoria da terceira onda de autocratização com os eventos recentes de crise política e sentimento *antiestablishment* que ganharam espaço na América Latina contemporânea. Afinal, no subcontinente, a questão da recessão e da ruptura da ordem democrática não se limita a um conflito maniqueísta entre governantes autoritários e instituições em uma conjuntura específica. Em vez disso, conforme visto neste capítulo, há elementos históricos próprios da região que inserem outros atores políticos e instituições na equação, tão típicos da região que chegaram a receber conjuntamente a alcunha de *latinoamericanização* (LEVINE, 1994).

López Maya (2021) mostra que a decepção em relação à democracia representativa não é recente e não se limita à América Latina. Desde as décadas de 1960 e 1970, houve uma produção acadêmica considerável nos Estados Unidos sobre os limites do modelo liberal hegemônico – apresentando, inclusive, alternativas mais avançadas de

²⁰ Diante de críticas, Fukuyama (2019) defendeu sua tese esclarecendo que falara em “fim da história” como sinônimo de “conclusão”, mas no sentido hegeliano-marxista de “objetivo”. Segundo o autor, o desenvolvimento guiaria a humanidade para um Estado liberal ligado a uma economia de mercado.

democracia, como a versão participativa. As gerações estadunidenses e europeias que surgiram e cresceram após a Segunda Guerra Mundial desconfiavam do excessivo intervencionismo do Estado de Bem-Estar Social sobre as liberdades civis e da ausência de direitos fundamentais por parte desse tipo de organização estatal aos grupos oprimidos, como mulheres, negros, homossexuais e imigrantes latino-americanos.

Na América Latina, houve essa decepção também, mas por outros motivos: as democracias de seus países apresentavam um fraco desempenho em superar problemas históricos crônicos (de origem colonial, inclusive), como a pobreza, a exclusão e a desigualdade que afligem a maioria da população. A tal realidade estrutural, somou-se o advento das políticas neoliberais, que acabou por aprofundar as desigualdades e, assim, desprestigiar a democracia liberal e suas principais instituições, como os partidos políticos e o Parlamento (MAYA, 2021, p. 32).

Além do fraco desempenho em gerar bem-estar socioeconômico e da frustração dos cidadãos com esses resultados, as constantes crises institucionais associadas ao comportamento das elites no jogo político também agravaram os problemas das democracias latino-americanas. Não obstante a terceira onda de democratização ter testemunhado melhorias institucionais e compromissos normativos mais sólidos na América Latina, a instabilidade política não cessou no subcontinente. Pérez-Liñan (2007) argumenta que, na terceira onda de democratização, o *impeachment* veio como uma alternativa “legal” aos golpes militares para resolver as crises políticas em regimes presidencialistas. Por meio de uma análise estatística, o autor concluiu que os impedimentos são motivados pelos mesmos fatores que contribuía para as antigas rupturas institucionais: recessão econômica, protestos contra o governo e radicalização de atores políticos relevantes, como os parlamentares (PÉREZ-LIÑAN, 2018). A novidade é que a instabilidade presidencial passou a ser solucionada com a queda do incumbente, e não do regime.

Embora o mecanismo de *impeachment* não configure uma ruptura constitucional, seu uso ainda é institucional e politicamente traumático (ABRANCHES, 2018). Ele não pode ser equiparado ao voto de desconfiança dos regimes parlamentaristas, que remove um chefe do Executivo (primeiro-ministro), cujo mandato pertence à coalizão partidária formada no Poder Legislativo. Assim, o afastamento do primeiro-ministro representa tão somente um realinhamento das forças partidárias. No caso do *impeachment*, que envolve o afastamento de um chefe escolhido não pelo Parlamento, mas diretamente pela

população, esse procedimento revela uma crise interpoderes e pode abalar as instituições políticas, sobretudo se o processo ocorrer sob fundamentos frágeis.

Por outro lado, a vigência de um novo padrão de instabilidade não afastou por completo os atores “pretorianos” da arena política. Ainda há algum protagonismo de atores não associados ao jogo político representativo, o que faz com que os golpes de Estado ainda sejam uma possibilidade na região, como o que derrubou o presidente Evo Morales na Bolívia, em 2019, no qual militares e lideranças religiosas estiveram presentes. Ademais, Akkoyunlu e Lima (2022) apontam para os casos de “intervenção furtiva”, em que os militares recuperam seu protagonismo político com intervenções graduais, mas sistemáticas, na política nacional. Exemplo emblemático é o grande número de oficiais nos cargos de nomeação política no Brasil durante o Governo Bolsonaro.

Essas informações relativizam o sucesso da terceira onda de democratização na América Latina, bem como o aparente compromisso normativo pela democracia. Em primeiro lugar, em muitos países, o vínculo com o regime democrático por parte das elites pode ter se mostrado sólido durante as análises de Mainwaring e Pérez-Liñan (2013), mas, com o tempo, acabou se revelando frágil e transitório, uma vez que tal vínculo se basearia não em critérios normativos, mas sim em parâmetros unicamente utilitários e fisiológicos. Atores que visam atender exclusivamente seus interesses mais imediatos podem protagonizar um retrocesso democrático ou aderir a coalizões autoritárias, articuladas por novos atores que surgem sobretudo nos contextos de crise que o neoliberalismo ajuda a provocar.

Segundo, alguns países não conseguiram solucionar por completo a questão do “entulho autoritário” em suas democratizações. Com isso, uma coalizão desleal conta com a possibilidade de ser reforçada pela entrada de atores pretorianos; estes que, em alguns países e em certos momentos de prosperidade, pareciam ter se acomodado ao regime democrático, mas que acabam preferindo, em contextos de adversidade, atropelar o princípio da soberania popular sob a crença de que seriam os mais preparados para tirar o país da crise vigente.

De acordo com o relatório do V-Dem de 2022, oito países da região estariam passando por retrocesso democrático: Brasil, Chile, El Salvador, Guatemala, Haiti, Nicarágua, Uruguai e Venezuela. A terceira onda de autocratização latino-americana inclui casos em que há erosão poliárquica, mas não culmina em ruptura institucional, como o Brasil e o Uruguai. No entanto, mesmo em casos de autocratização gradual, a

adesão de militares a coalizões políticas provocadoras de instabilidade acelera o processo de desgaste das instituições políticas. Foi o que ocorreu na Venezuela, país em que membros das Forças Armadas aderiram às coalizões lideradas por Hugo Chávez e Nicolás Maduro, e no Brasil, cuja situação foi marcada pela intervenção furtiva dos militares sob o aval do presidente Jair Bolsonaro.

Portanto, os problemas típicos da *latinoamericanização* ainda não teriam sido superados pela terceira onda de democratização e poderiam ter papel crucial na autocratização na América Latina. As crises econômicas, a frequente interferência de atores “pretorianos” na arena política, o frágil compromisso das elites políticas em relação às instituições democráticas (formais e informais), bem como a fraca adesão popular à democracia, seriam ainda um desafio à institucionalização da soberania popular na região.

2 REGIMES POLÍTICOS NO BRASIL E NA VENEZUELA

Este capítulo apresenta especificamente as experiências pelas quais passaram Brasil e Venezuela em termos de regimes políticos. A apresentação da trajetória histórica de ambos tem o propósito tanto de mostrar as suas experiências nas ondas de democratização e autocratização no contexto latino-americano quanto de lançar luz sobre algumas variáveis de controle, contribuindo para endossar a proposta de comparabilidade sugerida neste trabalho. As informações foram coletadas em bibliografia especializada.

2.1 A consolidação do Estado pelas vias autoritárias e oligárquicas

Como mencionado no capítulo anterior, Sanahuja *et al* (2023) jogam luz sobre o legado autoritário que marcou a trajetória histórica da América Latina desde a independência de seus países no século XIX. Brasil e Venezuela não foram exceção à regra. O protagonismo das Forças Armadas na formação da república e a organização das elites latifundiárias em oligarquias foram fenômenos que marcaram a história política de ambos os países durante a primeira onda de democratização.

Pertencente ao Vice-Reinado de Nova Granada, a Venezuela foi o primeiro local da América Latina a declarar sua independência frente a uma metrópole, no dia 5 de julho de 1811 (PRADO; PELLEGRINO, 2022). No entanto, uma série de adversidades – como a resistência da Espanha e até mesmo um terremoto – fez a nascente república ruir. A emancipação política se concretizou somente após a luta pela independência liderada por um membro da elite colonial, Simón Bolívar. Em 1819, após vencer as batalhas contra as forças da metrópole espanhola, Bolívar proclamou a independência do Vice-Reinado de Nova Granada e a união de todas as províncias na recém-formada república da Grã-Colômbia, tornando-se o primeiro presidente do país. Pouco tempo depois, em 1821, a Venezuela conquistaria, de fato, sua emancipação política após a vitória na batalha de Carabobo.

Bolívar envolveu-se fervorosamente em questões políticas. Ocupou cargos de governo, participou da elaboração dos textos e deixou escritos tratando sobre os mais variados assuntos. Algumas de suas propostas atravessaram os séculos, como a ideia de construção de uma possível unidade latino-americana; para esse fim, propôs a constituição de uma liga entre os países da região, algo que se concretizaria em um congresso de representantes dos nascentes Estados nacionais no Panamá em 1826. Mas a

proposta pan-americana fracassou no Congresso do Panamá, que contou com ausências importantes, como a do Brasil, da Argentina e do Chile. Além disso, a Grã-Colômbia, que ele idealizara, fragmentou-se em três países separados: Venezuela, Equador e Colômbia. Desgostoso, renunciou ao cargo de presidente no começo de 1830 e se exilou em Cartagena (PRADO; PELLEGRINO, 2022). Apesar das frustrações, o histórico de lutas e “sonhos” de Simón Bolívar fez com que se construísse em torno dele um verdadeiro culto ao "Libertador" e ao "maior herói nacional" da Venezuela (*ibid.*, p. 33).

Em meio às tendências fragmentadoras da Grã-Colômbia, a própria Venezuela mostrava-se carente de algum acordo mínimo pela unidade. As instituições eram bastante frágeis, e a solução para as divergências passava pelo caminho da guerra, não pela política. Não havia um Estado plenamente unificado e muito menos um sentimento compartilhado de nação; o ambiente era de anarquia protagonizado por caudilhos nacionais, regionais ou locais em uma tensão permanente, de forma que a história da Venezuela oitocentista foi ocupada permanentemente por levantes, revoluções, contrarrevoluções e golpes (ESTEVEZ GONZÁLEZ, 2006).

Sobre o caudilhismo militar dominante, nas palavras de Estevez González (2006), “cada líder elevado nomeou-se general; a que se somam as patentes militares atribuídas por cada Governo para satisfazer desejos pessoais ou simplesmente para manter satisfeito o promovido” (*ibid.*, p. 6, *tradução nossa*). Ainda, “o estado de atraso da população possibilitou o caudilhismo; a escassa população em um vasto país agrário, o analfabetismo e a pobreza propiciaram as revoltas armadas”.

Além de fragmentar a autoridade civil, os conflitos do século XIX aniquilaram as possibilidades de desenvolvimento econômico. Assim, a Venezuela inevitavelmente acabou “sitiada pelos credores e permaneceu vulnerável às flutuações internacionais nos preços dos produtos agrícolas, e a sua elite continuou a olhar para a Europa em busca de modelos de vida civilizada” (CORONIL, 2002, p. 253-254).

Foi somente no início do século XX que a Venezuela vivenciou um processo de integração nacional. Sob a ditadura de Juan Vicente Gómez (1908-1935), foram lançadas as bases do Estado moderno – ou seja, quando agentes de uma administração estatal passam a deter o monopólio da violência legítima para manter a ordem, substituindo atores privados –, “unificando o país tanto do ponto de vista geográfico como político e destruindo os caudilhos e os partidos políticos tradicionais” (REY, 1991, p. 535, *tradução nossa*). Começando a governar com base nas redes de famílias oligárquicas dominantes, o ditador se afastou dessa base original devido à nascente exploração de petróleo, o que

lhe permitiu concentrar mais poder (ANSALDI; GIORDANO, 2012, p. 473). Gomez se valeu dos vultosos recursos desse ativo econômico, além da organização e da modernização da Hacienda Pública, para criar uma burocracia estatal e um exército profissional capazes de garantir a ordem, a paz e, sobretudo, a unificação do país, contra os quais nada puderam fazer os caudilhos locais.

A Venezuela, assim, resolveu a questão da integração nacional com a passagem para um único poder, em uma trajetória que envolveu poder oligárquico e militarismo; tudo isso sob orientação do princípio da ordem em detrimento de valores, como pluralismo político, expansão da cidadania e soberania popular. Essa também foi a realidade do Brasil, embora sob outras especificidades. Nesse país, adotou-se inicialmente a monarquia, forma de governo escolhida pelas elites brasileiras que temiam a fragmentação da América Portuguesa, tal como estava ocorrendo na América Espanhola, onde os países se converteram em repúblicas. As classes dominantes esperavam que a figura de um rei, personificada no príncipe D. Pedro I, filho de D. João VI, e um governo central forte garantissem a ordem nas diferentes regiões da antiga colônia e a união das províncias (CARVALHO, 2002). Como aponta Motta (1999), “antes de ser nação, o Brasil foi Estado e este teve papel decisivo na construção da nacionalidade” (MOTTA, 1999, p. 25).

A centralização política, portanto, já existia no país sob uma fórmula monárquica, mas seguiram-se tensões, em toda a história do Império, que conflitavam poder central e interesses locais. Durante o Período Regencial, o Ato Adicional conferiu uma série de prerrogativas às províncias com o propósito de evitar um descontentamento generalizado em relação à predominância política do Centro-Sul. Estabelecia-se, assim, um sistema político que marcou a ascensão dos grupos oligárquicos, forças locais que disputavam entre si o domínio da máquina estatal regional para atingir seus interesses. Apesar das rivalidades, esses grupos tinham em comum o fato de defenderem seus privilégios, a restrição da cidadania e a manutenção da escravidão.

Mas as tensões entre centralização e descentralização não foram resolvidas e, no final do Segundo Reinado, começaram a surgir partidos republicanos, formados por fazendeiros de café, proprietários de terra e advogados. A principal bandeira do movimento republicano era o federalismo, a tal ponto que desestimulou a criação de um partido nacional em favor de uma série de partidos regionais autônomos (ANSALDI; GIORDANO, 2012, p. 498).

Os imbrólios foram resolvidos apenas em 1889, através da Proclamação da República. Nos últimos anos do Império, a ofensiva republicana se intensificou e ganhou a adesão do Exército, cujos oficiais mostravam-se descontentes com a restrição imposta pelo governo no que tange à participação política da caserna. Assim, os militares também aderiram ao republicanismo – embora este passasse a idealizar uma República nos moldes do positivismo, diferente da proposta liberal e federalista dos latifundiários. A coalizão tática entre a burocracia militar e os latifundiários, tão típica na América Latina (SANAHUJA *et al*, 2023), levou à Proclamação da República, a partir da qual se iniciou efetivamente a dominação oligárquica no Brasil.

Carvalho (2019) evidencia que a proclamação da República brasileira conferiu protagonismo inédito aos militares. Segundo o historiador Afonso Arinos de Melo Franco, “o Exército foi se tornando, no fim do Império, uma espécie de partido *sui generis*, partido que funcionava fora do jogo constitucional, mas que nem por isso dispunha de menor prestígio” (FRANCO, 1974, p. 55). De figuras coadjuvantes no período imperial, os membros das Forças Armadas ganharam uma notoriedade política que marcaria basicamente toda a história republicana do país, recebendo prerrogativas institucionais e servindo, em diversas ocasiões, como árbitros nas crises de governança. Carvalho (2019) aponta que cinco das sete Constituições brasileiras conferem, de alguma maneira, papel político às Forças Armadas, ficando de fora apenas a imperial, de 1824, e a do Estado Novo, de 1937, ambas outorgadas. Por isso, o autor identificou um papel moderador atribuído às Forças Armadas no decorrer da história constitucional, de forma que o Brasil teria se tornado uma república sob tutela militar (CARVALHO, 2019, p. 18).

No que tange à estruturação de direitos (civis, políticos e sociais), segundo Carvalho (2002), a transição da monarquia para a república trouxe pouca mudança. A única mudança relevante que houve nesse período foi a abolição da escravidão em 1888. Instituição que penetrava em todas as classes sociais e espaços, a escravidão foi o fator mais negativo para a construção da cidadania no Brasil. A abolição incorporou os ex-escravos aos direitos civis, embora a incorporação fosse mais formal do que real.

A República que se inicia em 1889 é oligárquica. Conforme Ansaldi e Giordano (2012), paradoxalmente a centralização em um único poder oligárquico surgiu de um pacto que reforçou o regionalismo, pelo qual os poderes locais buscavam as prerrogativas do Estado central em condições estruturalmente desiguais. São Paulo e Minas Gerais eram os estados mais fortes do pacto, pois o primeiro era o maior produtor de café – principal produto de exportação brasileiro – e o segundo detinha o maior colégio eleitoral

– o que o fazia eleger mais deputados (FAUSTO, 2002). Ambos se reuniam, respectivamente, nos Partidos Republicanos Paulista (PRP) e Mineiro (PRM).

No entanto, era necessário um grau elevado de harmonia entre as elites oligárquicas de todos os estados, e foi exatamente para manter um entendimento nacional que o presidente Campos Sales orquestrou a “Política dos Governadores”. Tratou-se de um esquema de alianças e compromissos entre o governo federal e as elites oligárquicas estaduais para consolidar o domínio de ambas as partes (ANSALDI; GIORDANO, 2012; LEAL, 2012). O presidente se omitia dos assuntos estaduais, dando-lhes autonomia; em troca, cada estado orientava seus deputados federais e senadores a apoiarem o presidente no Congresso Nacional. A consolidação de um poder central decorreu “por causa e apesar do reforço dos poderes locais” (ANSALDI; GIORDANO, 2012, p. 497, *tradução nossa*).

A base institucional para o funcionamento dessa engrenagem era o coronelismo. Tratava-se de uma parte do sistema da República Oligárquica, manifestando-se como um compromisso que articulava as políticas local, estadual e federal. Na base estava o coronel, um proprietário rural que controlava os eleitores de um determinado município com seu poder pessoal e que garantia os votos para o governo estadual – mediante o fenômeno do “voto de cabresto”, reflexo da instituição do voto aberto. Em troca, recebia do presidente do Estado o controle dos cargos da administração pública e os recursos para fornecimento de benefícios para seus eleitores. Segundo Leal (2012), a organização desse sistema se explica pela decadência da propriedade rural, que não gozava mais da pujança econômica de outrora, enquanto as unidades federativas ganharam força e centralidade. Assim, a relação do coronel com o poder público era assimétrica, pois sua perda de prestígio precisava ser compensada pela atuação do Estado, que era devolvida em forma de serviços públicos, antes fornecidos diretamente pelos fazendeiros na época do Império.

2.2 As mudanças da década de 1930

Brasil e Venezuela, portanto, não se inseriram na primeira onda de democratização, mas nem por isso deixaram de passar por mudanças substanciais. Na realidade, a América Latina experimentou uma crise nas décadas de 1920 e 1930 que alcançou os aspectos econômico, político, social e de valores. Emergiram tensões no interior das comunidades políticas latino-americanas nos anos de 1920 que colocavam em xeque o modelo primário-exportador, a dominação oligárquica (que começava a dar lugar à sociedade de massas) e o liberalismo. A crise de 1929, posteriormente, serviu para

catalisar ou aglutinar as transformações em processo (ANSALDI; GIORDANO, 2012, p. 13). Brasil e Venezuela não estiveram à margem desse processo.

A Venezuela fez parte de uma gama de países que, inicialmente, encontraram no autoritarismo o caminho para resolver a crise. O ditador Vicente Gómez se apoiou na exploração e na exportação de petróleo, de propriedade estatal. Desta forma, o governante consolidou a centralização do poder político e econômico com base no Estado (REY, 1991; CORONIL, 2002), que começou a desempenhar um papel central na vida política, econômica e social do país tanto pelo fato de ser o detentor do maior recurso econômico que existia na Venezuela quanto pelas fragilidades e deficiências da iniciativa privada (REY, 1991).

Por outro lado, segundo Rey (1991), como consequência indireta do desenvolvimento da indústria petrolífera, por meio da receita fiscal do Estado e de políticas distributivas, houve um conjunto de mudanças socioeconômicas, como a industrialização, a urbanização, a alfabetização, o aumento da exposição aos meios de comunicação etc. Os laços interpessoais tradicionais se deterioraram, e novas classes e grupos emergiram, “bem como uma massa desenraizada disponível para fazer parte de novas organizações e contratar novas lealdades” (*ibid.*, p. 535, *tradução nossa*). As novas forças sociais eram incompatíveis com o modelo político vigente, o que levou a relação com o regime gomecista a ser de constante conflito.

A mobilização e a integração das forças sociais emergentes na Venezuela consolidaram-se após a morte de Gómez por meio da criação de partidos políticos de massa modernos. Rey (1991) sugere que os programas partidários foram desenvolvidos sob a modalidade de um “sistema de mobilização populista” entre 1936 e 1945. O autor cunhou essa expressão para se referir aos partidos políticos que são formados por uma coalizão socialmente heterogênea, reunindo a classe média – criadora desses partidos, pois se sente alienada diante de um regime oligárquico que lhe nega espaços de participação – e as massas de camponeses e operários – que, sofrendo com as mais variadas privações, “procuram fundamentalmente a articulação dos seus interesses econômicos e sociais e em troca oferecem o seu apoio ao projeto político” (*ibid.*, p. 538, *tradução nossa*). A classe média busca o apoio dos trabalhadores, desenraizados dos laços tradicionais em deterioração e disponíveis para estabelecer novos vínculos e lealdades organizacionais.

Esses partidos de massa venezuelanos surgiram para substituir os partidos de notáveis, destruídos por Gómez. Inspirados no marxismo e na democracia radical,

surgiram com o objetivo de reestruturar a ordem sociopolítica vigente por meio da organização e da mobilização das massas, que seriam integradas à nação política, econômica e socialmente (*ibid.*, p. 536). O mais importante deles foi o Partido Nacional Democrático (PDN).

Com os recursos do petróleo disponíveis, os presidentes seguintes – os militares Elezazar López Contreras (1935-1939) e Isaías Medina Angarita (1939-1945) – promoveram uma política de industrialização baseada na intervenção do Estado na economia em decorrência da Segunda Guerra Mundial. A Venezuela era bastante dependente das importações dos países desenvolvidos e precisava resolver a questão do abastecimento, uma vez que seus parceiros econômicos estavam em conflito. Essas decisões não foram bem aceitas por setores empresariais, mais afeitos a uma política econômica liberal. Foi do conflito entre as tendências estatistas e liberais que surgiu a Federação de Câmaras e Associações de Comércio e Produção da Venezuela (FEDECÁMARAS).

Nesse contexto de modernização, López Contreras e Angarita promoveram alguma liberalização do regime, mas sem uma verdadeira democratização²¹. O acesso ao sufrágio ainda era bastante restrito, e as eleições do Congresso e do presidente eram indiretas. O recrutamento político ocorria segundo padrões oligárquicos, ou seja, eram levados em conta os vínculos pessoais, familiares, de prestígio, a riqueza ou a influência. Assim, curiosamente, os partidos de massa modernos da Venezuela precederam a universalização do sufrágio, em uma sequência oposta da que ocorreu na maioria dos outros países. O fato é que, na ausência de democracia, os novos partidos permaneceram ilegais durante a presidência de López Contreras, sendo obrigados a atuar na clandestinidade e sob o risco de sofrerem perseguições e repressão por parte do governo.

Sob o governo de Angarita, os partidos ganharam permissão de atuarem livremente. O PDN mudou de nome para Ação Democrática (AD), e as outras organizações marxistas se uniram em 1945 para formar o novo Partido Comunista da

²¹ Segundo Linz e Stepan (1999), “a liberalização pode implicar uma combinação de mudanças sociais e de diretrizes políticas, tais como menos censura da mídia; um espaço um pouco maior para a organização de atividades autônomas da classe trabalhadora; a introdução de algumas salvaguardas jurídicas para o indivíduo, como o habeas corpus; a libertação da maior parte dos presos políticos; o retorno dos exilados; talvez algumas medidas visando a melhoria da distribuição de renda e, o que é mais importante, a tolerância à oposição. A democratização implica a liberalização, porém, este é um conceito mais amplo e, especificamente, político. A democratização requer a competição aberta pelo direito de conquistar o controle do governo, o que, por sua vez, exige eleições competitivas livres, e seu resultado determinará quem irá governar. Com base nessas definições, é óbvio que pode haver liberalização sem democratização” (LINZ; STEPAN, 1999, p. 21-22).

Venezuela (PCV). No entanto, apesar do avanço, o sufrágio ainda era restrito; e as eleições, indiretas. AD e PCV continuariam à margem do jogo político oficial, pois as instituições eram controladas pelos partidos criados pelo próprio governo: os Partidários da Política do Governo (PPG) e o Partido Democrático Venezuelano (PDV). Esses partidos eram compostos por funcionários públicos e não possuíam nenhum lastro social (REY, 1991).

No Brasil, a ordem oligárquica também enfrentava a ascensão de forças transformadoras, advindas especialmente das mudanças socioeconômicas. Com o crescimento das cidades, ascendia o movimento operário e apareciam os primeiros defensores do socialismo. A classe média urbana, por sua vez, denunciava o sistema político da Primeira República e reivindicava reformas modernizadoras que instituíssem eleições limpas e respeito aos direitos individuais e garantissem a educação ao povo (FAUSTO, 2002, p. 135). A insatisfação com o *establishment* também chegou à baixa oficialidade do Exército, que se manifestou pelo movimento denominado *tenentismo*. As ações armadas dos tenentes significaram a volta da atuação política dos militares, que contemplavam a possibilidade de transformação social pela via extrainstitucional, o que explica, em parte, a Revolução de 1930.

A crise de 1929 promoveu a decadência do café e acentuou os desentendimentos entre as oligarquias. Nesse clima de instabilidade, marcado pelo rompimento da aliança entre as facções mais fortes (São Paulo e Minas Gerais), eleições fraudulentas, morte e oportunismo político, as elites de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba – reunidas na Aliança Liberal – derrubaram o presidente Washington Luís, representante da oligarquia cafeeira paulista, em 1930. O gaúcho Getúlio Vargas assumiu o poder e iniciou o Governo Provisório.

O evento de 1930 criou uma situação em que “nenhuma classe ou fração dela foi capaz de exercer a hegemonia e levar adiante um projeto nacional com êxito duradouro” (ANSALDI; GIORDANO, 2012, p. 85). Assim, a dominação se resultou com base em um Estado de Compromisso. Nele, Getúlio Vargas buscou articular os interesses dos vários grupos dominantes em um pacto. O acordo envolveu as várias frações da burguesia, as oligarquias e parte da classe média. A classe operária ficou à margem do processo, embora as relações do Estado com ela tenham mudado: a “questão social” deixa de ser um assunto meramente de “polícia” e passa a ser considerada pelo governo. Por fim, seria necessário um Exército forte e homogêneo, em consonância com os propósitos de um

Estado centralizado, para servir como uma espécie de argamassa que unifica as frações envolvidas (FAUSTO, 2001; WEFFORT, 1989).

Ainda que o Estado de Compromisso surgisse de um novo pacto de dominação e da mudança na articulação entre classes dominantes, o Brasil conheceria um processo de democratização na década de 1930, em contraposição à onda reversa que avançava sobre países como o Chile, a Argentina e o Uruguai. O Código Eleitoral de 1932 (Decreto n° 21.076 de 24 de fevereiro de 1932), que regulamentou as eleições para a Assembleia Constituinte de 1933, trouxe avanços importantes: a criação de tribunais (Supremo Tribunal Eleitoral e Tribunais Regionais Eleitorais), cuja importância seria a de impedir fraudes nas eleições; a instituição do voto secreto e obrigatório; e a expansão do sufrágio às mulheres. Os analfabetos, porém, ainda continuariam excluídos do direito ao voto (SOUZA, 1976). Além disso, a Constituição, promulgada em 1934, possuía um caráter liberal e democrático e trazia progressos nos âmbitos dos direitos trabalhistas e das garantias individuais.

Todavia, o período foi marcado por forte radicalização política, protagonizada especialmente pela Ação Integralista Brasileira (AIB), de tendência fascista e liderada por Plínio Salgado, e pela Ação Nacional Libertadora (ANL), uma coalizão de grupos de esquerda liderada por um ex-tenentista que se tornou o principal expoente do Partido Comunista Brasileiro (PCB), Luís Carlos Prestes. Após o fechamento da ANL, que fora colocada na ilegalidade por Vargas, o PCB avaliou mal a correlação de forças e se aventurou em um confronto direto contra o governo em 1935 via luta armada, fracassando em seu intento.

A Intentona Comunista de 1935 fora explorada por Vargas com oportunismo. Em primeiro lugar, a repressão à revolta consolidou a aliança entre o presidente e os militares. Além disso, o presidente conseguiu convencer grande parte da população de que os comunistas eram inimigos e deveriam ser combatidos. O anticomunismo não era algo inédito no Brasil, mas, a partir do levante de 1935, construiu-se um imaginário depreciativo em torno dos comunistas com efeitos mais profundos e duradouros²².

²² Segundo Motta (2000), “surgiram elaborações originais, relacionadas às singularidades próprias da dinâmica política brasileira. É o caso do imaginário construído em torno do levante de 1935, a ‘Intentona Comunista’, que forneceu boa parte do arsenal propagandístico usado pelos anticomunistas do Brasil. A forma como o episódio de 1935 foi explorado dificilmente encontra similar em outros países. A ‘Intentona’ deu origem não somente à construção de um imaginário, mas ao estabelecimento de uma celebração anticomunista ritualizada e sistemática. Outrossim, contribuiu para solidificar o comprometimento da elite militar com a causa anticomunista, por via da exploração da sensibilidade corporativa do grupo” (MOTTA, 2000, p. 18).

Em 1937, a um ano das eleições presidenciais, Vargas faz veicular na imprensa o Plano Cohen, um suposto plano comunista de tomar o poder. O documento, de nome judaico, era falso: fora escrito pelo coronel Olympio Mourão Filho, membro da AIB. O tal plano era um pretexto para Vargas, em nome da segurança nacional, aplicar um golpe, suspender as eleições e instituir a ditadura do Estado Novo. A Carta de 1934 fora substituída por uma nova Constituição, outorgada ainda em 1937 e que duraria até 1945. A nova administração seria marcada pela industrialização fomentada pelo Estado; pela aproximação de Vargas com os trabalhadores; pelas nomeações de interventores para os Estados; por um arcabouço sindical corporativista; pela presença de uma burocracia estatal extensa, detentora de importante capacidade decisória e independente de qualquer organismo representativo da sociedade civil; e por uma ideologia autoritária de Estado (CAMPELLO, 1990). Interrompia-se, assim, o processo de transição democrática no Brasil.

2.3 A segunda onda de democratização alcança Brasil e Venezuela

A segunda onda de democratização teve início na Segunda Guerra Mundial (1939-1945), especialmente com a vitória dos Aliados (cujos países membros eram majoritariamente democráticos) sobre as forças do Eixo, que disseminou um espírito pró-democrático pelo mundo. Esse fato exerceu influência nas preferências normativas de uma parcela considerável das elites políticas latino-americanas, contribuindo, inclusive, para que houvesse uma inédita democratização no Brasil e na Venezuela.

2.3.1 Brasil: a inédita e instável experiência democrática

O avanço dos aliados contra o Eixo contribuiu para que líderes autoritários fossem encurralados por uma oposição que ansiava por eleições competitivas. No Brasil, a contradição do Estado Novo varguista em participar da Segunda Guerra contra o fascismo e, ao mesmo tempo, manter um regime autoritário no país foi explorada por desafetos de Getúlio Vargas – a saber, frações do empresariado urbano e uma coalizão de oligarquias descontentes. Figuras importantes do governo – tanto civis quanto militares – começaram a se afastar do Estado Novo, e organizações da sociedade civil, como a União Nacional dos Estudantes (UNE) e acadêmicos do Direito, exigiam a abertura democrática. A dinâmica dos eventos políticos pressionou Vargas a agendar as eleições para Presidente

da República e para a Assembleia Constituinte para dezembro de 1945. Diante da possibilidade de o presidente realizar manobras para permanecer no poder, a oposição liberal, unida aos militares, promoveu um golpe que deu fim ao Estado Novo.

Ainda em 1945, nos momentos finais do regime ditatorial getulista, formavam-se os principais partidos do período democrático subsequente. Da oposição liberal, surgia a União Democrática Nacional (UDN). Nas palavras de Singer (2018), “as posições contra a intervenção do Estado na economia, a favor da livre entrada e saída de capital estrangeiro e hostil à desapropriação de terras para a reforma agrária situaram a UDN no campo da direita” (SINGER, 2018, p. 137). O partido consolidou-se como a segunda força política do país.

O Partido Social Democrático (PSD), por sua vez, foi costurado sob a articulação dos interventores estaduais nomeados pela ditadura varguista, sendo criado “de cima para baixo; ou mais exatamente, de dentro para fora do Estado, através de convocação feita pelos interventores às bases municipais nos estados” (SOUZA, 1976, p. 109). O partido tinha sua base entre os proprietários rurais e as oligarquias do interior, cuja dominação sobre a população pobre local garantia a “permanência de articulações não representativas, aliadas, claro, à aguda escassez material, geradora de dependência” (SINGER, 2018, p. 140). A importância do partido se media pelo fato de a população rural ser a maioria do país até 1970²³. Dessa maneira, “o PSD irá representar o enorme interior rural do país, cujas relações de dominação, ao contrário do que acontecia no ambiente urbano, ainda se configuravam como pré-modernas, conforme mencionado acima” (*ibid.*). Por outro lado, “como os votos do PSD eram controlados por chefes municipais, que por sua vez dependiam de verbas federais, para esse partido era necessário participar do governo federal, qualquer que fosse o partido no poder” (*ibid.*)²⁴. Nessas condições, o partido tornou-se a agremiação mais poderosa do país e o pivô de todas as coalizões governamentais daquela época (ABRANCHES, 2018, p. 41).

Também de origem getulista, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) cravava sua base de sustentação nos sindicatos, cujos dirigentes tinham relações políticas com os ministros do trabalho estadonovistas, e a conjugava com a propaganda política, que

²³ Singer (2018) lembra que, mesmo depois da década de 1970, a maior parte da população brasileira “vai se encontrar parcialmente congregada em milhares de pequenas cidades encravadas em zonas agrárias. Note-se que em 2013, 90% dos municípios brasileiros – 5061 – tinha até 50 mil habitantes” (SINGER, 2018, p. 140).

²⁴ Atribui-se a Tancredo Neves o expressivo ditado: entre a *Bíblia* e *O capital* o PSD ficava com o *Diário Oficial* (*ibid.*).

retratava Vargas como o “Pai dos Pobres”. A agremiação pretendia concorrer com os comunistas pelo voto das camadas populares urbanas. Não por acaso, foi o PTB que pediu a cassação do registro do Partido Comunista do Brasil (PCB), impedindo-o de ocupar o papel de representante da classe trabalhadora. Sem os comunistas no páreo político-institucional e sendo “uma organização composta de cima para baixo com nítidas feições populistas, o PTB funcionou como experiência política para os trabalhadores” (SINGER, 2018, p. 138). O partido obteve o *status* de terceira maior força política do Brasil.

As eleições de 1945 deram a vitória para o general Eurico Gaspar Dutra (PSD) na disputa presidencial e elegeram os parlamentares que iriam compor a Assembleia Constituinte. Após acalorados embates e discussões, a Carta Magna ficou pronta em 1946. O teor liberal-democrático da nova Constituição foi decorrente da coalizão entre forças transformadoras, advindas da urbanização e das reformas educacionais. O Brasil se constituiria em uma República federativa com tripartição dos poderes em que os agentes do Executivo (encabeçado pelo Presidente da República) e do Legislativo (composto pela Câmara dos Deputados e pelo Senado) seriam eleitos mediante voto secreto. O direito ao sufrágio se estendeu às mulheres, mas continuava ainda vetado aos analfabetos. O voto para presidente e senadores seguia o princípio majoritário, enquanto a Câmara seria eleita pelo princípio da representação proporcional (FAUSTO, 2002).

As escolhas institucionais acima mencionadas deram origem a um modelo de engrenagem política batizado pelo politólogo Sérgio Abranches (1988) de presidencialismo de coalizão. Segundo o autor, por conta de suas características políticas, econômicas, sociais e culturais específicas, a democracia brasileira sempre tendeu a combinar voto proporcional, multipartidarismo, federalismo, bicameralismo e presidencialismo em suas democracias; e o presidencialismo de coalizão surge dessas combinações institucionais. Esse sistema envolve a eleição de presidentes minoritários que se deparam com legislaturas fragmentadas e precisam de uma aliança interpartidária para obter um apoio majoritário estável (CHAISTRY *et al*, 2018). A moeda de troca para o apoio são os recursos alocados no orçamento da União ou os cargos distribuídos nos ministérios²⁵.

²⁵ Nesse sistema, o Poder Executivo prefere recorrer a grandes coalizões devido à necessidade de o presidente precisar conciliar dois eixos para obter governabilidade: o partidário e o estadual. Junte-se a isso o fato de o Brasil possuir uma Constituição extensa e rígida, o que exige o controle de, pelo menos, uma maioria qualificada para evitar ou promover alterações constitucionais (ABRANCHES, 1988, p. 22).

Segundo Abranches (2018), “o interesse do constituinte mediano no desenho do modelo na Segunda República era evitar que o presidente pudesse aprovar reformas institucionais ou distribuir recursos sem o seu apoio” (ABRANCHES, 2018, p. 40). Para tanto, fez promulgar uma Constituição que limitava o controle do Executivo sobre a agenda legislativa e conferiu papel decisivo ao Legislativo sobre o Orçamento. Tais elementos fizeram com que a primeira versão do presidencialismo de coalizão ficasse marcada por constantes divisões na coalizão governista, fortes tensões entre os poderes e paralisias decisórias. Nesse sentido, Abranches (1988) lamentava a ausência de uma instância responsável por arbitrar os conflitos entre o Executivo e o Legislativo no Brasil como havia nos Estados Unidos, onde “a Suprema Corte tem poderes que lhe permitem intervir nos conflitos constitucionais entre Executivo e Legislativo” (*id.*, 1988, p. 31).

As inovações democráticas combinaram-se com elementos institucionais herdados do Estado Novo. De acordo com Souza (1976), houve alguns recursos utilizados pelos dirigentes do regime anterior que garantiram uma continuidade getulista na nova estrutura política inaugurada em 1946. O PSD e o PTB absorveram atores e instituições fundamentais da Era Vargas²⁶, e a conjunção dessas forças políticas permitiu a inscrição de vários dispositivos que asseguravam a continuidade do Estado Novo na Constituição de 1946, como a centralização de atribuições no Executivo (ABRANCHES, 2018) e a prerrogativa do poder estatal em intervir na vida sindical (FAUSTO, 2002)

Além disso, em posse dos recursos estatais no momento da transição, Vargas e demais remanescentes estadonovistas garantiram um papel decisivo sobre a primeira legislatura através da manipulação dos instrumentos de legislação eleitoral. Por exemplo, o Código Eleitoral de 1945²⁷ determinou que, para obterem o devido registro, os partidos deveriam apresentar assinaturas de dez mil eleitores distribuídos entre pelo menos 5 estados, nenhum estado com menos de quinhentas assinaturas (SOUZA, 1976, p. 114). A medida refletia o propósito de Getúlio Vargas em assegurar a nacionalização dos partidos contra os regionalismos e os partidos estaduais da Primeira República. No entanto, segundo Campello (1990), apesar de tal exigência de afiliação nacional significar um

²⁶ O PSD aglutinou para si as interventorias e as bases municipais, conseguindo capitalizar recursos políticos-eleitorais locais o suficiente para conseguir a maioria na Constituinte, enquanto o PTB, por sua vez, absorvia as clientelas urbanas sindicalizadas ou cobertas pelas instituições previdenciárias. Além disso, o getulismo emergia “como formação ou movimento político organizado ao nível do simbolismo pessoal, condensado e dando forma ativa a suportes de massa até então mais ou menos latente” (SOUZA, 1976, p. 134-135).

²⁷ Decreto-lei n° 7.856, de 28/05/1945, também conhecido como “Lei Agamenon” em referência ao Ministro da Justiça do Estado Novo, Agamenon Magalhães.

avanço político importante, ela também revelava uma manobra getulista, pois os dois partidos pró-Vargas tinham melhores condições de cumprir a determinação do que a oposição²⁸. A UDN, por sua vez, precisou se associar a outras agremiações (Partido Republicano, Partido Libertador e Esquerda Democrática) para se adaptar à lei eleitoral.

No entanto, se o PSD era capaz de articular as interventorias estaduais em um esquema de sustentação que abrangia todo o país para cumprir as exigências legais, por outro lado, essa vantagem frustrou as expectativas centralizadoras de Vargas, pois ela “marcaria profundamente sua evolução muito mais ‘federativa’ que efetivamente ‘nacional’” (SOUZA, 1976, p. 115). Isso ficou evidente na regra referente à representação: o artigo 58 da Constituição de 1946 estabelecia critérios que beneficiavam os estados menos populosos, que, em termos proporcionais, elegeriam mais deputados, enquanto os de maior população passaram a ser sub-representados²⁹.

Para corrigir, ainda que parcialmente, essa distorção, foram apresentadas algumas propostas de emenda constitucional, sendo a principal a de número 1745, introduzida pelo PSD de São Paulo. Na votação da emenda, houve uma fissura no interior dos dois maiores partidos (PSD e UDN): nas duas agremiações, os deputados de São Paulo e Minas Gerais (os estados mais populosos e com as oligarquias mais fortes) se posicionaram, em maioria, a favor da emenda, enquanto representantes das oligarquias menos desenvolvidas se inclinaram a manter intacto o que estava previsto no artigo 58.

A proposta foi derrotada, e Campello (1990) apresenta as contradições envolvidas nesse processo: a derrota da emenda, que visava impedir a devolução do poder às forças oligárquicas mais fortes em nome de uma nacionalização partidária, acabou por prejudicar a representação dos grandes centros urbanos e industriais no Poder Legislativo durante todo o período liberal-democrático (1946-1964); por outro lado, o artigo 58, ao invés de manter a concepção centralizadora getulista de unidade nacional, acabou, na prática, retirando dos partidos parte significativa “do substrato de conflito social que levaria a tornarem-se organizações efetivamente nacionais, recriando as condições que

²⁸ O PSD, partido do governo, contava com os interventores, em virtude dos quais era possível promover articulações nacionais, garantindo um esquema de sustentação em todo o país; enquanto que o PTB, “embora tão desprovido de esquemas estaduais quanto a UDN, contava com a mística getulista, que transcendia os regionalismos, e com o voto operário, mobilizado pelo Ministério do Trabalho” (CAMPELLO, 1990, p. 115).

²⁹ “Art. 58 – O número de deputados será fixado por lei, em proporção que não exceda uma para cada cento e cinquenta mil habitantes até vinte deputados, e, além desse limite, uma para cada duzentos e cinquenta mil habitantes.

§ 1º – Cada Território terá um deputado, e será de sete deputados o número mínimo por Estado e pelo Distrito Federal.

§ 2º – Não poderá ser reduzida a representação já fixada”. (*ibid.*, p. 125).

fariam deles, e da própria burocracia federal, presa muitas vezes fácil das oligarquias mais retrógradas” (SOUZA, 1976, p. 134). Assim como na Primeira República, os partidos continuavam sendo coalizões de partidos estaduais (ABRANCHES, 2018).

A coalizão política que manteve elementos institucionais do Estado Novo na transição ao regime de 1946, dando novo alento ao mecanismo de governo daquele regime político e à sua concepção da ordem política, contribuiu para que o período Liberal-Democrático de 1946 a 1964 fosse bastante instável. Foi um período de fortes atritos entre o Executivo (geralmente ocupado por presidentes com projetos reformadores para o país) e o Legislativo (que representava majoritariamente as oligarquias tradicionais). Além disso, os custos de negociação entre presidente e parlamentares tendiam a ser bastante elevados devido à fragmentação partidária, gerando paralisia decisória (ABRANCHES, 1988, 2018). O descompasso entre ambos “ampliava as possibilidades de conflito entre Legislativo e Executivo, motor de crises políticas que, na ausência de mecanismos institucionais de mediação, foram resolvidas pelo veto militar” (ABRANCHES, 2018, p. 42).

As Forças Armadas – que, em uma democracia, segundo Dahl (2012), devem se submeter aos civis – atuavam frequentemente como um árbitro nos impasses e conflitos entre os poderes. Havia até mesmo atribuição de papel político na Constituição de 1946, em seu artigo 177: “destinam-se as forças armadas a defender a Pátria e a garantir os poderes constitucionais, a lei e a ordem”³⁰. Conforme demonstrado por Stepan (1988) e Akkoyunlu e Lima (2022), o período democrático de 1946 a 1964 foi marcado pela predominância da tutela militar em um momento marcado por lideranças civis frágeis e crises de governabilidade.

Essa instabilidade foi acentuada pelo ambiente gerado pela Guerra Fria (1945 a 1991). O contexto de bipolaridade radicalizava as preferências dos atores políticos da América Latina, fragilizando os compromissos necessários para o funcionamento das instituições democráticas e colocando os países da região sob fortes riscos de pretorianismo. No caso brasileiro, segundo Motta (2000), o anticomunismo já era latente e difundido antes mesmo do que nos Estados Unidos e antes mesmo da Doutrina Truman de 1947³¹. A partir da década de 1950, as prioridades governamentais se inverteram:

³⁰ BRASIL. Constituição (1946). Constituição dos Estados Unidos do Brasil. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm> Acesso em: 15 nov. 2023.

³¹ Não por acaso, um ano antes de os EUA lançarem a Doutrina Truman e o Plano Marshall em 1947, rompendo efetivamente com a URSS, já havia se iniciado a perseguição ao PCB e o processo para a cassação de seu registro. Quando o presidente Dutra rompeu relações diplomáticas com os soviéticos, em

enquanto a administração estadunidense iniciou uma intensa ofensiva contra o comunismo na América Latina, importando-se pouco com o respeito à democracia, os governos brasileiros, chefiados por Getúlio Vargas (1951-1954) e por Juscelino Kubitschek (1956-1961), não colocavam o comunismo como um assunto central nem mesmo como uma ameaça que precisasse de empenho para ser combatida. A prioridade de ambos era lidar com temas relacionados ao desenvolvimento socioeconômico (MOTTA, 2000).

Assim, “a ofensiva político-ideológica dos norte-americanos tendeu a concentrar-se, então, nos setores mais receptivos e tradicionalmente comprometidos com o anticomunismo, como as forças armadas e policiais, os religiosos e os políticos conservadores” (MOTTA, 2000, p. 19). Essa coalizão, tão presente na história da América Latina, conforme apontado por Sanahuja *et al* (2023), protagonizaria os momentos mais drásticos da frágil democracia brasileira – inclusive o seu ocaso em 1964.

As condições apresentadas fizeram com que, no período de 1946 a 1964, apenas dois presidentes eleitos completassem mandato (Dutra e Kubitschek, ambos do PSD), sendo um civil (Kubitschek). Três presidentes tiveram mandatos interrompidos: Vargas (que, sob ameaça de um golpe, cometeu suicídio em 1954), Jânio Quadros (que renunciou com menos de um ano de governo, em 1961) e João Goulart (vice de Jânio, que governou de 1961 a 1964, quando foi derrubado do cargo). Os três, segundo Abranches (2018), “não conseguiram formar coalizões, seus partidos eram minoritários e não tinham a confiança do partido-pivô. As poucas maiorias que formaram foram frágeis e fugazes” (ABRANCHES, 2018, p. 65). Foi um período marcado por quatro tentativas de golpe envolvendo militares, seja para impedir posse, seja para derrubar governantes. Presidentes da Câmara e do Senado assumindo a presidência interinamente, golpes preventivos e aprovação de estado de sítio também fizeram parte da dinâmica política. Ocorreu até mesmo uma breve mudança de sistema de governo para o parlamentarismo (1961-1963), fase em que Tancredo Neves “foi o único primeiro-ministro que se mostrou politicamente viável e de fato governou o país por quase um ano” (*ibid.*, p. 64).

Em suma, em que pese a dinâmica política assinalada por partidos atuantes, pela eleição do presidente por meio do voto popular e pelos avanços no plano dos direitos

1947, a chancelaria estadunidense considerou a atitude precipitada. Segundo Motta (2000), naquele momento, não era interessante ao governo dos Estados Unidos, sob a gestão dos democratas, promover uma política anticomunista indiscriminada, temendo que isso pudesse acarretar abusos autoritários e perseguições contra a esquerda democrática (MOTTA, 2000, p. 19).

políticos, o descompasso entre Executivo e Legislativo, a baixa preferência normativa pela democracia, a radicalização polarizada entre as forças emergentes das mudanças socioeconômicas e os conservadores, o ambiente gerado pela Guerra Fria e a constante participação dos militares na dinâmica política criaram condições para que a primeira experiência democrática sofresse fortes e constantes abalos institucionais.

2.3.2 Venezuela: do “triênio” fracassado à estabilidade política do Pacto de Punto Fijo

A segunda onda de democratização também chegou pela primeira vez à Venezuela. Assim como no Brasil, o processo de institucionalização da soberania popular nesse país passou por turbulências. No caso venezuelano, houve até uma ruptura institucional em sua primeira e breve fase democrática (1945-1948), que levou a uma ditadura de dez anos (1948-1958). Com a redemocratização, os atores políticos venezuelanos colocaram como prioridade a estabilidade do sistema político, obtendo êxito a partir do Pacto de Punto Fijo (1958). Portanto, os dois ciclos de democratização na Venezuela, durante a segunda onda, traduziram-se em experiências bastante distintas.

Quanto ao primeiro ciclo, houve uma tentativa de democratização no país após a derrubada do Governo de Isaías Medina Angarita, em outubro de 1945, por jovens militares de uma corrente “modernizante” das Forças Armadas com o apoio da Ação Democrática (AD), principal partido de massa venezuelano. A “Revolução de Outubro” inaugurou um novo regime eleitoral responsável por expandir o direito de voto aos analfabetos e às mulheres (ou seja, uma universalização verdadeira do sufrágio) e estabelecer a eleição direta para o cargo de Presidente da República.

Outros partidos foram criados no período: a União Democrática Republicana (URD), fundada em 1945, de orientação liberal e criada por atores políticos ligados ao Governo Medina; e o Comitê de Organização Política Eleitoral Independente (COPEI), partido de inspiração social-cristã criado em 1946. Essas novas agremiações juntaram-se à AD e ao Partido Comunista Venezuelano (PCV), formando a estrutura de um sistema partidário moderno na Venezuela, e participaram das primeiras eleições verdadeiramente democráticas da história do país (REY, 1991, p. 538).

Embora todos os atores políticos tivessem aceitado as regras do novo regime, não demorou muito para que as tensões ideológicas entre as forças políticas rivais se convertessem em radicalização. As divergências programáticas entre AD, PCV e COPEI

fizeram com que os trabalhos da Assembleia Constituinte de 1946-1947 fossem marcados por duros choques e que a ordem política-institucional da Constituição de 1947 fosse aceita com ressalvas. Somente a URD não se envolvia diretamente nesses conflitos.

A AD “foi o único partido que, através de um esforço prolongado, iniciado após a morte de Gómez, conseguiu desenvolver uma organização política que abrangesse todo o país, até às aldeias mais remotas” (*ibid.*, p. 540). Por isso, os militares recorreram a essa agremiação para derrubar Medina e assumir o governo provisório. Era o único partido de massas do país e, embora não se declarasse expressamente marxista, havia influência dessa corrente ideológica no interior do partido. Possuía um projeto audacioso de mudar radicalmente a realidade social e política da Venezuela: no lugar do predomínio das oligarquias, marcante na história do país até aquele momento, o partido defendia a participação e a mobilização popular na política; o fim da intervenção militar; a expansão da educação; os direitos sociais; a criação de uma força sindical organizada; e a destruição do poder tradicional no campo, através da reforma agrária e da organização política dos camponeses (*ibid.*, p. 539-540).

A AD pretendia conciliar sua agenda com os generosos recursos da atividade petrolífera. Rómulo Betancourt, presidente eleito pelo partido, falava em “semear o petróleo” por meio de um projeto que combinava políticas sociais ambiciosas com importantes projetos voltados para a diversificação da economia, que envolviam o desenvolvimento da agricultura e das indústrias promovidas e controladas pelo Estado (*ibid.*, p. 545).

O enraizamento social da AD superava significativamente o de seu rival no campo da esquerda, PCV, cuja influência se estendia a poucos intelectuais e a uma reduzida parcela do movimento operário e do campesinato. Quanto à COPEI e à URD, ambos eram partidos de quadros com pouca ou nenhuma militância. Além disso, o fato de o AD ter ocupado o Governo Provisório após a “Revolução de Outubro” fez com que o partido acumulasse recursos suficientes para confirmar sua hegemonia. Não por acaso, o partido conseguiu a maior parte das cadeiras da Constituinte, elegeu os presidentes da República do período de 1945 a 1948 (Rómulo Bentacourt e Rómulo Gallegos), conquistou a maioria dos cargos legislativos federal e estaduais e foi dominante nas eleições municipais. Se, na democracia brasileira, o partido hegemônico era construído pela máquina administrativa do regime autoritário e tinha, nas oligarquias estaduais, sua base eleitoral, na Venezuela, por outro lado, a associação partidária dominante tinha um projeto político denso e um amplo lastro social.

As acachapantes vitórias eleitorais da AD fizeram-na crer que a sua vontade se igualava à vontade nacional (ou, em termos rousseauianos, à “vontade geral”). Dessa forma, julgava-se no direito de impor essa vontade, sem levar em consideração os direitos das minorias. Acusava seus opositores de serem facciosos e antinacionais, dotados de interesses ilegítimos e egoístas. Por outro lado, o COPEI acusava a AD de se aproximar do comunismo e pretendia destituí-la do poder a qualquer custo. Devido à sua inspiração católica e ao seu posicionamento à direita no espectro político, o COPEI atraiu muitos grupos conservadores, que, mais afeitos à dominação baseada em laços e influências pessoais, não conseguiam se adaptar ao jogo democrático, terreno mais favorável às organizações partidárias de massa modernas. Assim, sentindo-se perpétuos perdedores e ressentidos pela perda de privilégios que possuíam no regime oligárquico anterior, seja pelo próprio funcionamento de um regime competitivo limpo, seja pela postura da AD que soava como afeita a uma “tirania da maioria”, parcela importante dos setores sociais mais conservadores, representados pelo COPEI, mostrava rejeição aos valores democráticos, não reconhecia a legitimidade do regime e passou para a conspiração.

Assim, as tensões e os enfrentamentos radicais entre os partidos fizeram com que a democratização de 1945 fosse frustrada. Em 1948, apenas três anos após a abertura, o presidente Rómulo Gallegos, da AD, foi falsamente acusado pelos conservadores de implantar um regime comunista na Venezuela. Sob esse pretexto e com o apoio dos Estados Unidos (era contexto de Guerra Fria), da Igreja Católica e da oposição partidária (COPEI e URD), um golpe militar foi executado. O fracassado “triênio” foi substituído por uma ditadura militar, que durou dez anos.

A redemocratização venezuelana teve início no ano de 1958, quando uma aliança de civis e facções descontentes das Forças Armadas pôs fim ao governo ditatorial do general Marcos Pérez Jiménez. Uma nova junta cívico-militar governante agendou eleições para o final daquele mesmo ano (MYERS, 2006). Paralelamente, foi costurado o *Pacto de Punto Fijo*, um acordo firmado entre as elites políticas dos três principais partidos políticos do país – AD, COPEI e URD. Preocupados com o fracasso do “triênio” de 1945-1948, as elites que inauguraram o regime se preocuparam tanto em superar suas diferenças e abandonar posturas radicais quanto em acolher os múltiplos anseios de uma sociedade socialmente e culturalmente heterogênea. Rey (1991) argumenta que o Pacto de Punto Fijo inaugurou um “sistema populista de conciliação de elites”, que buscava um consenso básico que seria produto não de valores normativos, mas de mecanismos utilitários. Daí o “papel central desempenhado pelo Estado venezuelano, como principal

ator e promotor do processo de desenvolvimento e distribuidor de seus benefícios” (REY, 1991, p. 544), uma vez que era detentor da exploração de petróleo. Assim, o sistema implantado era beneficiado pelos vultosos recursos estatais advindos da exportação petrolífera, que eram convertidos em uma ampla política distributiva capaz de acomodar os interesses heterogêneos e evitar possíveis tensões (REY, 1991; COPPEDGE, 1992; MYERS, 2006). O *petroestado*, mais uma vez, revelava o seu poder mágico de refundar e transformar a sociedade venezuelana (CORONIL, 2002).

No entanto, a existência de um Estado provedor de recursos não foi condição suficiente para manter o sistema político estável. Suprir as aspirações dos diferentes atores sociais dependeu de agremiações – como partidos políticos e grupos de pressão – capazes de agregar os vários interesses em questão e canalizar as distintas demandas sociais até os órgãos de decisão pública. Esse mecanismo visava satisfazer e conciliar os distintos anseios da sociedade, gerando, conseqüentemente apoio aos governos e ao regime democrático (REY, 1991).

O acesso aos recursos era mediado pelos partidos políticos dominantes – AD e COPEI. Ambos eram organizações sólidas e estáveis que controlavam os grupos sociais mais importantes e desempenharam um papel fundamental na elaboração do pacto de 1958. A AD ainda contava com uma ampla infraestrutura institucional e incluía quadros da guerrilha que lutaram na clandestinidade contra o general Pérez Jiménez, enquanto o COPEI, por outro lado, contava com o apoio da Igreja (MYERS, 2006). Assim, com amplo capital político, ambos atuavam “como os principais mediadores entre o Estado e a sociedade, exercendo o monopólio sobre as funções eleitorais e desempenhando um papel proeminente como reguladores e canalizadores das demais funções políticas” (REY, 1991, p. 549, *tradução nossa*).

Simultaneamente ao Pacto de Punto Fijo, se desenvolveu um sistema semicorporativo informal de consulta e participação a respeito de decisões governamentais, de forma a assegurar a adesão dos grupos de interesse e de pressão às regras do jogo político (*ibid.*). Os grupos envolvidos eram a) o empresariado, através do FEDECÁMARAS, que apoiou a redemocratização e, temendo eventuais aventuras populistas que os partidos pudessem empreender, propôs o tal sistema semicorporativo; b) os trabalhadores reunidos na Confederação de Trabalhadores da Venezuela (CTV), associação atrelada à AD e em crescente burocratização; c) a Igreja, que foi o fator moral de apoio à democracia e objeto de consideração e deferência do regime, recebendo recursos econômicos e concessão para promover a educação católica; d) e as Forças

Armadas, que transitaram da condição de agentes mais perigosos da democracia nascente para um ator cujo veto informal gradativamente passava a se limitar às questões relacionadas à segurança militar e à defesa nacional. Esse modelo funcionou como um pluralismo associativo limitado, pois apenas essas grandes organizações tinham centralidade e importância para acessar a tomada de decisão pública³².

Segundo Coronil (2002), a consolidação do *petroestado* venezuelano ocorre na primeira presidência de Carlos Andrés Pérez (1974-1979). Eleito pela AD em um momento em que a crise energética mundial elevava exponencialmente os preços do petróleo, Pérez absorveu a “euforia petroleira” e os anseios por progresso, autonomia e modernização. Houve uma crença generalizada de que os grandes fluxos de dinheiro provenientes do petróleo mudariam o curso da história do país, e a Venezuela ditaria seu próprio destino. O “homem com energia” – lema da campanha de Pérez – propôs converter a abundante riqueza petroleira em um conjunto de projetos fabulosos e ambiciosos para desenvolver o país. O objetivo era promover a “segunda independência” da Venezuela – se a primeira, liderada por Simón Bolívar, emancipou o país do jugo espanhol, a segunda, continuação do empreendimento bolivariano, libertaria os venezuelanos dos “poderes externos”, que se alimentavam do petróleo exportado. Segundo Coronil (2002),

através de fabulosos projetos de modernização que despertaram fantasias coletivas de progresso, o Estado, personificado em Pérez como seu mágico mais eficaz, induziu o aparecimento de um Estado-mágico como condição para que o Estado aparecesse como o grandioso agente da transformação venezuelana (CORONIL, 2002, p. 254-255, *tradução nossa*).

Em suma, riqueza do petróleo, liderança excepcional, coalizão pró-sistema de atores distintos, fortes organizações partidárias, um sistema informal semicorporativo e institucionalização das Forças Armadas eram a chave para que o regime puntofujista prosperasse até o final do século XX (REY, 1991; COPPEDGE, 1992; MYERS, 2006).

Se a poliarquia venezuelana conquistou estabilidade, algo raro na América Latina durante a segunda onda de democratização, o mesmo não pode ser dito em relação ao regime democrático brasileiro de 1946. A constante instabilidade política – marcada pelo conflito entre Executivo e Legislativo, pela baixa preferência normativa pela democracia e pela radicalização – enfraqueceu a democracia brasileira e culminou no golpe de 1964.

³² Apesar de o poder de decisão pública limitar-se aos grupos citados, o Estado permitia e reconhecia outras formas de participação e de organização social, como as associações de bairro, as organizações de mulheres e outras associações de trabalhadores e empresários (SALAMANCA, 2004, p. 96).

2.4 A segunda onda de autocratização alcança o Brasil: o golpe de 1964

Segundo Motta (2000), ainda no contexto da Guerra Fria, um segundo surto de anticomunismo dominou novamente a política e a sociedade brasileira entre 1961 e 1964, sendo fundamental na constituição das preferências normativas dos atores políticos, assim como na sua radicalização. Foram dois os motivos que levaram à emergência desse quadro: o primeiro, de ordem internacional, foi o impacto da Revolução Cubana na América Latina. Se o subcontinente era digno de uma atenção secundária por parte dos Estados Unidos, com a ascensão de Fidel Castro em 1959, os norte-americanos temiam que o exemplo cubano pudesse alcançar os demais países da região. Assim, o governo de Washington não mediu esforços para impedir o “avanço soviético” na América Latina, recorrendo a medidas repressivas (mediante vigilância e reforço do aparato militar nos países da região), propagandísticas (via aumento da campanha anticomunista) e sociais (com expansão de políticas voltadas à ajuda econômica).

Para Motta (2000), no caso brasileiro, como dito antes, já havia uma tradição anticomunista sólida desde os anos 1930, que fora manifestada na Intentona Comunista de 1935 e no golpe do Estado Novo em 1937. Assim, os grupos conhecidos por frequentemente se mobilizarem contra o “perigo vermelho” viram a sua já enraizada visão de mundo convergir com o empenho anticomunista dos EUA e passaram a ver os “irmãos do Norte” como líderes de uma luta de alcance global.

De ordem interna, o segundo motivo que aflorou o anticomunismo entre 1961 e 1964 foi a tendência ao crescimento das organizações de esquerda, movimento convergente com a tendência internacional. O fato era visível com o aparecimento de novas organizações de esquerda, como a Ação Popular (AP), as Ligas Camponesas e a Política Operária (POLOP). O PCB, por sua vez, superava as crises internas decorrentes da “desestalinização”³³. Segundo Motta (2000), no início da década de 1960, as bandeiras esquerdistas começaram a empolgar novos contingentes da sociedade: militantes católicos leigos e lideranças estudantis se juntaram aos intelectuais e ativistas sindicais, figuras emblemáticas na luta por transformações sociais. Em larga medida, “o crescimento do apelo das propostas radicais se devia ao impacto da Revolução Cubana,

³³ Segundo Motta, a desestalinização” foi um “processo iniciado após o XX Congresso do PCUS (1956), quando Nikita Krushev fez sua célebre denúncia sobre os crimes cometidos durante o regime stalinista. Tal atitude do novo dirigente soviético gerou uma crise no movimento comunista, marcada por revisões ideológicas e cisões. No caso do PCB, os desdobramentos da crise ocorreram, principalmente, entre 1956 e 1958” (MOTTA, 2000, p. 288).

que teve o efeito de estimular a ação tanto de comunistas como de anticomunistas” (MOTTA, 2000, p. 288).

Eleito em 1961, Jânio Quadros promoveu uma política externa independente, o que o fez implementar uma agenda que, em ocasiões marcantes, contrariava as posições dos EUA. O reatamento das relações diplomáticas com a URSS e a condecoração de Che Guevara com a “Ordem do Cruzeiro do Sul” inflamaram os espíritos anticomunistas. A tensão chegou a níveis alarmantes quando Quadros renunciou sem muitos esclarecimentos, pois seu vice-presidente, João Goulart, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), era um político tradicionalmente ligado às causas dos trabalhadores.

Desde que assumiu a Presidência do Brasil em 1961, Goulart esteve sob ameaça de golpe de Estado. No entanto, no começo de seu mandato, a coalizão golpista – formada por elementos das Forças Armadas, alguns políticos da União Democrática Nacional (UDN) e empresários reunidos no Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) – não atraía muitos adeptos. Além de não obter apoio popular, ainda sofria resistência por parte dos militares legalistas (ou seja, que defendiam o cumprimento do mandato pelo presidente nos termos da Constituição de 1946) e da maior parcela das forças políticas – incluindo tanto as progressistas, que apoiavam o presidente, quanto as conservadoras, que queriam preservar o jogo eleitoral para conseguir concorrer às eleições de 1965.

Para evitar uma possível guerra civil, articulou-se a solução da emenda constitucional que instituía o parlamentarismo. Goulart iria para o Palácio do Planalto, mas a chefia do Executivo ficaria a cargo de um primeiro-ministro, indicado pelo presidente e aprovado pelo Congresso Nacional. O propósito era apaziguar a crise, mas também excluir “a possibilidade de um programa abrangente de reformas políticas e sociais mais profundas, como era exigido pelos grupos nacionalistas e de esquerda” (FIGUEIREDO, 1993, p. 53). Um plebiscito seria convocado apenas no final do mandato de Goulart, em 1965, para decidir se o parlamentarismo seria mantido ou não.

Devido à instabilidade do novo regime, que não conseguia resolver a recessão econômica, e à radicalização que dominava crescentemente a política do país, o plebiscito foi antecipado para 1963, e mais de 80% da população optou pela volta do presidencialismo. Assim, João Goulart recuperou seu poder de agenda, mas as transições de regimes que ocorreram entre 1961 e 1963 não desmobilizaram os conservadores e os anticomunistas, que não perdiam a oportunidade de atacar o presidente e migrar para a conspiração.

Contudo, “o apoio mais geral que os conspiradores buscavam, e que se mostrou decisivo para o sucesso da conspiração, veio apenas no final do governo e foi ativado pelas ações do próprio Goulart” (*ibid.*, p. 177). Por exemplo, no dia 4 de outubro de 1963, o presidente solicitou a autorização do Congresso para decretar um estado de sítio em decorrência das crescentes greves promovidas pelo Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), que encontravam forte oposição nos altos escalões militares; de um movimento de insurreição dos baixos escalões das Forças Armadas – sargentos, mais especificamente – contra uma decisão do Supremo Tribunal Federal; e da feroz oposição de Carlos Lacerda, da UDN, que acusava Goulart de ser um comunista e exigia a intervenção dos militares e dos Estados Unidos para derrubá-lo.

A possibilidade de promover um estado de sítio agradava a dois atores: os militares, que pretendiam reprimir a insubordinação dos sargentos e as ações grevistas dos trabalhadores, e Goulart, cujos poderes de emergência serviriam de instrumento para reprimir a forte oposição de direita ao governo. A opção por esse recurso revela a inclinação para alternativas autoritárias como meio para resolver problemas políticos e sociais.

Defrontados com o pedido, entretanto, “cada grupo se via como o alvo dos poderes emergenciais e, por isso, recusava o seu apoio à medida” (*ibid.*, p. 135). A oposição de direita acusava Goulart de valer-se desses poderes excepcionais para dar um golpe de Estado, comparando a intenção do presidente com a de Getúlio Vargas em 1937. Os grupos de esquerda, por sua vez, também ofereceram forte resistência, pois, embora Goulart tivesse prometido às lideranças do CGT que as medidas emergenciais não as prejudicariam, elas tinham dúvidas quanto à capacidade do presidente de controlar os militares e evitar que as medidas repressivas fossem aplicadas aos sindicatos e outras organizações de esquerda. Por fim, o próprio PTB não ofereceu apoio à iniciativa do presidente. Antecipando a derrota, Goulart recuou e retirou o pedido três dias após sua apresentação ao Congresso.

A possibilidade de um estado de sítio alimentou suspeitas de que Goulart pretendia se perpetuar no cargo e concentrar poderes. A pressão por mudanças constitucionais que possibilitariam sua reeleição e o anseio em implementar sua agenda reformista via plebiscito, sem participação efetiva do Congresso Nacional, aumentaram os temores e intensificaram as tensões. Vale ressaltar que o governo não tinha adotado nenhuma ação ilegal, e as suspeitas levantadas em relação a Goulart se baseavam mais em uma ameaça

imputada do que real (*ibid.*, p. 182). No entanto, tudo isso foi o suficiente para criar incertezas e provocar temores na oposição, minando a sobrevivência do regime.

Outras ações de Goulart radicalizaram a oposição, como a demissão de um ministro da Fazenda associado às elites industriais, o apoio de Jango a uma chapa do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) para a diretoria da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI) e o anúncio de decretos de nacionalização das refinarias de petróleo e de distribuição de terras (*ibid.*). As classes dominantes alegavam que ocorria uma infiltração comunista no governo.

Por fim, a coalizão golpista consolidou-se com a adesão dos militares legalistas, que se indispuseram com o presidente, acusado de intervir em assuntos militares e nos princípios de hierarquia e disciplina das Forças Armadas. A “Marcha da Família com Deus pela liberdade”, em 19 de março, que levou 500 mil pessoas às ruas de São Paulo, foi o sinal verde para o golpe que se consumou no dia 31 de março de 1964. O Brasil viveria sob uma ditadura civil-militar, que duraria 21 anos.

Já nos primeiros anos, o novo regime iniciava seu fechamento. Em 1965, o presidente e general Castello Branco decretou o Ato Institucional nº2 (AI-2), que ampliava os poderes conferidos ao Executivo e transformava definitivamente as eleições para presidente da República em indiretas, ou seja, decididas pela maioria do Congresso Nacional. Além disso, colocava na ilegalidade os partidos da democracia de 1946, encerrando as atividades do PSD, da UDN e do PTB. No lugar destes, permitiu-se o funcionamento de apenas duas agremiações, que concorriam nas eleições legislativas. De um lado, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), pró-ditadura, incorporava os quadros conservadores do PSD e da UDN, além de absorver o amplo eleitorado do interior. Do outro, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), tido como a *oposição consentida*, abrigava figuras do PTB e algumas do PSD. O propósito para a criação de ambos era gerar a impressão de que havia competitividade no regime, embora o espaço concedido ao MDB fosse cada vez mais reduzido, conforme o regime avançava.

No entanto, foi no governo do general Arthur da Costa e Silva que a ditadura engrossou seu tom, por meio do Ato Institucional nº 5 (AI-5) de 1968. O decreto concedia poderes ao presidente de fechar o Congresso Nacional, intervir nos estados e municípios por meio de interventores, cassar mandatos e suspender direitos políticos. Além disso, o AI-5 suspendia a garantia de *habeas corpus* aos civis acusados de praticarem crimes contra a segurança nacional (FAUSTO, 2002). O ato normativo legitimava os abusos e fornecia as bases para a repressão política da ditadura; a tortura e os assassinatos foram

instituídos como política de Estado, e não como eventuais excessos de agentes policiais e militares (FERREIRA, 2018). A partir do AI-5,

o núcleo militar do poder concentrou-se na chamada comunidade de informações, isto é, naquelas figuras que estavam no comando dos órgãos de vigilância e repressão. Abriu-se um novo ciclo de cassação de mandatos, perda de direitos políticos e expurgos do funcionalismo, abrangendo muitos professores universitários. Estabeleceu-se na prática a censura aos meios de comunicação; a tortura passou a fazer parte integrante dos métodos do governo. (FAUSTO, 2002, p. 480).

O teor arbitrário do AI-5 levou os historiadores a encará-lo como um “golpe dentro do golpe”. Ao contrário dos atos anteriores, não era uma medida transitória, ou seja, não tinha prazo de vigência. O Ato Institucional nº 5 só seria revogado em 1979, momento em que o Brasil vivenciava sua transição democrática.

2.5 Brasil e a Terceira Onda de Democratização

A democratização brasileira enfrentou fortes enclaves autoritários, oriundos da ditadura civil-militar que governava o Brasil desde 1964. Sua transição começou em 1974 e foi organizada e coordenada pelos próprios militares, mais precisamente pela ala moderada encabeçada pelo então general-presidente Ernesto Geisel e pelo chefe da Casa Civil, general Golbery do Couto e Silva. Inicialmente, ambos pretendiam promover a liberalização e a constitucionalização do regime, sem, contudo, democratizar o país (FERREIRA, 2018); o propósito era promover uma distensão “lenta, gradual e segura”.

A decisão partiu da própria cúpula militar. Segundo Kinzo (2001), quando as Forças Armadas passaram a dirigir o país em 1964, a instituição militar tornou-se arena de disputa, “o que teria consequências não apenas na coesão interna da organização, mas também em toda a dinâmica política” (KINZO, 2001, p. 4). Conflitos entre os oficiais, especialmente das facções de maior visibilidade – os da chamada “linha-dura” ou “radicais” e os conhecidos por “moderados” ou “castelistas” –, geravam instabilidade e colocavam em risco a própria instituição. Assim, a retirada organizada e controlada do governo tinha o propósito de preservar as Forças Armadas enquanto instituição (LINZ; STEPAN, 1999; KINZO, 2001).

Segundo Ferreira (2018), durante a liberalização – que Kinzo (2001) considera como a primeira fase da transição (1974 a 1982) –, Geisel e Golbery lidaram com algumas situações inesperadas. Na primeira delas, houve grande vitória do MDB nas eleições parlamentares de 1974. Como havia uma forte confiança no sucesso eleitoral da ARENA

por parte do governo, Geisel concedeu alguma liberdade ao MDB na campanha daquele ano. A ideia de legitimar o regime por meio de uma vitória arenista mais limpa e justa acabou se revelando um erro: as periferias urbanas que cresceram devido ao “milagre econômico” deram ampla vitória ao partido da oposição nas eleições parlamentares. No Senado, o MDB conseguiu um aumento de quase 100% no número de sufrágios (SINGER, 2018). A população, assim, expunha ao governo sua insatisfação em relação à ditadura.

A segunda situação inesperada foi o aprofundamento da crise econômica. Embora a decisão dos militares pela saída tivesse ocorrido ainda durante o crescimento do milagre econômico, a situação subsequente, marcada pelo aumento da inflação e pela elevação acelerada da dívida externa, comprometia o prestígio do regime perante a opinião pública e condicionaria o ritmo da abertura (FERREIRA, 2018).

A terceira situação foi a mudança de postura dos Estados Unidos, sob a presidência de Jimmy Carter a favor da democratização na América Latina. Por fim, a quarta foi a reação da ala “linha-dura” dos militares, que, inconformada com a abertura política, promoveu assassinatos nos quartéis – e sem autorização do presidente –, sendo os casos mais notáveis as mortes do jornalista Vladimir Herzog, em 1975, e do operário Manuel Fiel Filho, em 1976.

Geisel teve considerável controle sobre o processo de liberalização, ditando “o ritmo da mudança para impedir maior protagonismo das lideranças civis que demandavam a redemocratização” (D’ARAÚJO, 2012, p. 577). Assim, o presidente alternou medidas de avanço e recuo no processo, colocando fim à censura prévia e ao Ato Institucional nº 5 (AI-5) de 1968, ao mesmo tempo que fechava o Congresso Nacional e impunha leis eleitorais que facilitaram a vitória da governista ARENA (FAUSTO, 2002; FICO, 2016; FERREIRA, 2018). O general-presidente ainda indicou um sucessor, o general João Batista Figueiredo, evidenciando que a primeira fase da transição ainda era predominantemente dominada pelos militares.

A transição continuou com o general Figueiredo, que enviou ao Congresso Nacional um projeto de anistia que beneficiava não somente os presos políticos, mas também os agentes estatais do regime e os torturadores. Aprovada em 1979 (embora por uma margem muito pequena), a Lei da Anistia “funcionou como um escudo de proteção contra crimes praticados pelo governo” (D’ARAÚJO, 2012, p. 578). Ao beneficiar vítimas e opressores, impunha um entendimento de que qualquer pendência que a ditadura poderia ter deixado seria assunto superado. Planejada para garantir a volta impune dos

militares aos quartéis e a imunidade dos colaboradores do regime, a Lei da Anistia patrocinada pelos militares tornou o tema da violação dos direitos humanos um forte tabu na política brasileira.

A Lei da Anistia também tinha a finalidade de coser a cisão que se agravava no interior das Forças Armadas. A ala “linha-dura” dos militares se posicionava contra a abertura política e a condução do processo pelos “moderados”. Inconformada, recorreu a métodos terroristas para fins de intimidação. Mesmo com as clivagens internas, era necessária a coesão entre os militares, que saíam do governo “em bloco, protegidos judicialmente, e sem clivagens aparentes frente à sociedade” (*ibid.*).

Figueiredo ainda promoveu a reforma partidária que permitia a formação de novas legendas. O objetivo era desorganizar e fragmentar o MDB, que vinha crescendo desde 1974. Assim, o partido perdeu o monopólio do voto oposicionista e dividiu-se em quatro forças – o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB); o novo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que passava para as mãos de Ivete Vargas (sobrinha-neta de Getúlio Vargas), conhecida por suas práticas fisiológicas tradicionais; o Partido Democrático Trabalhista (PDT), criado por Leonel Brizola após este perder a sigla do PTB para Vargas; e o Partido Popular (PP), agremiação liderada por Tancredo Neves, mas que teve vida curta. Por sua vez, o partido do governo, a ARENA, foi renomeado Partido Democrático Social (PDS).

Kinzo (1994) ressalta que o PMDB teve sua origem e desenvolvimento relacionado à resistência ao regime autoritário. Seu êxito no processo se explica pela sua capacidade de acolher grupos heterogêneos, pois os mais variados setores sociais sentiram-se igualmente representados na agremiação em função da redemocratização, objetivo maior do partido que, inclusive, conferia-lhe identidade. No decorrer da transição e da consolidação da democracia no Brasil, essa identidade passou a significar coisas muito diversas para os diferentes grupos, como o retorno à democracia, a diminuição da intervenção do Estado na economia ou a defesa da reforma social.

Por fim, surgia também um partido de raízes populares, oriundo dos movimentos sociais e de fora do sistema. Fundado em 1980 por sindicalistas, intelectuais, organizações da esquerda revolucionária, católicos progressistas e ex-guerrilheiros, o Partido dos Trabalhadores (PT), liderado por Luiz Inácio da Silva, o Lula, almejava não só representar as classes trabalhadoras no plano institucional, mas também “participar de sua organização autônoma na dimensão da sociedade” (SINGER, 2018, p. 147). O partido visava se desvincular de elementos presentes na esquerda clássica, tais como populismo,

corporativismo e centralização excessiva, enquanto defendia práticas envolvendo ampliação da participação, transparência e *accountability* (HUNTER, 2003). Por fim, o PT era o único que visava construir um enraizamento social na população, algo que os demais partidos, claramente de elite, não buscavam.

Se até 1982 o poder militar conseguia conduzir plenamente essa distensão nos seus termos, a partir daquele ano, o controle do processo deixaria de ser absoluto. O relaxamento dos controles por parte do governo, que servia como uma espécie de válvula de escape para conter uma possível erosão de sua legitimidade, acabou por ceder espaço para a participação política da sociedade (AGGIO, 1996, p. 58). Lideranças políticas da oposição e atores sociais advindos da sociedade civil, como os estudantes, os operários grevistas do ABC paulista, as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) da Igreja Católica, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), exigiam a redemocratização e a superação da crise econômica que assolava o país (FERREIRA, 2018). Nessa segunda fase de transição (1982 a 1985), a ditadura buscava controlar e retardar o máximo possível o processo político que, desta vez, contava com uma atuação importante de atores civis (KINZO, 2001).

Mesmo com a imensa participação popular nas ruas, a resistência democrática não conseguiu vencer a barreira militar, que, não obstante algumas dificuldades, conseguiu se impor e conduzir até o fim o processo de democratização. Caso emblemático foi o da Emenda Dante de Oliveira, que reintroduziria eleições diretas para presidente. Pressionando o Congresso a aprovar a emenda, a vibrante campanha das “Diretas Já” em 1984 não obteve êxito: embora os movimentos sociais ocupassem as ruas, o poder militar e seus aliados – via PDS – ainda dominavam a política. A derrota da emenda fez grupos políticos avaliarem que não era possível derrotar as Forças Armadas pelo enfrentamento e, assim, concentraram esforços em derrotá-las dentro das regras do jogo – com exceção do PT e de frações mais combativas e minoritárias do PMDB, que ainda defendiam a mobilização da sociedade como meio de enfrentar a ditadura (FERREIRA, 2018).

Dessa maneira, o primeiro presidente civil pós-ditadura ainda seria escolhido de forma indireta, via Colégio Eleitoral, seguindo a cartilha desejada pelos militares moderados. A escolha do candidato governista ficou a cargo dos arenistas reunidos no PDS. Na convenção do partido, Paulo Maluf, político que construiu sua carreira política em São Paulo, venceu Mário Andreazza e oficializou sua candidatura. Produto de práticas fisiológicas e do apoio da linha-dura militar, a candidatura do paulista gerou fortes

desavenças, levando muitos governistas a abandonarem o PDS. Os dissidentes formaram uma facção, nomeada de Frente Liberal, que deu origem a um novo partido – o Partido da Frente Liberal (PFL).

O governador de Minas Gerais, Tancredo Neves, candidatando-se pelo PMDB, costurou uma aliança com esses dissidentes e formou a Aliança Democrática. José Sarney, senador do Maranhão e ex-presidente do ARENA e do PSD, filiou-se ao partido de Tancredo e entrou na chapa como vice. Em janeiro de 1985, a Aliança Democrática derrotou Maluf no Colégio Eleitoral por 480 a 180 (*ibid.*). Todavia, poucos dias antes da data da posse, no dia 15 de março, o político mineiro passou por graves complicações de saúde e acabou sendo internado às pressas. Em seu lugar, Sarney, político que fez carreira na ditadura, acabou assumindo a Presidência da República naquela data. No dia 21 de abril, data simbólica da morte de Tiradentes, morria Tancredo Neves, que rapidamente era transformado em um mártir da democracia.

Na terceira fase da transição, de 1985 a 1989, os oficiais foram substituídos pelos políticos civis como atores principais do processo, havendo também a participação dos setores organizados da sociedade civil (KINZO, 2001). Nesse momento, as atenções se voltavam para dois temas: a eliminação do “entulho autoritário” e a eleição de uma Assembleia Constituinte (FAUSTO, 2002). Quanto ao primeiro, uma importante legislação restabelecia as eleições direitas para Presidente da República, autorizava o funcionamento dos partidos políticos e estendia o direito de voto aos analfabetos. No tocante à Constituinte, as eleições para a sua composição foram agendadas para novembro de 1986.

Mas a transição ainda prosseguiria “lenta e gradual”. Alguns elementos autoritários foram removidos com muito custo, enquanto outros continuariam alojados na estrutura política e social durante todo o período da pós-redemocratização, conhecido como Nova República. Isso se deve, em partes, ao fato de a democratização ter sido um processo marcado pela conciliação entre elites políticas que envolvia atores outrora apoiadores da ditadura civil-militar. Como no caso chileno, a recém-inaugurada democracia brasileira também teve que lidar com a permanência e a dispersão das elites do período autoritário nos postos políticos e burocráticos do novo regime. Segundo Albertus e Deming (2020), os ex-políticos da ARENA, espalhados por 12 partidos, “estavam tão dispersos após a transição democrática que muitas vezes eram referidos por sua afiliação partidária anterior, e não por seus rótulos fluidos de pós-autoritários” (ALBERTUS; DEMING, 2020, p. 9). Nas palavras do sociólogo David Stark, “a

democracia brasileira não foi construída *sobre* as ruínas da ditadura, mas *com* elas” (STARK, 1996 *apud* BARROS, 2022, p. 140).

A própria posse de Sarney revela esse elemento de continuidade. Convicto apoiador da ditadura e figura importante daquele regime, “filiou-se ao PMDB apenas para que pudesse concorrer à vice-presidência, dado que havia se desligado do PDS e o PFL ainda não havia sido fundado” (KINZO, 2001, p. 11). Apesar de ter respeitado as liberdades públicas, manteve o Serviço Nacional de Inteligência (SNI) – órgão de espionagem e controle da ditadura. Assim, a posse de Sarney representava “uma reviravolta inesperada nos acontecimentos que sublinha a natureza comprometida da atual democracia do Brasil” (HAGOPIAN; MAINWARING, 1987, p. 488, *tradução nossa*).

Quanto ao PMDB, partido com tendências de *catch-all*, este foi capturado pela elite clientelística e distanciou-se das posições de 1974, tornando-se o “partido do interior”, papel ocupado pelo PSD na democracia de 1946 (SINGER, 2018). O partido era dominante na Assembleia Constituinte e foi decisivo nas votações em temas sensíveis para a sociedade brasileira. Devido à insatisfação com os caminhos tomados pelo PMDB na Assembleia Constituinte, uma facção socialdemocrata da agremiação, denominada Movimento de Unidade Progressista, criou um novo partido, o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), que possuía 10,7% das cadeiras da Assembleia Constituinte (FLEISCHER, 2007).

Embora tivesse perdido o papel principal na terceira etapa da transição, os militares firmaram-se como *veto players* bem-sucedidos em diversos temas. Conforme Linz e Stepan (1999), o regime autoritário brasileiro “era hierarquicamente controlado por uma organização militar que detinha poder suficiente para controlar o ritmo da transição e para extrair um alto preço por se retirar do poder” (LINZ; STEPAN, 1999, p. 205). Não por acaso, durante os trabalhos da Assembleia Constituinte, os militares, por meio de ameaças e *lobby*, obtiveram êxito em preservar privilégios e autonomia, além da impunidade pelos crimes contra os direitos humanos (LINZ; STEPAN, 1999; VICTOR, 2022). Com o apoio de Sarney e de políticos conservadores com fraco compromisso com a democracia, o poder militar manteve privilégios, como a manutenção dos tribunais militares e as atribuições tutelares (CARVALHO, 2019).

Entretanto, a poliarquia brasileira conheceu avanços notáveis. Em primeiro lugar, houve uma proliferação de atores políticos e sociais com compromissos mais sólidos com a democracia, algo menos comum no período democrático anterior. Distanciando-se do modelo soviético, o PT firmou-se como uma “oposição leal” e teve sua trajetória histórica

marcada pela defesa das instituições democráticas, além de canalizar para si as demandas dos setores menos favorecidos da sociedade (NYLEN, 2000; BARROS, 2022). Além disso, a dinâmica social da década de 1980, impulsionada pelo ressurgimento dos movimentos sociais e da ampla mobilização da população, contribuiu para que elementos inéditos de inclusão social fossem incorporados na institucionalidade da democracia brasileira. A Constituição de 1988, cujo teor fortemente social e democrático rendeu-lhe a alcunha de “Constituição Cidadã”, é fruto do estímulo daquele período e deixou um importante legado (FICO, 2016, p. 103).

A Carta foi promulgada em um momento crítico de passagem da ditadura para a democracia no qual as possibilidades estavam completamente abertas. Assim, a forma como a Constituinte se estruturou permitiu, inclusive, que grupos progressistas, amplamente minoritários, dessem cartadas importantes e predominassem em diversos temas na Comissão de Sistematização. Esse cenário possibilitou que direitos importantes fossem incluídos na Carta, como a universalização da saúde, a transformação da assistência social em direito do cidadão e dever do Estado e a abertura de incentivos para processos de participação social (AVRITZER, 2016).

A “Constituição Cidadã” também conferiu maiores poderes ao Poder Judiciário e a outros órgãos contramajoritários de forma a arbitrar conflitos entre poderes e funcionar como instrumentos de *accountability* horizontal. Os artigos 102 e 103 estabeleceram mecanismos de revisão judicial sobre a constitucionalidade das leis. Ademais, o Ministério Público foi fortalecido por meio do artigo 127, o qual conferiu a esse órgão a função de fiscalizar políticos e burocratas e, portanto, consolidou seu papel fundamental de promover a *accountability* horizontal.

Apesar de um início conturbado marcado pela hiperinflação, por ameaças e *lobby* dos militares durante o processo constituinte para manter privilégios e pelo *impeachment* do presidente Fernando Collor de Mello em 1992, a Nova República passaria por um período de estabilidade a partir de 1994. O presidencialismo de coalizão foi reimplantado com modificações para evitar a paralisia decisória, tão flagrante no regime democrático de 1948. Além disso, as coalizões políticas lideradas pelo Partido dos Trabalhadores (PT) e pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) protagonizaram e estabilizaram a disputa política dentro dos limites das “grades de proteção” da democracia.

Do ponto de vista das instituições contramajoritárias, a democracia brasileira parecia também ter sido exitosa. O Judiciário foi fortalecido enquanto instituição de vigilância constitucional, firmando-se como recurso de última instância – papel que

costumava ser exercido pelos militares no período democrático anterior, devido exatamente à fragilidade do Supremo Tribunal Federal (STF) tão comum nos desenhos institucionais das constituições anteriores à de 1988 (ABRANCHES, 2018, p. 83). No auge da Nova República, as decisões do Poder Judiciário, especialmente as do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e as do Supremo Tribunal Federal (STF), não eram contrariadas pelos participantes do jogo político. Ademais, até pelo menos a primeira década de 2000, o protagonismo do Poder Judiciário e do Ministério Público na concretização dos direitos sociais, difusos e coletivos contribuiu para o aprofundamento da democracia.

2.6 O fim do “excepcionalismo” venezuelano

No momento em que o Brasil experimentava a transição e a consolidação de sua democracia, a poliarquia venezuelana, conhecida pela sua excepcional estabilidade, passaria a enfrentar desafios notáveis. A recessão econômica de 1983, conhecida como Black Friday, proveniente da queda abrupta nos preços do petróleo, contribuiu para expor as fragilidades e as controvérsias do sistema político implantado pelo Pacto de Punto Fijo. Segundo McCoy e Myers (2004), essas fraquezas estavam associadas aos procedimentos e aos mecanismos elaborados e internalizados para estabilizar o regime. A crise se constituiu como um terreno adequado para que essas vulnerabilidades incorporadas se manifestassem e deteriorassem as instituições políticas venezuelanas.

O sistema puntofujista possuía quatro vulnerabilidades. A primeira era que a sua eficácia política estava intrinsecamente atrelada ao comportamento do modelo rentista petrolífero (VILLA, 2005, p. 157). De acordo com Myers (2004), as elites calcularam que os retornos financeiros advindos das vendas internacionais do petróleo seriam capazes de suprir as necessidades institucionais. Em segundo lugar, o foco excessivo em ações distributivas fez com que as elites negligenciassem a aplicação de medidas regulatórias, pois temiam que estas gerassem algum tipo de coerção que pudesse provocar desagradados e, portanto, minar o sistema de conciliação. A recessão econômica que assombrou o país após a Black Friday de 1983 evidenciou a fragilidade do sistema político sem instituições regulatórias robustas, uma vez que, sem um controle efetivo sobre a corrupção, comprometia-se a capacidade do governo em fornecer serviços básicos à medida que a renda do petroestado declinava (MCCOY; MYERS, 2004)

A terceira fraqueza deriva da natureza excessivamente centralizadora do sistema político venezuelano, que entrincheirou “os líderes da AD e COPEI baseados em Caracas

em posições que eram quase inexpugnáveis” (*ibid.*, p. 7, *tradução nossa*). A renda era controlada pelos partidos a partir da capital e espalhada pelas redes de distribuição de maneira clientelista; tal estrutura censurava as demandas por uma maior descentralização política, por exemplo, a adoção de eleições diretas para governador.

Por fim, “a fraqueza final incorporada em Punto Fijo derivou dos próprios pactos que permitiram aos líderes partidários, aos empresários e aos trabalhadores sindicalizados controlar o regime político enquanto ocorria a normalização” (*ibid.*). Com o controle distributivo sobre os recursos do petróleo, os partidos hegemônicos “fechavam o espaço para incorporar novos atores políticos e sociais ‘com capacidade de decisão no sistema político’” (ELLNER, 2003 *apud* VILLA, 2005, p. 157) e se esforçavam em manter as demais organizações do jogo político dependentes deles. A questão é que, posteriormente, grupos marginalizados pelas elites do pacto de 1958, como a classe média e as camadas populares urbanas, também quiseram participar da tomada de decisão sobre políticas públicas, mas continuaram excluídos. Isso provocou uma gama de sentimentos que iam da ambivalência ao puro ressentimento em relação ao sistema político vigente.

Entre os grupos que se consideravam marginalizados pelo Pacto de Punto Fijo, estavam os militares. As relações entre as Forças Armadas e os partidos dominantes foram marcadas por fortes tensões durante todo o período democrático (MYERS, 2004). De um lado, AD e COPEI não confiavam plenamente nos militares; do outro, as Forças Armadas tinham uma postura ambivalente em relação a esses partidos, a depender da facção militar, da ocasião e do tema. Era comum, por exemplo, a irritação dos oficiais com o papel secundário que lhes foi conferido no Pacto de Punto Fijo, sendo que outrora era comum seu envolvimento central na elaboração de políticas públicas. Houve facções militares que, inclusive, manifestaram sua insatisfação por meio de ações extremadas, como a tentativa de golpe em 1960, sob a liderança do general José María Castro León. Apesar do fracasso, essa iniciativa traduzia a postura no mínimo dúbia dos oficiais em relação ao regime político vigente.

Apesar das tensões, houve progressos na questão da institucionalização do controle civil sobre os militares. Ainda assim, existiam controvérsias inegáveis nesse processo. O apoio do oficialato ao Pacto de Punto Fijo se sustentava não por orientações normativas, mas por critérios pragmáticos. A aproximação com a AD e o COPEI facilitava o acesso a equipamentos (muitas vezes irregulares) para a defesa e a promoção para os cargos de coronel e general. Dessa maneira, predominava o patrimonialismo e a corrupção em detrimento da impessoalidade e do mérito nas questões militares. Além

disso, a proximidade dos dois partidos com o alto comando afrouxou o controle e a supervisão civil sobre as Forças Armadas. Dessa maneira, não houve remédios contra a ascensão de uma nova geração de oficiais subalternos formados na década de 1970 e dotados de uma cosmovisão pretoriana. Segundo Trinkunas (2004), essa nova geração não se tornou apenas altamente treinada com as reformas educacionais ocorridas naquela década, mas desenvolveu um forte senso de disciplina, honra, autossacrifício, nacionalismo e liderança e uma perspectiva utilitária e populista de democracia. Essa visão de mundo opunha os jovens oficiais aos vícios dos antigos membros do alto comando e dos políticos tradicionais, minando seu apoio ao regime de Punto Fijo. A crescente distância entre os generais e almirantes e seus subordinados prejudicou a capacidade da classe política de detectar a agitação militar (TRINKUNAS, 2004, p. 63).

Romero (1997) ainda argumenta que o regime puntofujista carecia de compromissos normativos sólidos com o Estado de Direito. Segundo o autor, a democracia venezuelana conseguia funcionar adequadamente apenas em situações de prosperidade material, e seu Estado de Direito era (e continua sendo), na melhor das hipóteses, tênue. A arbitrariedade do poder político ocorria em vários graus, e “a ineficiência judicial, a corrupção e a falta de confiança têm sido fatos cotidianos da vida na Venezuela” (ROMERO, 1997, p. 29, *tradução nossa*). O país tornou-se um palco de violações generalizadas de direitos humanos, como ocorreu nos protestos de 1989 que ficaram conhecidos como *Caracazzo*.

À medida que a recessão provocada pela Black Friday, iniciada em 1983, deteriorava as condições de vida da população, tomava conta do país um clima crescente de frustração e desconfiança em relação às instituições políticas. Representantes e partidos eram vistos como incompetentes e envolvidos em escândalos de corrupção. Apesar dessa insatisfação, a volta do popular Carlos Andrés Pérez à presidência pela AD reanimou as esperanças do eleitorado venezuelano, que esperava que o “homem com energia” resolvesse a crise. No entanto, em vez de trazer as gloriosas propostas como as de outrora, Pérez deu uma guinada em direção a políticas neoliberais, fruto de uma negociação com o FMI. As ações – que ganharam a alcunha de “Grande Virada” – incluíam austeridade fiscal, privatização de empresas estatais (exceto a petrolífera), afrouxamento das leis trabalhistas e enxugamento da máquina administrativa do Estado (em um país onde o Estado e suas empresas eram os principais empregadores) (VILLA, 2005, p. 156). A essas medidas, o governo acrescentou o aumento do preço da gasolina,

equiparando-o ao mercado internacional. Assim, os laços que uniam os diferentes segmentos da sociedade civil ao petroestado foram rompidos.

No dia 27 de fevereiro de 1989, apenas três semanas após a posse de Pérez, estouraram as sangrentas revoltas urbanas conhecidas como *Caracazo* como uma resposta ao pacote de medidas neoliberais anunciadas pelo governo. Os protestos explodiram tanto em Caracas quanto em outras cidades importantes, as quais foram tomadas por bloqueios de estradas, destruição de patrimônio, barricadas, saques e tiroteios. Em maio, a Confederação de Trabalhadores da Venezuela (CTV) desprende-se da AD e promoveu a primeira greve geral contra um presidente democrático (PÉREZ-LIÑAN, 2007). O *Caracazo* evidenciou uma mudança radical da opinião pública venezuelana, na medida em que materializou a insatisfação popular que crescia desde o início da crise, mas que ainda não tinha contornos claros. Os protestos comprovavam uma descrença geral nas elites políticas, embora a preferência pela democracia ainda fosse forte (ROMERO, 1997).

A intensidade do evento fez com que o presidente reagisse por meio de um estado de sítio e recorresse às Forças Armadas regulares para a repressão³⁴. Nesse evento, ocorreram vários casos de violações aos direitos humanos provocados pelos militares. No fim, morreram mais de trezentas pessoas segundo os dados oficiais e quase mil, de acordo com as fontes extraoficiais (CORONIL; SKURSKI, 1991; PÉREZ-LIÑAN, 2007; VILLA, 2005). Além de abrir uma profunda ferida no sistema político venezuelano, os eventos de 1989 revelaram a baixa estruturação de direitos civis no país, algo fundamental para um Estado Democrático de Direito.

A ausência de compromisso normativo com o Estado de Direito alcançou também a sociedade civil. Isso explica, por exemplo, a contradição encontrada nas pesquisas de opinião durante a crise, em que a população, ao mesmo tempo que apoiava majoritariamente a democracia, rejeitava as instituições democráticas e dava respaldo a violentos golpes de Estado. Não por acaso, na medida em que o puntofujismo declinava, os principais partidos – Ação Democrática, COPEI, La Causa R, MAS e Convergência Nacional – estavam seriamente enfraquecidos e desacreditados, e, sem alguma alternativa democrática credível, ganhava destaque a figura de um personagem que liderara uma tentativa de golpe em 1992: Hugo Chávez.

³⁴ Essa decisão se baseou no fato de a polícia e a Guarda Nacional terem sido esmagadas pelos tumultos e saques que se alastravam (TRINKUNAS, 2004).

2.7 As controvérsias da democracia brasileira

No caso brasileiro, o sistema político brasileiro também acabou revelando suas fragilidades. Se, por um lado, a nova estrutura institucional conseguiu garantir a governabilidade – no sentido de se aprovarem decisões –, do outro, as práticas envolvidas eram vistas pela opinião pública como ilegítimas e produtoras de resultados controversos. Isso porque os custos para a articulação política se mostraram crescentes no decorrer da Nova República tanto devido a situações de maior distância ideológica entre o presidente e o Congresso Nacional (AVRITZER, 2016; CHAISTY *et al*, 2018) quanto à progressiva fragmentação partidária (AVRITZER, 2016; MELO, 2019). Os custos crescentes incentivaram as negociações clientelistas que colocavam os cargos ministeriais e o orçamento à disposição de propósitos meramente paroquialistas em vez de direcionar esses recursos efetivamente a um projeto de governo ou a um planejamento setorial de políticas públicas. A corrupção também era estimulada devido à institucionalização dos financiamentos empresariais para as campanhas, o que levou à incidência de casos de caixa dois e até mesmo de caixa três. O resultado dessa soma de fatores foi a entrega de uma infraestrutura precária e a má qualidade de políticas públicas essenciais (AVRITZER, 2016).

Além das fragilidades na operacionalização dos regimes políticos, alguns especialistas argumentam que o Brasil, assim como a Venezuela, deixou de resolver alguns de seus problemas históricos durante a construção de sua ordem liberal democrática. Avritzer (2019) argumenta que a democratização e a regressão da democracia no Brasil funcionam conforme a lógica de um pêndulo: haveria momentos de otimismo e efervescência democráticos, marcados pela expansão de direitos e pela submissão das instituições contramajoritárias aos princípios da soberania popular, seguidos por situações de regressão democrática, nos quais essas entidades contramajoritárias se fortaleceriam em detrimento da soberania. A velocidade em que ocorre a regressão se explicaria pelo tangenciamento do constitucionalismo liberal e da presença de certos elementos institucionais presentes que permitem retrocessos mais rápidos do que nos países onde ocorrem fenômenos semelhantes. Assim, o Brasil seria dotado de uma institucionalidade que tem elementos no seu interior que permitiriam uma passagem da contrademocracia para antidemocracia, dependendo de como o próprio pêndulo oscila.

Uma das instituições dotadas de posicionamentos ambíguos em relação à democracia nascida em 1988 são as Forças Armadas. O poder militar manteve privilégios herdados do regime anterior, como a manutenção dos tribunais militares voltados para o julgamento de seus membros. Mas a principal prerrogativa está no art. 142 da Constituição Federal, que define as Forças Armadas como

instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem (BRASIL, 1988, Art. 142).

Esse artigo se relaciona com as prerrogativas de intervenção na ordem civil, em que o Exército pode ser chamado para questões de Segurança Pública, como ocorreu na incursão para controlar uma greve da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) em novembro de 1988, começo da democratização, e na intervenção militar no Rio de Janeiro durante o Governo Temer, 30 anos depois. A Constituição promulgada em 1988, assim, conferia atribuições tutelares aos militares (CARVALHO, 2019).

Ademais, as duas experiências democráticas brasileiras (1946 e 1988) não obtiveram êxito para estabelecer uma estrutura adequada de direitos civis capaz de consolidar uma ordem liberal democrática. Carvalho (2002) argumenta que “dos direitos que compõem a cidadania, no Brasil são ainda os civis que apresentam as maiores deficiências em termos de seu conhecimento, extensão e garantias” (CARVALHO, 2002, p. 210). O fortalecimento do Poder Judiciário poderia colaborar para corrigir essa mazela, mas sua composição e operacionalização ocorre dentro de uma lógica intralites e intraoligárquica, estando à margem da soberania democrática (AVRITZER, 2019). As polícias, por sua vez, atuam sob uma lógica militarista que não combina com o dever de proteger o cidadão, o que explica os incontáveis casos de violações aos direitos humanos. Assim, “a falta de garantia dos direitos civis se verifica sobretudo no que se refere à segurança individual, à integridade física, ao acesso à justiça” (CARVALHO, 2002, p. 211).

Dessa maneira, assim como no caso venezuelano, as vulnerabilidades do sistema político brasileiro ficaram expostas pela crise econômica. Além disso, tanto Brasil quanto Venezuela não conseguiram resolver definitivamente assuntos cruciais para suas democracias, como o controle civil adequado sobre os militares e o estabelecimento de uma estrutura apropriado de direitos civis.

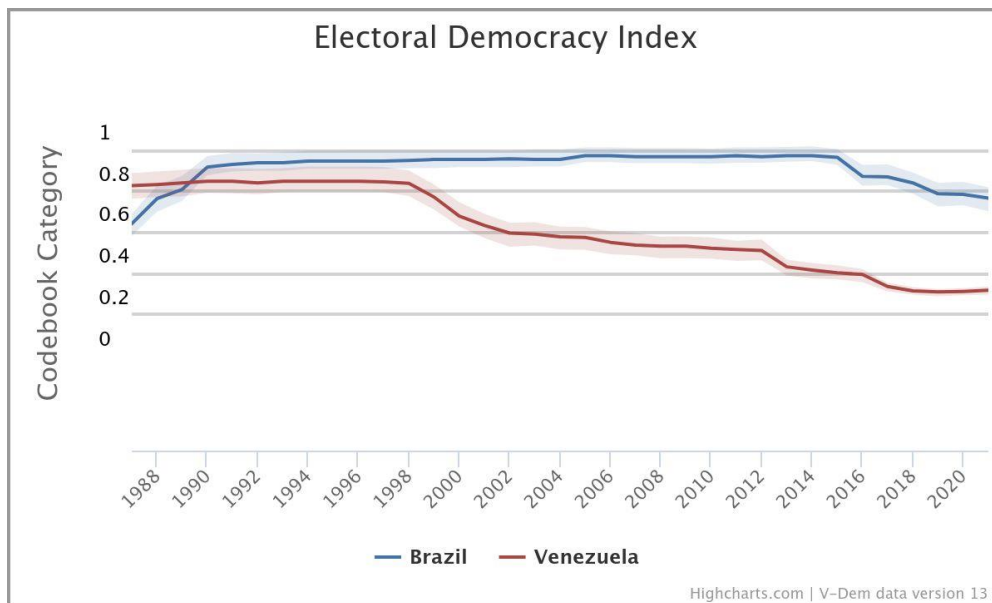
2.8 Terceira Onda de Autocratização

Ainda que em momentos diferentes, Brasil e Venezuela se inseriram na terceira onda de autocratização, cujo tipo dominante de reversão é a erosão, ou seja, o declínio gradual nos atributos democráticos, no lugar de rupturas súbitas. O retrocesso venezuelano começou em 1998, momento em que a democracia brasileira se consolidava. Por sua vez, a autocratização iniciada no Brasil em 2015 ocorria no momento em que a Venezuela se firmava como um regime autoritário.

A referência para designar uma autocratização gradual completa é a queda de 0,1 ponto no Índice de Democracia Eleitoral (EDI) do V-Dem. Com base nesse indicador, a Venezuela passou por vários períodos de autocratização desde 1998, coincidindo com a eleição de Hugo Chávez para a presidência. Segundo o V-Dem, a democracia eleitoral venezuelana caiu de 0.75 em 1997 para 0.22 em 2018, sob o sucessor de Chávez, Nicolás Maduro. A trajetória declinante do país o fez perder o *status* de Democracia Liberal para o de Autocracia Eleitoral, segundo classificação de Lindberg (2018).

No caso brasileiro, o EDI caiu de 0.88 em 2014 para 0.67 em 2021. Segundo classificação de Lindberg (2018), o país possuía uma democracia liberal avançada que, devido às constantes quedas no indicador já mencionado, tornou-se uma Democracia Eleitoral. Conforme menciona o próprio V-Dem, a pontuação do Brasil começou a diminuir depois da saída de Luís Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), da presidência. Essas quedas abrangem os períodos de 2016 a 2018, sob o Governo Temer, que cortou cargos ministeriais e impôs limites aos gastos públicos via Emenda Constitucional, e de 2019 a 2021, sob a liderança de Jair Bolsonaro. Este ameaçou repetidamente o Supremo Tribunal Federal e acusou as eleições de serem fraudulentas, revelando um comportamento autoritário³⁵. A Figura 1 mostra as ondas de democratização e autocratização de Brasil e Venezuela pelo V-Dem.

³⁵ COOK, Haley. *Re-election: A Look Back at Lula and Brazil's Former Presidents*. *V-Dem – Varieties of Democracy*, 2023. Disponível em: <https://www.v-dem.net/weekly_graph/re-election-a-look-back-at-lula-and-brazils-former>. Acesso em: 07 jun. 2024.

Figura 1. EDI de Brasil e Venezuela (1998-2020)

Fonte: V-Dem – Varieties of Democracy.

Os casos estudados no primeiro capítulo mostram que as crises econômicas, o comportamento radical e antidemocrático de parlamentares e presidentes e o envolvimento constante dos atores pretorianos na arena política contribuíram para as crises, os retrocessos e os ocasos das democracias na América Latina no decorrer da história. Os capítulos seguintes mostrarão como esses fatores de *latinoamericanização*, juntamente com o fenômeno de desconsolidação democrática pela opinião pública, estiveram presentes no Brasil e na Venezuela.

2.9 Conclusão

Este capítulo apresentou especificamente as experiências políticas pelas quais passaram Brasil e Venezuela em termos de regimes políticos. O objetivo foi tanto mostrar as suas experiências nas ondas de democratização e autocratização no contexto latino-americano quanto perceber algumas variáveis de controle, contribuindo para endossar a proposta de comparabilidade sugerida neste trabalho. Apesar das especificidades, ambos os países possuem elementos em suas trajetórias em comum que coadunam com as demais experiências latino-americanas.

Brasil e Venezuela começaram sua trajetória republicana sob o domínio de oligarquias, passando, depois, a alternar entre governos autoritários centralizadores e

regimes democráticos mais ou menos estáveis e tomados de fragilidades. Ressalta-se a constante intervenção das Forças Armadas e de demais atores pretorianos na dinâmica política nesses países.

Houve momentos em que as democracias brasileira e venezuelana também alcançaram longevidade e/ou estabilidade. O Pacto de Punto Fijo inaugurou na Venezuela em 1958 uma poliarquia estável que destoava do ambiente de autocratização predominante na América Latina nas décadas de 1960 e 1970. O Brasil também conheceu um período de prosperidade e estabilidade com a Nova República, especialmente a partir de 1994. Nos dois casos, os regimes democráticos conseguiram entregar resultados positivos em termos de bem-estar socioeconômico.

Entretanto, as instituições brasileiras e venezuelanas, avaliadas como garantidoras de estabilidade nos momentos de prosperidade, revelaram-se frágeis e foram testadas até o limite em situações de crise. A instabilidade, inclusive, lançava luz sobre algumas vulnerabilidades presentes no interior do sistema político de cada país. Nos dois regimes, as práticas clientelistas e até mesmo os escândalos de corrupção movimentavam a dinâmica político-institucional. Além disso, tanto Brasil quanto Venezuela não conseguiram estabelecer uma estrutura adequada de direitos civis capaz de consolidar uma ordem liberal democrática sólida.

Por fim, Brasil e Venezuela enfrentaram fortes processos de retrocesso democrático, o que os tornou casos notáveis de autocratização contemporânea. A Venezuela foi um dos primeiros casos de erosão gradual típico da terceira onda, embora tivesse sofrido uma ruptura institucional carregada de elementos comuns da segunda onda (envolvendo crise econômica, mobilização de militares e tentativas de golpe). O Brasil, por sua vez, chegou a ser o 4º país que mais se afastou da democracia plena, conforme apontou o relatório do V-Dem de 2021, ficando atrás somente de Polônia, Hungria e Turquia.

Os elementos comuns nas trajetórias políticas dos dois países permitem prosseguir com a proposta de análise sugerida neste trabalho. O próximo capítulo ficará encarregado de apresentar detalhadamente as unidades de análise que serão envolvidas na Abordagem Qualitativa-Comparativa (QCA).

3 AS UNIDADES DE ANÁLISE: BRASIL E VENEZUELA DURANTE AS TERCEIRAS ONDAS DE DEMOCRATIZAÇÃO E AUTOCRATIZAÇÃO

As experiências de Brasil e Venezuela durante a terceira onda de democratização foram bastante diferentes. No caso brasileiro, houve um processo longo de transição e consolidação do regime autoritário para a democracia. Após enfrentar crises políticas e uma hiperinflação, a democracia brasileira conseguiu a sua estabilidade após 1994, com a consolidação da estrutura de competição partidária, avanços (ainda que controversos) na institucionalização do controle sobre as Forças Armadas e a realização de importantes políticas econômicas e sociais. Enquanto isso, a Venezuela, que era um caso isolado de democracia estável, passou por uma grave crise econômica nos anos 1980, que colocou seu sistema político sob teste. Apesar da instabilidade, houve importantes reformas institucionais nesse período que visavam fortalecer e renovar a democracia no país. No entanto, ambos os países vivenciaram processos de recessão democrática e se inseriram na terceira onda de autocratização. Ao passo que a Venezuela conheceu uma ruptura institucional sob o chavismo, no Brasil, até o momento em que este trabalho foi concluído, as ações antissistema não levaram ao mesmo resultado.

Este capítulo aborda as trajetórias históricas de Brasil e Venezuela durante as terceiras ondas de democratização e autocratização, separadas em unidades de análise que, posteriormente, no capítulo seguinte, foram comparadas por meio do QCA. Destacaram-se 10 “períodos-país” inseridos entre 1987 e 2021 com base nas pontuações do Índice da Democracia Eleitoral (EDI) do V-Dem e na teoria relacionada ao tema. Os critérios para a realização dos cortes entre os períodos foram tanto 1) o espaço de tempo em que ocorreu a autocratização (ou seja, quando se completou uma queda de 0,1 pontos no EDI) quanto 2) a literatura concernente aos ciclos de estabilidade e instabilidade democrática dos países de interesse. As informações foram coletadas do portal Latin American Weekly Report, que oferece notícias semanais minuciosas a respeito dos eventos políticos latino-americanos, e da bibliografia pertinente.

Isso posto, as unidades de análise ficaram assim delimitadas: no tocante ao Brasil, os períodos de a) 1990 a 1993 e b) 1994 a 2014 corresponderiam aos momentos de democratização e/ou estabilidade democrática, enquanto c) 2015 a 2017 e d) 2018 a 2021 seriam as unidades referentes à autocratização. Quanto à Venezuela, as unidades de estabilidade democrática seriam os períodos de e) 1990 a 1992 e f) 1993 a 1997, enquanto g) 1998 a 2000, h) 2001 a 2004, i) 2005 a 2013 e j) 2014 a 2017 seriam períodos-país de

queda no EDI. O período entre 2018 a 2021 da Venezuela não será incluído na análise, pois, nessa fase de uma autocracia eleitoral, o EDI passa por oscilações que não permitem uma clareza a respeito do processo de autocratização.

3.1 Casos do Brasil

3.1.1 Brasil (1990 a 1994) – Transição concluída, consolidação em curso

A longa e cerceada transição democrática no Brasil foi concretizada somente com a posse do primeiro presidente eleito diretamente (LINZ; STEPAN, 1999). Concorrendo pelo Partido da Renovação Nacional (PRN), Fernando Collor de Mello venceu Luís Inácio Lula da Silva, candidato do Partido dos Trabalhadores (PT), no segundo turno das eleições de 1989 e assumiu o cargo em março de 1990. No entanto, “os desdobramentos políticos que se seguiram demonstraram que a democracia emergente teve ainda que passar por vários testes antes de chegar na presente situação [de estabilidade]” (KINZO, 2001, p. 9). O regime ainda se encontrava em processo de consolidação.

No momento em que Collor venceu as eleições, a população sofria com a recessão econômica e o avanço da hiperinflação. O fracasso do governo presidido por José Sarney em resolver esse problema desgastou o partido do presidente, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Não por acaso, o candidato peemedebista Ulysses Guimarães (ator político importante no processo de redemocratização) recebeu votação inexpressiva, amargando a sétima colocação.

Foi uma eleição marcada pelo ineditismo e pela polarização. Inédita porque o segundo turno foi disputado por duas novidades da política brasileira (ABRANCHES, 2018). Além disso, a contenda foi bastante polarizada, concentrando os grupos políticos nas alas da esquerda e da direita. Disputando pelo inexpressivo PRN, à margem da estrutura político-partidária organizada e dominante, Collor recebia o apoio dos remanescentes da ditadura civil-militar, dos grandes proprietários e da ala conservadora do PMDB. Lula, por sua vez, recebeu apoio do PSB e do PCdoB, além do PDT, do PCB e do PSDB durante o segundo turno. Quanto ao alinhamento dos eleitores, houve forte correlação entre cidades grandes e classes médias e o voto no candidato petista, enquanto Collor recebia a maior parte dos votos das cidades menores e dos setores populares (SINGER, 2018).

A eleição para o Poder Legislativo, um ano depois, produziu uma situação embaraçosa. Não apenas a representação ficou mais fragmentada, mas também, como aponta Martins (1991), a correlação de forças tornou-se esdrúxula, gerando um desequilíbrio flagrante. Como mostra o autor, os dois maiores partidos do país (PMDB e PFL), embora ainda majoritários no Congresso, conquistaram apenas 5% dos votos para a eleição presidencial. Por outro lado, Lula e Collor obtiveram juntos 44% dos votos para presidente, enquanto seus partidos não ocuparam nem 5% das cadeiras parlamentares.

Ex-integrante do PDS e ex-governador de Alagoas, Collor era “o exemplo clássico do político antipolítica e antipartidos que o presidencialismo e a televisão podem produzir” (LINZ; STEPAN, 1999, p. 207). Tanto durante as eleições quanto no governo, tratava os adversários como atores ilegítimos e inimigos do povo, aproximando-se do perfil de liderança autoritária (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018). E mesmo controlando apenas 5% das cadeiras na Câmara dos Deputados, recusou-se a negociar uma coalizão com o Congresso, preferindo crer que poderia usar a pressão popular, expressa no seu cacife eleitoral, para forçar os deputados e os senadores a apoiarem sua agenda de governo. Muitas vezes, essa pressão convertia-se em ataques às “grades de proteção da democracia” (*ibid.*) quando mostrava uma postura altiva diante da Constituição ou quando atacava adversários políticos. Os apoiadores de Collor chegaram a usar a expressão “sindicato do golpe” para se referir a qualquer um que fosse – real ou supostamente – oposição ao governo.

No combate à crise econômica, Collor tomou decisões radicais, como a interferência arbitrária sobre recursos depositados em contas bancárias, cadernetas de poupança e investimentos financeiros, o congelamento de preços e a adoção de medidas neoliberais. Mas suas ações, inicialmente toleradas, fracassaram em impedir o avanço da crise, levando o presidente a ser condenado pelo julgamento popular (KINZO, 2001; ABRANCHES, 2018). Além disso, o presidente perdeu o apoio dos capitalistas industriais brasileiros ao promover a abertura econômica e abandonar o protecionismo sem oferecer contrapartidas (ABRANCHES, 2018).

Sem popularidade, sem apoio político e atolado em escândalos de corrupção, Collor se isolou. O Congresso Nacional buscava solucionar o impasse político de forma a impedir que a “crise de governo” se tornasse uma “crise de regime” (LINZ; STEPAN, 1999). Assim, abriu um processo de *impeachment* em 1992. Os protestos de rua contra Collor serviram de respaldo popular para que os deputados votassem a favor da medida e os senadores julgassem o presidente.

Apesar das turbulências, as forças democráticas predominaram no caso Collor. Para começar, a deposição ocorreu de forma legítima sob a união das sociedades civil e política (*ibid.*, p. 208), sendo considerada, inclusive, um passo fundamental para a democratização brasileira (LLANOS; MARSTEINTREDET, 2023, p. 24). Ademais, segundo Azevedo (2006), a crise do Governo Collor foi um divisor de águas para os meios de comunicação de massa, sobretudo o jornalismo político, que ganhou protagonismo quando “mimetizou a função clássica do cão-de-guarda (*watchdog*) da teoria liberal do jornalismo assumindo o papel de vigia e fiscalizador do sistema político” (AZEVEDO, 2006, p. 107). A mídia atuou de forma a denunciar os escândalos do governo, mobilizar a opinião pública e pautar o *impeachment*.

Além disso, a crise política não contou com um envolvimento direto das Forças Armadas. Segundo Akkoyunlu e Lima (2022), embora Itamar Franco, vice de Collor, tivesse recorrido aos militares para assumir a presidência, concedendo-lhes vários ministérios, os oficiais não cumpriram um papel central na política brasileira. Nos primeiros anos da redemocratização, “quando a memória da ditadura ainda apresentava um problema de credibilidade aos generais, não havia grandes grupos sociais a apelar para a intervenção militar, algo sem o qual as Forças Armadas historicamente evitaram a ação política” (AKKOYUNLU; LIMA, 2022, p. 36). Os militares preocupavam-se em preservar suas prerrogativas herdadas do regime anterior.

No período, houve avanços no plano da participação. Em 1989, a prefeitura de Porto Alegre, sob gestão do PT, adotou o Orçamento Participativo, modelo que passou a ser usado também em outras cidades. Trata-se de um “espaço aberto pelo governo local para promover a discussão e decisão de uma parte das dotações do orçamento municipal com os cidadãos” (MAYA, 2021, p. 56). Essa proposta de democracia participativa, que funcionava “de baixo para cima”, não surgia para confrontar a democracia representativa, mas para complementá-la ou melhorá-la (AVRITZER, 2009 *apud* MAYA, 2018).

Apesar das turbulências que marcaram o período, houve avanços nos indicadores socioeconômicos do Brasil nesse período, graças, em parte, às garantias básicas fornecidas pela Constituição de 1988. Segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) saltou de 0.610 para 0.630. Quanto ao coeficiente de Gini, após atingir o pico de 63.3 em 1989, a desigualdade no Brasil caiu para 60.1, segundo dados do Banco Mundial. No entanto, com base em pesquisas de opinião, Linz e Stepan (1999) preocupavam-se com os riscos de a democracia brasileira não se consolidar, dado o frágil apoio da população ao regime.

3.1.2 Brasil (1994 a 2014) – Consolidação e estabilidade democráticas

A partir de 1994, parecia que o Brasil se consolidava como um caso de democracia exitosa. Havia um clima de otimismo em relação tanto aos aspectos procedimentais quanto aos seus resultados. No âmbito do jogo político, pelo menos de 1994 até 2014, o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) protagonizaram e estabilizaram a disputa política dentro dos limites estabelecidos pelas “grades de proteção da democracia” (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018). Não houve, na maior parte do período, contestações de resultados eleitorais e muito menos rupturas à ordem democrática, eventos tão frequentes na fase republicana de 1946. Fernando Henrique Cardoso (1995 a 2003), Luís Inácio Lula da Silva (2003 a 2011) e Dilma Rousseff (primeiro mandato – 2011 a 2015) conseguiram manusear as “caixas de ferramentas” que a Constituição forneceu ao Poder Executivo e formaram coalizões que lhes possibilitaram completar seus mandatos e apresentar elevadas taxas de sucesso na aprovação de suas proposições no Congresso Nacional (LIMONGI; FIGUEIREDO, 2007). Além disso, esse cenário de equilíbrio trouxe resultados importantes nas esferas socioeconômicas, graças a políticas públicas que produziram estabilização da moeda e avanços sociais significativos.

Se a fragmentação partidária subia vertiginosamente no Congresso nesse período, por outro lado, houve uma relativa estabilidade do sistema partidário brasileiro, que se ancorava na disputa entre os dois partidos pelo governo central. Valendo-se do conceito de *estrutura da competição*, formulado por Mair (1996), Melo e Câmara (2012) mostram que a competição pelo controle do Executivo protagonizada pelo PT e pelo PSDB fez com que o conjunto de interações partidárias anteriormente incoerente passasse a tomar forma e a adquirir estrutura (MELO; CÂMARA, 2012, p. 78). Cada um dos dois partidos conseguiu subordinar estratégias estaduais a um projeto nacional, e os demais acabaram por se envolver em torno de ambos. Assim, em função dessa dinâmica, o sistema partidário garantia que os inúmeros partidos apresentassem um alinhamento programático: as coalizões encabeçadas pelo PT e pelo PSDB defendiam agendas de centro-esquerda e centro-direita, respectivamente. O PMDB, por sua vez, apesar de sua força, não conseguiu superar as divergências estaduais e elaborar um projeto nacional. Dessa maneira, o partido encabeçou um terceiro agrupamento que ficaria estrategicamente entre as outras duas forças políticas, funcionando como ator pivotal.

Assim, o sistema partidário se consolidava e, nessa condição, era claramente possível tanto reconhecer os blocos envolvidos no jogo político quanto saber em torno de quais temas seria a disputa pela presidência.

Esse período também ficou conhecido pela melhoria nas relações entre civis e militares. Apesar de alguns episódios incômodos e de alguns tabus não resolvidos – como o não reconhecimento dos abusos praticados durante a ditadura e a resistência em abrir os arquivos relacionados à repressão (CARVALHO, 2019) –, as Forças Armadas não interferiram em questões políticas. Os movimentos mais concretos para a institucionalização do controle civil sobre os militares começaram sob o Governo FHC com a criação do Ministério da Defesa em 1999 (AMORIM NETO, 2014; VICTOR, 2022; CARVALHO, 2019). Em 2005, durante o Governo Lula, criou-se, em convênio com a CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), o Programa de Apoio ao Ensino e à Pesquisa Científica e Tecnológica em Defesa Nacional (Pro-Defesa), cujo objetivo era financiar pesquisas relacionadas ao tema da defesa. Assim, no período de 1994 a 2014, houve maior conformidade das Forças Armadas ao regime democrático.

Do ponto de vista das instituições contramajoritárias, a democracia brasileira parecia também ter sido exitosa. Desde a promulgação da Constituição, o Judiciário foi fortalecido enquanto instituição de vigilância constitucional, firmando-se como recurso de última instância – papel que costumava ser exercido pelos militares no período democrático anterior, devido exatamente à fragilidade do Supremo Tribunal Federal (STF), tão comum nos desenhos institucionais das constituições anteriores à de 1988 (ABRANCHES, 2018, p. 83). As decisões do Poder Judiciário, especialmente as do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e as do Supremo Tribunal Federal (STF), não eram contrariadas pelos participantes do jogo político. Ademais, até pelo menos a primeira década de 2000, o protagonismo do Poder Judiciário e do Ministério Público Federal (MPF) na concretização dos direitos sociais difusos e coletivos contribuiu para o aprofundamento da democracia. Por fim, desde o Governo FHC, o Estado brasileiro foi incrementando seus mecanismos de combate à corrupção, reforçando várias instituições voltadas a esse fim ao longo do período. Durante os governos petistas, especialmente, reforçaram-se muito as instituições como o MPF, a Polícia Federal (PF), o Tribunal de Contas da União (TCU) e a Controladoria Geral da União (CGU).

Assim, tal organização institucional e a disposição dos atores envolvidos entregavam estabilidade e resultados positivos: a qualidade de vida melhorava no país,

com a estabilização da economia e a redução significativa da pobreza. No campo da economia, o Plano Real de 1994 estancou a hiperinflação que assolava o país. No plano social, o IDH brasileiro continuou em ascensão contínua neste período-país: de 0,63 em 1993 até 0,75 em 2014. Por sua vez, o coeficiente de Gini do país caiu de 60.1 em 1993 para 52 em 2014, em um movimento de queda contínua com pequenos intervalos de subida em apenas dois anos (1996 e 2012). O Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado à Desigualdade (IDHAD), medido desde 2010, acusou uma subida constante que só seria interrompida em 2015.

A entrega de melhorias para a população fez com que a democracia passasse a ser melhor avaliada. Segundo o ESEB, a satisfação dos brasileiros com a democracia, em 2002, era de 30%, a menor do Cone Sul; no decorrer do tempo, esse índice aumentou até o pico de 44% em 2010. Assim, tudo indicava que o Brasil, no fim do século XX e início do XXI, estava se inserindo no rol das democracias consolidadas e endossava o otimismo dos analistas a respeito do alcance da terceira onda de democratização.

No entanto, o país também conheceu impasses importantes, mais precisamente a partir de 2013. Isso porque as fragilidades do sistema político brasileiro ficaram em evidência. A nova estrutura institucional, até então garantidora de governabilidade, revelou-se controversa aos olhos da opinião pública, uma vez que os custos crescentes de articulação política estimularam negociações de caráter clientelista e os financiamentos empresariais das campanhas eleitorais incentivavam a corrupção. O resultado dessa soma de fatores foi a precariedade de políticas públicas essenciais entregues à população.

O ápice dessa perda de legitimidade veio com os protestos sociais de junho de 2013 que atacavam o sistema político. O que começou com uma questão municipal (as tarifas de transporte na cidade de São Paulo) tornou-se uma onda gigantesca de manifestações que englobou partes significativas do território nacional. De forma inédita desde a redemocratização, as ruas foram ocupadas sem a presença de partidos políticos e/ou organizações da sociedade civil. Não havia homogeneidade nos protestos; as pautas eram difusas (envolviam críticas à corrupção, ao baixo salário dos professores, à má qualidade das políticas públicas etc.) e até mesmo antagônicas (iam da exigência pelo aperfeiçoamento da democracia até a reivindicação de uma intervenção militar).

O impacto foi fortemente sentido pelo governo, naquele momento presidido por Dilma Rousseff (PT). A presidente demorou quase um mês para apresentar alguma resposta aos protestos e, ainda assim, entregou uma pauta bastante abstrata e de execução complexa – o que fez boa parte dela não ser realizada (SCHWARCZ; STARLING, 2017).

Em 2014, Dilma foi reeleita, mas os impasses não foram resolvidos pelo sistema representativo brasileiro. Na verdade, foram até mesmo agravados: pela primeira vez após a redemocratização, o resultado eleitoral não foi reconhecido pela oposição. Ao ser derrotado na disputa presidencial, o candidato Aécio Neves (PSDB) pediu uma auditoria ao TSE para verificar a “lisura” da contagem dos votos. Essa postura contribuiu para que as eleições perdessem legitimidade, acelerando o processo turbulento iniciado em 2013 e contribuindo para a degradação institucional no Brasil.

3.1.3 Brasil (2015 a 2017) – Degradação institucional

Enquanto a Venezuela passava por um processo gradual, porém intenso de retrocesso democrático (até seu colapso), a avançada democracia liberal brasileira não conseguia resolver seus impasses internos e acabou mergulhando em uma crise política. O processo de degradação institucional decorrente dessa crise promoveu declínios democráticos no país. Segundo o V-Dem, os eventos que se sucederam a partir de 2015 provocaram quedas no Índice de Democracia Eleitoral (EDI) do Brasil e inseriram o país na terceira onda de autocratização.

Três fatores interligados contribuíram para a crise política que se instalou no país no interregno 2015-2017. O primeiro foi na seara econômica: o segundo mandato de Dilma Rousseff, iniciado em 2015, ficou marcado por uma grave recessão econômica que se refletiu nos indicadores socioeconômicos: o desemprego explodiu no país, ultrapassando a marca de 12 milhões de desocupados em 2016, o que, segundo dados do IBGE, correspondia a 11,9% da população em idade ativa. O revés econômico se refletiu na qualidade de vida da população brasileira: após anos consecutivos de ascensão desde 2010, o IDHAD do país estagnou pela primeira vez, seguido de uma queda em 2016.

A grave piora nos indicadores socioeconômicos pode ser explicada tanto pela conjuntura internacional³⁶ quanto pelas decisões controversas da presidente nas políticas fiscal e monetária³⁷. No entanto, não se pode ignorar os impactos profundos da Operação Lava Jato – o segundo fator de crise – nos setores de construção civil e petróleo ao

³⁶ Houve uma queda dos preços das *commodities* por volta de 2011, uma vez que a China passou a demandar menos por esses artigos. As *commodities* representavam 65% do valor das exportações brasileiras (CASTRO, 2016).

³⁷ Contrariando as promessas de campanha eleitoral, Dilma adotou um pacote de austeridade que priorizava o superávit primário. A política de gastos envolvia alteração de regra para recebimento de direitos trabalhistas (como o seguro-desemprego) e reajuste brusco dos preços administrados, sobretudo nas tarifas de energia elétrica (51%), nos preços do gás (22,6%) e no valor da gasolina (20,1%) (CARVALHO, 2018).

provocar a derrocada de empresas importantes, sendo fundamental para o aumento do desemprego (CARVALHO, 2018).

Iniciada em 2014, a Operação Lava-Jato surgiu com o intuito de investigar escândalos de corrupção envolvendo empreiteiras, agentes públicos e partidos governistas. A operação foi protagonizada pelo juiz de primeira instância de Curitiba, Sergio Moro, e o procurador federal que liderava a força-tarefa do Ministério Público, Deltan Dallagnol, e consistia em “uma investigação de propinas pagas pela Odebrecht, uma grande construtora, em relação a contratos valiosos, a funcionários de alto nível da empresa semipública brasileira de petróleo e gás Petrobras” (TUSHNET, 2021, p. 101, *tradução nossa*). A realização dessa força-tarefa foi possível devido às inovações formais e informais na institucionalidade do Sistema Judicial durante a Nova República (sobretudo durante os dois mandatos presidenciais de Luís Inácio Lula da Silva, do PT) para reforçar a *accountability* horizontal sobre a atividade política. As reformas aperfeiçoaram os mecanismos de combate à corrupção pertencentes ao Ministério Público, à Polícia Federal e ao Poder Judiciário, dando-lhes empoderamento, discricionariedade e autonomia (KERCHE; MARONA, 2022).

As modificações também mudaram a dinâmica de combate à corrupção, que deixava de atuar na esfera civil e passava a se orientar pela via criminal. A atuação do Ministério Público, que, até as reformas, dava-se fundamentalmente no âmbito civil, mobilizando ações, instrumentos e legislação civis, sofreu uma reorientação, pois passou a ser auxiliado por uma Polícia Federal com capacidade investigativa renovada.

As alterações dificultaram consideravelmente algum tipo de controle sobre a burocracia, que atuava sem prestação de contas aos agentes políticos e à população de maneira geral. Mas, para conseguir um grau ainda mais elevado de autonomia, era necessário conquistar o apoio da opinião pública e, para isso, era imprescindível a aliança com a imprensa. Em 2004, dez anos antes da Lava Jato, Sergio Moro escreveu um artigo sobre uma operação similar que ocorreu na Itália na década de 1990, a Mãos Limpas (*Mani Pulite*). O futuro juiz da Lava Jato ressaltava a estratégia dos magistrados italianos em pautar e controlar a narrativa para ampliar a aceitação do seu desempenho e, com isso, embargar qualquer possibilidade de controle; para tanto, contaram com o apoio dos principais meios de comunicação do país. Esse pilar de funcionamento da Mãos Limpas foi claramente copiado pela Lava Jato, como ficou evidente com o *modus operandi* da Força Tarefa de Curitiba, que selecionava um grupo de jornalistas e os abastecia de informações privilegiadas, além de fazer eventos midiáticos para garantir cobertura. O

propósito era “manter o público atualizado sobre o andamento das investigações por meio de comunicados à imprensa e (atualmente) um site atualizado regularmente” (TUSHNET, 2021, p. 109, *tradução nossa*). A opinião pública, dessa maneira, foi se convencendo da importância da Operação Lava Jato, em alguma medida, por influência da imprensa, que, por sua vez, apoiou de maneira acrítica a narrativa de Moro e Dallagnol (AVRITZER; MARONA, 2017; KERCHÉ; MARONA, 2022).

Outro ator relevante para a coalizão lavajatista foi o Supremo Tribunal Federal (STF). Além de estender a operação sobre personalidades com foro privilegiado, em articulação com o Procurador Geral da República, o STF também atuou na Lava Jato como instância recursal. Mas, em vez de possibilitar algum tipo de garantia dos direitos individuais aos réus, o Supremo, envolvido pela onda lavajatista, avançava uma jurisprudência punitivista e avalizava (quando não se omitia) as decisões abusivas de Moro, Dallagnol e outras personagens da “República de Curitiba” (KERCHÉ; MARONA, 2022). Foi nesse espírito que o STF alterou o entendimento sobre o devido processo legal: se a jurisprudência anterior afirmava que a condenação só valeria após o esgotamento de todos os recursos, a nova decisão autorizava que a pena de prisão decretada ao réu julgado ainda na segunda instância. A reviravolta jurisprudencial colocava em xeque a segurança jurídica do país³⁸.

O resultado foi um desequilíbrio que possibilitou um ambiente de excessos. Tushnet (2021) aponta que a Lava Jato desviou-se das propriedades judiciais das investigações criminais comuns. Avritzer e Marona (2017) argumentam que as inovações institucionais permitiram a formação de um novo modelo de atuação do Judiciário e do Ministério Público, que passariam a agir nos moldes de um *pretorianismo judicial*. Sob uma configuração institucional reformada e com o respaldo da opinião pública, as ações promovidas em conjunto pelo juiz Moro e pelos promotores foram além de métodos comuns, extrapolando o uso de recursos como a condução coercitiva, as prisões preventivas e a delação premiada³⁹. Atores do Sistema de Justiça, alinhados com a

³⁸ Houve reações das sociedades civil e política diante dessa decisão. O Patriotas (ex-PEN) e o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (CFOAB) ajuizaram ações diretas de constitucionalidade – as ADCs 43 e 44 – com o intuito de reafirmar a compatibilidade entre o artigo 283 do Código de Processo Penal e a Constituição de 1988 (Art. 5º, LVII) em nome da presunção da inocência. As ações, no entanto, foram julgadas somente em 2019 (KERCHÉ; MARONA, 2022).

³⁹ A condução coercitiva é um dispositivo jurídico usado para levar o cidadão à força para prestar depoimento nos casos em que ele se recusa a depor. A Lava Jato se valeu desse instrumento de maneira abusiva ao buscar acusados em suas casas, bem cedo pela manhã, mesmo sem terem sido previamente intimados. O uso, por parte do juiz Sergio Moro, das prisões preventivas, que devem ser empregadas quando se supõe que o réu proporciona riscos à sociedade, sinaliza que ele considerava o acusado potencialmente

imprensa, tinham como ponto central o ataque aos políticos de uma maneira geral e ao PT de uma maneira específica. Mas o excesso mais grave foi revelado posteriormente, em 2019, pela “Vaza Jato” e a Operação Spoofing: a Lava Jato promoveu uma deliberada fusão institucional entre acusação e julgamento, algo que fere o devido processo legal, princípio básico do Estado de Direito (KERCHE; MARONA, 2022)⁴⁰. A “gramática política” de burocratas não eleitos e o espírito reinante de criminalização da política por parte desses agentes, com o auxílio dos meios de comunicação, produziram um conjunto de práticas incompatível com o princípio de soberania popular e alinhado com padrões recentes de erosão democrática (AVRITZER; MARONA, 2017; SÁ E SILVA, 2020; KERCHE; MARONA, 2022).

O terceiro fator de crise foi o próprio comportamento dos atores políticos, especialmente da oposição. O período-país em análise ficou marcado pela fragilização dos compromissos firmados entre as elites que sustentavam a poliarquia brasileira desde 1988. As práticas políticas passaram a seguir a forma de jogo duro constitucional (*constitutional hardball*) (TUSHNET, 2004), ou seja, estavam em conformidade com a legalidade formal, mas rompiam com convenções pré-constitucionais e entendimentos não escritos fundamentais para a democracia. Trata-se do uso indiscriminado de prerrogativas institucionais para vencer adversários e, se possível, derrubá-los do jogo político (TUSHNET, 2004; FISHKIN; POZEN, 2018; LEVITSKY; ZIBLATT, 2018).

A primeira violação de uma regra básica da democracia por parte da elite política foi a contestação eleitoral em 2014 por parte do PSDB. O partido realizou uma auditoria nos sistemas de votação e apuração do segundo turno daquelas eleições e, em 2015, embora não tivesse encontrado fraudes, acusou o sistema do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) de ser projetado para não permitir auditorias, desacreditando ainda mais as eleições⁴¹. Depois, aventou a possibilidade de *impeachment* e não mediu esforços para encontrar algo que pudesse incriminar a presidente.

A segunda violação emergiu dos embates entre Dilma e Eduardo Cunha, eleito presidente da Câmara em fevereiro de 2015. Desde que se tornou líder do PMDB, Cunha

culpado antes mesmo do julgamento, algo que fere o princípio da inocência. Os acordos de delação premiada, por sua vez, eram constantemente celebrados sem o acompanhamento de provas.

⁴⁰ A Vaza Jato foi uma série de reportagens realizada pela *Intercept Brasil* em parceria com outros veículos de imprensa que divulgou trocas de mensagens entre diversos membros do MPF e o juiz Sergio Moro entre 2015 e 2018. A Operação Spoofing, por sua vez, foi deflagrada para investigar o *hackeamento* dos telefones de diversas autoridades, como o Presidente da República, os ministros do STF e os lavajatistas Moro e Dallagnol.

⁴¹ PSDB diz que não é possível auditar sistema do TSE e pede voto impresso. *G1*, 2015. Disponível em: <<http://glo.bo/42xKwIo>>. Acesso em: 13 nov. 2022.

“vinha trabalhando para minar a força do PT e implodir a aliança entre os dois partidos” (NUNES; MELO, 2017, 285-286, *tradução nossa*). Conseguiu se tornar presidente da Câmara após se valer de sua habilidade, conhecimento do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD) e de demais recursos para construir uma enorme base suprapartidária, mais poderosa que a de seu próprio partido. Esse bloco de deputados de interesses fisiológicos e paroquialistas ganhou o apelido de “Centrão”. Liderando um cartel legislativo, Cunha transformou o Congresso Nacional em um ambiente predominantemente hostil à presidente Dilma. Ao longo de 2015, a Câmara bloqueou a aprovação de medidas do governo voltadas para resolver a situação econômica. Em vez de discutir medidas para corrigir o déficit fiscal, o cartel legislativo liderado por Cunha aprovou uma série de medidas que aumentaram os gastos públicos (as “pautas bombas”), agindo à revelia da presidente. Assim, diante das vitórias do presidente da Câmara, “a oposição no Congresso, os movimentos contrários ao governo na sociedade civil e setores da mídia rapidamente o viram como o ator capaz de interromper o longo ciclo do PT” (*ibid.*, p. 286, *tradução nossa*).

A situação ficava insustentável para Dilma. A crise econômica avançava sobre o país. Os efeitos da Lava Jato e a falta de colaboração do Congresso contribuía para agravar a recessão e a instabilidade política. Além disso, os avanços da Lava Jato sobre atores do governo aprofundavam a pressão sobre a presidente, ainda que seu nome não estivesse implicado nas investigações. A situação econômica adversa e os escândalos de corrupção desidrataram o capital político de Dilma Rousseff, responsabilizada pelo cenário desolador vigente: a relativa aprovação da presidente de 46% foi revertida para uma reprovação de 65%, que sofreu leves oscilações até o fim de sua posse (*ibid.*, p. 284). Protestos de rua pedindo o *impeachment* de Dilma começaram a surgir, embora fossem perdendo força ao longo de 2015. Por outro lado, políticos tradicionais estavam preocupados em estancar a Lava Jato, temendo que as investigações os enquadrassem. Entre tais políticos, Eduardo Cunha acusou o governo de ser conivente com as acusações da Operação contra ele. Como retaliação, o presidente da Câmara se aproveitou da desidratação de Dilma e se valeu de sua prerrogativa monocrática de abrir pedidos de *impeachment* para acolher um dos pedidos disponíveis e encaminhá-lo para os parlamentares.

No momento em que foi iniciado o processo, as manifestações pró-*impeachment* foram revigoradas, ultrapassando a linha de 1 milhão de pessoas na capital paulista em 2016. Dilma perdia, assim, tanto seu “escudo legislativo” quanto o “escudo popular” para

proteger-se de alguma remoção presidencial (PÉREZ-LIÑAN, 2014). A última tentativa de salvar seu mandato ocorreu quando resolveu nomear o Lula como ministro da Casa Civil. O objetivo de Dilma era contar com a habilidade política do ex-presidente e, igualmente, com seu bom relacionamento com importantes lideranças parlamentares para recuperar sua base legislativa, ainda que parcialmente (NUNES; MELO, 2017). Mas o ministro do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes, barrou a nomeação, alegando que se tratava de uma tentativa de proteger Lula das investigações da Lava Jato. Dessa maneira, Dilma perdia definitivamente condições de governar.

Em abril de 2016, a Câmara dos Deputados decidiu pela abertura do processo de *impeachment* com 367 votos contra 137. Entre os que votaram a favor do *impeachment*, 198 (54%) vieram de partidos que compunham sua base governista. No dia 31 de agosto, o Senado Federal aprovou o afastamento definitivo de Dilma Rousseff por 61 votos a 20. Houve ainda uma segunda votação para decidir se a presidente deveria perder seus direitos políticos; como os 54 votos necessários para isso não foram alcançados, ela não perdeu tais direitos, podendo se candidatar a cargos políticos. Com a conclusão do julgamento, Michel Temer (PMDB) assumiu definitivamente a presidência da República.

Segundo Pérez-Liñan (2018), além da perda dos escudos popular e parlamentar, um outro elemento bastante comum para a remoção de um presidente na América Latina tem sido a adoção de interpretações criativas da Constituição para manipular os fundamentos legais para o *impeachment* – podendo ocorrer, inclusive, alterações nas regras procedimentais. No caso de Dilma, o pedido acatado pelo presidente da Câmara acusava a presidente de ter praticado um esquema contábil que ganhou o apelido de *pedaladas fiscais*. Recorrendo à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), publicada em 1999, “atribuiu-se à edição de seis decretos de créditos suplementares assinados pela presidente, e a atrasos no pagamento do Tesouro ao Banco do Brasil, que ela nunca assinou, o caráter de crime de responsabilidade” (SINGER, 2018, p. 19).

O ponto polêmico tem a ver com a fragilidade da acusação. A pedalada fiscal surgiu como uma justificativa possível em um momento em que a oposição procurava, a qualquer custo, algum pretexto para derrubar a presidente. Assim, oportunisticamente, os opositores aproveitaram-se da ambiguidade presente nas leis e levaram-na ao limite (MAHONEY; THELEN, 2010). No caso das pedaladas, elas sempre foram passíveis de se tornarem crime de responsabilidade, pois a legislação brasileira, em sua ambiguidade, possui um vasto e controverso repertório de possibilidades para a abertura de

*impeachment*⁴². No entanto, até então, essa prática nunca tinha sido considerada pelos parlamentares como um crime de responsabilidade, sendo, inclusive, usada por governos anteriores e referendada pelo Tribunal de Contas da União (TCU). E quanto ao problema dos atrasos junto ao Banco do Brasil, era algo que não dependia dela, mas diretamente do Tesouro (SINGER, 2018). Na verdade, o que ocorreu em 2015 foi a formação de uma coalizão opositora desleal, nos termos de Linz (1991), que forçou uma interpretação disposta a encontrar o mecanismo legal para derrotar sua adversária a qualquer custo, subvertendo as regras informais da democracia, como a tolerância aos adversários e a reserva institucional (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018). Assim, o *impeachment* de Dilma Rousseff enfraquecia a presidência enquanto instituição e, ao mesmo tempo, confirmava o amplo escopo das forças políticas em reverter resultados eleitorais (AVRITZER, 2019).

Enquanto se desenrolava o processo de *impeachment*, a Operação Lava Jato, a partir de março de 2016, concentraria esforços para obter o seu principal “prêmio”: a prisão do ex-presidente Lula. Naquele mês, sem intimação ou aviso prévio, o líder petista teve sua casa invadida e revistada pela Polícia Federal e foi detido e obrigado a depor em uma base militar no aeroporto de Congonhas. Ainda no mês de março, o Ministério Público de Curitiba acusou formalmente o ex-presidente de ter obtido ilegalmente um apartamento tríplex no Guarujá (SP) da OAS Empreendimentos em troca de fornecer vantagens indevidas à empresa em contratos firmados com a Petrobras por meio de uma cadeia de nomeações⁴³. Mesmo que a denúncia carecesse de evidências probatórias de que o imóvel pertenceria ao Lula – contava apenas com um contrato não assinado e a delação do ex-presidente do grupo OAS, Léo Pinheiro⁴⁴ –, o juiz Sergio Moro condenou Lula a 9 anos e 6 meses de prisão por corrupção passiva e lavagem de dinheiro.

⁴² Segundo Avritzer (2019), a Lei de *Impeachment* do Brasil (Lei 1.079 de 1950) possui um formato distinto em relação ao padrão internacional do presidencialismo, especialmente o anglo-saxão. Enquanto, nos outros países presidencialistas, o impedimento é previsto para ser um fenômeno raro – pois não envolve oposição política e questões administrativas –, no caso brasileiro, o mecanismo de *impeachment* elenca, de forma extremamente ampla, os motivos pelos quais um presidente pode ser removido. Se um presidente estiver em uma situação de minoria no Congresso, esses motivos se tornam mais fortes.

⁴³ A cadeia imaginada pelos procuradores da Lava Jato era a seguinte: Lula teria recebido uma vantagem indevida (o tríplex) em troca de simplesmente nomear funcionários do alto escalão (como o Ministro de Minas e Energia ou o CEO da Petrobras, que, por sua vez, escolheriam diretores corruptos, que, por fim, nomeariam diretores corruptos encarregados de fornecer contratos vantajosos em troca de propina.

⁴⁴ “Moro, no entanto, agarrou-se, como um náufrago a um bote no oceano, ao depoimento de Léo Pinheiro, ex-presidente do grupo OAS, segundo quem as provas de que o ex-presidente era o proprietário do tríplex haviam sido destruídas a pedido do próprio Lula. Inobstante a alegação não tenha sido corroborada por qualquer evidência material, o executivo da OAS teve sua pena reduzida pelo TRF4, justamente após a colaboração. Beneficiado por uma significativa redução no tempo de pena – de 10 anos e 8 meses, em regime fechado, para 3 anos e 6 meses, em regime semiaberto –, pode cumpri-la em prisão domiciliar” (KERCHE; MARONA, 2022, p. 114).

A sentença possuía diversos elementos controversos e inconsistentes⁴⁵. Com o intuito de suprir as lacunas probatórias, o juiz recorreu à teoria do domínio do fato, alegando que Lula, como superior hierárquico, podia ser responsabilizado pelas ações de seus subordinados, ainda que, segundo o juiz Sergio Moro, fosse “certo que, provavelmente, o ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva não tinha conhecimento de detalhes e nem se envolvia diretamente nos acertos e arrecadação de valores” (item 890 da sentença). A responsabilização era justificável, segundo o magistrado, porque o presidente teria sido beneficiado materialmente com o triplex. Mas como não conseguiu comprovar a propriedade do triplex (que estava no nome da OAS), Moro recorreu à convicção de que Lula teria ocultado o patrimônio, fazendo questão, inclusive, de negar “questões do Direito Civil” para esse fim (item 308). Outrossim, o então juiz reconheceu que não houve ato de ofício por parte de Lula para beneficiar os corruptores e, em troca, obter a suposta vantagem indevida (item 865 e 866); com isso, ignorou uma jurisprudência estabelecida pelo STF de que a identificação do ato de ofício deveria ser condição necessária para confirmar a corrupção passiva.

A condenação de Lula, os abusos da Lava Jato e os efeitos do *impeachment* de Dilma Rousseff produziram uma conjuntura de crise política e degradação institucional. Esse período foi marcado pela autocratização: segundo o V-Dem, o EDI brasileiro sofreu queda de 0.88, em 2014, para 0.77 em 2016, mantendo este valor em 2017. A implosão do sistema político abriu caminho para que um ex-capitão do Exército e deputado federal ganhasse a atenção da opinião pública pelas suas declarações polêmicas – que iam da defesa da ditadura civil-militar e de seus torturadores até ataques às “minorias” sociais – e pelas retóricas ofensivas ao sistema político como um todo. Em evidência, Jair Messias Bolsonaro se preparava para concorrer ao cargo de presidente do Brasil em 2018.

3.1.4 Brasil (2018 a 2021) – Ascensão do bolsonarismo

Segundo o V-Dem, o país perdeu 0,1 ponto entre 2017 e 2021 (caindo de 0.77 para 0.67), vivenciando mais um processo de autocratização. Nesse período, o Brasil perdeu o *status* de democracia liberal e passou a ser uma democracia eleitoral. Foi um período marcado por uma eleição controversa em 2018 e pela ascensão de um presidente portador de traços autoritários.

⁴⁵ Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/dl/se/sentenca-condena-lula-triplex.pdf>>. Acesso em: 26 jul. 2023.

A eleição de 2018 foi um momento bastante excepcional. Ela evidenciou o processo de erosão democrática pela qual passava o país e que continuaria nos próximos anos. Naquele ano, o petista Lula já ensaiava sua candidatura para retornar à presidência e aparecia em primeiro lugar nas pesquisas de intenção de voto. Mas foi retirado da disputa ao ter sua condenação confirmada na segunda instância pela 8ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4) em janeiro de 2018, seis meses após a decisão do juiz Sergio Moro. Pela Lei da Ficha Limpa, aprovada em 2010, condenados por tribunais – ou seja, em segunda instância – não podem concorrer em eleições. O tempo bastante acelerado e incomum de um julgamento de recurso no TRF-4 leva a crer que a mudança da prática e de padrões carregava consigo a intenção de impedir sua candidatura.

No dia do julgamento, os apoiadores de Lula, vestidos de vermelho, promoveram protestos em pelo menos 23 estados e no Distrito Federal (DF) contra sua condenação. No entanto, seus opositores, de verde e amarelo, também tomaram as ruas para exigir a prisão do ex-presidente. Tais protestos prenunciavam o clima de polarização radicalizada que tomaria conta das eleições daquele ano.

A defesa de Lula recorreu ao Supremo Tribunal Federal (STF) com um pedido de *habeas corpus*. Se aprovado, o ex-presidente estaria livre, embora ainda estivesse impedido de concorrer a cargos públicos pela Lei da Ficha Limpa. No entanto, às vésperas do julgamento do pedido, o Brasil testemunhou a volta de um ator que não se envolvia em temas políticos fazia tempo: os militares. O então comandante do Exército, general Eduardo Villas Bôas, foi às redes sociais e postou o seguinte tuíte:

Nessa situação que vive o Brasil, resta perguntar às instituições e ao povo quem realmente está pensando no bem do País e das gerações futuras e quem está preocupado apenas com interesses pessoais? Asseguro à nação que o Exército Brasileiro julga compartilhar o anseio de todos os cidadãos de bem de repúdio à impunidade e de respeito à Constituição, à paz social e à democracia, bem como se mantém atento às suas missões institucionais⁴⁶.

A declaração teve tom intimidador e configurava clara pressão sobre o STF. Até 2018, os militares da ativa se isentaram dos assuntos políticos, evitando até mesmo apresentar declarações e manifestos, algo muito comum na democracia de 1946. Nem mesmo durante o *impeachment* de Collor houve essa intervenção. No entanto, o *post* de Villas Bôas rompeu com essa trajetória, e tal declaração acendeu um alerta para a democracia, uma vez que, além de vir de um comandante do Exército, obteve o apoio de

⁴⁶ Disponível em: <https://twitter.com/Gen_VillasBoas/status/981315180226318336>. Acesso em: 21 nov. 2022.

outros gerais da ativa e da reserva e exerceu pressão sobre um dos três poderes da República (CARVALHO, 2019; VICTOR, 2022). Violava-se, assim, o princípio da subordinação das Forças Armadas aos civis e reascendia a ideia de poder tutelar dos militares sobre a sociedade (HUNTINGTON, 1994; DAHL, 2012; CARVALHO, 2019).

O fato é que, nessas condições, o *habeas corpus* foi negado por 6 votos a 5 no Supremo, e o juiz Sergio Moro determinou a prisão do ex-presidente. Mas a impugnação da candidatura e a privação de liberdade não foram suficientes: a pedido do Partido Novo, o então presidente do STF, Luiz Fux, determinou, por meio de liminar, a proibição de Lula em se manifestar publicamente. Ficava a impressão de que tentava-se impedir, a qualquer custo, qualquer tipo de influência do ex-presidente nas eleições, como servir de cabo eleitoral para Fernando Haddad, seu substituto nas urnas. Assim, a condenação de Lula não apenas o removia da disputa eleitoral, como também impunha sua morte civil. Violava-se uma garantia institucional necessária para a democracia representativa: uma eleição limpa e justa.

Com Lula fora do páreo, o caminho para a vitória eleitoral ficava mais aberto para o ex-capitão Jair Messias Bolsonaro, candidato pelo minúsculo Partido Social Liberal (PSL). Afinal, predominava um ambiente propício para que um *outsider* de direita (ou alguém capaz de construir essa imagem perante o público) pudesse se eleger. O contexto era de absoluta instabilidade do sistema político-partidário, em que a população mostrava-se descontente não apenas com as instituições vigentes, mas com o próprio regime político democrático. O Instituto da Democracia (INCT) acusou que, no ano de 2018, a satisfação com a democracia caiu drasticamente para 18,4%⁴⁷; segundo o Latinobarómetro, apenas 38% dos entrevistados afirmaram preferir a democracia do que qualquer outra forma de governo. Não por acaso, desde 2013 o Brasil testemunhava a ascensão de uma “nova direita”, que passou a protagonizar protestos de rua com reivindicações antidemocráticas, como a intervenção militar. Bolsonaro conseguiu captar essa onda de insatisfação e destacou-se pelo discurso antissistema e de confronto a seus adversários (inclusive tratando-os como inimigos ou concorrentes ilegítimos) e por uma postura que combinava conservadorismo em temas relacionados a costumes e neoliberalismo no que tange à economia, sem desenvolver uma agenda clara nem participar de espaços de deliberação.

⁴⁷ PESQUISA a cara da democracia. *Instituto da Democracia e da Democratização da Comunicação*, 2024. Disponível em: <<https://www.institutodademocracia.org/a-cara-da-democracia>>. Acesso em: 29 jan. 2024.

Bolsonaro também apresentou sugestões controversas na área de segurança pública, assunto de crucial importância para os brasileiros. O ex-capitão destacou que a polícia deveria ter permissão para matar mais “bandidos”; que as armas deveriam estar mais facilmente disponíveis para permitir aos cidadãos se protegerem; e que deveria haver penas de prisão mais duras. Essas propostas fizeram com que o candidato conseguisse apoio de setores significativos da sociedade, mas especialistas da área de segurança mostraram-se preocupados com elas, pois poderiam provocar maiores incidências de execuções extrajudiciais, aumento da taxa de homicídios e maior recrutamento de gangues nas prisões já superpopulosas do país. Essas propostas, segundo especialistas, não combinariam com o estado de direito, pois afrouxariam a *accountability* sobre os agentes de segurança pública e promoveriam o caos⁴⁸.

Essas eleições também foram notáveis pela disseminação de desinformação e *fake news* como meios para influenciar a opinião pública. Farrell e Schneier (2018) mostram que, nas sociedades democráticas e não democráticas, conviveram dois tipos de informação política: os de conhecimento político contestável – aqueles dos quais as pessoas podem discordar sem abalar os regimes, ainda que tratem dele – e os de conhecimento político comum – conjunto mínimo de informações que é essencial para a sobrevivência do regime, pois diz respeito ao compartilhamento de entendimentos sobre como o Estado e a política funcionam, garantindo-lhes sustentação e legitimidade. No contexto da terceira onda de autocratização, grupos com tendências antidemocráticas vêm promovendo ataques profundos e eficazes ao conhecimento do segundo tipo, promovendo a sua corrosão. As redes sociais e seus sistemas algorítmicos possuem papel fundamental nesse processo, pois possibilitam a proliferação de desinformações que distorcem fatos e reforçam convicções preconceituosas em diversos grupos sociais (SILVEIRA, 2019).

Assim, esse cenário permitiu a vitória de Bolsonaro sobre o candidato petista, Fernando Haddad. A eleição se revelou disruptiva, pois o ex-capitão ocupou o espaço da direita outrora protagonizado pelo PSDB. Aliás, o candidato tucano, Geraldo Alckmin, alcançou apenas 4% dos votos. Por outro lado, o PSL, que até 2018 tinha apenas dois deputados na Câmara Baixa, surfou na “onda Bolsonaro” e elegeu 52 candidatos, formando a segunda maior bancada da casa. O primeiro foi o PT, que, malgrado os danos do *impeachment* e da Lava Jato, conseguiu eleger 56 deputados. Vale ressaltar, no entanto, que o partido perdeu quase 30 cadeiras em relação à eleição de 2014.

⁴⁸ LATINNEWS. Latin American Weekly Report - 15 November 2018 (WR-18-45). Disponível em: <<https://bit.ly/3y5EPqy>>. Acesso em: 08 jun. 2024.

Desde que assumiu a presidência, Bolsonaro já mostrou sua aversão à “negociação e construção de coalizões, política democrática ou instituições contramajoritárias” (AVRITZER; RENNÓ, 2021, p. 6, *tradução nossa*). Os quatro anos de seu governo “foram marcados por um comportamento errático do presidente, conflito incessante entre grupos políticos, ameaças de interrupção do mandato, coalizões voláteis e desdém pelas políticas públicas” (*ibid.*, p. 2, *tradução nossa*). Tratou-se de uma gestão que concentrou esforços para confrontar quaisquer mecanismos de freios e contrapesos que pudessem limitar seu raio de ação.

Parecia ser a prioridade na agenda do presidente o tensionamento com o STF e o Congresso Nacional. No que tange ao último, a relação revelou-se bastante turbulenta, especialmente com o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM). Isso ficou evidente na alta quantidade de vetos derrubados pelos parlamentares e na reduzida taxa de sucesso do presidente que não encontram precedentes nos governos anteriores da Nova República. Bolsonaro também encontrou resistência no Judiciário: abandonando a postura lavajatista de outrora, o Supremo Tribunal Federal (STF) se valeu de sua força contramajoritária para barrar decisões importantes do presidente.

Essa priorização da produção constante do conflito a partir do próprio governo gerou o que Couto (2021) chama de “governo-movimento”. Trata-se de um *modus operandi* que foca no enfrentamento com outros atores políticos e, concomitantemente, na agitação contínua da base mais apaixonada do chefe. Mais do que governabilidade ou produção de resultados concretos, “o que o mobiliza é essa produção de ruído que ativa seus simpatizantes, a criação constante de inimigos e a deslegitimação de instituições, atores e políticas” (COUTO, 2021, p. 41-42).

A antipolítica também organizava o Governo Bolsonaro no que tange às nomeações ministeriais, cujo papel deveria ser o de desestruturar e desfazer políticas públicas de algumas áreas, acusando-as de serem de “esquerda”. Isso ficou evidente com as nomeações de Abraham Weintraub para o Ministério da Educação (que acusava as universidades federais de praticarem “balbúrdia”), Ricardo Salles para o Meio Ambiente (em uma reunião ministerial, Salles propôs “passar a boiada” sobre a legislação ambiental enquanto a atenção da mídia estava voltada para a pandemia de COVID-19) e a pastora evangélica Damare Alves para a pasta da Mulher, Família e Direitos Humanos (uma vez no cargo, ela pretendia revisar a Política Nacional de Direitos Humanos – PNDH – sem a participação da sociedade civil).

De todos os desastres em relação à governabilidade, a saúde foi o maior. Uma pandemia de COVID-19 chegou ao Brasil em fevereiro de 2020 e, naquele momento, o país estava adequadamente aparelhado e estruturado para lidar com essa adversidade, dado que contava com o Sistema Único de Saúde (SUS) e com um Ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta (DEM), que não se alinhava com a postura radical dos outros ministros e tinha experiência exitosa na área da saúde⁴⁹. No entanto, a resposta de Bolsonaro frente a essa adversidade foi não apenas contrariar as recomendações de especialistas da área da saúde, como tentar deslegitimá-las por meio de posicionamentos negacionistas e do menosprezo em relação à gravidade do vírus. O presidente negou a necessidade de isolamento social, vetou a legislação que obrigava o uso de máscaras, defendeu como cura remédios cuja eficácia não tinha comprovação científica e tratou, de forma jocosa e desrespeitosa, as mortes causadas pela pandemia (AVRITZER; RENNÓ, 2021, p. 6-7).

Essa postura de negligência e negacionismo do governo federal fez com que governadores, prefeitos e o Congresso Nacional ganhassem protagonismo no combate adequado à pandemia. O último, por exemplo, assumiu “um papel de liderança na promoção das políticas de seguridade social para ajudar as populações pobres durante os períodos de lockdown” (*ibid.*, p. 7, *tradução nossa*). Governadores e prefeitos adotaram as políticas de isolamento, confrontando o discurso bolsonarista. Contrariado, o presidente tentou tirar-lhes a responsabilidade para atuar em tais políticas, mas foi barrado diversas vezes pelo STF.

Radicalizando sua postura, Bolsonaro demitiu Mandetta do Ministério da Saúde. Seu substituto, Nelson Teich, também entrou em colisão com o negacionismo do presidente e foi igualmente removido. Por fim, em maio de 2020, Bolsonaro nomeou para o posto o general Eduardo Pazuello, um oficial da ativa sem experiência na área da saúde. Logo depois, o novo ministro designou quinze militares da ativa para cargos de direção e assessoria do ministério. O caso envolvendo o Ministério da Saúde foi um dos vários exemplos da intervenção furtiva dos militares na arena política e do enfraquecimento do controle civil sobre eles.

A caserna começou a ganhar um protagonismo inédito no Governo Bolsonaro, ganhando maiores oportunidades de intervir no jogo político. A intervenção furtiva dos militares já tinha começado na presidência de Michel Temer, que abriu espaços para que

⁴⁹ Mandetta foi secretário de saúde de Campo Grande e protagonizou, na esfera política local, o combate contra a epidemia de dengue que afligia a cidade (ELY, 2020).

oficiais ocupassem postos ministeriais, exercessem funções de inteligência e controlassem disposições de lei e ordem – como no decreto de intervenção federal na segurança pública no estado do Rio de Janeiro em fevereiro de 2018. No caso da operação na capital fluminense, questionaram-se tanto a eficácia quanto as possibilidades de *accountability* sobre a ação militar⁵⁰.

Em realidade, Temer buscava apoio dos militares para compensar a sua condição de presidente fraco, sem mandato popular e acusado de corrupção. Havia uma tentativa de melhorar sua aprovação com uma agenda de segurança pública e camuflar o fracasso em conseguir o quórum necessário para aprovar a Reforma da Previdência. A motivação se distinguiu da de Bolsonaro, que expandia a tutela militar por razões principalmente ideológicas:

A presidência de Bolsonaro foi subscrita e patrocinada por generais ativos e aposentados, a maioria dos quais foi treinada na mesma academia militar (Aguilhas Negras no Rio) que Bolsonaro na década de 1970, e compartilhou com ele uma visão de mundo e uma agenda [...]. Essa rede informal de elite ligava o presidente a outros oficiais aposentados e da ativa e permitia que os generais contornassem as fronteiras institucionais formais que separavam o domínio civil do militar. (AKKOYUNLU; LIMA, 2022, p. 41, *tradução nossa*).

Como Bolsonaro “carecia do apoio organizacional de um aparato partidário coerente, foi essa rede militar mais ampla que formou a espinha dorsal de seu governo, mesmo quando os militares-como-instituição permaneceram nos quartéis” (*ibid.*). Desde o início, o ex-capitão promovia a volta dos militares a amplos cargos de primeiro e segundo escalão no campo da administração pública, fazendo com que o seu governo possuísse mais militares nesses postos do que o Governo Figueiredo, que era do regime militar. O ativismo e a intervenção furtiva dos militares na dinâmica política são incompatíveis com a democracia liberal.

Ao mesmo tempo, para impedir um eventual processo de *impeachment* devido à gestão irresponsável da pandemia, Bolsonaro contrariou o discurso antissistema das eleições e recorreu ao apoio dos deputados do Centrão – “um grupo fluido de partidos congressuais oportunistas e sedentos de poder” – em troca de fornecer-lhes uma “generosa distribuição de *pork* e cargos ministeriais” (LLANOS; MARSTEINTREDET,

⁵⁰ “As forças armadas podem ser afetadas pelos mesmos males que já paralisaram a força policial local – como o risco de os agentes serem corrompidos. Além disso, receia-se uma maior impunidade, uma vez que os membros das forças armadas só podem ser julgados em tribunais militares em casos de homicídio, e não nos equivalentes civis, de acordo com uma lei publicada em Outubro de 2017.” (LATINNEWS. Latin American Weekly Report - 22 February 2018 (WR-18-07), *tradução nossa*). Disponível em: <<https://bit.ly/4fo1XRY>>. Acesso em: 08 jun. 2024.

2023, p. 29, *tradução nossa*). Como Bolsonaro não se preocupava com governabilidade, não se importava em conceder partes significativas do orçamento a esse bloco (fazendo isso, inclusive, de maneira pouco transparente, por meio de um mecanismo que ficou conhecido como “Orçamento Secreto”); sua preocupação era unicamente manter-se no cargo. As ofertas do governo fizeram o Centrão abandonar Maia e, com o apoio dos deputados bolsonaristas, conseguir a maioria necessária para eleger seu próprio presidente da Câmara dos Deputados em 2021, Arthur Lira, do Partido Progressista. Como a abertura de *impeachment* é uma prerrogativa do presidente da Casa, Bolsonaro conseguiu, com o apoio de Lira, manter-se na presidência até o fim de seu mandato.

Paralelamente aos embates no campo institucional, no seio da sociedade brasileira, “as opiniões favoráveis à intervenção militar ganharam significativo apoio de massa nos últimos anos – conforme expresso em protestos e manifestações políticas – e estão em linha com as declaradas e manifestas simpatias do atual presidente” (AVRITZER; RENNÓ, 2021, p. 5, *tradução nossa*). Se no passado as ruas eram ocupadas exclusivamente pela esquerda, tal espaço passou a ser ocupado majoritariamente por apoiadores de Bolsonaro. Esses atos de caráter antidemocrático serviam como demonstração de força do governo e traziam um discurso de afronta àqueles que colocavam entraves nas ações do Executivo, como o STF. O presidente “se deleitou com a ideia de um golpe militar com ele no poder ou o que foi chamado pelos manifestantes de ‘intervenção militar com Bolsonaro’” (*ibid.*, p. 7, *tradução nossa*).

Assim, mesmo diante de uma oposição que não abraçou o radicalismo e manteve-se leal à democracia, além de importantes atores com poder de veto, Bolsonaro contou com uma coalizão antissistema sólida não para lhe conferir governabilidade, mas para destruir políticas públicas, tensionar com instituições (ao mesmo tempo que as cooptava) e garantir sua proteção frente a um possível pedido de *impeachment*.

3.2 Casos da Venezuela

3.2.1 Venezuela (1990 a 1992) – Democracia sob teste e reformas

Sobre a Venezuela, o “período entre os anos de 1989 e 1993 é de fundamental importância para a delimitação e compreensão da profundidade da crise que se iniciara [em 1983], e de qual era a margem de manobra que possuíam os principais atores do puntofijismo” (VILLA, 2005, p. 156). Nesse intervalo de tempo, criou-se um cenário de

desolação que impulsionou uma série de eventos que promoveram a passagem do “excepcionalismo venezuelano” para a “latinoamericanização” (LEVINE, 1994). Foi um período em que a população começava a manifestar sua rejeição às instituições da ordem liberal-democrática – embora nunca deixasse de mostrar um elevado apoio normativo pelo regime democrático em si (ROMERO, 1997).

Entre 1990 e 1992, o presidente da Venezuela era Carlos Andrés Pèrez, que venceu as eleições de 1989 devido ao sucesso de seu primeiro governo na década de 1970. A esperança de o presidente conseguir solucionar a crise foi substituída por uma frustração geral quando ele optou pelas impopulares medidas neoliberais. Apenas três semanas após a posse de Pérez, explodiram as sangrentas revoltas urbanas conhecidas como *Caracazo*. Os eventos abriram uma profunda ferida no sistema político venezuelano.

Pérez buscou estancar a sangria causada pela crise política reinante ao emitir, em 1989, um decreto que autorizava eleições estaduais e municipais, remediando uma deficiência do regime político vigente. A descentralização política era uma bandeira desejada por setores importantes da sociedade, como a classe média, e Pérez a reconhecia – embora sua medida tivesse sido decretada prioritariamente com a finalidade de recuperar apoio. De qualquer forma, essa decisão – e o contexto de crise que a envolvia – forneceu à população pobre das cidades maiores incentivos à mobilização, e o declínio do poder da AD e do COPEI abriu uma janela de oportunidade para uma ação política baseada em classe, inclusive sob a formação de novos partidos de esquerda que buscaram angariar a simpatia dos pobres urbanos (CANACHE, 2004; LALANDER, 2010).

Um desses partidos foi o La Causa Radical (LCR). Essa organização política desprezava as formas hierárquicas e verticais de organização características dos partidos tradicionais da Venezuela e, em vez disso, enfatizava a participação e um espírito igualitário. Com um trabalho bem-sucedido nos sindicatos e nos bairros pobres, o novo partido conseguiu importantes vitórias nas primeiras eleições regionais e municipais, realizadas ainda em 1989, e, depois, no pleito de 1992, quando elegeu o prefeito de Caracas (CANACHE, 2004, p. 38).

Mas o decreto pró-descentralização de Pérez não solucionou o mal-estar político, e o sucesso do LCR não foi o único evento relevante no ano de 1992. Na esteira dos protestos e do clima de frustração geral, os militares, especialmente os oficiais subalternos, emplacaram duas tentativas de golpes de Estado. A primeira ocorreu no dia 4 de fevereiro, quando um grupo de militares membros do Movimento Bolivariano

Revolucionário-200 (MBR-200), liderado pelo tenente-coronel Hugo Frías Chávez, sitiou o palácio presidencial usando um tanque (COPPEDGE, 1992). Depois que a situação ficou sob controle, o líder do COPEI, Rafael Caldera, fez um discurso no Congresso no qual ele condenava a ação militar, mas culpava Pérez pelo ocorrido devido às suas políticas impopulares. Uma segunda tentativa de golpe ocorreu no dia 27 de fevereiro, comandada por oficiais da alta hierarquia da Marinha e da Aeronáutica (PÉREZ-LIÑAN, 2007). Assim como a primeira incursão, essa também foi derrotada, e os envolvidos, presos. No entanto, contraditoriamente, Hugo Chávez acabou angariando apoio popular, ao mesmo tempo que Pérez enfraquecia-se cada vez mais.

Conforme ressalta Maya (2016), a Venezuela vivenciara décadas marcadas pela redução da desigualdade social. Apesar do cenário de crise, o Gini venezuelano continuou caindo nesse período-país, evidenciando um desempenho melhor que o de seus vizinhos sul-americanos. O IDH também conheceu aumento significativo, subindo 0,016 pontos entre 1990 e 1992. No entanto, com o avanço da crise, o cenário mudaria nos anos seguintes.

3.2.2 Venezuela (1993 a 1997) – Impeachment e colapso do sistema partidário

Começava uma campanha para remover Pérez da presidência. A própria AD, partido do presidente e detentora de 48% das cadeiras da Câmara dos Deputados e do Senado, começou a considerar a possibilidade de afastar o presidente institucionalmente para salvaguardar um sistema ameaçado (CORONIL, 2002; PÉREZ-LIÑAN, 2007). Assim, em 1993, com base no *impeachment* de Collor no Brasil, que ocorrera um ano antes, o Congresso venezuelano se movimentou para derrubar Pérez da presidência. O fundamento para isso foi a acusação envolvendo um desvio de mais de dezessete milhões de dólares destinados como “fundos secretos de segurança interna” para o Ministério do Interior. O Procurador-Geral pediu ao Supremo que avaliasse o mérito do caso para processar o presidente; o Tribunal, por sua vez, considerou que o caso merecia investigação mais aprofundada. Os congressistas, ávidos em derrubar o impopular presidente, aproveitaram-se para agir: primeiro, em maio, o Senado suspendeu, por unanimidade, o presidente temporariamente do cargo e autorizou o Judiciário a processá-lo; depois, em agosto, o Congresso, em sessão conjunta, aprovou a saída permanente de Pérez (PÉREZ-LIÑAN, 2007; 2018; LLANOS; MARSTEINTREDET, 2023). Tempos depois, Pérez argumentaria “que nunca revelou o uso desses fundos porque foram

alocados para apoiar a equipe de segurança da presidente da Nicarágua, Violeta Chamorro, durante a transição de 1990” (PÉREZ-LIÑAN, 2018, p. 3, *tradução nossa*)⁵¹.

A remoção de Carlos Andrés Pérez foi acompanhada pela corrosão dos principais partidos políticos venezuelanos, AD e COPEI. Roberts (2014) ressalta a importância do alinhamento programático para a estabilidade do sistema partidário na América Latina durante a transição para a era de hegemonia neoliberal. A competição adquire um alinhamento programático quando partidos de direita conduzem reformas neoliberais e partidos de esquerda, por sua vez, opõem-se a reformas neoliberais, como ocorreu no Uruguai, no Chile e no Brasil. Na Venezuela, ao contrário, a reforma neoliberal foi conduzida por um partido com uma trajetória histórica de centro-esquerda – a AD –, o que levou os eleitores a perderem as referências no sistema partidário vigente, provocando a ruína deste.

Diante desse quadro, conforme aponta Molina (2004), as eleições de 1993 se destacaram pela desinstitucionalização definitiva do sistema partidário venezuelano. O ex-presidente Rafael Caldera, ao perceber a crise pela qual passavam os partidos venezuelanos, abandonou o COPEI, partido que ele próprio havia fundado, e venceu as eleições daquele ano com uma campanha eleitoral personalista e antipartidária, apoiada por uma nova e pequena coalizão partidária – a Convergência. A população expressou, por meio das urnas, sua aversão aos partidos tradicionais, marcando a primeira derrota de AD e COPEI nas urnas e, assim, encerrando o bipartidarismo que existia desde 1973. A insatisfação também se mostrou por meio da enorme abstenção: entre 1968 e 1983, a porcentagem de eleitores que não foram votar variou entre 10 e 12%; em 1988, as abstenções subiram para 18% e, em 1993, subiram para 49% (ROMERO, 1997). Segundo Kornblith (2004), a fragmentação e o desalinhamento partidários, a abstenção, a personalização e o multipartidarismo instável se incorporaram como novos traços da dinâmica política-eleitoral da Venezuela (KORNBLITH, 2004, p. 119).

O compromisso normativo de Caldera pela democracia revelou-se dúbio. Antes de assumir a presidência, o político veterano mostrou-se contrário às iniciativas de golpe contra Carlos Andrés Pérez, mesmo sendo seu opositor. Mas, ainda no primeiro ano de seu governo, suspendeu várias garantias constitucionais civis para conseguir maior discricionariedade para solucionar a crise econômica. O Congresso, ainda dominado pela AD e pelo COPEI, reverteu a medida do presidente, restabelecendo os direitos. No

⁵¹ Disponível em: <<https://bit.ly/3UymLYi>>. Acesso em: 08 jun. 2024.

entanto, Caldera insistiu e voltou a suspender as garantias, desta vez ameaçando realizar um plebiscito que, além de convocar uma Assembleia Constituinte, permitir-lhe-ia dissolver o Congresso. Pesquisas de opinião apoiavam tal medida, e juristas pró-governo lançaram interpretações que autorizariam essa consulta popular. Analistas acusaram o presidente de tentar reproduzir na Venezuela o autogolpe realizado por Alberto Fujimori no Peru. Para evitar alimentar a crise, a AD recuou e resolveu votar com o governo⁵². Por fim, Caldera restabeleceu os direitos em julho de 1995.

Apesar dos contratempos enfrentados pelas instituições políticas vigentes, os eventos críticos, as decisões governamentais controversas e a descentralização política contribuíram para um crescimento sem precedentes das organizações civis na Venezuela. Segundo Salamanca (2004), “várias conjunturas críticas estimularam o crescimento de associações, e gradualmente, não sem favoritismo, essas associações convenceram o Estado da sua capacidade de gerir áreas de política social críticas para a população” (SALAMANCA, 2004, p. 98-99, *tradução nossa*). As organizações começaram a recorrer ao Estado para uma série de programas sociais, sobretudo a nível regional; por isso, a descentralização foi o fator mais relevante para a expansão associativa no país.

Ademais, junto com o decreto da descentralização política, outras reformas – como a mudança na Lei do Sufrágio e a nova Lei Orgânica do Regime Municipal – forneceram terreno favorável para que os partidos de esquerda, que venceram importantes eleições regionais e municipais, ocupassem cargos governamentais e testassem as primeiras instituições participativas para aperfeiçoar a democracia (MAYA, 2021, p. 94). Assim, a crise forneceu uma oportunidade para a expansão do associativismo e de experiências participativas.

Por fim, ganhava os holofotes o clamor por uma reforma constitucional, que foi apresentada pela Comissão Bicameral para a Revisão da Constituição de 1961. Quando venceu as eleições, Caldera prometeu “realizar as aspirações expressas de mil maneiras por atores sociopolíticos e multidões nas ruas” (*ibid.*, p. 95). A proposta visava melhorar a qualidade da democracia venezuelana.

No entanto, quando assumiu a presidência, Caldera se preocupou mais em reestabelecer alguns aspectos do Pacto de Punto Fijo, algo que contrariava os anseios pluralistas, participacionistas e descentralizadores de parte significativa da sociedade civil. A crise financeira que se expandia criou dificuldades que enfraqueceram a vontade

⁵² Disponível em: <<https://bit.ly/3Ux2dpy>>. Acesso em: 08 jun. 2024.

política do presidente em cumprir sua promessa. O cenário desolador se refletiu no Gini, que passou a aumentar, apontando para o crescimento da desigualdade social. Os partidos políticos – especialmente AD e COPEI – não chegaram a um acordo, e os meios de comunicação, um ator-chave com seu poder de influência, não tinham o interesse de mudar as regras, uma vez que se beneficiavam delas (MAYA, 2021, p. 96).

Durante esse processo, ganhava destaque a figura de Hugo Chávez. O levante militar liderado por ele em 1992 tinha sido derrotado, mas o próprio acabou se tornando uma espécie de herói popular por surfar na onda de insatisfação geral e desafiar o desacreditado sistema partidário vigente. Ganhou mais credibilidade quando Caldera – com o propósito de capitalizar a base antissistema de Chávez – prometeu tirar-lhe da prisão. Desta forma, as ações políticas de Caldera representaram não apenas um golpe mortal no sistema bipartidário venezuelano, mas também a derrocada do acordo de Punto Fijo ao anistiar os revoltosos de 1992 e, assim, ferir o princípio de inibir posturas radicalizadas.

3.2.3 Venezuela (1998 a 2000) – A ascensão do chavismo

O esforço frustrado de criar uma nova Constituição ou de reformar a de 1961 foi um dos vários elementos que provocaram um profundo desapontamento dos venezuelanos com o Governo Caldera e contribuíram para que o voto popular se direcionasse para Hugo Chávez (MAYA, 2021). Quando foi libertado da prisão, o tenente-coronel não perdeu a oportunidade e, sabendo do prestígio que tinha perante a opinião pública, aproveitou o caminho pavimentado por Caldera para concorrer às eleições presidenciais em 1998. Se, nas eleições de 1993, Chávez, juntamente com o MBR-200, tinha defendido a abstenção eleitoral, na eleição seguinte, sua postura já havia mudado: abraçou o apelo por uma Assembleia Constituinte, propôs mudar as instituições “de dentro para fora” e lançou-se candidato (MAYA, 2021; VILLA, 2005). Criava-se a máquina partidária chavista denominada Movimento Quinta República (MVR), que, unindo-se ao Pátria para Todos (PPT) e ao Movimento ao Socialismo (MAS), formava uma coalizão eleitoral com o nome de Polo Patriótico.

Segundo Kornblith (2004), as eleições de 1998 constituíram uma conjuntura crítica que foi determinante para a mudança da correlação das forças políticas na Venezuela, marcada pela ascensão de setores emergentes na ordem política e eleitoral do país. Em sua candidatura, Chávez atraiu o apoio das massas por três caminhos. Em

primeiro lugar, ao explorar a figura de Simón Bolívar, de forma a se mostrar herdeiro do projeto libertador do herói da independência. Em segundo, ao atacar as elites políticas, dizendo, inclusive, que iria acabar com elas. Nesse ponto, ao não reconhecer a legitimidade de seus adversários, o discurso de Chávez revelava um tom autoritário e desleal (LINZ, 1989; LEVITSKY; ZIBLATT, 2018). No entanto, “nos seus longos discursos era o *idem sentire* de tudo aquilo que sua base social gostaria de ter expressado para as elites nas duas décadas perdidas de 1980 e 1990” (VILLA, 2005, p. 159). Por fim, o tenente-coronel conseguiu ampliar sua base social ao prometer uma democracia mais “autêntica”, voltada a melhorar a vida dos mais pobres e que fosse *participativa y protagónica* (CANACHE, 2004; VILLA, 2005; LEVITSKY; ZIBLATT, 2018; MAYA, 2021). Essa campanha resultou na esmagadora vitória do tenente-coronel com 56% dos votos contra 40% do candidato apoiado pelos partidos tradicionais, Henrique Salas Römer.

Chávez tomou posse no dia 2 de fevereiro de 1999 e firmou seu compromisso de convocar uma Assembleia Constituinte. Ao fazer o juramento sobre a Constituição de 1961, então em vigor, disse jurar sobre “esta Constituição moribunda” (MAYA, 2021). No entanto, malgrado os principais partidos políticos que compunham a coligação Polo Patriótico conquistarem um número significativo de cadeiras na Câmara dos Deputados e no Senado, a conquista não foi o suficiente para mudar a Constituição (o quórum necessário era de dois terços). Então, para se esquivar do fragmentado Congresso, ainda em fevereiro, Chávez contornou os parlamentares e a Constituição e assinou um decreto para convocar um plebiscito para decidir sobre essa questão. O decreto foi contestado pela maioria no Congresso, mas foi ratificado, com algumas modificações, pelo Supremo Tribunal Federal poucas semanas depois. Apesar dos elevados níveis de abstenção, mais de 90% dos votos válidos foram dados para a proposta de mudança constitucional.

Houve um enorme esforço de Chávez para que seus aliados ocupassem a maioria das cadeiras da Constituinte, inclusive mediante uma campanha tomada por irregularidades e contradições. O Conselho Nacional Eleitoral (CNE) acusou o presidente de violar flagrantemente a legislação eleitoral – como usar transporte oficial para facilitar o deslocamento dos chavistas pelo país e partir para propagandas negativas que demonizavam os candidatos dos partidos tradicionais. As forças pró-governo fizeram campanha como partido, apoiadas pela “máquina” governamental – o tipo de prática que Chávez disse que queria abolir.

Outra controvérsia foi a regra eleitoral que elegeu os deputados constituintes. Para eleger os membros dessa Assembleia, usou-se um sistema eleitoral majoritário ao invés do voto proporcional, modelo previsto na Constituição vigente. Essa nova regra beneficiou Chávez, pois, devido à popularidade do presidente, ao uso da máquina governamental e à falta de coordenação e fragmentação na oposição, a coalizão chavista conseguiu mais de 90% das cadeiras com cerca de 60% dos votos (COMBELLAS, 2003; KORNBLITH, 2004). Além disso, embora não tivesse dissolvido os poderes Legislativo e Judiciário, conforme desejava Chávez, a Constituinte se valeu de seu poder originário para usurpar e reduzir drasticamente as funções do primeiro⁵³ e intimidar o segundo em diversos momentos⁵⁴.

Dessa maneira, conforme Kornblith (2004), as forças emergentes valeram-se do apoio popular para se impor com intensidade no cenário político, convertendo seus recursos de poder em mais posições de poder, indo muito além do que seria garantido naturalmente com as eleições de 1998. Em outras palavras, o que o Polo Patriótico não logrou com as eleições daquele ano foi obtido por meio do processo constituinte. No fim, apoiadores do governo, mediante manipulação das regras, tiveram condições de redigirem sozinhos a Constituição. Sendo aprovada em menos de um ano, a nova Carta não resultou de um consenso baseado no pluralismo, mas sim de uma imposição majoritária.

A Constituição de 1999 mudou o nome do país para República Bolivariana da Venezuela. Entre outras atribuições, a nova Carta criava, além dos 3 poderes clássicos, o Poder Cidadão e o Eleitoral. Ela também carregava, em seu conteúdo, dispositivos que previam avanços na institucionalização da democracia participativa. A expansão e o aprofundamento dos mecanismos de democracia direta visavam atender os anseios de amplos setores da população venezuelana contrariados com o modelo puntofujista, que desestimulava as formas de participação fora da AD e do COPEI e dos grupos de pressão hegemônicos. A proposta radical encabeçada por Chávez visava alterar as relações de

⁵³ Um exemplo da usurpação das funções do Congresso ocorreu quando a comissão legislativa das finanças recusou e devolveu ao Executivo o projeto de orçamento para o ano seguinte, argumentando que este possuía ineficiências. Chávez desconsiderou a decisão do Congresso e enviou a proposta à Assembleia Constituinte, predominantemente chavista, alegando que, por ter poder originário, ela poderia cumprir o papel de qualquer um dos poderes. Disse ainda que a Assembleia poderia até mesmo dissolver o Congresso, mas não o fez para provar que respeitava as instituições (LATINNEWS. Latin American Weekly Report - 23 November 1999). Disponível em: <<https://bit.ly/47SCzyJ>>. Acesso em: 08 jun. 2024.

⁵⁴ A Assembleia Nacional promoveu uma controversa perseguição contra juízes acusados de corrupção, envolvendo, inclusive, um caso em que não houve provas. No entanto, houve um recuo nessa iniciativa, uma vez que chavistas moderados incomodaram-se com a acusação de a Assembleia estar realizando uma “caça às bruxas” contra os opositores (LATINNEWS. Latin American Weekly Report - 14 September 1999). Disponível em: <<https://bit.ly/3UoXNRK>>. Acesso em: 08 jun. 2024.

poder profundamente desiguais existentes na Venezuela e corrigir o funcionamento do jogo político em direção a uma democracia “participativa e protagonista”.

Entretanto, se a Constituição possuía mecanismos que institucionalizavam a democracia participativa – ainda que de maneira limitada e controversa⁵⁵ –, por outro lado, ela enfraquecia princípios importantes da democracia liberal. Ela aumentou consideravelmente o poder do presidente, como o de “realizar referendos para fazer o *recall* de legisladores, dissolver a legislatura sob certas condições e propor emendas e alterações constitucionais” (CORRALES, 2015, p. 3). Paralelamente, a Carta erodia os mecanismos de *checks and balances* ao eliminar o Senado – um importante ator com poder de veto – e instituir a Assembleia Nacional unicameral (VILLA, 2005; CORRALES, 2015). Embora mantivesse o federalismo, a Constituição bolivariana criou o Conselho Federal para administrar a distribuição de recursos nacionais para os estados e municípios, tirando-lhes autonomia e autoridade. Por fim, proibiu-se o financiamento público de organizações políticas (entendidas como sendo os partidos políticos) (CORRALES, 2015), o que dificultou a atuação dos partidos de oposição.

As polêmicas não cessaram após a promulgação da Constituição. Em 22 de dezembro de 1999, apenas sete dias após a aprovação popular da nova Carta, a Constituinte decretou um Regime de Transição do Poder Público, algo que não estava contemplado nas disposições transitórias da Constituição sancionadas em 15 de dezembro e contrariava claramente as bases eleitorais que regiam a convocação constituinte, pois, embora tais bases autorizassem a aprovação dos atos constituintes, era necessário que estes fossem feitos antes da sanção da Constituição (COMBELLAS, 2003, p. 206). Por meio desse regime transitório, foram dissolvidos e reconstituídos todos os ramos do poder público, nos níveis local, estadual e nacional (exceto os poderes executivos dos três níveis), distorcendo um princípio fundamental do Estado de direito: o equilíbrio de poderes.

A Assembleia Nacional Constituinte deixou, em seu lugar, uma Comissão Legislativa Nacional, que foi apelidada de “Congresillo”, a qual funcionaria até que novas eleições fossem convocadas (o que ocorreu em julho de 2000). Tal comitê, também não contemplado nas disposições transitórias, estava dotado de amplos poderes legislativos,

⁵⁵ Maya (2021) argumenta que, ainda que a Constituição trouxesse avanços no que tange aos mecanismos de democracia direta, havia problemas na sua implementação, como a extrema dependência dos órgãos participativos em relação aos recursos advindos do Poder Executivo nacional (o que prejudicava o princípio de autonomia e favorecia uma tendência ao clientelismo) e poucos incentivos para que a participação ocorresse de maneira vibrante e contínua.

além de prerrogativas de controladoria, autorização e investigação. Era composto por 11 ex-constituintes e 10 representantes não-eleitos, cuja maioria era chavista. Ademais, antes de se dissolver, a Constituinte nomeou, por decreto, os membros do Tribunal Superior de Justiça (TSJ), do Poder Cidadão e do Conselho Nacional Eleitoral (CNE), também todos de maioria chavista (MCCOY, 2004). Esses nomeados não foram submetidos ao escrutínio público ou a qualquer tipo de procedimento transparente (*ibid.*), contrariando não apenas as diretrizes de seleção estabelecidas na Constituição de 1999, como também seu espírito participativo (COMBELLAS, 2003, p. 206). A Assembleia Nacional eleita em julho de 2000 e dominada pelo governo ratificou todas estas nomeações novamente sem seguir os procedimentos constitucionais, confirmando a notória fraqueza institucional vigente e a “erosão na confiança da independência das instituições públicas e na sua capacidade de servir como controle do poder presidencial” (MCCOY, 2004, *tradução nossa*).

Outras leis criadas no decorrer do Governo Chávez mostraram traços autoritários, como a Lei Orgânica das Telecomunicações (2000), que “permite ao governo suspender ou revogar concessões de rádio e televisão caso ‘atenda aos interesses da nação ou seja necessário para garantir a ordem pública e a segurança’” (CORRALES, 2015). Corrales (2015) ressalta que há duas características presentes nas leis autocráticas criadas a partir de 1999. Primeiro, haveria traços autoritários nelas que não são facilmente identificáveis, pois se escondem em artigos e cláusulas que empoderam cidadãos, mas que, na verdade, possuem algum dispositivo que fortalece mais o Executivo do que outros atores. Segundo, as leis foram aprovadas constitucionalmente, o que dificulta sua contestação. É o que Bermeo (2016) chama de “ambiguidade irritante”, ou seja, a Venezuela enfrentava “formas de retrocesso democrático que são legitimadas pelas próprias instituições que os promotores da democracia priorizaram” (BERMEO, 2016, *tradução nossa*).

O retrocesso democrático incluía um tema crucial: o trato com os militares. Durante a redação e a promulgação da Constituição de 1999, Chávez desmantelou os mecanismos do regime puntofujista que possibilitavam o monitoramento (ainda que de maneira precária) dos civis sobre as Forças Armadas e que as excluía da atividade política (TRINKUNAS, 2004). O artigo 331 da dita Carta, por exemplo, eliminou o direito do Congresso de aprovar as promoções militares para os cargos de coronel e general. Outros dispositivos normativos, na prática, acabavam por conferir esse poder ao próprio presidente, que recompensava os oficiais pela “lealdade à revolução” e nomeava os principais apoiadores para posições de comando (*ibid.*).

Desde a posse do presidente, o papel dos militares venezuelanos expandiu-se rapidamente, diminuindo a ênfase na defesa externa em favor da formulação e da implementação de políticas públicas domésticas. O primeiro momento em que os oficiais desempenharam um papel proeminente foi na ajuda humanitária e na segurança interna após as enchentes no estado de Vargas em dezembro de 1999, com o auxílio da polícia e da Guarda Nacional. O que foi criado para ser um programa emergencial de seis meses, algo normal em qualquer democracia, tornou-se parte permanente das políticas de Chávez. Não foram poucos os casos de violações aos direitos humanos promovidos pelos militares durante essa operação.

Depois os militares se envolveram em um amplo programa chamado Plano Bolívar 2000, no qual os oficiais estiveram envolvidos em uma série de atividades com foco na segurança e no desenvolvimento internos. Por outro lado, Chávez privou de recursos os governos regionais e municipais administrados pela oposição – desrespeitando a lei – e destinou as receitas para as guarnições militares envolvidas no Plano Bolívar 2000 localizadas nos estados. Assim, ao mesmo tempo que esses esforços promovidos pela ação conjunta entre governo e militares forneciam benefícios responsáveis por aliviar a desigualdade (com uma queda média de 1,38% do coeficiente de Gini), diminuir a pobreza (ainda que o IDH tivesse caído 0,004 pontos) e desenvolver a economia, eles também minaram o papel das lideranças civis eleitas em promover as políticas públicas.

O Governo Chávez também ficou conhecido pela ocupação de cargos políticos e burocráticos por oficiais militares da ativa e aposentados. Um terço dos cargos ministeriais ficaram nas mãos de militares, que ocuparam também cargos administrativos de empresas estatais. Chávez premiou os oficiais que o apoiaram nos golpes de 1992 com postos para chefiar as forças policiais políticas e judiciais. Mais controverso ainda foi o fato de o presidente incentivar os militares da ativa a concorrerem às eleições de 2000 pelo seu partido. Muitos renunciaram ao cargo para seguir carreira na política (TRINKUNAS, 2004).

Por fim, Chávez pressionou para que os deputados constituintes dificultassem a ação judicial contra membros dos altos escalões nos tribunais⁵⁶. Ao mesmo tempo, foi editada uma resolução que permitia a reintegração dos militares revoltosos que foram expulsos dos seus cargos por participarem das tentativas de golpe lideradas por Chávez

⁵⁶ Disponível em: <<https://bit.ly/3uupHkC>>. Acesso em: 28 de dez. 2023.

em 1992⁵⁷. Essa reorientação no tocante aos militares diminuiu a profissionalização das Forças Armadas e minou sua subordinação aos civis. Tal fenômeno acentuou os atritos entre militares e civis e aumentou as tensões entre os próprios oficiais. O controle personalista do presidente sobre as Forças Armadas acentuou as divisões entre as forças chavistas e anti-Chávez. O aumento dos conflitos colaborou para a retirada do apoio militar ao governo durante os primeiros dias da tentativa de golpe de 11 de abril de 2002, e a participação generalizada dos oficiais do Exército e da Marinha (quase uma centena) no evento golpista revelou as deficiências da abordagem chavista no controle sobre os militares (TRINKUNAS, 2004).

3.2.4 Venezuela (2001 a 2004) – Radicalização

Junto às eleições legislativas, em 2000, ocorreram as eleições para presidente. Nela, Chávez foi reeleito com 59% dos votos, e o Polo Patriótico obteve 66% das cadeiras na Assembleia Nacional. A reeleição do líder bolivariano ocorreu em um contexto no qual uma forte e irremediável polarização gradualmente tomava conta da Venezuela. Encoberta e negada pelo sistema populista de conciliação do regime de Punto Fijo, a luta de classes submergia na Quinta República; a repolitização da desigualdade social polarizava, de um lado, as classes populares pró-Chávez, compostas por setores da classe trabalhadora desorganizada, dos desempregados e dos segmentos informais, e, do outro, os trabalhadores organizados, as classes médias e as camadas altas, compostas por setores profissionais, assalariados e grupos capitalistas (CANNON, 2004). A competição política se aproximava das clivagens estruturais implícitas, e Chávez “capitalizou este desenvolvimento, ultrapassando politicamente os outros partidos que não foram capazes ou não quiseram adaptar-se às novas realidades sociopolíticas” (*ibid.*, p. 286, *tradução nossa*).

A luta de classes venezuelana traduziu-se em uma constante luta radicalizada e marcada pelo escasso compromisso com os princípios democráticos entre o governo e a oposição. Nessa polarização, um lado invalidava os discursos e o envolvimento político do outro. Da parte do governo, o presidente bolivariano não media esforços para demonizar adversários – através da narrativa populista que dividia os “oligarcas” e os corruptos, de um lado, e o “povo” do outro –, concentrar poderes no Executivo, erodir os

⁵⁷ Disponível em: <<https://bit.ly/3HUPmGe>>. Acesso em: 28 de dez. 2023.

mecanismos de *checks and balances* e fragilizar o controle civil sobre os militares. A oposição, por sua vez, não reconhecia Chávez como um representante legítimo (CANNON, 2004) e, assim, passou a apostar em ações extrainstitucionais para expulsar o governo bolivariano.

Em abril de 2002, ocorreu uma série de acontecimentos na Venezuela que evidenciaram a profundidade da divisão e da polarização naquele país. Durante esse mês, a CTV e a federação empresarial FEDECÁMARAS promoveram uma série de manifestações e paralisações de trabalho para derrubar o governo eleito de Hugo Chávez. Tais ações foram apoiadas por amplos setores da sociedade, bem como por quase todos os meios de comunicação impressos, eletrônicos e radiofônicos, pelos partidos políticos da oposição, por várias organizações não governamentais (ONG), por setores das Forças Armadas e por grande parte das classes médias e das classes trabalhadoras organizadas. Na quinta-feira, 11 de abril, a oposição realizou uma marcha numerosa até a sede da empresa petrolífera estatal Petróleos de Venezuela S.A. (PDVSA), no leste de Caracas. Mas a manifestação não se limitou a se estabelecer na companhia: sem aviso ou autorização das autoridades, ela se dirigiu ao Palácio de Miraflores, sede presidencial que ficava no centro da capital.

Com a chegada dos manifestantes a Miraflores, um confronto direto e violento tomou conta dos arredores do palácio presidencial. Houve o enfrentamento entre opositores do governo, militares e manifestantes pró-governo convocados por Chávez para manter a ordem e protegê-lo. Cerca de vinte pessoas morreram baleadas e tantas outras ficaram feridas dos dois lados. Mais tarde, após a recusa dos oficiais em chamar mais tropas e proclamar uma lei marcial, Chávez foi obrigado a renunciar. A estratégia de controlar as Forças Armadas de forma personalista acabou por se voltar contra o próprio presidente: os principais membros pró-governo do alto comando militar desempenharam papéis significativos no apoio às fases iniciais do golpe. No dia seguinte, o líder de FEDECÁMARAS, Pedro Carmona Estanga, assumiu a presidência.

Entretanto, o Governo Carmona durou apenas dois dias, sendo derrubado na manhã de domingo, 14 de abril, com Chávez retornando à presidência. O golpe fracassou devido aos erros cometidos pelo governo de transição de Carmona e aos esforços dos militares chavistas. A entrada dos elementos mais conservadores da sociedade civil venezuelana no governo de transição e os decretos inconstitucionais lançados por Carmona fizeram com que muitos oficiais dessem razão às afirmações de Chávez sobre a oposição, isto é, de que ela seria composta por conspiradores da oligarquia corrupta e

dos proprietários dos meios de comunicação. Essas ações, portanto, prejudicaram a credibilidade da oposição civil. Ademais, a disputa promíscua por cargos elevados entre os oficiais que apoiaram o golpe durante o governo interino foi fundamental para o fracasso do golpe, sendo possível que isso os tenha desacreditado perante os seus subordinados, aumentando os casos de indisciplina. Assim, essa situação contribuiu para que alguns militares retirassem seu apoio ao governo interino e se juntassem à ala chavista para restituir Chávez ao poder no dia 14 de abril (TRINKUNAS, 2004).

O impasse entre governo e oposição ficava mais forte. Usando o golpe sofrido como pretexto, Chávez não mediu esforços para demitir a parcela militar opositora, concentrada no Alto Comando, que participou de sua derrubada. Pedro Carmona foi condenado à prisão domiciliar, e muitos integrantes da oposição foram forçados a fugir do país. A crise de 2002 precisou da mediação por parte da comunidade internacional, com participação da Organização dos Estados Americanos (OEA), do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e do Centro Carter. O objetivo era que governo e oposição resolvessem suas diferenças, o que, devido ao clima de radicalização, acabou não ocorrendo (MEUCCI, 2010).

Naquele contexto em que a radicalização impedia qualquer acordo, a oposição recorria a uma segunda estratégia extrainstitucional: uma greve por tempo indeterminado apoiada por trabalhadores e gerentes da PDVSA para obrigar Chávez a renunciar. A paralisação, que durou entre dezembro de 2002 e fevereiro de 2003, estagnou a economia do país e piorou a qualidade de vida da população. Assim, semelhantemente à tentativa golpista de abril, a ação grevista também pôs em xeque a legitimidade da oposição antichavista. Enquanto isso, mesas de negociações da OEA-PNUD-Carter Center acabaram por encontrar uma possível solução para a crise: o referendo revocatório sobre a permanência de Chávez na presidência. Com o fim da greve, a oposição começou a coleta de assinaturas para autorizar a consulta popular, agendada para 2004.

A desastrosa greve deu ao presidente bolivariano o pretexto necessário para demitir aproximadamente 60% dos funcionários da PDVSA e substituí-los por seus partidários. Sem fiscalização dentro da empresa, Chávez pôde se valer das receitas advindas do petróleo (que aumentaram naquele período) para financiar as *missiones* – uma série de programas sociais criados para oferecer moradia, serviços de saúde, educação, alimentos básicos e formação profissional para as comunidades mais pobres (HAWKINS, 2010). Apesar de as missões melhorarem os indicadores sociais venezuelanos, especialmente no que tange à redução drástica da extrema pobreza, tais

melhorias não foram duradouras, uma vez que os recursos das missões eram fornecidos de maneira clientelista (CORRALES; PENFOLD, 2011). No entanto, esses programas foram suficientes para que Chávez vencesse o referendo de 2004 (GAMBOA, 2016).

Portanto, segundo Gamboa (2016), a oposição desperdiçou os recursos institucionais que ainda possuía na Era Chávez ao apelar para investidas extrainstitucionais. Essas ações apenas diminuíram sua legitimidade e aumentaram a do presidente. Aproveitando a situação e reagindo ao radicalismo da oposição, em 2004, o governo perseguiu as pessoas que assinaram a petição para o referendo e aparelhou a Suprema Corte, alterando sua composição a seu favor. Com apoio popular, Chávez dava passos decisivos em direção ao autoritarismo.

3.2.5 Venezuela (2005 a 2013) – O Socialismo do Século XXI

A última estratégia extraconstitucional notável da oposição ocorreu nas eleições legislativas de 2005, quando decidiu não concorrer. O propósito era deslegitimar o sistema político criado pelos chavistas em 1999. Mas o resultado foi o contrário: ao se recusar a não participar, os opositores deram a Chávez uma legislatura 100% governista entre 2006 e 2010. Assim, o presidente ficou à vontade para avançar em sua agenda legislativa e eliminar os meios de comunicação social independentes ou ligados à oposição. Além disso, houve a corrosão dos mecanismos de *accountability* tanto horizontal – pela cooptação definitiva dos Tribunais e dos órgãos de fiscalização – quanto vertical, na medida em que Chávez desequilibrava a disputa eleitoral a seu favor ao usar o aparelho de Estado para perseguir os seus concorrentes e ao mudar as regras eleitorais (GAMBOA, 2016).

Derrotar o chavismo tornou-se praticamente impossível desde então. Em dezembro de 2006, Chávez foi reeleito com uma de suas mais impressionantes vitórias eleitorais ao conquistar 63% dos votos. Com esse resultado, o presidente sentiu-se mais forte politicamente e encorajado a radicalizar sua postura. Por exemplo, poucos dias antes de se reeleger, ele manifestou sua vontade de fechar uma popular emissora de televisão venezuelana, a Radio Caracas Televisión (RCTV), acusando-a de incentivar o golpe e a greve de 2002. Quando eleito, Chávez retirou a licença de transmissão da emissora, confirmando o seu desejo de retaliação política. Assim, se entre 2001 e 2004 a radicalização política do governo podia ser encarada como uma resposta às estratégias extremistas e extrainstitucionais da oposição, a partir de 2006, a oposição tornou-se mais

moderada e passou a atuar dentro das instituições, enquanto o governo tornava-se mais radical.

O radicalismo de Chávez coadunava sua postura ainda mais centralizadora. Isso ficou evidente quando decidiu reunir todos os partidos aliados em um só, o Partido Socialista Unido da Venezuela (PSUV). Ademais, a Assembleia Nacional aprovou, em abril de 2006, a Lei dos Conselhos Comunais (LCC), que altera o *status* de uma importante instituição participativa. Se, antes da LCC, os conselhos comunais eram órgãos de participação popular vinculados ao poder municipal, o ato normativo de 2006 os atrelava diretamente ao presidente da República, retirando-lhes o *status* de instâncias da sociedade civil. Os conselhos tornaram-se instrumentos do governo para a mobilização eleitoral, como nos plebiscitos convocados por Chávez para reformar a Constituição.

Desde o começo, Chávez desenvolveu uma estratégia de plebiscitos para aumentar suas prerrogativas e reforçar a legitimidade de seu governo. Na conjuntura 2005-2013, o presidente valeu-se novamente desse mecanismo participativo, desta vez para substituir a institucionalidade vigente que ele próprio construíra por um regime *revolucionário* (MAYA, 2021). Segundo Brewer-Carías (2007), Chávez desejava mudar o modelo de Estado descentralizado, democrático, plural e social de direito, que, malgrado todos os seus problemas e distorções, estava regulamentado na Constituição de 1999, por um Estado Socialista, centralizado, policial e militar, com uma doutrina oficial “bolivariana”. A intenção era trocar a “terceira via” de seu primeiro mandato por um “Socialismo do Século XXI” com um capitalismo de Estado no plano da economia (BREWER-CARÍAS, 2007; MAYA, 2021).

O plebiscito para legitimar a implantação do “Socialismo do Século XXI” foi realizado em dezembro de 2007. O governo desejava a aprovação de uma reforma de 36 artigos da Constituição de 1999, desenhada por uma comissão criada mediante um decreto de Chávez, o qual exigia que as matérias debatidas ali fossem confidenciais e que as conclusões fossem reportadas apenas ao presidente, algo incompatível com os princípios da democracia representativa (MAYA, 2021). Quando a proposta reformista chegou à Assembleia Nacional, sob controle absoluto dos partidos aliados de Chávez, as forças governistas quiseram apressar o processo, evitando um maior processo de deliberação. Sob essa situação, o projeto foi encaminhado ao Conselho Eleitoral Nacional (CNE) para a consulta popular.

Entretanto, a proposta de reforma constitucional foi derrotada em um referendo de dezembro de 2007 devido tanto às estratégias equivocadas do governo⁵⁸ quanto à recuperação e à unificação das forças opositoras⁵⁹. Embora a margem de derrota tenha sido de apenas 1,4%, o resultado foi histórico, pois significou a primeira derrota eleitoral do governo, além de ter devolvido a confiança à oposição. Mas, quatorze meses depois, em 2008, Chávez apresentou uma outra proposta de reforma constitucional mais modesta. Desta vez, a consulta se concentrava em uma só matéria: permitir a reeleição indefinida para todos os cargos públicos preenchidos pela eleição popular⁶⁰. Na campanha, a ministra do Poder Popular convocou os conselhos comunais (que já estavam atrelados ao governo) para abandonarem suas atividades e ocuparem-se na campanha pelo “sim”. A reforma foi aprovada em fevereiro de 2009 com quase 55% dos votos.

Ao apresentar uma nova proposta, Chávez violou a Constituição de 1999, uma vez que seu artigo 345 asseverava que “iniciativa de reforma constitucional revista não pode ser apresentada durante o mesmo mandato constitucional da Assembleia Nacional”⁶¹. Com os poderes Legislativo e Judiciário sob seu domínio, o presidente pôde concentrar mais poderes, convocar uma nova consulta popular e reverter as derrotas do plebiscito anterior.

Chávez também mostrou seu comportamento autoritário diante da oposição, a qual, nas eleições regionais de 2008, conseguiu vencer em cinco governos estaduais e em 54 municípios. O governo acusou seus adversários de corrupção sem provas e, quando estes assumiram seus cargos, privou-lhes dos recursos públicos. Ainda, sobrepôs as

⁵⁸ Uma série de estratégias e decisões adotadas pelo governo gerou um ambiente desfavorável para a aprovação do plebiscito. Para começar, Chávez perdeu apoio de setores relevantes da corporação militar ao propor seu projeto socialista. Ao mesmo tempo, a fusão dos partidos governistas no PSUV desagradou aliados na Assembleia Nacional. Ademais, ao priorizar a vitória no plebiscito, preocupando-se exclusivamente em mobilizar sua base para esse fim, Chávez negligenciou o ato de governar propriamente dito, o que comprometeu o fornecimento de serviços sociais pelas *missiones*. Por fim, as mudanças propostas, que eram complexas e significativas, não foram discutidas adequadamente e foram difundidas em um tempo muito reduzido, impossibilitando ao venezuelano comum se informar e entender melhor o projeto (MAYA, 2021).

⁵⁹ O discurso polarizador e o fechamento da RCTV provocaram o reaparecimento do movimento estudantil, que se opunha à reforma constitucional. Seguindo sua cartilha radical, Chávez criminalizou o movimento, algo que vitimou os estudantes e, portanto, fortaleceu-os. A onda de mobilizações que decorreram desses embates contribuiu para a derrota do “sim” (LÓPEZ-MAYA, 2021).

⁶⁰ Inicialmente, o líder bolivariano pretendia limitar essa mudança apenas ao cargo de presidente, mas foi convencido por um partido aliado – o Pátria Para Todos (PPT) – a estender a prerrogativa, uma vez que isso incentivaria as lideranças chavistas estaduais e municipais a mobilizar as bases locais para aprovar a proposta.

⁶¹ Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/artigos/constituicao-da-republica-bolivariana-da-venezuela-de-1999-revisada-em-2009/1632915376>>. Acesso em: 10 out. 2023.

lideranças regionais eleitas ao repassar as verbas para os conselhos comunais locais, que não eram ocupados por pessoas escolhidas pela soberania popular (CORRALES, 2015).

As vitórias chavistas foram cumulativas, o que permitiu ao presidente ainda mais concentração de poder. Em 2010, a Assembleia Nacional recorreu a alterações nas circunscrições eleitorais para manter artificialmente as suas maiorias parlamentares. Em 2012 e 2013, o governo ampliou seu tempo de antena dezesseis vezes em relação à oposição, usou listas de adesão a programas sociais estatais para aumentar os votos pró-chavistas e retirou os delegados da oposição dos espaços onde se encontravam as máquinas de monitorização de afluência e de impressões digitais (GAMBOA, 2016).

Maya (2021) aponta para o fato de que a legitimidade racional-legal venezuelana – tão própria dos Estados modernos, onde sociedades política e civil se regulam mediante normas e procedimentos acatados por todos – foi enfraquecendo à medida que aumentava o poder carismático de Chávez, associado à posse dos recursos públicos advindos do petróleo e ao controle sobre a Assembleia Nacional e a Suprema Corte (MAYA, 2021, p. 144).

Nas eleições presidenciais de 2012, Chávez, então morrendo de câncer, foi reeleito em uma disputa livre, mas injusta: “o chavismo controlava grande parte da mídia e desdobrou a vasta máquina do governo em seu favor” (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018). Sob essas condições, avançava a erosão das instituições representativas liberais.

3.2.6 Venezuela (2014 a 2017) – Autocracia eleitoral

Chávez faleceu no dia 5 de março de 2013. Seu sucessor, Nicolás Maduro, ganhou uma eleição questionável pouco mais de um mês depois e intensificou a autocratização na Venezuela. O país consolidava um tipo de regime que combina instituições democráticas com governança autoritária que a literatura chama de autoritarismo competitivo (LEVITSKY; WAY, 2002) ou autocracia eleitoral. Mais precisamente, embora os critérios básicos da democracia representativa sejam frequentemente e seriamente violados, criando um jogo desigual entre governo e oposição, a persistência de instituições democráticas importantes, as quais o autocrata não consegue remover, cria arenas por meio das quais os opositores podem – e frequentemente conseguem – representar desafios significantes (*ibid.*).

Desde que assumiu a presidência, Maduro usou o seu controle sobre o Tribunal Supremo de Justiça (TSJ) e o CNE para prender importantes líderes da oposição sob falsas

acusações e permitir o uso da violência contra os candidatos da oposição durante as campanhas eleitorais (MAYA, 2016; GAMBOA, 2016). Ainda assim, a oposição conseguiu uma vitória significativa nas eleições legislativas de 2015, elegendo 2/3 da Assembleia, o que lhe dava o direito de mudar a Constituição. Ela aproveitou uma arena de contestação (a eleitoral) que, embora controlada pelo chavismo, não tinha sido eliminada.

As conquistas da oposição incentivaram o regime venezuelano a aumentar a repressão. Maduro optou por recusar o resultado eleitoral e acionou o Judiciário para descredenciar três deputados eleitos; o objetivo era retirar da oposição a maioria qualificada necessária para alterar a Constituição. Além disso, o presidente fez com que todas as decisões tomadas pela Assembleia Nacional no primeiro ano fossem consideradas inconstitucionais por uma Suprema Corte completamente cooptada. Depois, Maduro acelerou e aprofundou o processo de autocratização quando, pouco tempo depois da vitória da oposição, convocou uma Assembleia Constituinte completamente controlada pelo chavismo e fechou o Legislativo. Segundo Levitsky e Ziblatt (2018), “só quando uma Assembleia Constituinte unipartidária usurpou o poder do Congresso em 2017, quase duas décadas depois de Chávez ter sido eleito presidente pela primeira vez, a Venezuela foi amplamente reconhecida como uma autocracia” (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018, p. 16).

3.3 Conclusão

Este capítulo abordou as trajetórias históricas de Brasil e Venezuela durante as terceiras ondas de democratização e reversão em forma de 10 períodos-países, separados conforme o EDI do V-Dem. Esses períodos se constituem em unidades de análise com variação no resultado (ausência ou presença de autocratização), o que permite compará-los por meio da Abordagem Qualitativa Comparativa (QCA). O próximo capítulo apresentará tanto a aplicação da análise quanto os seus resultados.

4 APLICAÇÃO DA ABORDAGEM QUALITATIVA-COMPARATIVA (QCA)

O presente trabalho pretende se valer das informações coletadas de Brasil e Venezuela para realizar uma comparação via Abordagem Qualitativa-Comparativa (QCA). Trata-se de um método que busca descobrir as condições necessárias e suficientes para um determinado resultado sob o pressuposto da “causação conjuntural múltipla”. Esse pressuposto considera que as condições causais relevantes muitas vezes geram um dado resultado em combinação com outras condições. Além disso, carrega consigo o princípio da equifinalidade, ou seja, a possibilidade de que combinações diferentes de fatores possam levar a um mesmo resultado (BERG-SCHLOSSER *et al*, 2009, p. 8).

Dessa forma, o presente capítulo apresenta o processo de análise das condições causadoras dos eventos de autocratização no Brasil e na Venezuela. Mais precisamente, buscou-se responder à seguinte pergunta: como os fatores socioeconômicos, culturais e políticos contribuem para inserir a América Latina na terceira onda de autocratização? A hipótese direcionada a responder a essa questão é de que a combinação de momentos socioeconômicos adversos, fraca adesão dos cidadãos à democracia e predomínio de coalizões radicais e/ou democráticas formariam a condição *suficiente* para explicar a autocratização moderna na América Latina.

O processo de análise ocorreu da seguinte forma: primeiro, foi feita a operacionalização das condições causais e do resultado de interesse. As condições são 1) os níveis de bem-estar socioeconômico, 2) o apoio dos cidadãos à democracia e as 3) coalizões políticas vencedoras. O resultado é a autocratização, ou seja, a queda de 0,1 no Índice de Democracia Eleitoral (EDI) do Instituto Variedades da Democracia (V-Dem). Aplicaram-se as condições causais aos casos para realizar a calibração. Como o presente trabalho lida com uma amostra do tipo *small-N*, julgou-se pertinente recorrer à variante *crisp-set* do QCA (csQCA), por meio do qual a calibração das condições e do resultado assume a lógica binária (0 ou 1). O objetivo é verificar se as condições causais propostas provocariam a autocratização (1) ou não (0) e como o fariam.

A seguir, o objetivo foi desvendar as condições necessárias para a ocorrência do resultado de interesse (a autocratização). Para isso, recorreu-se ao *software* fsQCA 3.0 para identificar a consistência e a cobertura de cada variável. Para descobrir as condições suficientes, foi construída uma tabela-verdade (*truth table*) cujo propósito foi o de listar, “para cada combinação teoricamente possível de variáveis (condições), a ocorrência de cada um dos resultados possíveis” (TOSHKOV, 2016, p. 272, *tradução nossa*).

4.1. Operacionalização das condições causais

4.1.1. Situação socioeconômica

A coleta de dados baseou-se nas “variáveis” tratadas no presente estudo. No tocante à situação socioeconômica, foram usados, de forma combinada, o coeficiente de Gini (indicador de desigualdade) e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) (qualidade de vida). As informações do IDH foram retiradas do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que compreendem todo o período abordado neste trabalho. No caso do Gini, as informações do Brasil foram recolhidas da plataforma do Banco Mundial, a qual, no entanto, apresenta pouquíssimos dados sobre a Venezuela (a última atualização foi em 2006). Assim, para avaliar a desigualdade desse país, foi usado o *database* de *Democracies and Dictatorships in Latin America*, de Mainwaring e Pérez-Liñan, que oferece informações de Gini até o ano de 2004, e os dados obtidos por Maya (2016, p. 133) com o falecido professor Asdrúbal Baptista que compreendem o período de 2005 a 2011. Também foi usado o Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado à Desigualdade (IDHAD), criado pelo PNUD em 2010, que leva em consideração “as dimensões do IDH ‘descontando’ o valor médio de cada dimensão de acordo com o seu nível de desigualdade”.

Quanto à calibração, considerou-se 0 quando a taxa de crescimento médio do Gini for negativa (indicando que a desigualdade diminuiu) e simultaneamente o crescimento médio do IDH for maior que zero. Foi pontuado 1 quando o Gini foi positivo ou o IDH foi menor ou igual a zero. Os períodos-países contemplados pelo IDHAD receberam pontuação 0 quando o indicador foi maior que zero e 1 quando foi menor ou igual a zero.

Quadro 2. Calibração da situação socioeconômica

Unidade de análise	Taxa de crescimento médio do Gini (%) [1]	Crescimento médio do IDH [2]	IDHAD (início em 2010) [3]	Calibração
BRA(1990-1993)	-1,6	+0,005	-	0
BRA(1994-2014)	-0,8	+0,006	-	0
BRA(2015-2017)	+0,8	+0,003	0	1
BRA(2018-2021)	-0,5	-0,001	-0,009	1
VEN(1990-1992)	-4,2	+0,008	-	0
VEN(1993-1997)	+2,6	+0,002	-	0
VEN(1998-2000)	-1,4	0	-	1
VEN(2001-2004)	+1,1	+0,005	-	1
VEN(2005-2013)	-6,5 (até 2011)	+0,007	+0,006	0
VEN(2014-2017)	-	-0,001	0	1

Fontes: 1: Banco Mundial; Mainwaring; Pérez-Liñan (2013); Maya (2016); 2 e 3: PNUD.

4.1.2. Apoio dos cidadãos à democracia

O apoio à democracia se baseou nas pesquisas de opinião pública que procuram desvendar as preferências normativas dos cidadãos pelo regime político⁶². Os institutos de pesquisa seguem o seguinte padrão:

Quadro 3. Padrão de pergunta e alternativas sobre preferência de regime político

“Com qual dessas três afirmações você concorda mais?”

⁶² É conhecida a controvérsia deste tipo de abordagem. Svobik (2019) mostra que, especialmente em períodos de polarização, cidadãos podem declarar seu apoio à democracia, mas, ao mesmo tempo, optar por alternativas antidemocráticas que agradem seus interesses sectários. Além disso, como Romero (1997) aponta, é muito comum pesquisas revelarem forte apoio normativo pela democracia, mas também uma profunda rejeição às suas instituições e até mesmo uma simpatia por alternativas autoritárias. No entanto, apesar de controversa, a pergunta sobre a preferência pela democracia ainda não é totalmente descartável, uma vez que há exemplos de casos em que a resposta “a democracia é sempre melhor do que qualquer outra forma de governo” são pouco frequentes.

- A democracia é sempre melhor do que qualquer outra forma de governo;
- Em certas circunstâncias, é melhor uma ditadura do que um regime democrático;
- Tanto faz se o governo é uma democracia ou uma ditadura”.

Fonte: MOISÉS (2010), p. 280.

Essa condição causal se baseia nas respostas recolhidas pelo Latinobarómetro, que executa seu trabalho de campo desde 1995 nos países da América Latina. A calibração envolveu duas etapas: a primeira foi verificar se a média da unidade de análise é superior ou inferior a 50%. Sendo superior, foi atribuído o valor 0. Caso contrário, foi verificado conjuntamente 1) se o crescimento médio do período-país é positivo ou negativo; 2) se sua média é inferior ou superior à média histórica. Se uma determinada observação acusou desempenho positivo nos dois critérios, a pontuação foi 0; caso negativo, a pontuação foi 1.

Há dois períodos-países que não foram contemplados por esse instituto de pesquisa por serem anteriores a 1995: BRA(1990-1993) e VEN(1990-1992). No tocante à primeira unidade de análise, recorreu-se às pesquisas do *Datafolha* realizadas no período de interesse como tentativa de superar essa fragilidade. Os documentos foram recolhidos no Centro de Estudos de Opinião Pública (CESOP) da Unicamp⁶³. No entanto, por questões que envolvem diferenças na amostragem ou outros elementos metodológicos, os resultados desse instituto tendem a ser superestimados em relação ao Latinobarómetro⁶⁴. Assim, como a média do período-país em questão foi bastante superior à dos contemplados pelo instituto latino-americano, considerou-se que BRA(1990-1993) seria calibrado com 0 somente se a média fosse superior em relação tanto a toda a série histórica quanto aos demais períodos-países avaliados pelo *Datafolha*.

Quanto a VEN(1990-1992), houve um contato por e-mail com o instituto de opinião pública Consultores 21, cujo trabalho foi citado em Romero (1997). Encaminharam o meu pedido para o pesquisador responsável, mas, até o momento da entrega desta dissertação, os resultados não foram enviados. Assim, diante desta lacuna, a presente dissertação se apoiou na literatura pertinente, que ressalta o apoio duradouro dos venezuelanos ao regime democrático nas pesquisas de opinião (ROMERO, 1997; WELSCH; CARRASQUERO, 1998; GIL YEPES, 2004; MOLINA, 2004).

⁶³ Disponível em: <<https://bit.ly/48TbNHZ>>. Acesso em: 09 jun. 2024.

⁶⁴ O tamanho da amostra do *Datafolha* variou de 2016 a 11534 nas pesquisas feitas entre 1990 e 2021, enquanto os trabalhos do Latinobarómetro tiveram como pico uma amostragem de 1204 respondentes.

Quadro 4. Calibração de desapoio dos cidadãos à democracia

Unidade de análise	Média do período	Crescimento médio (%)	Média da série histórica	Calibração
BRA(1990-1993)	52*	-	58	1
BRA(1994-2014)	44	+0,7	43	0
BRA(2015-2017)	43	-0,6	43	1
BRA(2018-2021)	37	-3	43	1
VEN(1990-1992)	Acima de 50	-	-	0
VEN(1993-1997)	62	-	71	0
VEN(1998-2000)	61	-	71	0
VEN(2001-2004)	67	-	71	0
VEN(2005-2013)	79	-	71	0
VEN(2014-2017)	80	-	71	0

Fonte: Latinobarómetro

*Nota: a média de BRA(1990-1993) foi menor tanto em relação à média histórica (58%) quanto aos outros períodos-países no *Datafolha* (55%, 60% e 66%, respectivamente). Assim, a pontuação foi 1.

4.1.3 Coalizões vencedoras

A terceira condição causal é o perfil da coalizão vencedora. Ações antidemocráticas e pessoas de comportamento autoritário podem surgir em qualquer momento, mesmo em momentos de prosperidade democrática. Mas apenas quando respaldadas por apoiadores, elas conseguem se tornar uma força política expressiva diante dos conflitos que vigoram na sociedade.

Coalizão vencedora é aquela cuja liderança tem apoiadores e recursos o suficiente para se manter no poder, vencer adversários e adotar políticas. Coalizões democráticas são articuladas por sujeitos dispostos a promover seus interesses ou propostas dentro de um quadro institucional e que são tolerantes em relação a resultados desfavoráveis. Coalizões radicais e/ou antidemocráticas, por sua vez, envolvem líderes ou integrantes que praticam *constitutional hardball*, ou seja, subvertem instituições formais e informais que estruturam o funcionamento adequado da competição política em nome de seus interesses sectários. Também podem incorporar agentes cuja participação não é

convencional no jogo democrático e possuem poder *de facto* e cosmovisão pretoriana. Podem conter democratas “semileais” (políticos tradicionais que possuem comportamento ambíguo, podendo apoiar líderes ou propostas autoritárias por oportunismo) e até mesmo eleitores que não possuem preferências autoritárias, mas que fornecem recursos – como o voto – que possibilitam o sucesso de uma liderança autoritária⁶⁵.

O presente modelo separou as ações e as personalidades democráticas e antidemocráticas de cada período-país, de forma a revelar sua correlação de forças predominante. Caso as forças democráticas consigam reunir apoiadores e recursos suficientes, atribuiu-se valor 0. Por outro lado, em caso de lideranças autoritárias conseguirem se sobressair, a pontuação foi 0. Assim, a análise dos casos permitiu promover as seguintes atribuições:

- BRA(1990-1993) – Conforme análise feita por Nara Pavão para compor o *database de Democracies and Dictatorships in Latin America* de Mainwaring e Pérez-Liñan, o presidente Collor possuía comportamento controverso, embora não tivesse inclinações claramente pró-ditaduras (MAINWARING; PÉREZ-LIÑAN, 2013). De qualquer forma, o presidente perdeu apoio significativo dos congressistas e dos cidadãos. A oposição, por sua vez, conseguiu elaborar uma coalizão vencedora democrática, pois promoveu um *impeachment* não controverso, e os opositores não possuíam postura mais antidemocrática que o titular da presidência. Os atores e os recursos envolvidos foram: cidadãos (protestos, que levam à eliminação do “escudo popular”); presidente da Câmara dos Deputados (abertura de *impeachment*) e maioria parlamentar (aprovação do *impeachment* com a derrubada do “escudo parlamentar”); imprensa (poder de influência por meio das denúncias dos escândalos e mobilização da população). Militares e instituições de controle não se envolveram politicamente. Ao assumir a presidência, Itamar Franco montou uma coalizão de governo por critérios partidários. Militares também participaram, mas não houve intervenção furtiva. Assim, atribuiu-se o valor 0 para o caso.

⁶⁵ Ao analisar o tema da erosão da democracia na Europa, Bartels (2023) sugere que o sucesso de partidos e lideranças autoritárias não se deve tanto a uma ampliação generalizada de apoio normativo a uma direita populista entre os cidadãos. Ela se explica principalmente pela “liderança carismática, cobertura exagerada da mídia e os tropeços e escândalos dos principais concorrentes” (BARTELS, 2023, p. 14).

- BRA(1994-2014) – Nesse período, PT e PSDB protagonizaram a disputa presidencial, alternando entre si os *status* de governo e oposição. O PMDB tornou-se uma terceira força que ficaria estrategicamente entre as outras duas forças como ator pivotal. Os três, com seus presidentes, congressistas e eleitores, protagonizaram e estabilizaram a disputa política dentro dos limites estabelecidos pelas “grades de proteção da democracia”. Ademais, esse período também ficou conhecido pela melhoria nas relações entre civis e militares. Pedidos de *impeachment* infundados chegavam com frequência, mas eram rejeitados pelo presidente da Câmara; candidatos de extrema-direita eram inexpressivos. No final do período, houve a ascensão da nova direita nas manifestações de 2013, mas não conseguiu formar uma coalizão vencedora naquele momento. Por fim, a contestação do resultado eleitoral por parte de Aécio Neves em 2014 teria efeitos maiores nos anos seguintes. Assim, a pontuação do período é 0.
- BRA(2015-2017) – Em conflito com a presidente Dilma Rousseff (PT), Eduardo Cunha (PMDB) aumentou as apostas e abriu um processo de *impeachment* contra a líder do Executivo. Cunha radicalizou suas preferências e conseguiu apoio por meio de uma coalizão vencedora composta por ele próprio (presidente da Câmara possui a prerrogativa de aceitar ou arquivar o pedido); uma maioria parlamentar composta por deputados de partidos fisiológicos (“Centrão”) e da oposição que recusavam o resultado eleitoral (removendo o “escudo parlamentar”). Também fortaleceu a coalizão parte significativa da sociedade civil, como cidadãos (com protestos que aboliam o “escudo popular”) e empresários (poder econômico e de influência). Além disso, em outra frente (embora beneficiando a coalizão anti-Dilma), a Operação Lava Jato cometia ações constitucionalmente controversas com seus recursos investigativos, acusatórios e judiciais; em aliança com a imprensa, a Força-Tarefa influenciava a opinião pública contra o governo. Segundo Llanos e Marsteintredet (2023), “o impeachment de Dilma foi altamente questionável dado às bases frágeis oferecidas, indiscutivelmente encaixadas no Erro do Tipo I” (LLANOS; MARSTEINTREDET, 2023, p. 28). Assim, a pontuação do período é 1.
- BRA(2018-2021) – As eleições de 2018 contaram com a coalizão lavajatista (instituições de controle e a imprensa) para anular a candidatura de Lula (PT), ferindo o princípio da igualdade política. No processo, houve participação militar com o tuíte intimidador do general Villas Boas, pressionando o STF a rejeitar o

habeas-corpus do ex-presidente. Esse evento contribuiu para a vitória de Bolsonaro, candidato com perfil autoritário que contou com o suporte de lideranças ligadas a setores conservadores (poder de influência), empresariais (poder econômico e de influência) e a maioria eleitoral (votos). Na presidência, apesar de perder aliados, como o ex-juiz da Lava Jato, Sergio Moro, Bolsonaro conseguiu uma aliança que o fez resistir a um possível processo de *impeachment*. Como houve fracasso em impedir um presidente com posturas ilegais e antidemocráticas, ocorreu o que Llanos e Marsteintredet (2023) chamam de Erro do Tipo II. A coalizão que fornecia sustento a Bolsonaro tinha os seguintes atores e recursos: o presidente (dotado de poderes institucionais para promover políticas clientelistas com deputados aliados e nomeação a ministérios e tensionar ou mesmo destruir políticas públicas); presidente da Câmara (que barrava pedidos de *impeachment*); “Centrão” (deputados fisiológicos que forneciam o “escudo parlamentar” em troca do “Orçamento Secreto”); Procurador-Geral da República (que, com chances de recondução ao cargo, é incentivado a arquivar denúncias contra o presidente); e eleitores fidelizados (que forneciam “escudo popular” por meio de protestos de caráter antidemocrático para evitar seu *impeachment*). No governo, havia lideranças da sociedade civil ligadas à “nova direita” que exerciam poder de influência e eram nomeadas a ministérios para promover a destruição de políticas públicas nas áreas do Meio Ambiente, Educação e Direitos Humanos. Havia também uma rede de *fake news* que contribuía significativamente para a consolidação da base de apoio. Por fim, Bolsonaro contava com o apoio de partes do oficialato, que fornecia o escudo armado e promovia a intervenção furtiva sobre a política brasileira. Assim, a atribuição para essa condição causal será 1.

- VEN(1990-1992) – O presidente Carlos Andrés Pérez (AD) emitiu um decreto que autorizava eleições estaduais e municipais em 1989, mostrando suas inclinações democráticas (ainda que fosse com o objetivo de estancar a forte crise política que persistia no país). Apesar de a situação de crise incentivar a radicalização nas sociedades civis e política e a instabilidade chegar a níveis alarmantes, Pérez manteve apoio parlamentar o suficiente para vencer obstruções e tentativas de reduzir seu mandato. Além disso, a tentativa de golpe de Estado pelo MBR-200 em 1992 foi reprimida por outros militares não politizados e não recebeu apoio da classe política. A CTV, importante órgão sindical, incentivou uma marcha dos trabalhadores a favor da democracia. Assim, a pontuação é 0.

- VEN(1993-1997) – A oposição articulou uma coalizão vencedora que conseguiu aprovar o *impeachment* de Carlos Andrés Pérez em 1993, contando, inclusive, com o apoio do partido do presidente. No entanto, há uma polêmica a respeito do processo, que foi controverso. De fato, como Llanos e Marsteintredet (2023) argumentam, o caso de Pérez foi um Erro de Tipo I. No entanto, há um argumento recorrente de que a motivação do impedimento não foi a radicalização das preferências da oposição, como ocorreu no Brasil contra Dilma Rousseff. A classe política expressava a necessidade de proteger o regime político, que estava desacreditado pela opinião pública e acabava de sofrer duas tentativas de golpe de Estado. Isso revela um compromisso normativo pelo regime democrático, como aponta John Polga-Hecimovich em sua análise para Mainwaring e Pérez-Liñan. Nas eleições de 1993, o ex-COPEI Rafael Caldera se elegeu presidente com uma campanha personalista em um pleito de elevada abstenção. O compromisso normativo de Caldera pela democracia revelou-se dúbio, pois, no primeiro ano de seu governo, suspendeu várias garantias constitucionais civis e ameaçou convocar um plebiscito revogatório contra o Congresso, caso este se interpusse em seu caminho. Uma coalizão radical poderia se formar, com o apoio de juristas pró-governo (com interpretações constitucionais que permitiriam a convocação da consulta popular) e da população (que chegou a mostrar apoio pela iniciativa por meio das pesquisas de opinião). No entanto, o presidente desistiu dessa iniciativa e restabeleceu os direitos em julho de 1995. Assim, apesar do ambiente reinante de tensão e impasses no país, não houve a formação de uma coalizão antidemocrática dominante, com isso, julgou-se sensato atribuir o valor 0.
- VEN(1998-2000) – Se o período-país anterior não conheceu uma coalizão vencedora de perfil antidemocrático, a história muda com a eleição de Hugo Chávez em 1998. A coalizão chavista contava especialmente com as camadas populares urbanas, que, sob a figura do tenente-coronel, acabaram se unindo e tornaram-se uma importante força política. O ativo popular eram os votos e o apoio elevado, que conferiram ao presidente enorme discricionariedade para promover ataques às instituições. Grupos comunitários formaram os Círculos Bolivarianos, uma frente de suporte popular fundamental para o governo, o qual, em troca, usava seus poderes orçamentários para financiar esses grupos. Sua proposta de lançar um plebiscito para convocar uma Assembleia Constituinte contou com o poder judicial da Suprema Corte. A Constituinte foi composta

majoritariamente por chavistas, que escreveram a nova Carta praticamente sozinhos. A Constituição de 1999 aumentou os poderes do presidente, proibiu o financiamento eleitoral privado (prejudicando a oposição) e eliminou o Senado, importante ator com poder de veto. Além das camadas populares e de uma Assembleia chavista, a coalizão que sustentava o presidente incorporou membros do Exército na esfera política, promovendo a intervenção militar furtiva. Enquanto isso, a oposição encontrava-se desarticulada e não conseguia fazer frente aos abusos de Chávez. Assim, a pontuação do período-país é 1.

- VEN(2001-2004) – Além da já mencionada coalizão chavista, a oposição também formou sua coalizão radical. Era composta por militares insatisfeitos com o governo (com a força das armas para derrubar Chávez da presidência), a CTV e a FEDECÁMARAS (possuidores de influência política, poder de mobilização e recursos econômicos), meios de comunicação (poder de influência), ONGs (poder de influência) e setores populares (com seus protestos). O golpe de Estado de 2002 não obteve êxito, e as ações extraconstitucionais da oposição consolidaram o apoio das camadas populares a Chávez. Em 2004, o presidente conseguiu cooptar o Tribunal Superior de Justiça (TSJ), garantindo o recurso da força judicial para sua coalizão. O fato de o período ser tomado por coalizões democráticas e radicais levou à atribuição da pontuação 1.
- VEN(2005-2013) – As vitórias chavistas foram cumulativas, o que permitiu mais concentração de poder nas mãos do presidente. Chávez continuou contando com o apoio da coalizão que lhe sustentava nos períodos-países anteriores. Além disso, conseguiu subordinar a Controladoria Geral da República (que fornecia interpretações sobre dispositivos legais que favoreciam o presidente e justificavam a perseguição política aos opositores). Os Conselhos Comunais tornaram-se instrumentos do governo para a mobilização eleitoral. Por fim, o Conselho Nacional Eleitoral (CNE), que tinha a função de regular e controlar as campanhas eleitorais, já não possuía capacidade ou vontade de garantir a igualdade nas competências eleitorais. Isso promovia um desequilíbrio na distribuição dos recursos eleitorais, favorecendo as campanhas de Chávez e seus aliados. Pontuação: 1.
- VEN(2014-2017) – Malgrado a oposição ter conseguido conquistas, como a eleição de dois terços da Assembleia Nacional, ela carecia de uma coalizão que

puddesse fazer frente ao poder acumulado da coalizão chavista – desta vez liderada por Maduro. Pontuação: 1.

Quadro 5: Recursos disponíveis para atores políticos

Unidade de análise	Recursos disponíveis para atores democráticos	Recursos disponíveis para atores antidemocráticos e radicais	Coalizão vencedora	Calibração
BRA(1990-1993)	Poderes presidenciais; maioria parlamentar; votos; demonstrações de rejeição e protestos; poder de influência; poder econômico; neutralidade política de militares e instituições de controle.	-	Democrática	0
BRA(1994-2014)	Poderes presidenciais; maioria parlamentar; votos; demonstrações de apoio; poder de influência; poder econômico; neutralidade política de militares e instituições de controle.	Candidaturas; pedidos infundados de <i>impeachment</i>	Democrática	0
BRA(2015-2017)	Manifestações; poderes presidenciais; poder de influência	Abertura do processo de <i>impeachment</i> ; maioria parlamentar; protestos e demonstrações de rejeição; poder judicial; poder de acusação; poder de influência; poder econômico.	Radical e desleal	1
BRA(2018-2021)	Poder de veto judicial; veto legislativo; poder de influência	Poder judicial; votos e demonstrações de apoio; poder de influência e mobilização; apoio militar; veto sobre <i>impeachment</i> ; veto sobre acusações; maioria parlamentar (para impedir o	Radical e desleal	1

<i>impeachment</i>); poderes institucionais.				
VEN(1990-1992)	Poderes presidenciais; maioria parlamentar; votos; poder de influência; poder econômico; apoio de militares não golpistas; neutralidade política das instituições de controle.	Força militar	Democrática	0
VEN(1993-1997)	Maioria parlamentar; votos; poder de influência; poder econômico; apoio de militares não golpistas; neutralidade política das instituições de controle.	Poder de influência; poderes presidenciais (temporários)	Democrática	0
VEN(1998-2000)	Poder judicial; neutralidade da CNE; poder de influência e mobilização.	Poderes presidenciais ampliados; maioria parlamentar; votos e fortes demonstrações de apoio; poder de influência e mobilização; poder militar; poder judicial (no caso do plebiscito).	Radical e desleal	1
VEN(2001-2004)	Neutralidade da CNE	Poderes presidenciais ampliados; maioria parlamentar; votos e fortes demonstrações de apoio; poder militar; poder judicial; poder de influência e de mobilização; poder econômico.	Radical e desleal	1
VEN(2005-2013)	Poder de influência reduzido	Poderes presidenciais ampliados; maioria parlamentar; votos e fortes demonstrações de apoio; poder militar; poder judicial ampliado; poder de influência	Radical e desleal	1

		e mobilização; perda de força da CNE.		
VEN(2014-2017)	Poder de influência reduzido; maioria parlamentar (temporário)	Poderes presidenciais ampliados; maioria parlamentar; votos e fortes demonstrações de apoio; poder militar; poder judicial ampliado; poder de influência e mobilização; perda de força da CNE.	Radical e desleal	1

Fonte: Síntese elaborada pelo autor.

O resultado completo da calibração é mostrado no quadro 5, incluindo-se a explicação das abreviações dadas para cada condição causal. Com as condições causais e os resultados calibrados, o passo seguinte foi operar o QCA em seu formato *crisp* para desvendar as condições necessárias e suficientes para a ocorrência da autocratização contemporânea na América Latina.

Quadro 6: Dados dicotomizados

CASOS	SOCIOEC	DESAP	COALI	RESULT
BRA(1990-1993)	0	1	0	0
BRA(1994-2014)	0	0	0	0
BRA(2015-2017)	1	1	1	1
BRA(2018-2021)	1	1	1	1
VEN(1990-1992)	0	0	0	0
VEN(1993-1997)	1	0	0	0
VEN(1998-2000)	1	0	1	1
VEN(2001-2004)	1	0	1	1
VEN(2005-2013)	0	0	1	1
VEN(2014-2017)	1	0	1	1

Fonte: Dados sistematizados pelo autor.

Legenda:

SOCIOEC: Condições socioeconômicas

DESAP: Desapoio dos cidadãos à democracia

COALI: Coalizões vencedoras

4.2. Condições de necessidade e suficiência

O passo seguinte à calibração dos dados foi verificar em que medida essas condições, combinadas ou não, estão causalmente relacionadas à erosão da democracia na América Latina contemporânea. Mais precisamente, buscou-se desvendar as conexões explícitas entre os fatores políticos e socioeconômicos típicos da *latinoamericanização*, bem como a cultura política, e a inserção da América Latina na terceira onda de autocratização. Para tanto, a análise considerou as propriedades de necessidade e suficiência (N&S).

A começar pelo princípio da necessidade, o quadro 6 apresenta as medidas de consistência e cobertura de casos com valores positivo e negativo (representados pelo sinal “~”). O coeficiente de consistência teórica mede o grau em que os casos de mesma combinação produzem o mesmo resultado. Uma parte da literatura recomenda alcançar pelo menos 0,8 nesse quesito (BETARELLI JUNIOR; FERREIRA, 2018), enquanto outra, mais exigente, sugere um piso de 0,9 (SCHNEIDER; WAGEMANN, 2012). Cobertura, por sua vez, “avalia o grau em que uma condição causal ou combinação de condições causais conta para um resultado” (BETARELLI JUNIOR; FERREIRA, 2018).

Quadro 7: Análise de condições necessárias

Outcome: RESULT		
Condições testadas	Consistência	Cobertura
SOCIOEC	0.833333	0.833333
DESAP	0.333333	0.666667
COALI	1.000000	1.000000
~SOCIOEC	0.166667	0.250000
~DESAP	0.666667	0.571429
~COALI	0.000000	0.000000

Fonte: Dados sistematizados pelo autor; fsQCA.

Verifica-se que a condição causal “coalizão vencedora” (COALI) é teoricamente necessária para promover a autocratização. Nota-se que coalizões vencedoras radicais e desleais estão presentes em todos os casos analisados (cobertura = 1). A situação socioeconômica (SOCIOEC), por sua vez, mostrou-se relativamente mais necessária do que o desapoio à democracia (DESAP) para o resultado.

Para analisar a suficiência das condições, recorreu-se a uma “tabela verdade” (*truth table*) na qual cada linha aponta que dada condição ou combinação de condições está explicitamente conectada ao *outcome*. Significa afirmar que X é um subconjunto de Y, ou seja, que “cada linha de tabela verdade é uma declaração de suficiência teórica” (BETARELLI JUNIOR; FERREIRA, 2018, p. 81). Uma condição X é considerada suficiente quando estiver presente ($X = 1$) e implicar no resultado ($Y = 1$).

Quadro 8: Truth table (sem restos lógicos)

CONFIG	SOCIOEC	DESAP	COALI	RESULT	Número de casos	CASOS
1	1	0	1	1	3	VEN(1998-2000), VEN(2001-2004), VEN(2014-2017)
2	0	0	0	0	2	BRA(1994-2014), VEN(1990-1992)
3	1	1	1	1	2	BRA(2015-2017), BRA(2018-2021)
4	1	0	0	0	1	VEN(1993-1997)
5	0	1	0	0	1	BRA(1990-1993)
6	0	0	1	1	1	VEN(2005-2013)

Fonte: Dados sistematizados pelo autor; fsQCA 3.0.

A *truth table* em questão não apresenta os *restos lógicos*. Esses são as combinações ausentes, ou seja, que não encontram exemplos no mundo empírico. Na tabela deste trabalho, houve duas combinações causais que se encaixaram nesse perfil: 1) SOCIOEC*DESAP*~COALI e 2) ~DESAP*COALI. Como se trata de um estudo com N-pequeno, a análise levou em consideração apenas as combinações empiricamente existentes.

Quanto aos casos empíricos, a *truth table* apresenta algumas informações. Em primeiro lugar, o modelo não apresenta casos contraditórios (ou seja, que compartilham a mesma configuração causal, mas fornecem resultados diferentes). Em segundo lugar, das seis configurações causais apresentadas pela *truth table*, três exibem o *outcome* igual a 1 (1, 3 e 6), algo que interessa à análise do presente trabalho. As demais (2, 4 e 5) rejeitam a suficiência. Assim, as configurações suficientes para a autocratização seriam:

- (1) **SOCIOEC*DESAP* COALI → RESULT**
 (2) **SOCIOEC*~DESAP* COALI → RESULT**
 (3) **~SOCIOEC*~DESAP* COALI → RESULT**

A primeira configuração suficiente confirma a hipótese do trabalho: a combinação de condições socioeconômicas negativas, reprovação elevada do regime democrático pelos cidadãos e coalizões vencedoras desleais provocaria a autocratização. Outra possível explicação seria a combinação de coalizões antidemocráticas dominantes com crises socioeconômicas. Já a terceira oferece a explicação mais parcimoniosa: coalizões vencedoras antidemocráticas e radicais promovem a autocratização.

Realizando uma minimização, percebe-se que a única variável que está presente em todas as configurações é a coalizão política. Para confirmar as soluções apresentadas no quadro 7, foi feita uma análise de subconjunto e superconjunto (*Subset/Superset Analysis*) apresentada no quadro 8.

Quadro 9: *Subset/Superset Analysis*

Termos	Consistência	Cobertura	Combinado
SOCIOEC*DESAP*COALI	1.000000	0.333333	0.574456
SOCIOEC*DESAP	1.000000	0.333333	0.574456
SOCIOEC*COALI	1.000000	0.833333	0.908295
DESAP*COALI	1.000000	0.333333	0.574456
SOCIOEC	0.833333	0.833333	0.851469
DESAP	0.666667	0.333333	0.341565
COALI	1.000000	1.000000	0.994987

Fonte: Dados sistematizados pelo autor; fsQCA 3.0. R packages: tidyverse e gt.

Entre as linhas disponibilizadas pelo *software*, somente a primeira, a terceira, a quarta e a última interessam ao trabalho, pois lidam com os casos com *outcome* igual a 1. A primeira linha, que se refere à hipótese da presente dissertação, possui alta consistência, mas a cobertura é baixa. A terceira linha, que explica a autocratização como resultado de uma combinação de piora dos dados socioeconômicos e formação de coalizões antidemocráticas, possui os três coeficientes elevados (consistência, cobertura e combinado), embora não perfeitos. Por fim, a linha que apresenta os melhores

coeficientes, além de oferecer uma explicação mais parcimoniosa, é a última: coalizões vencedoras de perfil radical e antidemocrático são a condição suficiente para a autocratização na América Latina.

COALI → RESULT

5. CONCLUSÃO

Segundo Lührmann e Lindberg (2019), o mundo estaria vivenciando uma “terceira onda de autocratização”. A expressão refere-se a uma provável tendência mundial em que regimes democráticos não seriam minados por eventos súbitos, golpes militares, invasões estrangeiras ou autogolpes (tão comuns em ondas autoritárias anteriores), mas por declínios mais graduais e sutis nos atributos democráticos. Os autores se apoiam nos dados do Projeto Variedades da Democracia (V-Dem) e definem a autocratização como qualquer recuo significativo na pontuação do Índice de Democracia Eleitoral (EDI) do mesmo instituto.

Este projeto lidou especificamente com os desafios da ordem liberal-democrática na América Latina à luz do conceito de “terceira onda de autocratização”. Entende-se que essa nova tendência antidemocrática possui impactos, manifestações e contornos diferentes na região em relação aos países de capitalismo avançado. Crises econômicas, sociais, políticas e institucionais já constituíam parte da trajetória histórica do subcontinente, o que faz com que a terceira onda tenha características muito parecidas com as da segunda onda. Os constantes problemas no âmbito socioeconômico, a existência de elementos antidemocráticos na própria configuração institucional, a força e até mesmo a frequente interferência de atores “pretorianos” na arena política (como os militares ou “bacharéis”) e o frágil compromisso das elites com as instituições democráticas (formais e informais) continuariam a ser um empecilho à institucionalização da soberania popular. São condições causais típicas da região que chegaram a receber conjuntamente a alcunha de *latinoamericanização* (LEVINE, 1994).

Dessa maneira, a “terceira onda” que se manifesta na América Latina possui agravantes próprios que potencialmente podem colocar a democracia sob risco. Dito isto, a questão que norteou a pesquisa foi: **como os fatores socioeconômicos, culturais e políticos contribuem para inserir a América Latina na terceira onda de autocratização?** Com vistas a responder a essa questão, delimitou-se como objeto de pesquisa os eventos que enfraqueceram as democracias do Brasil e da Venezuela, segundo os *scores* de democratização registrados pelo já mencionado V-Dem.

As hipóteses que orientaram a dissertação se basearam nas seguintes dimensões: 1) economia política – mais precisamente os níveis de bem-estar socioeconômico, 2) cultura política – no caso, o apoio dos cidadãos à democracia – e 3) coalizões políticas – as articulações e a correlação de forças envolvidas. A hipótese principal era a de que a

combinação de mau desempenho socioeconômico, fraco apoio dos cidadãos à democracia e coalizões radicais e desleais formaria uma condição suficiente para explicar o fenômeno de interesse.

A disposição de 10 períodos-países incentivou uma comparação via Abordagem Qualitativa-Comparativa (QCA). Chegou-se à conclusão de que a combinação causal esperada pela hipótese é condição suficiente para explicar a autocratização. No entanto, uma solução mais parcimoniosa do modelo revelou que somente coalizões desleais dominantes seriam o suficiente para causar o fenômeno de interesse. O resultado da pesquisa dialoga com os achados de Mainwaring e Pérez-Liñan (2013), que afirmam que, entre possíveis fatores, é o comportamento dos atores políticos relevantes que explica a queda, a emergência e a sobrevivência das democracias e dos autoritarismos latino-americanos. O grau de radicalização (ou seja, o quanto os atores são intransigentes e impacientes para implantar sua política almejada) e a preferência normativa pela democracia (disposição em preservar a saúde do regime político mesmo às custas de derrotas) seriam as variáveis independentes que gerariam efeitos nos regimes políticos.

O tema da autocratização na América Latina merece novas pesquisas que possam contribuir para aprofundar o conhecimento e os debates sobre o tema. Este trabalho surgiu deste propósito e, no decorrer de sua produção, sugestões para trabalhos futuros foram surgindo. Primeiro, recomenda-se uma ampliação do N para o uso da abordagem *multi-values* (mvQCA) e *fuzzy-set* (fsQCA). Ambas preservam melhor as informações sobre os casos, pois fornecem medidas que não se resumem a oposições binárias simples. O *fuzzy-set* é a única proposta de QCA que possibilita uma calibração em termos de grau (0 a 1) não apenas nas condições, mas também nos resultados. Isso possibilitaria verificar a intensidade da autocratização presente em cada caso, levando em consideração o período de tempo (mais longo ou mais curto) em que ocorre o declínio de 0,1 ponto.

O aumento de N a ser contemplado também contribuiria para a seleção de períodos-países com e sem quedas no EDI mais recentes. Isso possibilitaria trabalhar com outro indicador de opinião pública: o de satisfação com a democracia. Não foram encontradas pesquisas de campo realizadas no Brasil no período entre 1990 a 1993 com esse tema, talvez pela recente redemocratização do país.

Por fim, novos trabalhos, dotados de informações atualizadas, poderiam incluir casos de autocratização interrompidos. Segundo Lührmann e Lindberg (2019), a reversão de uma autocratização potencial ocorre ou quando cessam as quedas de 0,01 ou mais no EDI por quatro anos, ou se o EDI aumenta em 0,02 pontos ou mais. No Brasil, por

exemplo, há uma forte possibilidade de a erosão democrática, que estava em curso entre 2015 e 2021, sofrer uma reversão, pois o EDI passou por uma suave elevação de 0,01 com a eleição de Luís Inácio da Silva em 2022. Por outro lado, pesquisas futuras também poderão incluir novos exemplos que, no momento, mostram-se potenciais eventos de autocratização. É o caso da vitória de Javier Milei na Argentina, dono de uma campanha marcada pelo radicalismo e pela agressividade com os adversários. Democracia, radicalismo e antidemocracia ainda continuam em tensionamento na América Latina contemporânea. Caberá às coalizões sociopolíticas decidirem para qual lado pender.

REFERÊNCIAS

ABRANCHES, Sérgio. Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 1, 1988, p. 5-38.

_____. **Presidencialismo de coalizão: raízes e evolução do modelo político brasileiro**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2018.

ADCOCK, R.; COLLIER, D. **Measurement Validity: A Shared Standard for Qualitative and Quantitative Research**. *American Political Science Review*, v. 95, n. 3, set. 2001, p. 529-546.

AGGIO, A. **Democracia e socialismo: a experiência chilena**. São Paulo: Annablume, 2002.

_____. **Regime militar e transição democrática: um balanço do caso brasileiro**. *Estudos de Sociologia*, Araraquara, ano 1, n. 1. 1996.

AKKOYUNLU, K.; LIMA, J. A. (2022). “**Brazil’s Stealth Military Intervention.**” *Journal of Politics in Latin America* 14 (1):31–54.

ALBERTUS, M; DEMING, M. **Branching out: Consequences of the dispersion of authoritarian elites across state and government in Latin America**. *Democratization*, 2020, p. 539-561.

AMORIM NETO, O. Democracy and Civil-Military Relations in Brazil. *In: ABCP – Brazilian Political Science Association. Proceedings of the IX Meeting*. Brasília, 2014.

ANGELL, A. Chile, 1958-C. 1990. *In: BETHELL, L. (Org.). História da América Latina: A América Latina após 1930: América Central, Caribe e Repúblicas Andinas*. v. IX. São Paulo: EDUSP, 2015.

ANSALDI, W.; GIORDANO, V. **América Latina**. La construcción del orden. Buenos Aires: Ariel, 2012.

AVRITZER, L. **Os Impasses da Democracia no Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

_____. **O Pêndulo da Democracia**. 1. ed. São Paulo: Todavia, 2019.

_____. Operação Lava-Jato, Judiciário e Degradação Institucional. *In: KERCHE, Fábio; FERES JÚNIOR, João. Operação Lava-Jato e a Democracia Brasileira*. São Paulo: Editora Contracorrente, 2018. p. 37-52.

AVRITZER, L.; MARONA, M. A Tensão entre Soberania e Instituições de Controle na Democracia Brasileira. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 60, n. 2, 2017, p. 359-393.

AVRITZER L.; RENNÓ, L. **The pandemic and the crisis of democracy in Brazil**. JPLA, 2021.

AZEVEDO, Fernando Antônio. **Mídia e democracia no Brasil: relações entre o sistema de mídia e o sistema político**. Opinião Pública, vol 12, 1, 2006.

BARTELS, L. **Democracy Erodes from the Top: Leaders, Citizens, and the Challenge of Populism in Europe**. Princeton: Princeton University Press, 2023.

BARROS, C. **PT, uma história**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BERG-SCHLOSSER, D.; DE MEUR, G.; RIHOUX, B.; RAGIN, C. Qualitative Comparative Analysis (QCA) as an Approach. *In*: RIHOUX, B.; RAGIN, C. **Configurational Comparative Methods. Qualitative Comparative Analysis (QCA) and Related Techniques**. Los Angeles, London, New Delhi, Singapore: Sage Publications, 2009. p. 1-18.

BERMEO, Nancy. **On Democratic Backsliding**. Journal of Democracy, v. 27, n. 1, 2016, p. 5-19.

BETARELLI JUNIOR, A. A.; FERREIRA, S. F.. **Introdução à análise qualitativa comparativa e aos conjuntos Fuzzy (fsQCA)**. 1. ed. Brasília: Enap, 2018. 128p.

BIEBRICHER, T. **The political theory of neoliberalism**. California: Stanford University Press, 2018.

BLAKEMORE, H. Chile, desde la guerra del Pacífico hasta la depresión mundial, 1880-1930. *In*: BETHELL, L. (org.) **Historia de América Latina: 10. America del Sur, c. 1870-1930**. Barcelona: Editorial Crítica, 1992.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Justiça Federal. 13ª Vara Federal de Curitiba. **Ação Penal 5046512-94.2016.4.04.7000/PR**. Juiz Sérgio Moro. Sentença proferida em 12 jul. 2017. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/dl/se/sentenca-condena-lula-triplex.pdf>>. Acesso em: 26 jul. 2023.

BREWER-CARÍAS, A. La Reforma Constitucional en Venezuela de 2007 y su Rechazo por el Poder Constituyente Originario. **Revista Peruana de Derecho Publico**, ano 8, n. 16, 2007, p. 13-53.

BROWN, W. **Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente**. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.

CANACHE, D. Urban Poor and Political Order. *In*: MCCOY, J.; MYERS, D. **The Unraveling of Representative Democracy in Venezuela**. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2004.

CANNON, B. Venezuela, April 2002: Coup or Popular Rebellion? The Myth of a United Venezuela. **Bulletin of Latin American Research**, vol. 23(3), 2004. p. 285-302.

CARVALHO, J. M. **Cidadania no Brasil**. O longo caminho. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. **A construção da ordem**: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

_____. **Forças armadas e política no Brasil**. São Paulo: Todavia, 2019.

CARVALHO, L. **A Valsa Brasileira**: do boom ao caos econômico. São Paulo: Todavia, 2018.

CASTRO, Jose Roberto. **As commodities e seu impacto na economia do Brasil**. Nexo, 2016. Disponível em <<https://bit.ly/3uuq7rc>>. Acesso em: 08 nov. 2023.

CAVAROZZI, M.; CLEAVES, P.; GARRETÓN, M. A.; HARTLYN, J. (coord.). **La matriz sociopolítica en América Latina**: Análisis comparativo de Argentina, Brasil, Chile, México y Perú. Santiago: LOM Ediciones, 2022.

CENTRO DE ESTUDOS DE OPINIÃO PÚBLICA. **Catálogo de pesquisas**. Disponível em: <<https://bit.ly/48TbNHZ>>. Acesso em: 02 fev. 2022.

CHAISTY, P.; CHEESEMAN, N.; POWER, T. (2018). **Coalitional Presidentialism in Comparative Perspective**: Minority Presidents in Multiparty Systems. New edition. Osd:Ncs, Oxford studies in democratization. New York, NY: Oxford University Press.

CHARLEAUX, João Paulo. *Por que a América Latina é tão instável, segundo este pesquisador*. Disponível em: <<https://bit.ly/4eQ1xDD>>. Acesso em: 20 dez. 2021

COMBELLAS, R. El proceso constituyente y la Constitución de 1999. **Revista Politeia**, n. 30, 2003, p. 183-208.

COOK, Haley. *Re-election: A Look Back at Lula and Brazil's Former Presidents*. *V-Dem – Varieties of Democracy*, 2023. Disponível em: <https://www.v-dem.net/weekly_graph/re-election-a-look-back-at-lula-and-brazils-former>. Acesso em: 07 jun. 2024

COPPEDGE, M. Venezuela's Vulnerable Democracy. **Journal of Democracy**, v. 3, n. 4, out. 1992, p. 32-44.

CORONIL, F. **El estado mágico**. Naturaleza, dinero y modernidad en Venezuela. Nueva Sociedad, 2002.

CORONIL, F. e SKURSKI, J. (1991). **Dismembering and Remembering the Nation**: The Semantics of Political Violence in Venezuela. *Comparative Studies in Society and History*, Vol. 33(2), pp. 288-337

CORRALES, J. Legalismo autocrático na Venezuela. **Journal of Democracy**, v. 26, n. 2, abr. 2015.

CORRALES, J. e PENFOLD, B. M.(2011). **Dragon in the Tropics: Hugo Chávez and the political economy of revolution in Venezuela**. Brookings Institution Press.

COUTO, C. Instituições Políticas. *In*: DI GIOVANNI, Geraldo; NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Dicionário de Políticas Públicas**. 3. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2018. p. 480-484.

_____. Do governo-movimento ao pacto militar-fisiológico. *In*: AVRITZER, L.; KERCHE, F.; MARONA, M. **Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação política**. 1. ed.; 1. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

DAHL, R. **A Democracia e seus Críticos**. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

_____. **Poliarquia: Participação e Oposição**. 1. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

_____. **Sobre a Democracia**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

D'ARAÚJO, M. C. O estável poder de veto Forças Armadas sobre o tema da anistia política no Brasil. **Vária História**, Belo Horizonte, v. 28, n. 48, jul./dez. 2012.

ELLNER, S.; SALAS, T. M. The Venezuelan Exceptionalism Thesis Separating Myth from Reality. **Latin American Perspectives**, ed. 141, v. 32(2), 2005.

ELY, Débora. Como Mandetta virou protagonista no ataque ao coronavírus no Brasil. **Zero Hora**, 2020. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/noticia/2020/03/como-mandetta-virou-protagonista-no-ataque-ao-coronavirus-no-brasil-ck866mhla014101rzgw7wow1d.html>>. Acesso em: 08 jun. 2024.

ESTEVES GONZÁLEZ, Edgar, **Las guerras de los caudillos**, Caracas, El Nacional, 2006.

FARRELL, H.; SCHNEIER, B. Common-Knowledge Attacks on Democracy. **Berkman Klein Center Research Publication**, n. 2018-7, 2018.

FAUSTO, B. **História do Brasil**. 10. Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

_____. **História concisa do Brasil**. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial do Estado, 2001.

FERNANDES, T. (coord.), SANTANA-PEREIRA, J., CANCELA, J., SANCHES, E. R. **Cultura política e democracia** (Resumos da Fundação; 9). Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2019.

FERREIRA, J. O presidente acidental: José Sarney e a transição democrática. *In*: FERREIRA, J; DELGADO, L. **O Tempo da Nova República: Da Transição Democrática à crise política de 2016**. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

FICO, C. **História do Brasil Contemporâneo**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2016. v. 1. 160p

FIGUEIREDO, A. **Democracia ou reformas?** Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

FINCH, H. Uruguai, 1930 – C. 1990. In: BETHELL, L. (org.). **História da América Latina: A América Latina após 1930: Argentina, Uruguai, Paraguai e Brasil.** v. X. São Paulo: EDUSP, 2018.

FISHKIN, J.; POZEN, David E. Asymmetric constitutional hardball. **Columbia Law Review**, v. 118, n. 3, 2018, p. 915-982.

FLEISCHER, D. Os partidos Políticos. In: **Sistema Político brasileiro: uma introdução.** Rio de Janeiro: Editora Unesp, 2007

FOA, R. S.; MOUNK Y. **The End of the Consolidation Paradigm** – a response to critics. JD Online Exchange, 2017.

FRANCO, A. A. de M. **História e Teoria dos Partidos Políticos no Brasil.** 2 ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1974

FRASER, N. Legitimation Crisis? On the Political Contradictions of Financialized Capitalism. **Critical Historical Studies**, v. 2, n. 2, 2015, p. 157-189.

FUKUYAMA, F. **Identidad: la demanda de dignidade y las políticas de resentimiento.** 1. ed. Barcelona: Ediciones Deusto, 2019.

GAMBOA, L. **Venezuela: aprofundamento do autoritarismo ou transição para a democracia?**. Relações Internacionais, 2016.

YEPES, J. A. G. Public Opinion, Political Socialization, and Regime Stabilization. In: MCCOY, J.; MYERS, D. **The Unraveling of Representative Democracy in Venezuela.** Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2004.

GUIMARÃES, J.; CRUZ, C. E. Neoliberalismo e Ciência Política: contribuições teóricas sobre a crise da democracia. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 24, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.5216/sec.v24.60911>>. Acesso em: 02 fev. 2022.

HAGOPIAN, F.; MAINWARING, S. Democracy in Brazil: Problems and Prospects. **World Policy Journal**, v. 4, n. 3, 1987, p. 485-514.

HAWKINS, K. A. (2010). **Venezuela's Chavismo and Populism in Comparative Perspective.** Cambridge, Cambridge University Press.

HOBBSBAWM, E. **A era dos extremos: o breve século XX: 1914-1918.** São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HUMAN DEVELOPMENT REPORT. **Inequality-Adjusted Human Development Index (HDI).** Disponível em: <<https://hdr.undp.org/inequality-adjusted-human-development-index#/indicies/IHDI>> Acesso em: 02 fev. 2022

HUMAN DEVELOPMENT REPORT. **Human Development Index (HDI)**. Disponível em: <<https://hdr.undp.org/data-center/human-development-index#/indicies/HDI>> Acesso em: 02 fev. 2022.

HUNTER, Wendy. Brazil's New Direction. **Journal of Democracy**, 2003, p. 151-162.

HUNTINGTON, S. **A Terceira Onda**: a democratização no final do século XX. São Paulo: Ática, 1994.

_____. **El Orden Político en las Sociedades en Cambio**. Buenos Aires: Paidós, 1972.

KERCHE, F.; MARONA, M. **A política no banco dos réus**: a Operação Lava Jato e a erosão da democracia no Brasil. São Paulo: Autêntica, 2022.

KINZO, Maria D'Alva Gil (1994). "O Legado Opositorista do MDB, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro". In: SOARES, Gláucio, D'ARAUJO, Maria Celina (Org.). **21 anos de regime militar**: balanços e perspectivas. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas

_____. A Democratização Brasileira: um balanço do processo político desde a transição. **São Paulo em Perspectiva**. 15(4). São Paulo, 2001.

KORNBLITH, M. Situación y perspectivas de los partidos políticos en la Región Andina: caso Venezuela. In: **Ágora Democrática**. Partidos políticos en la región andina: entre la crisis y el cambio. Lima: International Institute for Democracy and Electoral Assistance (IDEA), 2004. p. 113-139.

LALANDER, R. The Impeachment of Carlos Andrés Pérez and the Collapse of Venezuelan Partyarchy. In: LLANOS, M.; MARSTEINTREDET, L. **Presidential Breakdowns in Latin America**. Causes and Outcomes of Executive Instability in Developing Democracies. New York: Palgrave Macmillan, 2010.

LATINNEWS. The leading source of political & economic intelligence on Latin America since 1967. Disponível em: <<https://www.latinnews.com/>>. Acesso em: 08 jun. 2024.

LATINOBARÓMETRO. Disponível em: <<https://bit.ly/3SEz3Dt>>. Acesso em: 02 fev. 2022.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LEAL BUITRAGO, Francisco ([1984] 1989): **Estado y política en Colombia**, Bogotá, Siglo XXI Editores, 2º ed. aumentada.

LEVINE, D. Goodbye to venezuelan exceptionalism. **Journal of Interamerican Studies and World Affairs**, v. 36(4), 1994, p. 145-182.

LEVITSKY, S.; WAY, L. **The New Competitive Authoritarianism**. *Journal of Democracy*. 2020; 31 (1): 51-65

LEVITSKY, S.; ZIBLATT, D. **Como as Democracias Morrem**. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

LEWIS, P. H. Paraguai, 1930-C.1990. In: BETHELL, L. (org.). **História da América Latina: A América Latina após 1930: Argentina, Uruguai, Paraguai e Brasil**. vol. X. São Paulo: EDUSP, 2018.

LIMONGI, F; FIGUEIREDO; A. “Instituições políticas e governabilidade: desempenho do governo e apoio legislativo na democracia brasileira”. In: MELO; Carlos; ALCÂNTARA, Manuel (Orgs.). **A democracia brasileira: balanço e perspectivas para o século 21**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007. pp.147–198.

LINDBERG, Staffan *et al.* **Successful and Failed Episodes of Democratization: Conceptualization, Identification, and Description**. V-Dem Institute, 2018.

LINZ, J. **La quiebra de las democracias**. Madri: Alianza Editorial, 1989.

LINZ, J.; STEPAN, A. **A transição e consolidação da democracia: A experiência do sul da Europa e da América do Sul**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

LIJPHART, Arend. 1971. **Comparative politics and the comparative research**. *American Political Science Review* 64: 682-93.

LLANOS, M.; MASTEINTREDET, L. **Latin America in Times of Turbulence: Presidentialism under stress**. 1. ed. Londres: Routledge, 2023.

LÜHRMANN, A.; LINDBERG, S. A third wave of autocratization is here: what is new about it?. **Democratization**, v. 26, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/13510347.2019.1582029>>. Acesso em: 18 fev. 2022.

LÜHRMANN, A.; TANNENBERG, M.; LINDBERG, S. Regimes of the World (RoW): Opening New Avenues for the Comparative Study of Political Regimes. **Politics and Governance**, v. 6, 2018, p. 60-77.

LYNCH, C.; CASSIMIRO, P. H. **O populismo reacionário**. São Paulo: Editora Contracorrente, 2022.

MAHONEY, James; THELEN, Kathleen. A theory of gradual institutional change. In: _____. **Explaining Institutional change**. Cambridge University Press, 2010.

MAINWARING. S.; PÉREZ-LIÑAN, A. **Democracies and Dictatorships in Latin America**. New York: Cambridge University Press, 2013.

MAIR, P. (1996), “Party Systems and Structures of Competition”, in L. Leduc, R. Niemi e P. Norris (orgs.), **Comparing Democracies: Elections and Voting in Global Perspective**. London, Sage Publications

MARSTEINTREDET, L. (2014). Explaining Variation of Executive Instability in Presidential Regimes: Presidential Interruptions in Latin America. **International Political Science Review** 35(2): 173–94

MARTINS, Luciano. A autonomia política do governo Collor. **Revista Brasileira de Economia**. Rio de Janeiro, v. 45, n. especial, pp. 27-33, jan. 1991.

MAYA, M. L. **El ocaso del chavismo**. Venezuela 2005-2015. Caracas: Editorial Alfa, 2016.

_____. **Democracia para Venezuela: ¿representativa, participativa o populista?** Caracas: Editorial Alfa, 2021.

MCCOY, J.; MYERS, D. Introduction. In: _____. **The Unraveling of Representative Democracy in Venezuela**. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2004.

MELO, Carlos R. "Porque chegamos a tanto e que importância isso tem? Considerações sobre a fragmentação partidária no Brasil". In: Giovana Perlin, Manoel Leonardo Santos (orgs). **Presidencialismo de coalizão em movimento**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2019.

MELO, Carlos Ranulfo; CÂMARA, Rafael. **Estrutura da competição pela Presidência e consolidação do sistema partidário no Brasil**. Dados - Revista de Ciências Sociais, vol. 55, núm. 1, 2012, pp. 71-117 Universidade do Estado do Rio de Janeiro Rio de Janeiro, Brasil.

MERKEL, Wolfgang. 2014c. **Is Capitalism Compatible with Democracy?** Comparative Governance and Politics, 8 (2): 109-128.

MEUCCI, M. La Mesa de Negociación y Acuerdos (2002-2003) y el proceso de facilitación de la OEA y el Centro Carter. **Politeia**, v. 33(44), 2010, p. 47-88.

MOISÉS, José Álvaro. **Os significados da democracia segundo os brasileiros**. Opinião Pública, v. no 2010, n. 2, p. 269-309

MOLINA, J. The Unraveling of Venezuela's Party System From Party Rule to Personalistic Politics and Deinstitutionalization. In: MCCOY, J.; MYERS, D. **The Unraveling of Representative Democracy in Venezuela**. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2004.

MOREIRA, C. **A Esquerda no Uruguai e no Brasil: cultura política e desenvolvimento partidário**. Opinião Pública, Campinas, Vol.VI, nº1, 2000, pp.17-54

MOTTA, R. P. S. **Introdução à História dos Partidos Políticos Brasileiros**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

_____. **Em guarda contra o "perigo vermelho": o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. 2000. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000. Acesso em: 17 jul. 2024.

MYERS, D. The Normalization of Punto Fijo Democracy. In: MCCOY, J.; MYERS, D. **The Unraveling of Representative Democracy in Venezuela**. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2004.

NOLTE, D. Paraguay: The President in his General's Labyrinth. *In*: LLANOS, M.; MARSTEINTREDET, L. **Presidential Breakdowns in Latin America**. Causes and Outcomes of Executive Instability in Developing Democracies. New York: Palgrave Macmillan, 2010. p. 147-164.

NUNES, E. **A gramática política no Brasil**: clientelismo e insulamento burocrático. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar; Brasília: ENAP, 2003.

NUNES, Felipe; MELO, Carlos Ranulfo. (2017), **Impeachment, political crisis and democracy in Brazil**. *Revista de Ciencia Política*, 37 (2): 281-304.

NYLEN, William. The Making of a Loyal Opposition: The Workers' Party (PT) and the Consolidation of Democracy in Brazil. *In*: KINGSTONE, Peter; POWER, Timothy J. (ed.). **Democratic Brazil**: Actors, Institutions, and Processes. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 2000.

O'DONNELL, G. A. Democracia delegativa? **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, n. 31, 1991, p. 25-40.

_____. La formación del Uruguay moderno, c. 1870-1930. *In*: BETHELL, L. (org.). **Historia de América Latina**: 10. América del Sur, c. 1870-1930. Barcelona: Editorial Crítica, 1992.

OLIVER, M. Jose Figueres, 82; Former Costa Rican President. **Los Angeles Times**, 1990. Disponível em: <<https://www.latimes.com/archives/la-xpm-1990-06-09-mn-591-story.html>>. Acesso em: 03 jul. 2023.

PÉREZ-LIÑAN. **Presidential Impeachment and the New Political Instability in Latin America**. Cambridge University Press, 2007.

_____. A Two-Level Theory of Presidential Instability. **Latin American Politics and Society**, v. 56(1), 2014, p. 34-54.

_____. Impeachment or backsliding? Threats to democracy in the twenty-first century. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 33, n. 982018, 2018.

PERISSINOTO, R.; NUNES, W. **Elites, Estado e desenvolvimento**: uma análise fuzzyset. 12º Encontro. ABCP. Curitiba.

POTTER, A. L. The Failure of Democracy in Argentina 1916–1930: An Institutional Perspective. **Journal of Latin American Studies**, v. 13(1), 1981, p. 83-109.

PRADO, M. L.; PELLEGRINO, G. **História da América Latina**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2022.

RAGIN, Charles C. **The Comparative Method** – moving beyond qualitative and quantitative strategies. Berkeley: University of California Press, 1987.

REIS, Fábio W. **Cidadania democrática, corporativismo e política social no Brasil**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009. p. 359-386. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/v7ywf/pdf/reis-9788599662793-13.pdf>>. Acesso em: 07 jan. 2022.

REY, J.C. La democracia venezolana y la crisis del sistema populista de conciliación. **Revista de Estudios Políticos (Nueva Época)**, n. 74, 1991.

RIHOUX, B.; MARX, A. QCA, 25 years after “Comparative Method”: mapping, challenges, and innovations – mini-symposium. **Political Research Quarterly**, v. 66(1), 2013, p. 167-235.

RIVAS, E. T. América Central, 1930-C. 1990. In: BETHELL, L. (org.). **História da América Latina: A América Latina após 1930: América Central, Caribe e Repúblicas Andinas**. v. IX. São Paulo: EDUSP, 2015.

ROBERTS, K. **Changing Course in Latin America: Party Systems in the Neoliberal Era**. Cambridge University Press, 2014.

ROCK, D. Argentina, de la primera guerra mundial a la revolución de 1930. In: BETHELL, L. (org.) **Historia de América Latina: 10. America del Sur, c. 1870-1930**. Barcelona: Editorial Crítica, 1992.

ROMERO, A. Rearranging the Deck Chairs on the Titanic: The Agony of Democracy in Venezuela. **Latin American Research Review**, v. 32(1), 1997. p. 7-36.

ROUQUIÉ, Al. **Poder militar y sociedad política en la Argentina, hasta 1943**. Buenos Aires: Emecé, 1982.

SÁ E SILVA, Fábio. **From Carwash to Bolsonaro: Law and Lawyers in Brazil's Illiberal Turn (2014-18)**. *Journal of Law and Society*, 2020

SALAMANCA, L. Civil Society: Late Bloomers. In: MCCOY, J.; MYERS, D. **The Unraveling of Representative Democracy in Venezuela**. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2004.

SANAHUJA, J. A. *et al.* The rise of the new far right in Latin America: Crisis of globalization, authoritarian path dependence and civilian-military relations. In: Rosana PINHEIRO-MACHADO, R.; VARGAS-MAIA, T. **The rise of the radical right in the Global South**. Routledge, 2023.

SCHNEIDER, C. Q; WAGEMANN, C. **Set-Theoretic Methods for the Social Sciences: A Guide to Qualitative Comparative Analysis**. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

SCHWARCZ, Lilia; STARLING, Heloisa. **Brasil: uma biografia**. 1a ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SILVEIRA, S. A. **Democracia e os códigos invisíveis: como os algoritmos estão modulando comportamentos e escolhas políticas**. São Paulo: Sesc, 2019.

SINGER, A. **O lulismo em crise: Um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016)**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SOUZA, M. do C. C. de. **Estado e Partidos Políticos no Brasil (1930 a 1964)**. São Paulo, Alfa-Omega, 1976

SOUZA, M. A. de. **Ideologia e política em José Enrique Rodó: liberalismo e jacobinismo no Uruguai (1895-1917)**. Tese de doutorado, UNESP/Franca, 2006.

STEPAN, A. **Rethinking military politics: Brazil and the Southern Cone**. Princeton: Princeton University Press, 1988.

STOKES, S. Political Clientelism. **The Oxford Handbook of Political Science**, 2013. Disponível em: <<https://academic.oup.com/edited-volume/35474/chapter-abstract/303821587?redirectedFrom=fulltext>>. Acesso em: 18 fev. 2022.

SVOLIK, Milan. W. Polarization versus Democracy. **Journal of Democracy**, v. 30, n. 3, 2019, p. 20-32.

TORRE, J. C; DE RIZ L. Argentina, 1946 – C. 1990. In: BETHELL, L. (org.). **História da América Latina: A América Latina após 1930: Argentina, Uruguai, Paraguai e Brasil**. v. X. São Paulo: EDUSP, 2018.

TOSHKOV, D. **Research Design in Political Science**. London, New York: Palgrave Macmillan, 2016.

TRAVERSO, E. (2019). Do Fascismo ao Pós-Fascismo. **Revista De Estudos E Pesquisas Sobre As Américas**, 13(2), 12–44. Disponível em: <<https://doi.org/10.21057/10.21057/repamv13n2.2019.26801>>. Acesso em: 18 fev. 2022.

TRINKUNAS, H. A. The Military: From Marginalization to Center Stage. In: MCCOY, J.; MYERS, D. **The Unraveling of Representative Democracy in Venezuela**. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2004.

TUSHNET, M. Constitutional Hardball. **The John Marshall Law Review**, v. 37, 2004, p. 523-553.

_____. **The New Fourth Branch. Institutions for protecting Constitutional Democracy**. Cambridge: Cambridge University Press, 2021.

URBINATI, N. **Me, the people**. Cambridge: Harvard University Press, 2019.

VALENZUELA, J. S. **Democratización vía reforma: La expansión del sufragio en Chile**. Buenos Aires: IDES, 1985.

VICTOR, F. **Poder Camuflado: Os militares e a política, do fim da ditadura à aliança com Bolsonaro**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

VILLA, R. Venezuela: mudanças políticas na era Chávez. **Estudos Avançados**, v. 19, n. 55, 2005, p. 153-172.

WALDNER, David; LUST, Ellen. **Unwelcome Change**: Come to terms with Democratic Backsliding Annual. *Rev. Political Sci.* 2018. 21:93–113.

WEFFORT, Francisco C. **O populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

WELSCH, Friedrich J.; CARRASQUERO, José Vicente. **Consolidação democrática na Venezuela? Desempenho e legitimidade normativa**. *Opinião Pública*, Campinas, v. 5, n. 1, p. 1-19, nov. 1998.

WORLD BANK GROUP. **Indicators**. Disponível em: <<https://bit.ly/48WN05v>>. Acesso em: 02 fev. 2022.